

RELATÓRIO E CONTAS 2011

I – RELATÓRIO DE GESTÃO e DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011	6
SÍNTESE DE INDICADORES	9
1 CONJUNTURA ECONÓMICA	10
2 REDE RODOVIÁRIA CONCESSIONADA	13
3 DESEMPENHO ECONÓMICO	15
4 PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS/GASTOS OPERACIONAIS	18
5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS	24
5.1 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24
5.1.1 ESTUDOS E PROJETOS	24
5.1.2 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E MELHORIA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA	25
5.2 INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO PRÓPRIA	34
5.2.1 ESTUDOS E PROJECTOS	34
5.2.2 CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE VIAS	35
5.2.3 EXPROPRIAÇÕES	36
5.3 CONCESSÕES	36
5.3.1 SUBCONCESSÕES	38
5.3.2 CONCESSÕES DO ESTADO	43
5.3.3 RENEGOCIAÇÕES DO OBJETO DOS CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO	47
5.4 DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	48
5.5 ACTIVIDADES COMPLEMENTARES	51
5.5.1 CONTRATAÇÃO/GESTÃO DE FROTA E INSTALAÇÕES	51
5.5.2 GESTÃO DO IMOBILIÁRIO	54
5.5.3 QUALIDADE E SEGURANÇA	55
5.5.4 INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	56
6 APLICAÇÃO DE RESULTADOS	58
7 AGRADECIMENTOS	59
8 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
8.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	60
8.2 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	61
8.3 DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	62
8.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	63
9 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64
10 ANEXOS	123

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2011 EP - Estradas de Portugal, SA voltou a atingir os seus principais objetivos e a reforçar os indicadores económicos, numa conjuntura financeira e económica particularmente adversa, consequência da crise económica profunda que atingiu a Europa e os Estados Unidos e que inevitavelmente se repercutiu em áreas vitais da gestão da empresa, como sejam o financiamento e a cobrança de portagens.

A gestão da empresa neste período fica assinalada pela redução, a partir do mês de maio, do seu Conselho de Administração, para apenas 3 elementos, após a saída do presidente e do vice-presidente do conselho, Dr. Almerindo Marques e Eng.º Eduardo Gomes, respetivamente. O Conselho de Administração manteve o seu funcionamento regular, com a correspondente reafecção de competências entre os restantes membros, quer das áreas operacionais e dos respetivos 5 Centros geograficamente distribuídos pelo País, quer das áreas de suporte e apoio à atividade corporativa da empresa.

Apesar dos constrangimentos verificados a EP registou um resultado líquido de 144 milhões de euros, representando um aumento de 40% face aos 103 milhões registados em 2010, tendo este resultado suportado pelo EBIT que passou de 249 milhões em 2010 para 433 milhões de euros em 2011, a margem do EBITDA superado os 25%, o que permitiu contrariar a tendência de crescimento dos encargos financeiros que passaram de 105 milhões para 230 milhões de euros em 2011.

Considerando os níveis de EBITDA, Resultados Operacionais e Resultado Líquido atingidos, a EP distinguiu-se pela positiva no universo das empresas públicas, conforme consta do Boletim Informativo sobre o Setor Empresarial do Estado do 4º trimestre de 2011 emitido pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Em função dos resultados atingidos, a empresa entregou ao Estado 121 milhões de euros relativos ao imposto sobre o rendimento e 10 milhões em dividendos para remuneração do capital do acionista. Em linha com o aumento dos resultados líquidos, os capitais próprios da empresa têm vindo a registar uma evolução positiva, com uma Taxa Média de Crescimento Anual (TMCA) de 35% de 2007 a 2011, atingindo 778 milhões de euros em 2011.

O endividamento da EP em 2011 cresceu 32%, correspondentes a 637 milhões de euros, valor inferior, às responsabilidades pagas pela empresa referentes às concessões do Estado e ex. Scut, que atingiram 680 milhões de euros no mesmo período. O total acumulado do endividamento da EP de 2.630 milhões de euros reflete o elevado esforço de investimento anualmente atribuído à EP, para fazer face aos pagamentos com as concessões do Estado. Face à impossibilidade de obter financiamento junto dos mercados financeiros as necessidades de financiamento em 2011 foram integralmente satisfeitas com o apoio do acionista Estado.

Durante 2011, a EP consolidou o seu esforço de redução dos custos operacionais, a partir da contenção dos custos com pessoal, dos consumos finais, da racionalização do quadro de pessoal, duma eficiente gestão dos recursos disponíveis e da minimização dos custos com contratos de prestação de serviços. A estes esforços, dever-se-á somar a assunção de novas funções, nomeadamente na área das cobranças de portagens que, apesar de originarem novos centros de custos, são indispensáveis para a obtenção de novas receitas.

Verificou-se uma diminuição dos custos com pessoal de 13% face a 2010 e de 15% face a 2009, ultrapassando claramente os objetivos definidos pelo acionista Estado. Esta redução resultou da contenção salarial e da redução do efetivo ao serviço da empresa que entre 2007 e 2011, diminuiu em cerca de 450 funcionários, ou seja mais de 30%. Em 2011 a redução face a 2010 foi de 23 funcionários, passando a empresa a contar no final do exercício com 1164 colaboradores que comparam com os 1703 existentes em 2007.

Este objetivo foi complementado com a redução significativa da obra própria e da manutenção periódica das vias com o correspondente mas, proporcionalmente de muito menor dimensão, acréscimo dos custos com a conservação corrente, utilizando os respetivos contratos em vigor e prolongando o seu prazo de execução, para garantir a manutenção dos níveis de conservação e segurança rodoviária definidos.

Sublinha-se no entanto, que as reduções e cortes que foram necessárias efetuar, para cumprir plenamente os objetivos assumidos pela empresa perante o Estado e o seu alinhamento com os compromissos internacionais do País, preservaram a continuação do esforço na manutenção e reabilitação das pontes e túneis da Rede Nacional, bem como os investimentos na segurança rodoviária e na redução da sinistralidade e mortalidade nas nossas estradas, dando mais vigor e eficácia aos bons resultados que, ano após ano, estão a ser atingidos.

Apesar destas reduções, o ano de 2011 permitiu concretizar a resolução de um dos maiores problemas rodoviários de sempre em Portugal, com o fecho do IC 17- CRIL, pondo fim a uma longa história de 40 anos de projetos e estudos e 20 anos de obras faseadas, com a bem sucedida conclusão do sublanço entre os nós da Buraca e da Pontinha.

Há que realçar ainda a redução generalizada do custo das empreitadas diretamente realizadas pela empresa, sobretudo os bons resultados no que respeita aos desvios de custos das obras que, pelo 2º. ano consecutivo, foram inferiores aos valores contratados. No que respeita a obras de conservação, essa redução atingiu menos 7% do valor inicial dos contratos, em resultado dos esforços e compromissos na boa gestão dos projetos e empreitadas, rompendo com uma antiga tradição de desvios e derrapagens nos custos das obras públicas.

O ano de 2011 marca ainda o fim definitivo das concessões sem custos para o utilizador (SCUT), com a introdução de portagens nas 4 concessões que ainda não eram objeto de cobrança a 8 de dezembro.



Para assegurar o início de 2012 foi ainda necessário dotar a empresa de condições e operacionais especializados para a gestão e operação das principais vias de tráfego da concessão da Grande Lisboa (IC19, IC17- CRIL, IP7 - Eixo N/S, IC2 e IC22), até então da responsabilidade da Ascendi.

A EP- Estradas de Portugal, S.A., tem hoje um caminho exigente pela frente. Contudo, a reposta dada a muitos dos problemas do passado e o reconhecido empenho de todos os seus trabalhadores, que neste momento de dificuldades e de fortes constrangimentos demonstram um elevado espírito de sacrifício, permite encarar um futuro com confiança na valorização da empresa, sendo por tal merecedores do agradecimento do Conselho de Administração.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011

Jan/11

A EP lança uma empreitada de cerca de 1,9 milhões de euros para a reparação e modernização do **sistema semafórico** da RRN a seu cargo.

Além da manutenção e reparação dos equipamentos, este concurso contempla a modernização de cerca de 30% dos equipamentos no âmbito da promoção da sustentabilidade ambiental e irá permitir uma redução de 20 vezes no consumo de energia.

É concluída a beneficiação da **EN224, entre Arouca e Vale de Cambra**, numa extensão de 19 km e beneficiação do **IC2, entre Leiria e Condeixa**, numa extensão de 14 km.

Fev/11

É lançado o concurso para reabilitação/substituição dos pilares das **Pontes do Cunhedo sobre o Rio Dão, sobre a ribeira de Mortágua, e sobre o Rio Dão em Santa Comba Dão, no IP3**.

É consignada a empreitada de reabilitação da **Ponte Metálica sobre o Rio Douro, na EN2**.

São iniciados trabalhos em **Guimarães**, com vista à eliminação de um ponto negro na **EN105**.

São concluídos os trabalhos de melhoria das condições de circulação e segurança na **EN118**, para reduzir a sinistralidade no concelho de **Benavente**.

Mar/11

A beneficiação entre **Dine e Bragança, na EN308/308-3** fica concluída.

É lançado o concurso para beneficiação da **Ponte de Nossa Senhora da Guia, em Ponte de Lima, na EN201**.

Abr/11

O novo troço da **CRIL entre a Buraca e a Pontinha**, foi aberto ao tráfego no dia 17 de Abril. São 3,6 km de extrema importância na melhoria das atuais condições de circulação e de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, que possibilitam a deslocação entre Algés e Sacavém, numa distância de 21km, em aproximadamente 13 minutos.

Mai/11

Entra em serviço o troço 1 da **EN242-Variante da Nazaré**, estrada que integra a Subconcessão do Litoral Oeste, na data prevista.

Dá-se por concluída a reparação do pavimento na **ER2**, entre o limite do distrito de Évora e o limite do distrito de Beja, numa extensão de 18km.

Jun/11

A EP concluiu a empreitada de construção dos acessos ao **Novo Hospital de Braga, 1ª Fase da Variante à EN103 em Gualtar**, cumprindo os valores e prazos estipulados no contrato.

É assinado um **protocolo com a Liga dos Bombeiros Portugueses**, para a reposição das condições de segurança e circulação rodoviárias.

É consignada a empreitada de beneficiação da **EN4 entre Entroc. S. Gregório e Estremoz**.

Jul/11

É aberto ao tráfego um troço do **IP2**, entre Vale Benfeito e Bornes, inserido na **Concessão Douro Interior**, evitando-se desta forma a passagem pelo interior da povoação de Vale Benfeito, em **Macedo de Cavaleiros**.

Ago/11

Retoma da cobrança de portagens na **Ponte 25 de Abril**.

Set/11

São abertos ao tráfego 3 troços da **A4**, à volta de **Bragança**, numa extensão de 9km, inserido na **Concessão Autoestrada Transmontana**.

É aberto ao tráfego o troço do **IP2** entre o **Pocinho e o Nó de Longroiva**, pertencente à Concessão Douro Interior, numa extensão de **18,3km**, inserido na **Concessão Douro Interior**.

É aberto ao tráfego o troço do **IC5** entre **Mogadouro e Miranda do Douro**, numa extensão de **37,3km**, inserido na **Concessão Douro Interior**.

Out/11

Início da obra de reabilitação e reforço estrutural da **Ponte Açude** e viadutos de acesso no **IC2**, com duração prevista de 18 meses, que consiste na execução de tratamentos de betões, intervenções nos pilares, impermeabilização do tabuleiro, pavimentações e beneficiação nos equipamentos existentes, de modo a garantir a melhoria das condições de segurança e circulação para os utentes desta importante via na cidade de **Coimbra**.

Nov/11

Início do processo negocial com vista à redução do objeto das subconcessões **Autoestrada Transmontana, Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Algarve Litoral, Litoral Oeste e Pinhal Interior**, de acordo com o mandato do Governo.

Abre ao tráfego um troço no **IC36**, entre **Leiria e o Nó de Pousos**, numa distância de **6,6km**, incluído na **Concessão Litoral Oeste**, permitindo a Ligação da A8 à A1 na zona de Leiria em autoestrada.

Abre ao tráfego o **IC2 – Variante da Batalha** com uma extensão de **14km**, também incluído na **Concessão Litoral Oeste**.

Abre ao tráfego mais um troço na **A4**, entre o **Nó de Lamas de Orelhão e o Nó de Mirandela Poente**, numa distância de **8km**, incluído na **Concessão Litoral Oeste**.

Abre ao tráfego o troço no **IC5**, entre **Pombal e Nozelos**, numa distância de **24km**.

O troço do **IP2** entre **Vale Benfeito e Junqueira**, numa distância de **28km**, incluído na **Concessão Douro Interior**, abre ao trânsito, concluindo-se assim a construção deste Itinerário Principal que atravessa o interior de Portugal, ligando Bragança a Faro.

Dá-se por concluído o alargamento do **IC32**, entre **Casas Velhas e Palhais**, numa extensão de **4km**, incluído na **Concessão Baixo Tejo**. Inserido numa zona de grande ocupação urbana, este lanço levou a uma reformulação de todos os nós de ligação à rede viária local, que permitiu melhores condições de circulação e eficiência nas acessibilidades dentro do concelho de Almada.

Lançamento do **Programa ECO.EP**, com vista a definir e implementar um plano de ação que visa alcançar um **aumento de eficiência energética de 20%** até 2020.

Dez/11

Dá-se a abertura ao tráfego da Variante à **EN101**, entre **Ponte da Barca e Arcos de Valdevez**, com uma extensão de **6,4km**.

Abre ao tráfego um troço da **A4**, perto de **Mirandela**, numa extensão de **4,5km**, incluído na **Concessão Autoestrada Transmontana**.

A partir do dia 8 de dezembro, deu-se início à **cobrança de portagens** nos lanços e sublanços da **A22 - Concessão do Algarve**, da **A23 - Concessão da Beira Interior**, da **A24 - Concessão Interior Norte** e da **A25 - Concessão Beiras Litoral e Alta**.

A EP ocupa o **1º lugar do ranking** das empresas nacionais no sector dos serviços, segundo o diretório elaborado pela Informa D&B.

Em termos globais a Estradas de Portugal situa-se no **12º lugar no ranking** das 1000 maiores empresas nacionais não financeiras por **volume de negócios**.

Na tabela relativa ao Valor Acrescentado Bruto (**VAL**) a EP situa-se no **8º lugar** das empresas com **melhor resultado** final da atividade no decurso de 2011.

No Boletim Informativo sobre o Setor Empresarial do Estado do 4º trimestre de 2011, emitido pela DGTF, a EP, no universo de todas as empresas públicas, foi a que em 2011, maior **EBITDA**, maior **resultado operacional** e maior **resultado líquido** atingiu.

SÍNTESE DE INDICADORES

(milhares de Euros)	2011	2010	Δ
INDICADORES FINANCEIROS			
Exploração			
Proveitos totais de exploração	2.071.547	1.666.912	24%
- Construção	1.153.444	934.371	23%
- Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)	546.042	556.324	-2%
- Receitas de portagens	132.533	45.189	193%
EBITDA ¹	554.017	390.010	42%
Margem do EBITDA, %	26,7%	23,4%	
EBIT ²	432.750	248.508	74%
Margem do EBIT, %	20,9%	14,9%	
Resultado Líquido	143.772	102.506	40%

¹ Resultados antes de ganhos e perdas financeiros, impostos, amortizações e subsídios

² Resultados antes de ganhos e perdas financeiros e impostos

Balanço

Capital Próprio	778.495	644.974	21%
Passivo	16.817.473	15.076.022	12%
- Subsídios ao investimento	10.371.714	10.405.046	0%
- Outros	6.445.759	4.670.976	38%
Activo Líquido Total	17.595.968	15.720.996	12%
Capital Próprio / Activo Líquido Total ¹	0,11	0,12	
Rendimento do capital próprio (ROE), % ²	22,3%	24,9%	
Rendimento do Activo (ROA), % ³	2,0%	1,9%	

¹ Activo Líquido Total (líquido de subsídios ao investimento)

² Resultado Líquido / Capital Próprio (n-1)

³ Resultado Líquido / Activo Líquido (líquido de subsídios ao investimento)

Dívida

Dívida Financeira Líquida ¹	2.630.227	1.973.808	33%
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	4,75	5,06	
EBITDA/ Encargos Financeiros bancários	4,79	6,84	

¹ Líquido de especialização de encargos financeiros

INDICADORES DE ACTIVIDADE (kms)	2011	2010	Δ
Rede Nova construída	216,9	105,1	106%
Rede Intervencionada			
Intervenções de construção e requalificação	20,6	151,7	-86%
Intervenções de conservação e segurança rodoviária	193,6	229,1	-14%
Intervenções em obras de arte (nº empreitadas)	63	37	70%

INDICADORES DE REDE (kms)	2011	2010	Δ
Rede sob Gestão Direta	13.450	13.500	0%
Rede Sub-Concessionada	1.822	1.822	0%
Outras Concessionárias do Estado	2.700	2.700	0%

1 CONJUNTURA ECONÓMICA

O ano de 2011 ficou marcado pela estagnação das economias dos Estados Unidos e da Europa, situação que se prevê se irá manter durante o ano de 2012 e que poderá afetar os países emergentes, arrastando assim, juntamente com o Japão, a economia mundial para uma situação de fraco crescimento económico (3,3% em 2012 e 3,9% em 2013, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)).

Para a zona euro, a mesma instituição prevê um retrocesso de 0,5% em 2012 e um crescimento de 0,8% em 2013. Este cenário apresenta-se fortemente condicionado pelas previsões desfavoráveis de evolução das economias dos países membros, nomeadamente na Espanha e na Itália, onde se esperam, em 2012, as recessões de 1,7% e 2,2% respetivamente. Para 2013, e apesar de se prever a manutenção da recessão económica em ambos os países, são estimadas ligeiras melhorias, consubstanciadas pela apresentação das previsões de crescimento económico de -0,3% e -0,6%, respetivamente.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a atividade económica portuguesa contraiu 1,5% em 2011. Nos três primeiros trimestres, o PIB registou uma queda acumulada, em termos homólogos, de 1,1%. Esta evolução traduziu-se, também, numa redução generalizada das componentes da procura interna, que contrastou com um crescimento significativo das exportações no mesmo período (cerca de 8%). O consumo privado caiu 3% e a formação bruta de capital fixo (FBCF) contraiu cerca de 10%, face ao período homólogo de 2010.

Relativamente ao quarto trimestre de 2011, a redução do PIB foi acentuada e traduziu-se num significativo agravamento do contributo negativo da procura interna, associado às diminuições do investimento e das despesas de consumo final das famílias. As exportações, apesar de terem abrandado, mantiveram um crescimento homólogo elevado, tendo-se verificado, mesmo assim, uma acentuada diminuição das importações de bens e serviços.

As projeções apresentadas para o período 2011-2013 apontam para uma contração, sem precedentes, da atividade económica, da procura interna e da redução do desequilíbrio externo da economia portuguesa. Prevê-se que as tensões nos mercados financeiros internacionais venham a implicar um abrandamento da procura externa dirigida às empresas portuguesas em 2012. É ainda estimada uma ligeira descida no preço do petróleo em dólares, bem como nas taxas de juro do mercado monetário.

A nível interno, a atual projeção está muito condicionada pela adoção de medidas de consolidação orçamental, no âmbito do Orçamento de Estado para 2012 (OE2012) e das medidas detalhadas no Plano de Ajustamento Económico e Financeiro, que foram integradas nos Planos Previsionais para 2012-2013.

Prevê-se que as condições de financiamento da economia portuguesa manter-se-ão restritivas e marcadas tanto pelo processo de recuperação de capital do setor bancário, como pela redução dos níveis de endividamento das famílias e empresas.

No que se refere à cotação média do preço do petróleo, de acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), foi registado um incremento de 40% face a 2010, como ilustrado no quadro seguinte:

Cotações Médias do Petróleo Bruto “Brent” (Europa)

2010	2011	Variação (%)
79,6	111,5	40

Unidade: USD/Barril
Fontes: DGEG

Tal facto repercutiu-se fortemente na evolução do preço médio dos combustíveis, nomeadamente no gasóleo rodoviário, no qual se contabilizou uma taxa média anual de cerca de 20 %.

Evolução do Preço Médio Anual dos Combustíveis em Portugal 2010-2011

Tipo	2010	2011	Variação (%)
Gasolina 95	1,374	1,544	12,4
Gasóleo	1,154	1,371	18,8

Unidade: Euro/litro
Fonte: DGEG

Relativamente ao consumo de combustíveis, tendo em conta as previsões anteriores, são estimados, face a 2010, com base na informação disponível à data, as reduções de 9,5 % e 5,4 %, respetivamente nas vendas das gasolinas e do gasóleo.

Evolução dos consumos das Gasolinas e do Gasóleo em Portugal 2010-2011

Tipo	2010	2011*	Variação (%)
Gasolinas	1.386.962	1.255.076	-9,5
Gasóleo	4.870.663	4.607.986	-5,4

*dados provisórios
Unidade: tonelada
Fonte: DGEG

Contrariando a tendência verificada no ano passado, no qual o mercado de veículos novos subiu cerca de 33%, devido, em grande medida, aos incentivos fiscais para abate do parque obsoleto, o ano de 2011 registou uma diminuição de cerca de 30% nas vendas, sendo de sublinhar não só a redução generalizada em todos os tipos de veículo, como também o facto do maior valor absoluto ter sido contabilizado nos automóveis ligeiros de passageiros (31,3%).

Evolução Anual da Venda de Veículos Novos 2010-2011

Tipo	2010	2011	Variação (%)
Automóveis Ligeiros de Passageiros	223.464	153.453	-31,3
Comerciais Ligeiros	45.669	34.888	-23,6
Pesados	3.621	2.995	-17,3
TOTAL	272.754	191.336	-29,9

Fonte: ACAP

2 REDE RODOVIÁRIA CONCESSIONADA

O Plano Rodoviário Nacional (PRN) em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de agosto, é a referência fundamental de planeamento do sector rodoviário em Portugal.

Na sequência da alteração promovida pelo Governo, em 2007, ao sector das infraestruturas rodoviárias em Portugal, a EP - Estradas de Portugal, SA não representa o Estado nas 15 concessões que se encontravam estabelecidas, até ao seu termo, e que envolvem cerca de 2700km.

Assumiu as responsabilidades ao nível do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento das restantes vias classificadas existentes ou previstas no PRN, bem como das estradas desclassificadas na sua jurisdição, por ainda não ter sido possível proceder à sua integração nas redes municipais.

No âmbito do Contrato de Concessão firmado entre a EP e o Estado Português, encontram-se contratadas 7 subconcessões, envolvendo cerca de 1.822km, 993km dos quais relativos a vias a construir (incluindo alargamento), encontrando-se 336km abertos ao tráfego, 601km em construção e 56km em projeto, no final de 2011. A EP atua ainda, diretamente, em cerca de 13.450km.

O relacionamento com os Municípios tem sido formalizado através da celebração de Protocolos, sendo essencial, pela sua relevância, a garantia do acompanhamento físico e financeiro dos compromissos assumidos no âmbito da transferência da rede desclassificada.

No que se refere à rede desclassificada encontram-se identificados, no final de 2011, cerca de 3.100km, tendo sido transferidos para a jurisdição municipal, no ano findo, cerca de 60km.

No ano de 2011 foram colocados à exploração 216,9km de novas vias, cerca de 200km dos quais construídos no âmbito de subconcessões, conforme ilustrado no quadro seguinte:



EXTENSÃO COLOCADA À EXPLORAÇÃO EM 2011

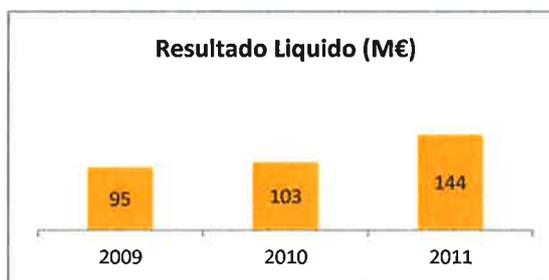
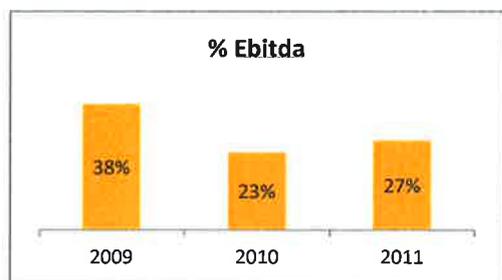
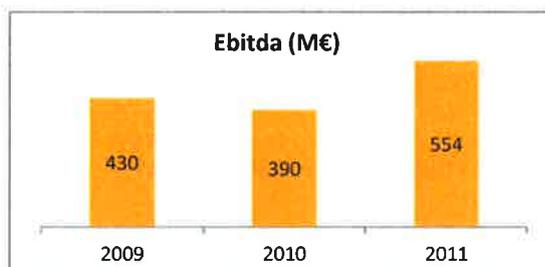
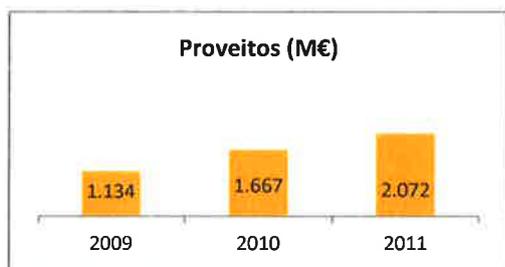
ITINERÁRIO	DESIGNAÇÃO	EXTENSÃO (km)
IP2	Longroiva /Trancoso. Pocinho-Longroiva (Nó de Longroiva até ao final) (Subconcessão Douro Interior)	28,9
IP2	Valebenfeito /Junqueira. Sublanço –Pk 0+000 – Nó de Bomes	2,5
IP2	Lanço Pocinho /Longroiva – Sublanço Nó do Pocinho – Nó de Longroiva (Subconcessão Douro Interior)	18,3
IP2	Lanço Valebenfeito /Junqueira – Lote 1	26,7
IP2	Trecho Nó de Bomes /Junqueira (Subconcessão Douro Interior)	26,7
IP4/A4	Vila Real (Parada De Cunhos) / Quintanilha. Sublanço Vila Real Nascente / Justes (Subconcessão Transmontana)	8,0
IP4/A4	Vila Real (Parada De Cunhos) / Quintanilha. Sublanço Bragança Poente / Bragança Nascente ((Subconcessão Transmontana)	7,0
IP4/A4	Vila Real (Parada De Cunhos) / Quintanilha. Sublanço Amendoeira / Ligação ao IP2 e à EN15 (Subconcessão Transmontana)	3,0
IP4/A4	Lamas de Orelhão / Mirandela Norte. Sublanço Lamas de Orelhão /Mirandela Poente (Subconcessão Transmontana)	8,0
IP4/A4	Lamas de Orelhão / Mirandela Norte. Sublanço Mirandela Poente /Mirandela Norte (Subconcessão Transmontana)	6,0
IC2	Variante da Batalha (Subconcessão Litoral Oeste)	13,2
IC5	Lanço Mogadouro /Miranda do Douro – Lote 9 (Subconcessão Douro Interior)	36,6
IC5	Lanço Nó de Pombal /Nozelos – Lote 7 (Subconcessão Douro Interior)	29,9
IC17	CRIL - Sublanço Buraca / Pontinha *	3,6
IC32	Casas Velhas / Palhais	3,8
IC36	Lanço Leiria Sul/Leiria Nascente (Subconcessão Litoral Oeste)	6,5
EN101	Variante urbana de Felgueiras, prolongamento até à EN 101 a norte de Felgueiras	1,3
EN101	Variante à EN101 entre Ponte da Barca e Arcos de Valdevez - 2.ª fase	6,4
EN103	Acessos ao Novo Hospital de Braga	1,4
EN210	Variante entre os km 56+200 e 56+520, incluindo nova Ponte sobre o Rio Ovelha **	0,3
EN236-1	Variante do Troviscal (Subconcessão Pinhal Interior)	2,8
EN242	Variante da Nazaré do km 0+000 ao km 0+700 (Viaduto sobre o rio Alcôa)	0,7
	Ligação à Trafaria (Subconcessão Baixo Tejo)	2,0
TOTAL		216,9

3 DESEMPENHO ECONÓMICO

Com a criação da EP, Estradas de Portugal, S.A. iniciou-se no final de 2007 uma profunda reforma estrutural na gestão do sector rodoviário, com particular ênfase no planeamento, acompanhamento, e controlo das atividades, visando a obtenção de elevados padrões de desempenho com os consequentes ganhos de produtividade.

Os resultados da EP têm vindo a crescer de uma forma sustentada ao longo dos últimos anos, fruto de uma reestruturação da empresa necessária ao cumprimento das novas responsabilidades no âmbito do desenvolvimento do setor rodoviário.

Mais do que o aumento superior a 50% do resultado líquido, de 95 milhões de euros em 2009 para 144 milhões de euros em 2012, importa referir o aumento verificado no EBITDA da empresa, ou seja, a sua capacidade de gerar valor.



O principal proveito da EP resulta dos contratos de construção, em especial dos referentes a subconcessões e da respetiva capitalização de encargos financeiros. De notar em 2011 o aumento dos proveitos de portagens que passaram de 45 milhões de Euros em 2010 para 133 milhões de Euros nesse ano.

A melhoria dos resultados líquidos permitiu à EP distribuir 10,2 milhões de euros de dividendos e efetuar pagamentos de IRC de cerca de 121 milhões de euros.



Ao longo dos últimos anos a EP tem vindo a desenvolver um esforço na sua reestruturação que tem permitido uma redução de custos. Adicionalmente em 2011, seguindo as orientações da Tutela, a EP iniciou a implementação do Plano de Redução de Custos, que tinha como objetivo uma redução de 15% face a 2009 dos custos elegíveis.

A EP ultrapassou largamente os resultados exigidos ao reduzir os custos operacionais elegíveis em 54% face a 2009, devido principalmente ao esforço de contenção da execução da Obra Própria e dos Custos com Pessoal.

Ainda de referir que o ciclo da Concessão da EP é ainda caracterizado por um forte investimento tendo efetuado pagamentos de cerca de 810 milhões de euros em 2011 (830 milhões de euros em 2010), principalmente em Concessões do Estado, daí ainda ter necessidades de financiamento significativas. Em 2011, o endividamento da EP aumentou em cerca de 637 milhões de euros.

Devido às condições dos mercados financeiros, as necessidades de financiamento da EP foram supridas com recurso a Suprimentos do acionista Estado.

Execução do Plano de Investimentos

Apresenta-se de seguida a execução do plano de investimentos, cujos valores globais das medidas/projetos têm por base a faturação do investimento realizado e inclui os montantes associados à Conservação da Rede (empreitadas, estudos, projetos, fiscalização e assistência técnica), contabilizados em fornecimentos e serviços externos.



(Milhares €)

MEDIDA / PROJECTO	EXECUÇÃO 2011	EXECUÇÃO 2010
I. EXPANSÃO DA REDE	66.215	114.658
1. Construção de IP	37	1.062
2. Construção de IC	34.188	44.267
3. Construção de EN e ER	6.552	31.189
4. Expropriações da EP	12.619	21.660
5. Expropriações de Concessões	12.819	16.480
II. MODERNIZAÇÃO DA REDE	35.410	49.389
1. Requalificação de IP e IC	3.785	4.338
2. Requalificação de EN e ER	5.114	21.968
3. Requalificação\Substituição de Obras de Arte	16.958	9.565
4. Construção de Variantes a Centros Urbanos	9.553	13.518
III. CONSERVAÇÃO DA REDE	44.747	52.268
1. Conservação Periódica\Beneficiação de Estradas	10.176	35.943
2. Reabilitação de Obras de Arte	34.571	16.325
IV. ESTUDOS, PROJECTOS, FISCALIZAÇÃO E A. TÉCNICA	10.667	13.891
1. Estudos e Projectos de Construção	2.640	3.613
2. Estudos e Projectos de Conservação	506	1.306
3. Estudos e Projectos de OA	2.755	3.294
4. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Construção	788	1.535
5. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Conservação	48	54
6. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de OA	1.989	1.444
7. Outros Estudos, Assistência Técnica e Jurídica	1.941	2.645
V. INSTALAÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS	1.838	2.742
1. Maquinaria, Edifícios e Equipamento	506	1.027
2. Sistemas de Informação	534	1.090
3. Telemática Rodoviária	798	625
SUB-TOTAL	158.877	232.948
VI. CONCESSÕES	678.405	672.198
TOTAL	837.282	905.146

4 PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS/GASTOS OPERACIONAIS

O Plano de Redução de Custos, aprovado em Maio de 2011 e elaborado com o objetivo de dar resposta ao Despacho 807/2011 do SETF de 31 de Maio de 2011 que estipula a necessidade de uma redução de custos de 15% em 2011 face a 2009, prevê uma redução superior a 160 milhões de euros nos custos operacionais da EP para 2011, o que corresponde a uma redução de 44% comparativamente a 2009, em termos orçamentais. Verificou-se no final do ano uma redução efetiva na ordem dos 54%.

Esta redução teve como principal pressuposto, o reforço da conservação corrente em detrimento da requalificação e construção de novas obras, por forma a assegurar adequados níveis de qualidade da rede com um investimento mais reduzido.

O Investimento Próprio sofreu assim uma redução de 73% face a 2009, tendo a componente de Conservação Corrente e Segurança Rodoviária sido alvo de um reforço de 32%, face a 2009.

Apesar dos esforços já desenvolvidos ao longo dos últimos anos na redução significativa dos encargos com pessoal, a EP propôs-se ainda atuar ao nível destes encargos, propondo a sua redução em 29%, mas obtendo no final do ano uma redução real de 35%.

O quadro seguinte sintetiza a redução dos Gastos Operacionais prevista pelo Plano e a situação da execução do mesmo no final de 2011:

	(m€)		
	Execução 2011	Execução 2009	% redução 2009/2011
Pessoal	35.725	54.988	-35%
Encargos com Pessoal	33.542	39.676	-15%
Indemnizações Plano Social	1.129	11.371	-90%
Pensões	1.054	3.941	-73%
CMVM	71.281	264.452	-73%
Investimento Próprio	71.281	264.452	-73%
FSE	64.406	53.328	21%
Conservação Corr.+ Seg. Rod.	54.269	41.106	32%
FSE s/ Cobr. Portagens, CSR e O&M Subconc.	10.137	12.222	-17%
CUSTOS OPERACIONAIS	171.411	372.768	-54%

Analisa-se de seguida, separadamente, cada uma das quatro componentes que contribuem para a redução dos Gastos Operacionais:

Recursos Humanos

A par da implementação das medidas de redução das remunerações determinadas na Lei do Orçamento do Estado para 2011, a empresa redobrou esforços no sentido da otimização das formas de organização do trabalho e da racionalização de custos, os quais se refletiram nos efetivos resultados do exercício, alcançando-se poupanças significativas, designadamente, ao nível dos encargos associados a deslocações em serviço e trabalho suplementar.

Contenção de despesas com pessoal

A contenção de custos teve expressão assinalável no âmbito da formação profissional, optando a empresa pela internalização de processos, incrementando-se a organização de ações de formação interna, em detrimento da formação externa, sem prejuízo do investimento em áreas de conhecimento consideradas estratégicas ou de elevado grau de especialização.

Encargos	Ano 2010	Ano 2011	% Δ
Aj.Custo (território nacional)	818.200 €	444.755 €	-46%
Deslocações e Estadas	279.928 €	180.606 €	-35%
Trabalho Suplementar	146.168 €	68.522 €	-53%
Formação	296.341 €	132.572 €	-55%

Plano Social de Racionalização de Quadros

O esforço de redução da despesa veio trazer atualidade ao Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ), tendo sido lançada nova edição em 2011, como medida de diminuição do efetivo incluída no Plano de Redução de Custos da EP para o triénio 2011/2013.

O PSRQ da EP foi concebido como medida estruturante destinada a minimizar custos sociais da redução do efetivo, e tem tido a virtualidade de salvaguardar o clima social da empresa na execução do processo por ser desenvolvido numa base de adesão voluntária, em que confluem o interesse manifestado pelo colaborador, face à avaliação das condições em função do seu percurso profissional e opção pessoal, e o interesse da empresa quanto à possibilidade da dispensa, tendo sido orientado, fundamentalmente, para colaboradores de idade superior a 55 anos e como incentivo à aposentação ou reforma.

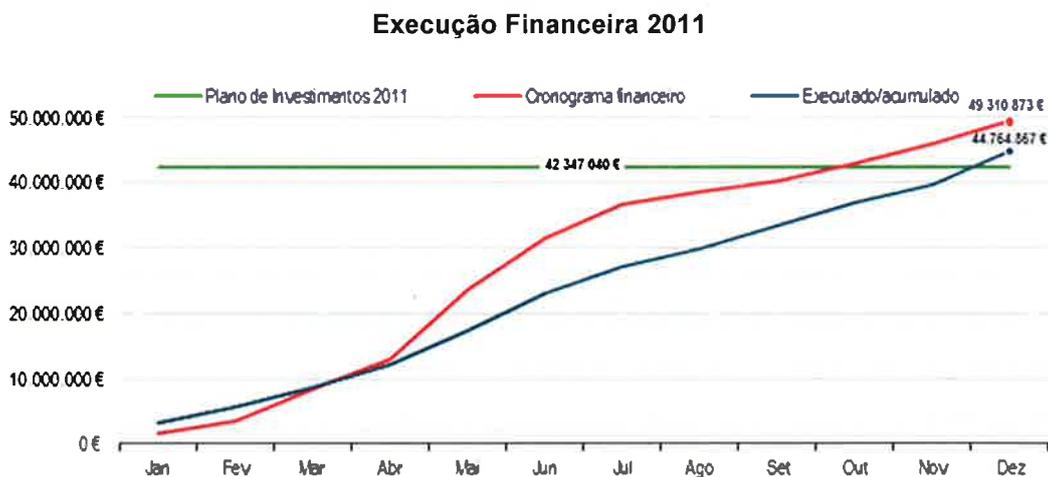
Na edição de 2011 do PSRQ, 127 colaboradores aderiram à iniciativa, reunindo 107 dos processos condições de celebração de acordo de cessação da relação laboral, 84 dos quais transitaram para desenvolvimento em 2012. Por efeito do PSRQ concretizou-se no ano de 2011 a saída de 29 trabalhadores, a que correspondeu o encargo de 1.129m€, referente a compensações pagas pela empresa.

A execução das medidas de redução de custos resultou no exercício de 2011, por comparação com o ano de 2010, na diminuição do efetivo de 1185 para 1162 colaboradores (não inclui 2 membros do Conselho de Administração) e na redução dos custos com pessoal em 11% (redução que se apura em 13% se não considerados os encargos com indemnizações por cessação da relação laboral).

Conservação corrente

O ano de 2011 foi o primeiro ano completo do novo modelo de conservação corrente plurianual (2010/2013), suportado na execução de 18 contratos, avaliados num total de 161,6M€.

A estratégia adotada para a gestão da verba atribuída permitiu que não fosse imposto um teto orçamental anual para cada um dos distritos mas que esta fosse gerida de acordo com as suas necessidades e a disponibilidade de verba. O esforço dos Centros Operacionais e dos adjudicatários, na mobilização de meios em tempo útil, bem como as condições atmosféricas que se verificaram durante o mês de Dezembro, permitiram que a execução, durante o ano de 2011, fosse de 43,9 M€, €, a qual acresce a despesa com revisão de preços totalizando 44,8M€.



Adicionalmente às verbas associadas aos contratos de conservação corrente acima mencionados, crescem verbas da Administração Direta que se destinam à satisfação de necessidades operacionais das Brigadas de Intervenção, bem como pequenas obras individualizadas de conservação corrente.

Outros Fornecimentos e Serviços Externos

Outra dimensão da redução da despesa de 2009 para 2011 refere-se aos principais gastos com fornecimentos e serviços de terceiros, designadamente a gestão de frota, a gestão de instalações de serviço, a gestão de comunicações e energia, assim como a gestão de economato e outros serviços de apoio à atividade operacional da empresa.

Evolução da Frota Automóvel

	2007	2008	2009	2011	Variação 2009 / 2011 (%)	Variação 2007 / 2011 (%)
Manutenção	442.928	330.122	210.895	115.099	- 45,4	- 74,0
Combustível	1.654.838	1.631.162	994.035	1.047.190	+ 5,3	- 36,7
Rendas AOV	2.226.108	2.209.250	1.878.464	1.885.238	+ 0,4	- 15,3
TOTAL	4.323.874	4.170.534	3.083.394	3.049.085	- 1,1	- 29,5

Verifica-se uma significativa redução nos encargos associados à frota, cerca de 30%, entre 2007 para 2011. Entre 2009 e 2011 a redução foi de apenas 1,1%, o que se deve sobretudo ao forte aumento do preço do combustível ocorrido nos últimos anos. Com efeito, só de 2009 para 2011 verificou-se um aumento de cerca 25% no preço do gasóleo, o que tem grande impacto no cômputo geral das despesas existentes com a frota automóvel.

Fornecimento de energia elétrica

	2009	2011	Variação (%)
Instalações	432.230	444.047	+ 2,7
Iluminação Rodoviária	443.085	242.111	- 45,4
Outros (vias)	147.881	86.664	- 41,4
TOTAL	1.023.196	772.822	- 24,5

Verificou-se no ano de 2011 um aumento significativo do preço da energia elétrica face ao ano de 2009, quer da energia ativa, quer da energia reativa, o que explica o aumento dos custos com as instalações.

Não obstante o aumento do preço da energia elétrica, verificou-se uma redução substancial dos custos com a iluminação rodoviária e outros sistemas instalados na via, o que se deve à transferência de troços rodoviários da rede operada diretamente pela EP para a rede subconcessionada, no âmbito dos seguintes contratos de subconcessão: Douro Litoral, Rotas Algarve Litoral, Pinhal Interior, Autoestradas Baixo Tejo e Autoestradas Litoral Oeste.

Comunicações

	2009	2011	Variação (%)
Telefone e Fax	96.914	76.843	- 20,7
Telemóveis	160.979	96.613	- 40,0
TOTAL	257.893	173.456	- 32,7

As comunicações fixas e móveis registaram uma poupança significativa entre 2009 e 2011. Facto determinante, foi a celebração de novo contrato de telecomunicações, em vigor desde dezembro de 2010, com preços unitários cerca de 30 % mais baixos do que o contrato anterior.

Outras Despesas

	2009	2011	Variação (%)
Serviços de Segurança	512.072	428.490	- 16,3
Limpeza, Higiene e Conforto	546.700	419.444	-23,3
Aluguer de Instalações	308.383	370.451	+ 20,1
Conservação Instalações e Reparação Equipamentos	81.931	53.007	- 35,3
Material de Escritório	141.294	42.483	- 69,9

Desde 2009 que a EP tem vindo a implementar uma política de racionalização das suas instalações de serviços, em face das atuais necessidades operacionais da empresa, assim como de rentabilização do seu património imobiliário.

Neste enquadramento, verificou-se em 2010 a alienação de alguns imóveis que constituíam instalações de serviços (Beja, Braga, Castelo Branco e Viseu), tendo havido a necessidade de proceder ao arrendamento de instalações em Beja, Braga e Castelo Branco.

Investimento próprio

O Investimento Próprio, pelos montantes envolvidos, foi uma das principais rúbricas que contribuíram para o Plano de Redução de Custos em 2011.

Em julho de 2011 foram efetuados ajustamentos às medidas/projetos do plano de investimentos por forma a reduzir o investimento relativo à expansão e modernização da rede rodoviária em cerca de 10M€, processo que se baseou na avaliação criteriosa, caso a caso, das atividades previstas, quanto à sua premência e enquadramento no plano inicial, promovendo-se as compensações com outras medidas do plano, no caso de investimentos necessários não previstos, para além da anulação de investimentos que se consideraram dispensáveis no decorrer do exercício.

O valor do Investimento Próprio atingiu os 71 M € em 2011, verificando-se um decréscimo de 73% face a 2009.

5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS

5.1 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

5.1.1 ESTUDOS E PROJETOS

Os estudos e projetos de conservação e manutenção incluem a conservação de vias, conservação periódica e conservação de obras de arte:

Estudos e Projetos de Conservação e Manutenção									
Concursos Lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados				Estudos Concluídos		
	Nº eventos	Extensão (km)	Total Base (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Total Adjudicações (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Valor Total (M€)
2009	51	60,9	3,85	99	321,9	2,6	84	220	1,88
2010	53	249	2,68	102	189,2	3,58	116	100	1,37
2011	26	9,58	0,85	91	97,16	1,38	89	69,3	2,18

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

Atividade ao nível da Segurança Rodoviária

Dos estudos e projetos desenvolvidos em 2011, destacam-se os decorrentes do Plano de Segurança Rodoviária, e em particular as intervenções que visam eliminação de pontos negros e reformulação geométrica de intersecções. Para além das medidas previstas nos projetos desenvolvidos com a coordenação da Direção de Projetos, de forma individualizada ou integradas em estudos de variantes a centros urbanos e requalificação ou conservação da rede existente, merecem relevo os projetos concretizados com recursos internos.

Para este novo paradigma contribuiu a implementação de portagens, o que levou à transferência de elevado volume de tráfego para a rede secundária a cargo da EP.

Atividade ao nível da Conservação da Rede a cargo da EP

A atividade tem-se pautado pelo crescente peso das intervenções no plano da conservação da rede, com o objetivo último de preservar a sua funcionalidade e segurança estrutural, desenvolvendo as suas ações ao nível das vias propriamente ditas, das estruturas de contenção e das obras de arte sob jurisdição da EP.

Assim, em 2011, concluíram-se 29 projetos de conservação de vias e grandes estruturas de contenção, bem como, 60 projetos de lotes de obras de arte que contemplaram a reabilitação de 102 obras de arte.

Para além de projetos individualizados, foram ainda elaboradas especificações técnicas para intervenções no âmbito dos Contratos de Conservação Corrente.

Dos estudos de Obras de Arte destacam-se pelas suas características e importância:

Assistência técnica à empreitada IP3 – Ponte de Santa Comba Dão, Mortágua, Cunhedo e EN234-6 – Ponte de São João das Areias – Reabilitação e Reforço dos tabuleiros das obras de arte

A intervenção em curso abrange quatro obras de arte localizadas no IP3 e na EN234-6, na zona das albufeiras da barragem da Aguieira e do açude da Raiva, entre Cunhedo e Santa Comba Dão (ex-EN2 – Trecho Chamadouro/Raiva), no distrito de Viseu. As pontes em causa, projetadas em 1975 pelo Prof. Edgar Cardoso e construídas entre os anos de 1976 e 1979, são:

- Ponte sobre o Rio Mondego, em Cunhedo, com o vão total de 340m;
- Ponte sobre a Ribeira da Mortágua, entre Almaça e Cunhedo, com o vão total de 180m;
- Ponte de S João das Areias, com o vão total de 340m;
- Ponte sobre o Rio Dão, em Santa Comba Dão, com o vão total de 260m.

Desenvolvimento e conclusão do projeto de EN234 – Pontes do Criz I e II e EN234-6 – Ponte de São João das Areias – Reforço dos pilares

As pontes do Criz situam-se na EN234, no troço que liga Mortágua a Santa Comba Dão no distrito de Viseu aos km 58+020 e 59+300, a Ponte de S João das Areias situa-se na EN234-6, no concelho de Tábua.

Trata-se de pontes de betão armado, originalmente com pré-esforço longitudinal e transversal em tabuleiros. Os tabuleiros, de 15,20m de largura, são lajes vigadas com 4 longarinas de altura variável de 2,00m a 2,50m, dispoendo de carlingas a cerca de terços de vão e nos apoios nos pilares e nos encontros. As pontes foram projetadas em 1975 pelo Prof. Edgar Cardoso, tendo sido construídas entre os anos de 1976 e 1979.

5.1.2 CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E MELHORIA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Inclui as obras individualizadas necessárias à requalificação e manutenção da Rede Rodoviária sob jurisdição da empresa.

Em 2011, foram concluídas 48 intervenções, abrangendo uma extensão total de cerca de 194 km.

Conservação de Vias									
Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas			
	Nº eventos	Extensão (km)	Total (*) V. Base (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Total (*) Adjudicações (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Total (*) Obras (M€)
2009	35	79,5	46,2	72	207,6	71,0	90	215,1	55,8
2010	75	93,4	181,4	66	124,9	192,1	108	229,1	138,1
2011	45	40,6	16,6	43	24,6	12,3	48	193,6	23,3

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

5.1.2.1 Gestão da Conservação

A EP prosseguiu em 2011 a implementação, consolidação e evolução das metodologias inerentes ao Modelo de Gestão da Conservação das Estradas, que definiu em 2010, que se espelha no quadro seguinte:

O Modelo da Gestão de Conservação da Estradas de Portugal				
Modelos	Sistemas de Gestão	O Estádio de Desenvolvimento		
		Implementação	Consolidação	Evolução
Gestão de Conservação de Estruturas	Obras de Arte		X	X
	Obras de Contenção	X		
	Obras Hidráulicas	X		
Gestão de Conservação de Vias	Pavimentos	X	X	X
	Equipamentos	X	X	

A consolidação dos Modelos de Gestão de Conservação permitirá que a Empresa assegure, a nível nacional, a racionalidade dos investimentos nas ações de conservação, entendida como a conjugação da Manutenção/Conservação Corrente, com a Reabilitação/Conservação Periódica, numa lógica de custo/benefício, procurando que as intervenções sejam racionais, eficientes e atempadas.

5.1.2.2 Gestão de Conservação de Estruturas

Gestão de Obras de Arte

A garantia de condições adequadas de circulação em segurança nas obras de arte constitui, hoje, uma das mais relevantes, senão a principal prioridade da EP, tendo-se promovido as intervenções decorrentes das necessidades identificadas pelo Sistema de Gestão da Conservação de Obras de Arte.

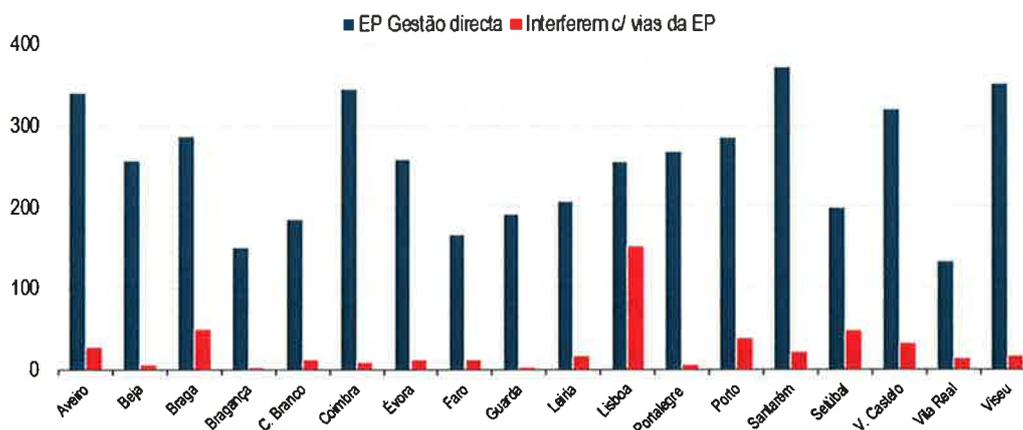
A evolução das intervenções no período 2008/2011 apresenta-se no quadro seguinte:

Obras									
Concursos Lançados			Obras Adjudicadas				Obras Concluídas		
	N.º eventos	N.º O.A.	Total (*) Base (M€)	N.º Eventos	N.º O.A.	Total (*) Adjudicações (M€)	N.º Eventos	N.º O.A.	Valor (*) Total (M€)
2008	19	24	10,7	14	31	8,5	17	20	26,4
2009	9	11	12,4	23	46	11,4	24	55	18,0
2010	75	118	50,9	66	101	43,4	28	41	17,5
2011	39	98	18,7	32	68	15,4	54	87	21,5

(*) Valor total dos eventos independentemente da sua plurianualidade

Atividades desenvolvidas ao nível do Sistema de Gestão:

• Inventário/Histórico das Intervenções



O balanço em 2011 regista um Inventário de 4.557 obras de arte cuja conservação é da gestão direta da EP e 472 que interferem com as suas estradas.

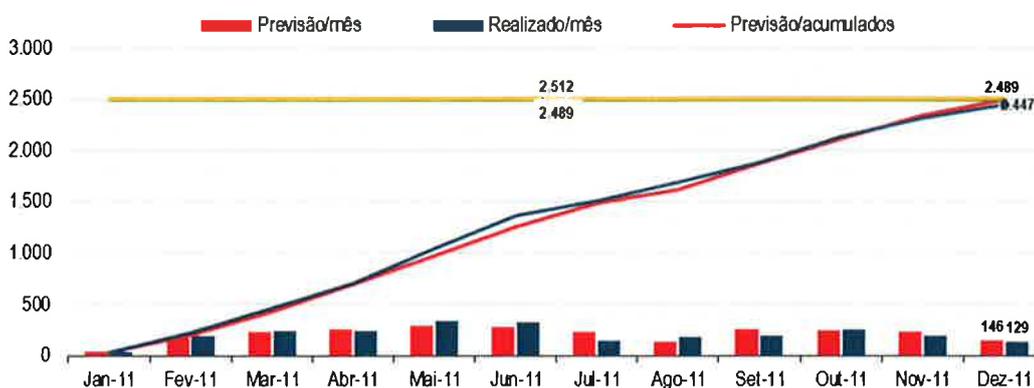
Relativamente ao final de 2010, verifica-se um acréscimo de cerca de 2,5% no Inventário de Obras de Arte, distinguindo-se nesse acréscimo os Distritos de Faro e Viseu com valores acima de 10%.

• Inspeções de Rotina

É uma atividade fundamental levada a efeito pelas Unidades Operacionais da Empresa, permitindo com regularidade avaliar o nível da manutenção das Obras de Arte, permitindo despoletar

Inspeções Principais, detetar necessidades de intervenção não programadas, para garantir a operacionalidade das mesmas.

Em 2011/2012 iniciou-se o 3º ciclo de inspeções de rotina à totalidade das Obras sob a gestão da EP e que interferem com as suas vias, tendo sido realizadas em 2006/2007, 5.823 inspeções e no último ciclo de 2009/2010, 4.854 inspeções.



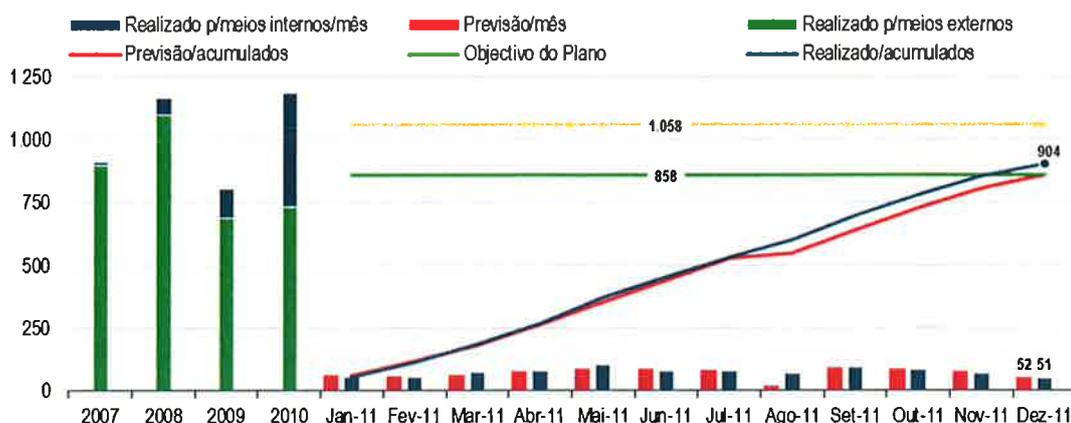
O planeamento estratégico para 2011/2012 contemplava a inspeção a 50% das obras de arte (cerca de 2.489 obras), conseguindo-se uma execução corresponde a 98% do planeado, 2.447 inspeções. Em Dezembro foram executadas 129 inspeções definitivas, face às 146 planeadas no mês.

• Inspeções Principais

O ano de 2011 deu seguimento ao Programa de inspeções iniciado em 2007, prosseguindo a inspeção a 20% do património da empresa, consolidando-se a estratégia de internalização desta atividade.

Assim, as Equipas de Inspeção foram dotadas de veículos adequados e equipamento específico para a função e receberam formação ministrada pelo LCPC, em Paris e Lisboa, nos sectores das Metodologias de Inspeção, Análise de Propostas de Intervenção, Muros de Suporte, Pontes de Alvenaria, Pontes de Betão Armado, Betão Armado Pré-Esforçado.





No balanço do ano de 2011, cumpriram-se os objetivos previstos de execução das 858 inspeções principais programadas, apesar da escassez de recursos humanos em algumas estruturas descentralizadas para apoio à equipas de inspeção.

Verificou-se uma ligeira adequação do número de inspeções por distrito, face ao inicialmente planeado, decorrente da entrada em empreitada, da transferência ou da desativação de algumas obras de arte.

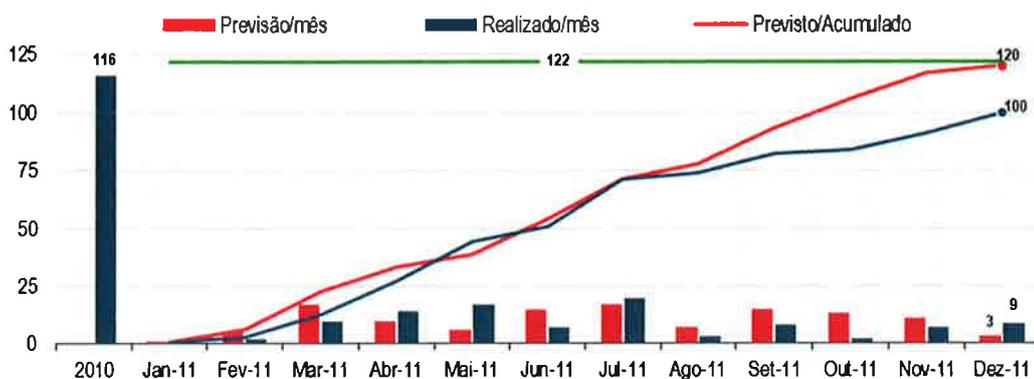
• Intervenção

No que respeita a esta atividade, prosseguir-se-á a metodologia iniciada no final de 2007, que consiste na agregação com cariz Distrital, das necessidades de intervenção em Obras de Arte, integrando num mesmo projeto obras com necessidades, urgência e tipologia idênticas, localizada na mesma zona geográfica, como os ajustamentos introduzidos em 2010. Estes consistiram na individualização do tratamento das estruturas em pior estado de conservação, com vista contribuir para a sua mais célere resolução e agregação das que apresentam estado de conservação menos urgente ao nível dos Centros Operacionais.

Em 2011 foram efetuadas propostas de intervenção, em face dos resultados das inspeções principais realizadas em 2011, cobrindo o todo nacional, tendo sido solicitado o desenvolvimento de 18 projetos individualizados e 28 agregados.

• Vistorias

Tendo em vista monitorizar a evolução dos danos que justificaram o despoletar de Projetos de Execução, em estruturas que denotavam mais urgência de intervenção, prosseguir-se-á o desiderato de executar vistorias periódicas com vista a detetar evoluções imprevistas, que justifiquem a alteração dos procedimentos em curso, até à sua entrada em obra.



Após um total de 116 vistorias em 2010, foram inicialmente previstas realizar 122 em 2011. O seu planeamento teve não só em conta a data da última Inspeção Principal ou vistoria, realizada em 2010, como ainda a época do ano em que esta foi realizada, tendo em vista assegurar que a vistoria de 2011 ocorra numa época com boas condições climáticas.

O ajustamento ocorrido ao longo de 2011 no número de vistorias efetuada ocorreu atendendo à reprogramação da execução das respetivas intervenções, pelo que não resultaram comprometidos os objetivos pretendidos.

Gestão de Obras de Contenção

Decorrente da decisão tomada em 2010 de prosseguir a integração das responsabilidades pelo primeiro Inventário no âmbito dos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013, em 2011 foi dado seguimento ao primeiro dos dois anos previstos para a prossecução desta tarefa, cuja execução se encontra a cerca de 30%, ao nível nacional.

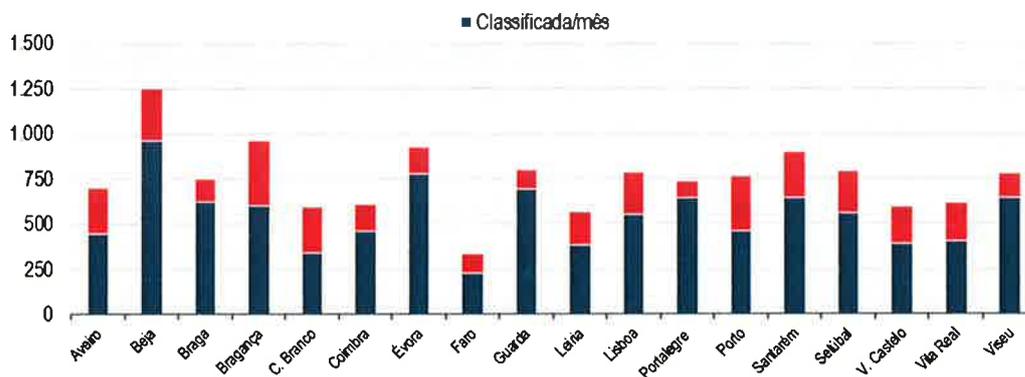
Gestão de Conservação de Vias

Gestão de Pavimentos

O Sistema de Gestão de Pavimentos (SGPav) consiste num conjunto de metodologias preestabelecidas, que permite, a partir do inventário e atualização das intervenções sobre o património rodoviário da empresa, associado ao conhecimento do tráfego que o mesmo suporta, antever a evolução de um conjunto de parâmetros que refletem a sua perda de capacidade de suporte, conforto e segurança da circulação, processo este que se designa por modelo de comportamento.

• Inventário/Histórico das Intervenções

Em 2011 foi prosseguido o objetivo de manter atualizado o inventário da rede sob gestão direta da empresa, bem como o histórico das intervenções nos pavimentos.



A natural dinâmica da rede, derivada da construção de novas estradas, das alterações de jurisdição, bem como de eventuais correções de secções da rede, origina que, no âmbito do SGPav, se verifique mensalmente algumas variações da extensão da Rede de Estradas da EP.

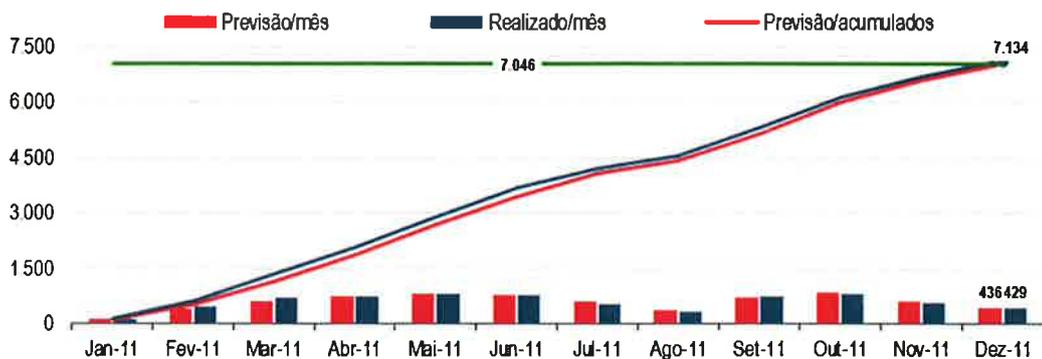
O balanço de 2011 relativamente ao Inventário, integrando as alterações decorrentes de correções na definição de secções e da transferência de troços para as redes municipais, permitiu avaliar um total de rede inventariada de 13.459km de estradas, traduzindo uma variação de -0,56% desde o final do ano passado.

O decréscimo de extensão da rede total salda-se em -60km, devido sobretudo à municipalização de estradas.

• Inspeções de Rotina

Prosseguiu-se em 2011 a inspeção de rotina a 50% de toda a rede sob gestão direta da empresa, num processo integrado que abrange as Obras de Arte, assim como os componentes da Rede de Estradas (pavimentos, drenagem, taludes, componentes ambientais, iluminação, etc.).

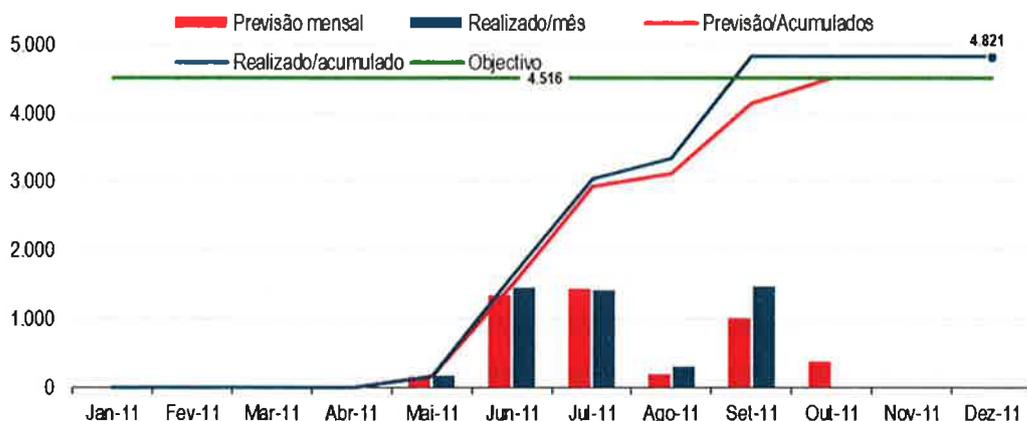
Os trabalhos de inspeção de rotina entraram assim num novo ciclo de 2 anos, na sequência dos trabalhos desenvolvidos em 2009 e 2010 que cobriram toda a rede. Este trabalho permite a deteção de problemas de conservação que podem ser resolvidos com os meios à disposição dos COs, ou despoletar a intervenção dos Serviços de Projetos, Ambiente ou Direção de Construção e Manutenção, para a sua análise e proposta de resolução.



O balanço de 2011 regista a realização de um total de 7.134km, que compara com a previsão inicial na extensão de 7.046km, tendo sido assegurada a inspeção de pelo menos metade da extensão da rede. A realização em valores acumulados foi superior ao planeado em 88km, correspondendo à execução de 101%.

- **Inspeções Principais**

Em 2011 foi iniciado um novo ciclo de inspeção dos pavimentos da rede de estradas classificadas sob gestão direta da empresa, com a realização em 2011 da inspeção em 25% daquela rede e a 50% da Rede Desclassificada, que nunca foi Inspeccionada.



A estratégia de Inspeção de Pavimentos para 2011 aprovada pela EP previu a realização de uma campanha de Inspeções Visuais aos Pavimentos com o objetivo de abranger 4.516 quilómetros de estradas, tendo lugar entre Maio e Setembro, tendo a extensão de vias inspeccionada num total de 2.821km, sido superior em 107% ao previsto.

- **Intervenção**

No ano de 2010 foi concluída a ronda a todas as vias sob a responsabilidade da empresa, tendo em vista a verificação das condições locais de conservação, confrontando os dados do Sistema de Gestão de Pavimentos com a realidade local, no caso das vias classificadas, e recolhendo a informação “in loco” das relativas às estradas desclassificadas.

Este processo permitiu a definição, com cariz distrital, de uma Estratégia Plurianual de Intervenção, a curto e médio prazo, integrando todas as vias que justifiquem, com diferentes profundidades mas, com idêntica urgência, proximidade geográfica e necessidades de Projeto e Obra.

Assim, no ano de 2011 foi realizada a atualização dos Planos Plurianuais de Intervenção definidos durante os anos de 2009 e 2010 na sequência de vistorias às vias para verificação das condições locais de conservação e com base numa avaliação das necessidades de intervenção, numa logica de custo benefício do desempenho a médio/longo prazo de diferentes alternativas e fazendo uso das potencialidades do modelo de previsão de comportamento dos pavimentos do SGPav da EP, S.A., como ferramenta de apoio à decisão.

Este trabalho permitiu a construção do Plano de Investimentos 2012 para as intervenções nos pavimentos na Rede Nacional de Estradas.

Gestão de Equipamentos

Este Sistema está vocacionado para intervenções de pura Manutenção, a implementar através dos Contratos de Conservação Corrente Plurianuais, pelo que a sua composição respeita estritamente esse objetivo.

- **Inventário/Histórico das Intervenções**

Em 2011 prosseguiu este Inventário, que tem por base uma aplicação informática, que permite a imediata georreferenciação dos eventos e a sua imediata disponibilização na BDR, integrado nos Contratos de Conservação Corrente Plurianual.

Esta recolha foi efetuada com equipamentos especialmente concebidos para este tipo de trabalhos, permitindo uma grande agilidade e rendimento na prossecução desta atividade.

- **Inspeções de Rotina**

Em 2011 prosseguiu-se a inspeção de rotina a 50% de toda a rede sob gestão direta da empresa, num processo igualmente integrado, com os Pavimentos e Obras de Arte.

- **Inspeções Principais**

As IP não têm manual específico, decorrendo da análise específica de cada Serviço Central, envolvido no processo, tal como referido na IR.

5.2 INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO PRÓPRIA

5.2.1 ESTUDOS E PROJECTOS

Os estudos e projetos de construção incluem estudos prévios e projetos de execução de vias novas, requalificação de vias e construção de obras de arte:

Estudos e Projetos de Construção									
Concursos lançados			Estudos Adjudicados/Iniciados			Estudos Concluídos			
	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	Nº eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2009	11	113,9	1,92	24	154,7	4,12	17	532,8	10,43
2010	3	2,5	0,37	15	88,4	1,9	11	296,3	3,72
2011	5	3,75	0,40	5	6,3	0,34	5	2,8	0,64

Dos projetos de construção destacam-se os seguintes:

Assistência técnica à empreitada variante à EN101 em Arcos de Valdevez

Esta empreitada, com uma extensão de cerca de 6,5 km, consistiu na conclusão de uma Variante à Estrada Nacional 101, integrada na ligação de Monção a Braga, possibilitando que todo o tráfego de veículos pesados deixe de passar no centro da vila de Arcos de Valdevez, com amplos benefícios em termos de segurança.

Destacam-se ainda a construção de três viadutos, um pontão e um túnel.

Assistência técnica à empreitada EN103 – Variante a Gualtar

A empreitada teve como objetivo principal possibilitar o acesso ao novo Hospital de Braga a partir da circular existente, consistindo na construção da 1.ª Fase da Variante à EN103 em Gualtar. Apresenta uma extensão aproximada de 1000 m incluindo as ligações marginais e desenvolve-se desde o denominado Nó do Feira Nova na atual Circular de Braga do Feira Nova até ao designado Nó do Hospital.

IP3 – Nova Ponte sobre a foz do Rio Dão

Localizada ao km 75+310 do IP3, no concelho de Mortágua, distrito de Viseu, é uma obra de arte em betão armado pré-esforçado, com comprimento total de 382m divididos em 9 vãos, constituída por tabuleiro em laje vigada.



Em função das anomalias existentes ao nível dos embasamentos e fustes dos pilares da obra de arte, decorrentes de reações expansivas nos betões, foi prevista a demolição da ponte existente e a execução de uma nova estrutura com 490m de comprimento total divididos em 4 vãos (com vão maior de 160m), constituída por um tabuleiro contínuo em caixão de altura variável. A nova estrutura será executada ao lado da ponte atualmente existente, sendo por isso também necessário o acerto do traçado rodoviário do IP 3 naquele local

5.2.2 CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE VIAS

São aqui incluídas as obras de construção nova e as obras individualizadas de requalificação da rede rodoviária nacional, melhorando características de traçado em planta ou perfil ou reforçando a capacidade estrutural do pavimento assegurando, assim, níveis de conforto e segurança superiores.

Em termos globais, em 2011, foram concluídas empreitadas correspondentes a cerca de 20km de rede nova que corresponderam, ainda assim, a cerca de 150M€ de investimento, valor que estando principalmente associado ao fecho da CRIL não permite comparar o custo por km verificado em 2011 com o dos anos anteriores.

Construção de vias									
Concursos lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas			
	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)	N.º eventos	Extensão (km)	Investimento (M€)
2009	3	20,9	26,0	17	116,1	91,3	18	146,5	139,0
2010	3	6,0	8,5	1	3,0	8,2	15	151,7	156,3
2011	2	1,8	0,7	0	0,0	0	5	20,6	148,1

No que se refere à construção de obras de arte, de que se destaca a necessidade de substituição de estruturas já existentes, regista-se:

Construção de Obras de Arte									
	Concursos Lançados			Obras Adjudicadas			Obras Concluídas		
	N.º eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)	N.º Eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)	N.º Eventos	N.º O.A.	Investimento (M€)
2008	3	3	7,6	5	8	2,2	5	13	12,4
2009	12	21	5,6	6	7	1,8	6	10	2,0
2010	10	16	9,4	10	16	11,8	9	10	4,1
2011	15	18	34,0	12	17	7,2	9	16	2,8

5.2.3 EXPROPRIAÇÕES

Em 2011, o investimento em processos de expropriação de parcelas cuja gestão do processo expropriativo pertence à EP, ascendeu ao montante global aproximado de 25 milhões de euros.

	2009	2010	2011
Pago EP			13.234.573,80 €
N.º Parcelas Expropriadas			690
Pago Conc			12.496.791,39 €
N.º Parcelas Expropriadas			391
Total Pago	71.041.367,72 €	39.728.486,09 €	25.731.365,19 €
N.º Parcelas Expropriadas	2.801	1.428	1.081

Tal como em anos anteriores, manteve-se o esforço de resolução de processos expropriativos amigáveis cuja DUP se encontra publicada há mais de 2 anos, situações ainda não encerradas, porque resultam na quase globalidade de problemas decorrentes da impossibilidade de realização das escrituras de expropriação, dado que os registos dos prédios se não encontram atualizados em nome dos legítimos titulares e se torna legalmente imprescindível a sua regularização. Em resultado do trabalho desenvolvido, tem vindo a reduzir-se o número de processos de parcelas amigáveis por concluir, pelo que no final do ano de 2011, este conjunto de processos correspondia apenas a 3% (325 parcelas) do total do acervo de processos de parcelas amigáveis pendentes em aberto, constatando-se que em 78% dos processos por concluir, o seu não encerramento é responsabilidade dos expropriados e demais interessados, resultando essencialmente de problemas de atualização documental, como se referiu.

Encontram-se por isso ainda pendentes, 9.842 parcelas amigáveis, bem como 2.400 processos litigiosos ativos, cujo acompanhamento técnico é realizado pelo Gabinete de Expropriações, que incluem um número muito significativo (cerca de 70%), de parcelas das Concessões do Estado a cargo da EP, de acordo com os respetivos contratos.

5.3 CONCESSÕES

O Contrato de Concessão (CC) entre o Estado e a EP atribui à EP a responsabilidade do desenvolvimento do Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000).

No cumprimento deste objetivo e por determinação do Estado a EP lançou 7 subconcessões rodoviárias, envolvendo 993 km de construção nova, dos quais 398 km são autoestrada e 829 km de estradas para conservar e requalificar, sendo responsável pela sua gestão, acompanhamento, monitorização, fiscalização em todas as fases.

Relativamente às 15 Concessões do Estado que envolvem 2.150 km de autoestradas, a EP, e de acordo com o seu CC, realiza os pagamentos e arrecada os recebimentos em nome do Estado, como forma de obter os direitos sobre os benefícios económicos futuros das infraestruturas concessionadas, que passam a ser da EP, após o termo dos atuais contractos com as Concessionárias.

Nas Concessões do Estado, as funções do Concedente na gestão, acompanhamento, monitorização, fiscalização, instrução de processos de reequilíbrio são exercidas pelas entidades em quem o Estado delega essas funções, designadamente o InIR, IGF e Comissão Interministeriais de Negociação.

Nestes casos, a EP, nas matérias relativas aos pagamentos e recebimentos, executa as decisões tomadas por estas entidades.

No ano de 2011, a tarefa principal da EP, foi assegurar uma gestão rigorosa na execução dos investimentos contratados nas 7 subconcessões.

Relativamente às Concessões do Estado, a tarefa principal da EP foi assegurar a gestão adequada na cobrança de portagens, e a introdução de cobrança de portagens nas Concessões Beiras Litoral e Alta, Beira Interior, Interior Norte e Algarve.

Saliente-se, que em consequência deste processo de introdução de portagens nas ex-SCUT's, bem como das portagens previstas nas subconcessões, a rede de autoestradas portajadas aumenta para 85% da rede total de autoestradas, reforçando-se desta forma, o princípio de utilizador-pagador.

Como principais condicionantes no ano 2001, regista-se uma conjuntura económica desfavorável, com implicações ao nível da diminuição do tráfego, nomeadamente nas vias com portagem, tendo a situação sofrido um agravamento no último trimestre do ano.

Adicionalmente a entrada em vigor de portagens nas concessões do Algarve, Beira Interior, Beiras Litoral e Alta e Interior Norte inicialmente prevista para 15 de abril foi adiada para o dia 8 de dezembro de 2011. Este atraso teve um impacto significativo nas receitas de portagem arrecadadas em 2011.

5.3.1 SUBCONCESSÕES

5.3.1.1 CARACTERIZAÇÃO

SUBCONCESSÕES	DATA LANÇAMENTO	DATA CONTRATO	KM CONSTRUÇÃO		INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO INICIAL (M€)	CUSTO/KM
			AUTO-ESTRADAS	OUTRAS ESTRADAS		
AUTO-ESTRADA TRANSMONTANA	2007	2008	130	0	525	4,04
DOURO INTERIOR	2007	2008	18	243	623	2,39
BAIXO TEJO	2007	2009	22	10	255	7,97
BAIXO ALENTEJO	2007	2009	124	0	387	3,12
LITORAL OESTE	2008	2009	19	66	419	4,93
ALGARVE LITORAL	2008	2009	0	187	182	0,97
PINHAL INTERIOR	2008	2010	85	89	909	5,24
TOTAL			398	595	3300	3,32

No conjunto das Subconcessões, foi contratado um investimento em construção de novas infraestruturas rodoviárias, a preços constantes de 2008, 3.300 Milhões de Euros, representando um custo por km de 3,32M€.

Além destes 993 km (54%) de novas estradas, as subconcessões envolvem 829 km (46%) de estradas para requalificar e conservar, perfazendo um total de 1.822 km, refletindo uma aposta conservação das vias existentes.

Destes 1.822 km, 75% (1.363 km) são estradas sem perfil de autoestrada, introduzindo o conceito de rede de estradas em alternativa à concessão de autoestrada que vigorou anteriormente.

As Taxas Internas de Rentabilidade Acionista (TIR) previstas nos casos base contratados, resultantes dos Concursos Públicos Internacionais, variam entre 6,37% no caso do Algarve Litoral e 11% no caso do Litoral Oeste e Baixo Tejo, com uma TIR média de 9,18% para o conjunto das 7 subconcessões.

O financiamento das subconcessões envolve 15 instituições financeiras, das quais 10 são internacionais e 5 nacionais.

Os spreads contratados nas diversas linhas de financiamento, variam entre 1,60% e 2,75% sobre o indexante Euribor, com maturidades entre os 14 e os 27 anos.

Salienta-se que face à atual conjuntura financeira, as linhas de crédito contratadas, quer ao nível da maturidade, quer ao nível do custo do financiamento são muito competitivas.

O risco de expropriações, o risco ambiental, o risco de alargamentos e os riscos de disponibilidade e sinistralidade nas subconcessões passam a ser do parceiro privado, o que vai beneficiar, face à experiência tida com as anteriores concessões, o parceiro público, nomeadamente na fase de construção, onde os factos que originaram desvios no passado são fortemente minimizados.

Risco	Privado	Partilhado	Público
Conceção	X		
Construção	X		
Alargamentos	X		
Expropriações	X		
Ambiental	X		
Operação	X		
Financiamento	X		
Cobrança	X		
Tráfego		X	
Disponibilidade	X		
Sinistralidade	X		
Fiscal	X		
Legislativo			X

O risco de Tráfego é partilhado entre o parceiro privado e o parceiro público, isto é, as concessionárias são também remuneradas por serviço, em função do tráfego verificado e a portagem das subconcessões é receita da EP.

Os pagamentos de serviço, que variam em função do tráfego, representam 40% das receitas dos concessionários que suportam a obtenção da TIR da acionista. Em 3 das 7 subconcessões – Baixo Tejo, Baixo Alentejo e Algarve Litoral - os pagamentos de serviço, em função do tráfego, de acordo com os respetivos caso base, são superiores aos pagamentos de disponibilidade.

Os pagamentos de disponibilidade são em função da disponibilidade da estrada – medida através de três subfatores: condições de circulação, de acesso e de segurança – e da sinistralidade verificada.

Subconcessões	Pagamentos e recebimentos de disponibilidade (M€)	Pagamentos serviço (em função do tráfego) (M€)	Total Pagamentos (M€)	% Pagamentos de serviço
Autoestrada transmontana	461	271	732	37%
Douro Interior	697	86	783	11%
Baixo Tejo	102	182	284	64%
Baixo Alentejo	220	351	571	61%
Litoral Oeste	355	114	469	24%
Pinhal Interior	884	244	1128	22%
Algarve Litoral	-169	382	213	179%
Total	2.550	1.630	4.180	39%

Valores em VAL

@6,08%

Fonte: Casos Base das Subconcessões

Apesar de não estar integrada em qualquer subconcessão, a EP tem também a gestão da autoestrada A21, desde 10 de setembro de 2010, momento em que o acordo assinado em 2009 entre a EP, a Câmara Municipal de Mafra e a Mafratlântico, produziu efeitos plenos. Dessa alteração decorrem diversos efeitos, sendo de salientar que as receitas das portagens aí cobradas revertem para a EP. A operação, manutenção e cobrança de portagens manuais tem sido assegurada pela Geira.

No entanto, e no seguimento das orientações do Governo de redução de custos, associado à necessidade de harmonização dos sistemas de cobrança de portagens, a EP procedeu a uma análise comparativa dos vários modelos de cobrança de portagem de forma a encontrar a melhor solução que permitisse fundamentalmente: a redução de custos operacionais; a racionalização das estruturas internas da EP; a rentabilização do negócio da cobrança de portagens, que constitui base fundamental para a sustentabilidade da EP; e a salvaguarda dos interesses do Estado concessionário e acionista. A solução a implementar está em discussão com o INLR. Com esta alteração, estima-se que o custo total anual inerente à operação de um sistema MLFF seja inferior em mais de 60% ao custo anual que atualmente a EP suporta com a operação de cobrança de portagens na A21.

5.3.1.2 ACTIVIDADE EM 2011

No final de 2011, dos 993Km de novas estradas incluídas nas 7 subconcessões, 336km estão concluídos e abertos ao tráfego, 601km estão em construção e 56km em projeto. Durante o ano de 2011, a EP concluiu e abriu ao tráfego 204 km, de acordo com o quadro seguinte (recorde-se que em 2010, foram abertos ao tráfego 132 km):

Subconcessão AE Transmontana			
Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, S.A.			
AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço
A4/IP4	Nó de Vila Real Nascente / Justes (Alargamento)	8	9-Set-11
A4/IP4	Lamas de Orelhão / Mirandela Norte (Alargamento)		
	troço Lamas de Orelhão / Mirandela Poente	8	19-Nov-11
	troço Mirandela Poente / Nó de Mirandela Norte	6	23-Dez-11
A4/IP4	Amendoeira - Ligação ao IP2 e à EN15 (Alargamento)	3	16-Set-11
A4/IP4	Nó de Bragança P. / Nó de Brg Nascente	7	15-Set-11
Subtotal (AEXXI)		32	
Subconcessão Douro Interior			
ASCENDI DOURO – Estradas do Douro Interior, S.A.			
AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço

IP2	Vale Benfeito / Junqueira		
	troço Valebenfeito / Bornes	3	29-Jul-11
	troço Bornes / Junqueira	27	30-Nov-11
IP2	Pocinho / Longroiva	18	20-Sep-11
IP2	Longroiva / Trancoso	29	1-Jul-11
IC5	Nó de Pombal (Pinhal Norte) / Nozelos (IP2)	30	30-Nov-11
IC5	Mogadouro / Miranda do Douro	37	23-Sep-11

Sub-total (ASCENDI Douro) 143

Subconcessão Baixo Tejo

AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.

AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço
IC32	Casas Velhas / Palhais (Alargamento)	4	17-Nov-11
(IC32)	Ligação à Trafaria	2	3-Mar-11

Sub-total (AEBT) 6

Subconcessão Litoral Oeste

AELO - Auto Estradas do Litoral Oeste

AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço
A19/IC2	Variante da Batalha	13	18-Nov-11
A8/IC36	Leiria Sul / Leiria Nascente (COL)	7	16-Nov-11
EN242	Variante da Nazaré - Troço 1	1	13-Mai-11

Sub-total (AELO) 20

Subconcessão Pinhal Interior

ASCENDI Pinhal – Estradas do Pinhal Interior, S.A.

AE	Lanço/ Sublanço	Ext. (km)	Entrada em serviço
EN 236-1	Variante do Troviscal	3	1-Ago-11

Sub-total (Ascendi-PI) 3

TOTAL 204

Nota: extensões dos lanços sujeitas a atualização

No conjunto das 7 subconcessões a taxa de execução física é de 57%.



Subconcessões	% de execução
Autoestrada transmontana	63,90%
Douro Interior	97,30%
Baixo Tejo	66,00%
Baixo Alentejo	36,00%
Litoral Oeste	91,50%
Algarve Litoral	22,00%
Pinhal Interior	23,00%
Total	57,10%

Dado que o risco de construção do investimento das subconcessões é do parceiro privado, o que implica que eventuais desvios ao custo contratado sejam da sua responsabilidade, com exceção de alterações determinadas pelo concedente, a EP imprimiu um controle e acompanhamento do investimento, que garanta a não assunção de riscos por parte do parceiro público, eliminando os tradicionais sobrecustos existentes nesta fase.

Assegurado, até ao momento, este objetivo, ou seja, não houve qualquer determinação que gerasse sobrecustos para o parceiro público, a EP tem centrado o seu acompanhamento e fiscalização de investimento de forma a obter poupanças na fase de construção. Assim, resume-se no quadro seguinte, a evolução dos custos de construção, operação e manutenção das subconcessões desde a fase que antecedeu o lançamento dos concursos públicos internacionais:

	Custos de Construção, Operação e Manutenção nas Subconcessões							
	AE Transmontana	Douro Interior	Baixo Tejo	Baixo Alentejo	Litoral Oeste	Algarve Litoral	Pinhal Interior	TOTAL
Valores Estudo Viabilidade EP	1.068	927	414	778	556	791	1.756	6.290
Valores Contratados	816	794	564	690	655	447	1.193	5.159
Diferença Valores	-252	-133	150	-88	99	-344	-563	-1.131
	-24%	-14%	36%	-11%	18%	-43%	-32%	-18%

Valores em M€ a preços constantes 2008

Regista-se no quadro seguinte, que nas 7 subconcessões no final de 2011 não foram registados sobrecustos de construção, e foram registadas poupanças já acordadas com as concessionárias no montante de 27M€.

Custos de Construção nas Subconcessões								
	AE Transmontana	Douro Interior	Baixo Tejo	Baixo Alentejo	Litoral Oeste	Algarve Litoral	Pinhal Interior	TOTAL
Valores de Construção Contratados	525	623	255	387	419	182	909	3.300
Valores finais estimados	508	613	255	387	419	182	909	3.273
Diferença Valores	-17	-10	0	0	0	0	0	-27

Valores em M€ a preços constantes 2008

5.3.2 CONCESSÕES DO ESTADO

5.3.2.1 CARACTERIZAÇÃO

As concessões do estado envolveram um investimento de 10.435 Milhões de Euros em 1.045 km de autoestradas. Este valor não inclui os sobrecustos ocorridos nestas concessões, nem o custo de construção de 1.106 km de autoestrada da rede Brisa.

Concessões do Estado	Data de Lançamento	Data de Contrato	Km Construção		Investimento em Construção Inicial (M€)
			Autoestradas	Outras Estradas	
Brisa		1972	1.106	0	nd
Lusoponte	1992	1994	24	0	925
Oeste	1997	1998	81	0	792
Norte	1997	1999	158	0	1.265
Beira Interior	1997	1999	133	0	925
Costa de Prata	1998	2000	66	0	574
Algarve	1998	2000	48	0	323
Interior Norte	1998	2000	118	0	645
Norte Litoral	1999	2001	48	0	457
Beiras Litoral e Alta	1998	2001	171	0	1.186
Grande Porto	1998	2002	38	0	760
Litoral Centro	1999	2004	60	0	878
Grande Lisboa	2003	2007	24	0	457
Douro Litoral	2004	2007	76	0	878
Túnel do Marão	2007	2008	30	0	370
Total			2.181	0	10.435

Nota: O custo total de Investimento não inclui a rede Brisa

Para além dos 2.181 km de construção, as concessões do Estado envolvem mais 519 km de vias transferidas para essas concessões para operação e manutenção, perfazendo um total de 2.700 km. Nestas concessões do Estado o parceiro privado é remunerado, nuns casos diretamente pelo utilizador

através do pagamento de portagens, e noutros em função da disponibilidade da estrada. Neste caso, as receitas de portagem são da EP.

Os pagamentos de disponibilidade são em função da disponibilidade da estrada - medida através de três subfactores: condições de circulação, condições de acesso e segurança - e da sinistralidade verificada.

5.3.2.2 ACTIVIDADE EM 2011

Durante o ano de 2011, os encargos líquidos com as concessões foram de 546M€, diminuindo 14% face a 2010 (633M€).

Encargos Líquidos EP	2010	2011
1. Concessões do Estado	632,7	551,1
Brisa	0,0	0,0
Lusoponte	17,3	15,7
Oeste	19,0	11,5
Norte	-3,2	5,9
Litoral Centro	0,0	0,7
Grande Lisboa	6,9	8,7
Douro Litoral	0,0	0,2
Túnel do Marão	0,0	1,8
Scut da Beira Interior	109,7	112,6
Scut do Algarve	36,3	33,7
Scut da Costa de Prata	70,9	41,9
Scut do Interior Norte	87,0	95,7
Scut das Beiras Litoral e Alta	162,3	137,7
Scut do Norte Litoral	39,7	25,1
Scut do Grande Porto	86,8	59,8
2. Subconcessões EP e Vias exploração EP	0,7	-5,1
Transmontana	-0,1	0,0
Douro Interior	0,0	0,0
Baixo Alentejo	0,0	-0,1
Baixo Tejo	0,0	-0,1
Litoral Oeste	-0,1	-0,2
Algarve Litoral	-0,1	-0,1
Pinhal Interior	-0,5	-0,3
A21	1,5	-4,3
Total (1+2)	633,4	546,0

Nota: Valores em Milhões de Euros sem IVA

Esta redução deve-se ao crescimento das receitas de portagens cobradas pela EP que atingiram em 2011, 132,5M€.

Receitas de Portagem EP	2011
1. Concessões do Estado	125,8
Brisa	0,0
Lusoponte	0,0
Oeste	0,0
Norte	46,7
Litoral Centro	0,0
Grande Lisboa	8,6
Douro Litoral	0,0
Túnel do Marão	0,0
Scut da Beira Interior	2,0
Scut do Algarve	0,6
Scut da Costa de Prata	26,1
Scut do Interior Norte	0,7
Scut das Beiras Litoral e Alta	1,7
Scut do Norte Litoral	20,5
Scut do Grande Porto	18,8
2. Subconcessões EP e Vias exploração EP	6,8
Transmontana	0,0
Douro Interior	0,0
Baixo Alentejo	0,0
Baixo Tejo	0,0
Litoral Oeste	0,1
Algarve Litoral	0,0
Pinhal Interior	0,2
A21	6,4
Total (1+2)	132,5

Nota: Valores em Milhões de Euros sem IVA

Note-se que neste relatório a EP reporta os encargos pagos pela empresa, em nome do Estado, existindo outros encargos, que foram pagos por outras entidades.

	PREVISTO EM 2011			EXECUTADO EM 2011		
	Encargos	Receitas	Encargos Líquidos	Encargos	Receitas	Encargos Líquidos
1. Concessões do Estado	726,2	237,1	489,2	678,4	127,3	551,1
Brisa	0,0	13,8	-13,8	0,0	0,0	0,0
Lusoponte	17,4	1,3	16,0	17,2	1,5	15,7
Oeste	6,7	0,0	6,7	11,5	0,0	11,5
Norte	52,6	49,5	3,2	52,6	46,7	5,9
Litoral Centro	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7
Grande Lisboa	17,4	17,8	-0,4	17,3	8,6	8,7
Douro Litoral	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2
Túnel do Marão	1,6	0,0	1,6	1,8	0,0	1,8
Scut da Beira Interior	130,1	18,6	111,5	114,6	2,0	112,6
Scut do Algarve	44,0	14,4	29,6	34,3	0,6	33,7
Scut da Costa de Prata	71,7	38,5	33,2	68,1	26,1	41,9
Scut do Interior Norte	105,7	8,1	97,6	96,4	0,7	95,7
Scut das Beiras Litoral e Alta	146,9	15,8	131,1	139,5	1,7	137,7
Scut do Norte Litoral	52,0	39,2	12,8	45,6	20,5	25,1
Scut do Grande Porto	80,2	20,1	60,1	78,7	18,8	59,8
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Subconcessões EP e Vias exploração EP	2,0	11,4	-9,4	2,1	7,2	-5,1
Transmontana	0,0	0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0
Douro Interior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Baixo Alentejo	0,0	0,1	-0,1	0,0	0,1	-0,1
Baixo Tejo	0,0	0,1	-0,1	0,0	0,1	-0,1
Litoral Oeste	0,0	3,9	-3,9	0,0	0,2	-0,2
Algarve Litoral	0,0	0,1	-0,1	0,0	0,1	-0,1
Pinhal Interior	0,0	0,1	-0,1	0,0	0,3	-0,3
A21	2,0	6,9	-4,9	2,1	6,4	-4,3
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total (1+2)	728,2	248,5	479,7	680,5	134,4	546,0

Nota: Valores em milhões de euros sem IVA

Face à estimativa para 2011, os encargos verificados em 2011 foram inferiores em 7%.

As receitas totais verificadas ficaram 46% abaixo do previsto, essencialmente devido ao atraso verificado na introdução de portagens nas concessões do Algarve, Beira Interior, Beiras Litoral e Alta e Interior Norte inicialmente prevista para 15 de abril e que ocorreu no dia 8 de dezembro de 2011.

Os encargos totais verificados devem-se na sua maioria a pagamentos de rendas ou a pagamentos de disponibilidade às concessões do Estado. No caso dos pagamentos de disponibilidade, estes são deduzidos em função da disponibilidade da estrada - medida através de três subfactores: condições de circulação, de acesso e de segurança - e da sinistralidade, verificada no ano anterior, ou seja, 2010.

As deduções aos pagamentos de disponibilidade referentes aos subfactores condições de acesso e segurança, determinados pelo InIR atingiram 1,6 Milhões de Euros.

Saliente-se, porém, que não foram deduzidos nos pagamentos de disponibilidade de 2011 as penalizações pelas condições de circulação e sinistralidade relativas a 2010, cujo cálculo é da responsabilidade do InIR.

Os encargos líquidos acumulados com as concessões, pagos pela EP, entre 2007 e 2011, atingiram os 3.130 Milhões de Euros (IVA incluído).

De seguida apresentam-se a estimativa dos encargos líquidos com as concessões e subconcessões até 2050, na ótica da EP, considerando os encargos estimados da responsabilidade da EP, bem como as receitas que a EP prevê arrecadar ao longo do mesmo período, incluindo as receitas de portagem das Concessões do Estado após o término do contrato de concessão com os privados, as quais são receitas da EP, de acordo com o seu contrato de concessão.

A partir de 2029, as receitas são superiores aos encargos, o excedente líquido acumulado até 2050, é de 22 mil milhões de euros o que demonstra que os benefícios económicos agregados ao Contrato de Concessão da EP são suficientes para fazer face à totalidade dos encargos suportados e a suportar.

Encargos Concessões (M€)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Encargos Brutos	770	779	1.497	1.335	1.324	1.312	1.308	1.332	1.343	1.334
Receitas	294	426	450	468	534	572	585	597	612	621
Encargos Líquidos	476	353	1.048	868	790	741	723	735	732	713
Encargos Concessões (M€)	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Encargos Brutos	1.305	1.182	1.132	1.156	1.070	1.006	984	935	826	743
Receitas	629	643	659	848	764	773	778	894	956	1.040
Encargos Líquidos	676	539	474	307	306	232	206	41	(131)	(297)
Encargos Concessões (M€)	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Encargos Brutos	674	613	580	686	711	685	671	409	229	229
Receitas	1.050	1.057	1.068	1.383	2.245	2.281	2.330	2.247	2.151	2.178
Encargos Líquidos	(376)	(444)	(488)	(697)	(1.534)	(1.596)	(1.660)	(1.839)	(1.922)	(1.950)
Encargos Concessões (M€)	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
Encargos Brutos	229	229	226	187	187	187	187	187	187	
Receitas	2.205	2.233	2.260	2.287	2.314	2.341	2.368	2.395	2.422	
Encargos Líquidos	(1.976)	(2.004)	(2.035)	(2.101)	(2.127)	(2.154)	(2.181)	(2.208)	(2.235)	

5.3.3 RENEGOCIAÇÕES DO OBJETO DOS CONTRATOS DE SUBCONCESSÃO

A EP, mandatada pelo Governo encontra-se a renegociar as subconcessões, com vista a obter uma redução dos objetos de cada uma das Subconcessões Autoestrada Transmontana, Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Algarve Litoral, Litoral Oeste e Pinhal Interior, cumprindo desta forma um dos objetivos enumerados no memorando assinado entre o Governo Português e a Comissão encarregada de fiscalizar o cumprimento das medidas associadas ao resgate financeiro do País.

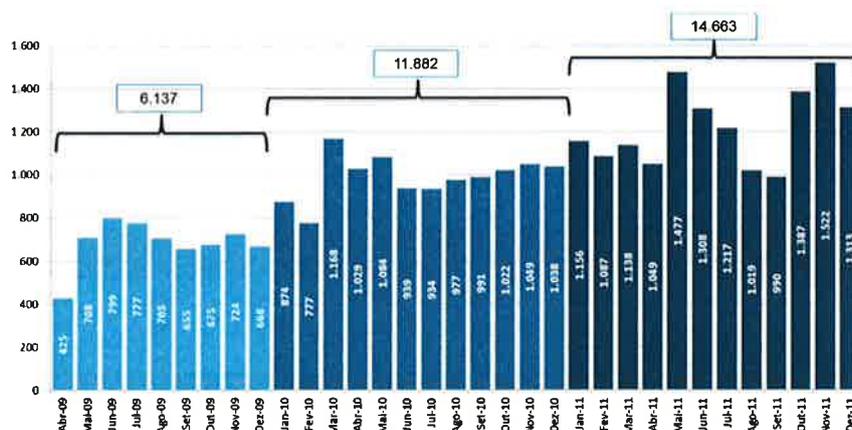
5.4 DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

Licenciamento

Não obstante o ano de 2011 ter sido um ano de quebra generalizada na atividade económica do país, este caracterizou-se pela continuação do crescimento da receita, derivada da contínua melhoria da qualidade do serviço prestado aos utentes e proteção às estradas sob jurisdição da EP.

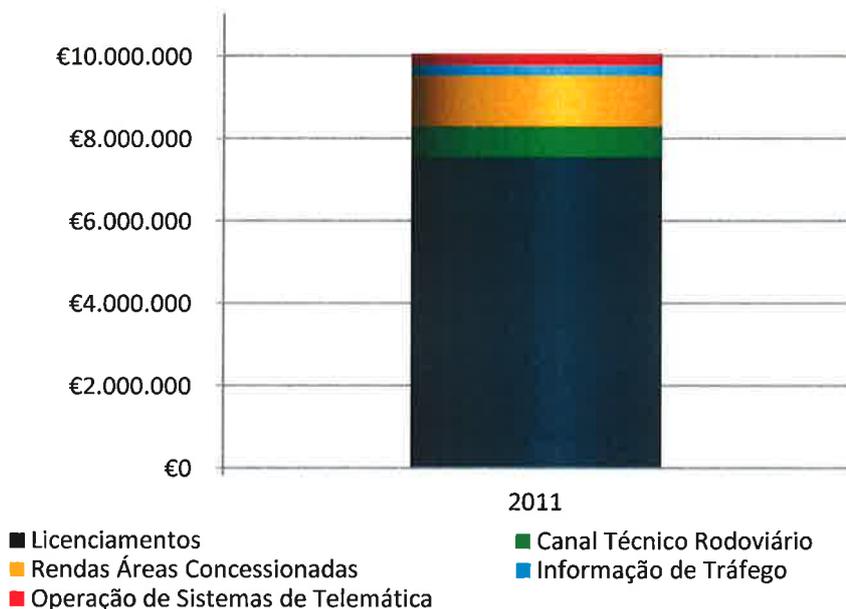
Desde logo foi objetivo da EP desenvolver um conjunto de iniciativas no sentido de incrementar um controlo mais rigoroso na fiscalização da rede, a uniformização de procedimentos em matérias de licenciamento e a melhoria dos sistemas de informação, que conseqüentemente redundaram num crescente melhoramento da capacidade de resposta da EP e logo no crescimento da receita.

Atividade de licenciamento – Processos registados no SGL

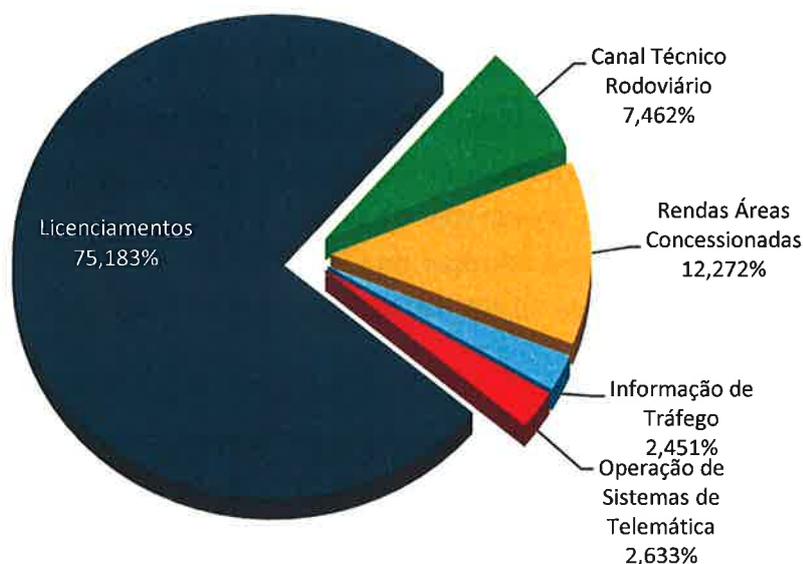


Foi assim possível melhorar o serviço da empresa e a sua rentabilidade face ao ano anterior, refletindo-se num crescimento em 23% do número de processos de licenciamento registados. Em termos de receitas foi possível ascender aos 10M€ nas áreas de licenciamento e de novos negócios, atividades que decorrem fundamentalmente das obrigações da EP, no que diz respeito ao cumprimento de níveis de serviço, definidas no contrato de concessão celebrado com o Estado.

Evolução global das receitas



Distribuição ds receitas por tipo de negócio



Assim, e não obstante os resultados da componente de licenciamento, que correspondem a 75% do valor da receita obtida em 2011, se deverem em grande parte ao trabalho operacional desenvolvido pelas Delegações Regionais, a performance global da empresa não pode deixar de ficar dissociada de um conjunto de atividades desenvolvidas pela Direção de Operações de Rede ao longo deste ano, as quais, olhando para o futuro, ajudarão também a consolidar o desempenho da empresa, nomeadamente:

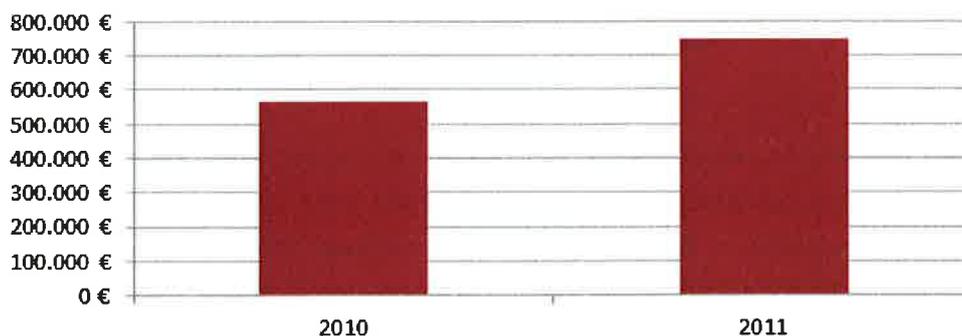
- Seis ações de formação promovidas em Lisboa, Coimbra e Porto sobre matéria de licenciamento (Acessos e Valas, Publicidade, PAC e SGL) com o objetivo de esclarecer e dotar os colaboradores da empresa que trabalham nesta área do conhecimento necessário para melhorarem o seu desempenho e promover a uniformização de procedimentos optados pelos colaboradores.
- O estudo de seis localizações propostas pelas Delegações Regionais para instalação de Áreas de Serviços (AS), encontrando-se estabilizadas quatro das localizações inicialmente propostas por apresentarem condições:

Aveiro	N235	Km 3,500
Coimbra	IP3	Km 54,000
Porto	N104	Km 23,900
Santarém	IP6/A23	Km 7,200

Destas encontra-se numa fase mais avançada a AS do IP3, em Penacova, a qual deverá ser lançada já no início de 2012;

- O trabalho desenvolvido que permitiu um avanço da construção da Área Serviço do IC32-Montijo, a qual entrará em serviço logo no início de 2012, e a adjudicação do concurso da Área de Serviço da IC17-CRIL em Odivelas, à GALP, cujo concurso foi lançado no início de 2011;
- O particular relevo dado ao canal técnico rodoviário e ao levantamento cadastral do mesmo, no sentido de impulsionar desenvolvimento da rede e incentivar os operadores para a sua utilização, repercutiu-se num crescimento da receita em 10%, atingindo cerca de 750.000€. Refira-se a operação referente à utilização pela Refer Telecom de CTR no IP2, por um período de 12 anos, numa extensão de 60.800 metros, que constituirá neste período um proveito para empresa no valor de 1.3M€.

Evolução da Receita de Canal Técnico Rodoviário



- ✦ A inventariação de um conjunto de melhorias a implementar na Aplicação de Gestão de Licenciamento (SGL), com o objetivo de otimizar as suas funcionalidades e desempenho. Este trabalho culminou com a elaboração de um relatório, desenvolvido em conjunto com o Gabinete de Sistemas de Informação, que refletiu a análise custo/benefício da implementação dessas melhorias, a desenvolver no futuro.
- ✦ O desenvolvimento de relatórios dinâmicos que possibilitaram o acesso a informação relevante do SGL, sendo já possível conhecer a performance da empresa relativamente aos pedidos dos utentes em matéria de licenciamento, havendo um maior controlo sobre os processos.
- ✦ A melhoria dos mecanismos de controlo da atividade de licenciamento e avaliação necessidades de normalização;
- ✦ A promoção e coordenação e desenvolvimento de ações de fiscalização com particular enfoque na publicidade e nos acessos.
- ✦ Na sequência da introdução das portagens eletrónicas nas ex-SCUT, com o objetivo de incrementar a venda de títulos de portagem junto dos utentes estrangeiros que pretendem circular nas novas vias com portagem (MLFF), foi iniciado o processo de disseminação de pontos de venda, tendo sido implementados três quiosques eletrónicos de venda nomeadamente junto às fronteiras de Vila Real de Santo António (A22), Vilar Formoso (A25) e Vila Nova de Cerveira (A28).

5.5 ACTIVIDADES COMPLEMENTARES

5.5.1 CONTRATAÇÃO/GESTÃO DE FROTA E INSTALAÇÕES

A política de contratação da empresa tem por base os seguintes princípios:

- ✦ O recurso ao concurso público (nacional ou internacional) como procedimento de contratação preferencial, limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;
- ✦ O recurso, por regra, à contratação eletrónica;

Pretende-se desta forma garantir o rigor e transparência dos procedimentos de contratação, assim como garantir as melhores condições de aquisição de empreitadas, bens ou serviços.

Apresenta-se de seguida informação relativa aos procedimentos de contratação promovidos pela empresa no ano de 2011, tendo igualmente em consideração os anos de 2009 e 2010.

Tipo de Procedimento	Concursos Lançados 2009 (Valores Base)		Concursos Lançados 2010 (Valores Base)		Concursos Lançados 2011 (Valores Base)	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Concursos Públicos	127	200,7 M€	184	347,0 M€	144	105,17 M€
Ajustes Directos (com convite a 1 empresa)	310	8,1 M€	105	9,6 M€	69	4,41 M€
Ajustes Directos (com convite a várias empresas)	110	9,9 M€	58	16,4 M€	19	2,27 M€
Concursos Limitados	6	0,3 M€	-	-	2	0,42 M€
TOTAL	553	219,2 M€	347	373,0 M€	234	112,27 M€

Tipo de Aquisição	Quantidade	Valor
Concursos Públicos		
Empreitada	87	90,69 M€
Aquisição de Bens e Serviços	39	13,20 M€
Projectos	18	1,28 M€
Ajustes Directos (convite a 1 empresa)		
Empreitada	5	0,69 M€
Aquisição de Bens e Serviços	54	3,54 M€
Projectos	10	0,18 M€
Ajustes Directos (com convite a várias empresas)		
Empreitada	5	1,40 M€
Aquisição de Bens e Serviços	10	0,76 M€
Projectos	4	0,11 M€
Concursos Limitados com Prévia Qualificação	2	0,42 M€
TOTAL	234	112,27 M€

Da análise destes quadros salientam-se os seguintes aspetos:

- A significativa redução no número de procedimentos de contratação lançados em 2011 (menos 32 % do que em 2010 e menos 58 % do que em 2009);
- O valor associado aos procedimentos de contratação lançados através de concurso público, em 2011, representa 94 % do valor da totalidade dos procedimentos promovidos pela empresa, mantendo-se uma tendência de aumento já verificada nos anos anteriores;
- O número de concursos públicos representa 62% do número total de procedimentos de contratação lançados, mantendo-se também neste indicador uma tendência de aumento já verificada nos anos anteriores;
- Os procedimentos de contratação de empreitadas representam, em valor, 83% do total de procedimentos de contratação promovidos pela empresa.

Ainda relativamente aos 234 procedimentos de contratação lançados em 2011 verifica-se que 226 foram desenvolvidos através da plataforma eletrónica de contratação, o que representa 97% dos procedimentos lançados. Em termos de valor esta percentagem sobe para 99,6%. Concluiu-se do referido que a empresa recorre, quase em exclusivo, à contratação eletrónica.

Efetuada uma análise aos procedimentos de contratação promovidos pela empresa no ano de 2011, apresenta-se de seguida informação relativa aos contratos celebrados.

Tipo de Contratos	Quantidade	Valor (M€)	Quantidade	Valor (M€)
	2011	2011	2010	2010
Contratos Iniciais				
Empreitada	98	41,6	120	238,0
Aquisição de Bens e Serviços	118	10,1	125	10,5
Projectos	54	2,0	69	4,5
Total	270	53,7	314	253,0
Contratos Adicionais				
Empreitada	231	-6,4	210	1,2
Aquisição de Bens e Serviços	27	2,6	22	0,7
Projectos	35	-0,2	17	-0,2
Total	293	-4,0	249	1,7

Da análise deste quadro, salientam-se os seguintes aspetos:

- A grande diminuição verificada no valor dos contratos iniciais celebrados em 2011, comparativamente com o ano de 2010, o que se explica pela diminuição do número de contratos celebrados, mas também pelo facto de em 2010 a empresa ter celebrado os 18 contratos de conservação corrente, de âmbito distrital, para o triénio de 2010/2013;
- O aumento em cerca de 18% do número de contratos adicionais celebrados em 2011 face ao ano anterior, o que decorre da adequação interna de processos, implementada no final de 2010, para cumprimento do prazo legal de envio dos contratos adicionais para o Tribunal de Contas;
- O facto do valor total dos 231 adicionais aos contratos resultar num valor negativo de cerca 6,4 M€, ou seja, as alterações promovidas aos contratos iniciais, incluindo as situações de suprimento de erros e omissões, resultarem num saldo a favor da própria empresa.

Referência por último para a definição, no 1º trimestre de 2011, dos procedimentos internos associados à tomada de decisão de contratar, salientando-se os seguintes aspetos:

- Orientações para cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei do Orçamento de Estado de 2011 para os contratos de prestações de serviços que foram celebrados ou renovados em 2011, com idêntico objeto e a mesma contraparte;
- Necessidade de fundamentação de que o bem ou serviço que se pretende contratar não pode ser assegurado através dos recursos internos da empresa.

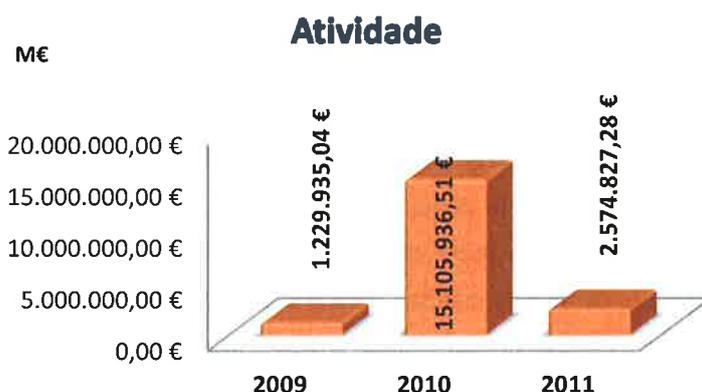
5.5.2 GESTÃO DO IMOBILIÁRIO

No âmbito da gestão parcimoniosa do imobiliário realizaram-se várias atividades focadas essencialmente na identificação de um vasto conjunto de imóveis (edificado e terrenos), considerados desnecessários à sua atividade e na sua valorização.

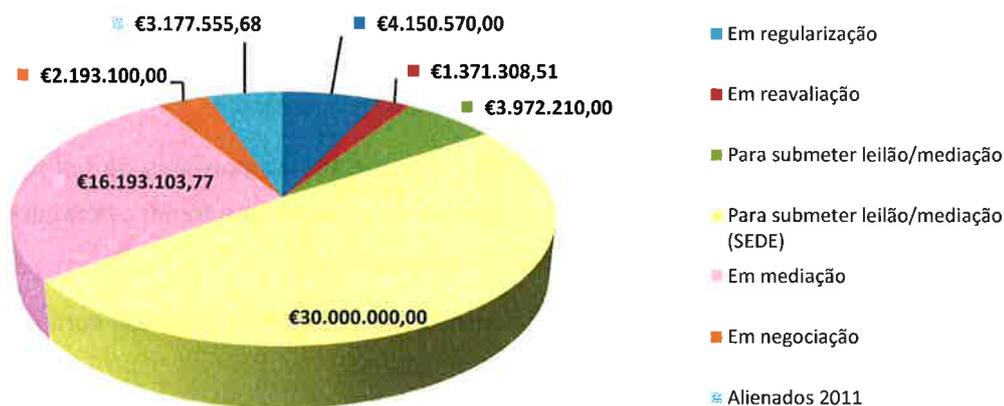
O registo destes bens (reconstituição patrimonial) bem como o registo de afetação de imóveis ao domínio público decorrente das obrigações legais no âmbito dos processos expropriativos concluídos e em curso e ainda do contrato de concessão celebrado com o Estado, foi uma tarefa relevante em 2011.

Apesar das atividades desenvolvidas, focadas na alienação de bens, verificou-se durante o ano de 2011 um decréscimo significativo da procura, fortemente marcado pela atual conjuntura económica.

Durante o ano de 2011 foram realizadas escrituras no montante de 2.574.827,28€ de euros conforme gráfico abaixo apresentado, encontrando-se por realizar escrituras relativas a contratos promessa de compra e venda já firmados, no montante de 602.728,40€.



Atualmente a empresa conta com uma carteira de imóveis no montante de **61.057.847,96€** distribuída da seguinte forma:



5.5.3 QUALIDADE E SEGURANÇA

Os modelos de Gestão da Qualidade e Segurança e Saúde instituídos proporcionam uma cultura de identificação de oportunidades de melhoria e inovação nos processos da empresa, numa perspetiva de acrescentar valor a todas as partes envolvidas, integrando outras vertentes como sejam o ambiente, os sistemas de informação e outras inerentes aos princípios da organização.

Face aos objetivos definidos para 2011, e enfatizando apenas as mais relevantes, concretizaram-se no âmbito da Qualidade e da Segurança e Saúde as seguintes ações:

- Lançamento de Programas de Melhoria Temáticos como seja, entre outros, o caso “Modelação Empresarial”, “Gestão Documental”, “Diagnóstico de Medidas de Autoproteção contra incêndio (SCIE)”, “Intranet da EP – rede de informação”, “Gestão de Resíduos”;
- Modelação dos Processos de Negócio, Processos de Suporte e Processos relacionados com sectores específicos (caso Sistemas de Informação) suportados em linguagem BPMN (Business Process Modeling Notation) com benefícios que se reportam ao nível da arquitetura dos mesmos, da diminuição de recurso a papel, na agilidade em efetuar alterações/adaptações;
- Parceria na condução do Modelo de Gestão de Sistemas de Informação segundo as ISO 20000, tendo sido definida uma metodologia para arranque dos trabalhos e orientação de estratégias ligadas ao cumprimento dos requisitos;
- Assegurar, em parceria com a DRI e GSI, a resposta à solicitação da Agência para a Modernização Administrativa referente à necessidade de inventariação e disponibilização de todos os serviços prestados pela EP (não só os informatizados) bem como a produção de conteúdos para o Portal do Cidadão e Portal da Empresa.

Relativamente à Coordenação de Segurança e Saúde:

- Na continuidade da parceria estabelecida com a entidade prestadora de serviços de SST foram concretizadas um conjunto de medidas necessárias à prevenção dos riscos profissionais e à promoção da segurança e a saúde dos trabalhadores, nomeadamente no que respeitam a:
 - Avaliação de riscos e conseqüente plano de prevenção/proteção;
 - Desenvolvimento/melhoria de planos de emergência internos, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros;
 - Desenvolvimento do programa de formação para a promoção da SST;
 - Consulta aos trabalhadores;
 - Colaboração na conceção de locais e na organização dos espaços de trabalho entre outros;

- Operacionalização de um conjunto de suportes documentais que possibilitem a normalização de práticas genéricas da organização em matéria de SST, mas também concretas à atividade de coordenação de segurança, no âmbito do cumprimento do DL n.º 273/2003;
- Contactos com Entidades Externas, nomeadamente ACT e INCI, por foram a obter esclarecimentos e dados para o desenvolvimento de procedimentos internos.

5.5.4 INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Gastos com publicidade e propaganda

Em 2011, no que se refere a gastos com publicidade e propaganda, tendo presentes as obrigações decorrentes do DL n.º 231/2004, de 13 de dezembro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho e da Portaria N.º 1297/2010, de 21 de dezembro, verificou-se uma despesa total de 774.509,36€. Este valor inclui ainda a publicação de anúncios de concursos públicos para aquisição de bens e serviços, em órgãos oficiais (DR, JOUE e INCM), no valor de 195.575,91€.

(euro)				
1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total 2011
123.097,05	127.009,53	64.054,67	460.348,11	774.509,36

Campanhas de divulgação

Foram realizadas em 2011 duas relevantes campanhas de divulgação específicas.



A primeira em abril, com o objetivo de divulgar aos utentes da AML a **abertura ao tráfego do lanço Buraca / Pontinha da CRIL**, infraestrutura fundamental para a melhoria da circulação na área metropolitana, pelo enorme potencial de desvio do tráfego de atravessamento das cidades de Lisboa e Amadora e conseqüente descongestionamento de vias urbanas e semiurbanas como a Segunda Circular ou o Eixo Norte/Sul. Para esta divulgação foram

desenvolvidos conteúdos técnicos, designadamente estimativas das poupanças de tempo e de custos em diversos percursos, a redução das emissões poluentes, o impacto na socio-economia local, a evolução tecnológica necessária, os arranjos exteriores e o ordenamento do território atravessado, etc.

Esta informação foi transmitida ao público através da manutenção em permanência de um *minisite* dedicado (*infocril*), de um filme, folhetos e brochuras. Esta campanha teve um custo total de € 32.671.

A segunda campanha, com um custo total de € 427.752,90, decorreu em Dezembro para divulgar de forma ampla toda a informação relevante relacionada com a **introdução de portagens nas antigas concessões SCUT**, incluindo, naturalmente, a informação gráfica das autoestradas em causa, a localização dos pórticos de cobrança, os meios de pagamento, e outros esclarecimentos.

Esta campanha baseou-se na distribuição maciça de folhetos informativos em cerca de 3 milhões de domicílios e em encartes nos principais jornais nacionais. Foi também



produzido um folheto dedicado aos condutores de veículos de matrícula estrangeira, em três línguas, distribuído com o apoio dos postos de turismo. Além disso, foi produzido e divulgado um *spot* de TV e rádio a alertar para as vantagens da adesão atempada a um dispositivo eletrónico para pagamento das portagens e prevenir aglomerações nos últimos dias. Foi também instalado um *call-center* dedicado à introdução de portagens e mantidas atualizadas na *internet* as “perguntas frequentes”.

Publicidade em órgãos de comunicação social

No que se refere ao montante anual de publicidade em órgãos de comunicação social, registou-se em 2011 uma despesa total de € 306.628,53. Deste montante, € 98.241,05 correspondem à publicação nos jornais oficiais (Diário da República e JOUE), e os restantes € 208.387,48 à publicação/divulgação em órgãos de comunicação social comerciais, onde se inclui a campanha relacionada com a introdução de portagens nas Ex-SCUT (rádio, televisão e imprensa escrita), e também o cumprimento de obrigações legais de divulgação de concursos públicos para aquisição de bens e serviços.

6 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado Líquido apurado no exercício no valor de 143.771.887,45 Euros, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Resultado líquido do período	143.771.887,45
Reserva Legal	7.188.594,37
Reserva Geral	14.377.188,74
Reserva para investimentos	38.734.887,14
Resultados transitados	83.471.217,20

Foi constituída a Reserva legal nos termos da lei, bem como a Reserva Geral e a Reserva para Investimentos, de acordo com o Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de Novembro.



7 AGRADECIMENTOS

Cumpre-nos apresentar os nossos agradecimentos a todos quantos se empenharam no processo que conduziu em 2011 ao reforço da situação de sustentabilidade desta instituição, que, continuando fiel à história, se adaptou às novas exigências empresariais que resultaram, em especial, das alterações legislativas do ano de 2007. Assim evidenciamos:

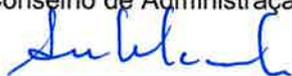
- os Senhores Ministros e Secretários de Estado dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego, pelo apoio dispensado, sem o qual, todas as medidas estruturantes realizadas na empresa não seriam possíveis;
- as demais Entidades Institucionais e de Regulação, pela disponibilidade manifestada à EP, sempre que lhes foi pedido;
- os fornecedores pela colaboração prestada, que resultou numa melhoria substancial de todo o relacionamento;
- os utentes e contribuintes que são a nossa razão de existência;
- todos os operadores e participantes na atividade rodoviária, pelas excelentes relações e entajuda dispensada.

E, finalmente,

- uma especial palavra aos trabalhadores da empresa que, apesar do reforço das medidas de austeridade aplicadas, continuaram a corresponder positivamente aos desafios que lhes foram colocados, com o seu profissionalismo e empenho.

Almada, 6 de junho de 2012

O Conselho de Administração,



António Manuel Palma Ramalho, Presidente



Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal



José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal



Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal

8 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 Demonstração da posição financeira

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 2010
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	27.032	27.349
Propriedades de investimento		137	142
Activos intangíveis	8	16.926.639	15.155.072
Activos por impostos diferidos	9	52.876	38.487
		17.006.684	15.221.051
Corrente			
Clientes	10	22.586	14.771
Adiantamentos a fornecedores		1.650	2.110
Estado e outros entes públicos	11	479.479	355.134
Outras contas a receber	10	84.167	92.671
Diferimentos	12	1.004	8.400
Activos não correntes detidos para venda		3	62
Caixa e depósitos bancários	13	397	26.798
		589.285	499.945
Total do activo		17.595.968	15.720.996
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	14	330.000	330.000
Reservas legais	15	56.265	51.140
Outras reservas	15	186.497	134.518
Resultados transitados		61.961	26.810
		634.723	542.468
Resultado líquido do período		143.772	102.506
Total do capital próprio		778.495	644.974
Passivo			
Não corrente			
Provisões	17	830.046	821.819
Financiamentos obtidos	19	325.659	450.659
Suprimentos	20	1.705.000	-
Passivos por impostos diferidos	9	11.555	14.570
Outras contas a pagar	21	2.463.655	1.264.869
Outros passivos não correntes	22	11.892	10.581
Diferimentos	12	10.721.138	10.763.323
		16.068.945	13.325.821
Corrente			
Fornecedores	23	14.438	29.118
Adiantamentos de clientes		662	-
Passivos para imposto corrente	10	16.960	60.945
Estado e outros entes públicos	10	1.381	1.752
Financiamentos obtidos	19	605.131	1.554.690
Outras contas a pagar	21	100.505	93.557
Diferimentos	12	9.452	10.139
		748.528	1.750.201
Total do passivo		16.817.473	15.076.022
Total do capital próprio e do passivo		17.595.968	15.720.996

As notas das páginas 64 a 123 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

8.2 Demonstração do rendimento integral

milhares de euros (m€)

	Nota	31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 2010
Vendas e serviços prestados	24	2.045.736	1.629.601
Subsídios à exploração		-	186
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(1.264.941)	(971.779)
Fornecimentos e serviços externos	26	(177.804)	(167.916)
Conservação, Reparação e Segurança	26	(136.969)	(142.398)
Outros FSE correntes	26	(40.835)	(25.518)
Gastos com o pessoal	27	(33.543)	(38.725)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	-	(4.226)
Provisões (aumentos/ reduções)	17	(25.316)	(75.877)
Outros rendimentos e ganhos	28	52.727	63.652
Outros gastos e perdas	29	(4.107)	(6.193)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		592.752	428.724
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(160.002)	(180.216)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)		-	-
		(160.002)	(180.216)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		432.750	248.508
Juros e rendimentos similares obtidos	30	138	157
Juros e gastos similares suportados	30	(229.928)	(105.032)
Resultados antes de impostos		202.960	143.632
Imposto sobre o rendimento do período	31	(59.188)	(41.126)
Resultado líquido do exercício		143.772	102.506
Outros rendimentos do período		-	-
Resultado integral		143.772	102.506

As notas das páginas 64 a 123 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,



O Conselho de Administração



8.3 Demonstração da alteração dos capitais próprios

milhares de euros (m€)

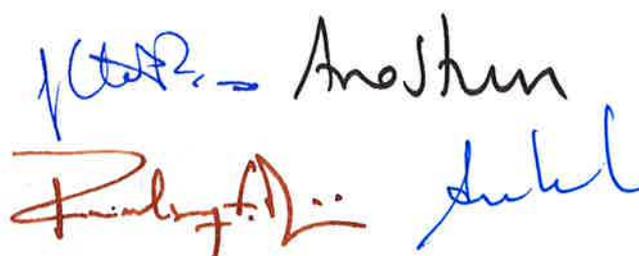
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2010	200.000	51.140	66.882	(512)	94.959	412.468
Alterações no período						
Aplicação do Resultado ano anterior	-	-	67.636	27.322	(94.959)	-
Resultado integral do período	-	-	-	-	102.506	102.506
	-	-	67.636	27.322	7.547	102.506
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital	130.000	-	-	-	-	130.000
A 31 de Dezembro de 2010	330.000	51.140	134.518	26.810	102.506	644.974
Alterações no período						
Aplicação do Resultado ano anterior	-	5.125	51.980	45.401	(102.506)	-
Resultado integral do período	-	-	-	-	143.772	143.772
Resultado integral	-	5.125	51.980	45.401	41.266	143.772
Operações com detentores de capital no período						
Dividendos relativos a 2010	-	-	-	(10.251)	-	(10.251)
A 31 de Dezembro de 2011	330.000	56.265	186.497	61.961	143.772	778.495

As notas das páginas 64 a 123 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,



O Conselho de Administração



8.4 Demonstração de fluxos de caixa

milhares de euros (m€)

	31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	680.304	598.859
Pagamentos a fornecedores	(127.247)	(131.688)
Pagamentos ao pessoal	(37.632)	(41.860)
Caixa gerada pelas operações	515.425	425.311
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(120.576)	(27.771)
Outros recebimentos/ pagamentos	(131.329)	(142.161)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	263.520	255.378
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(1.191)	529
Activos intangíveis	(810.572)	(832.013)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	2.919	12.085
Activos intangíveis	-	311
Subsídios ao investimento	6.735	27.306
Juros e rendimentos similares	-	157
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(802.109)	(791.626)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2.173.739	1.792.592
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	130.000
Outras operações de financiamento	206	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1.542.592)	(1.306.642)
Juros e gastos e similares	(108.913)	(53.113)
Dividendos	(10.251)	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	512.189	562.837
Caixa e seus equivalentes no início do período	26.798	208
Caixa e seus equivalentes no fim do período	397	26.798
Variação de caixa e seus equivalentes	(26.401)	26.589

As notas das páginas 64 a 123 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Técnico Oficial de Contas,

O Conselho de Administração



Handwritten signatures in blue and red ink, including the name 'Anasthen'.

9 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os valores estão expressos em milhares de euros (m€) exceto quando expressamente indicado o contrário.

1 Introdução

A EP — Estradas de Portugal, S. A. (de agora em diante “EP” ou “Empresa”) resulta da transformação societária da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., ocorrida com base no Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de novembro.

A EP tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional, nos termos do contrato de concessão que com ela é celebrado pelo Estado.

A EP é uma sociedade anónima de capitais públicos. Rege-se pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de novembro, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma e que dele fazem parte, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas consagrado no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, pelos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

A EP está sujeita ao poder de tutela conjunta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e do Emprego, nos termos e para os efeitos previstos nos referidos Decretos-Lei n.º 558/99 e Decreto-Lei n.º 300/2007.

A EP encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o Número de Identificação Fiscal 504 598 686 com sede em Praça da Portagem, Almada.

Foi celebrado com a EP um Contrato de Concessão (de agora em diante “Contrato”) conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de Novembro, Contrato esse alterado pela Lei n.º 13/2008 de 29 Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010 de 5 de Maio.

Este Contrato tem como objeto a concessão pelo Estado Português à EP da conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional, sendo que esta concessão termina às 24h do dia 31 de Dezembro de 2082.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de abril de 2012. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações

financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (de agora em diante “IFRS”) emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2011.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Relato por segmentos

A Empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

O contrato de Concessão é refletido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, podemos considerar que as áreas de negócio da EP são as seguintes:

- **Operação e manutenção:** atividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão direta da EP
- **Construção própria:** atividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão direta da EP
- **Concessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de concessão do Estado Português
- **Subconcessões:** atividade relacionada com a gestão dos contratos de subconcessão da EP.

Apresentam-se de seguida os Resultados para os exercícios de 2011 e 2010 por áreas de negócio:

(M€)

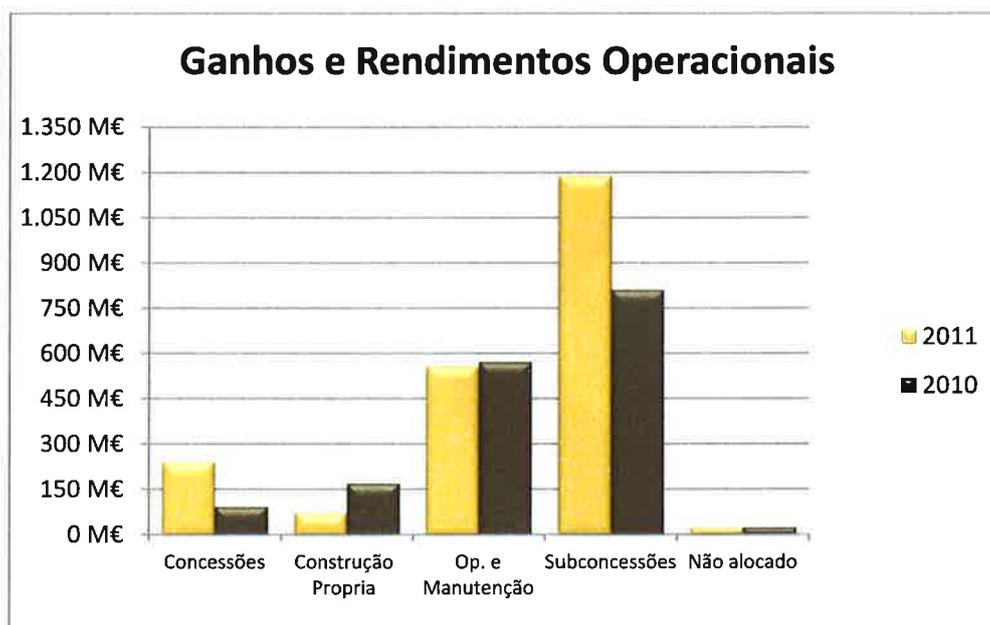
Área de negócio	2011		2010		2011		2010	
	Ganhos e Rend. Operacionais		EBITDA	Margem EBITDA	EBITDA	Margem EBITDA	EBITDA	Margem EBITDA
Operação e Manutenção	557	571	347	62%	299	52%		
Construção Própria	73	169	0	0	0	0%		
Concessões	240	92	114	47%	48	52%		
Subconcessões	1.186	811	97	8%	45	6%		
Não alocado	16	23	-4	-26%	-2	-8%		
Total	2.071	1.667	554	26,7%	390	23%		
Amortizações Líq. Subsídios			(121)		(141)			
EBIT			433		249			
Resultados Financeiros			(230)		(105)			
RAI			203		144			
Impostos sobre o Rendimento			(59)		(41)			
Resultado Líquido do Período			144		103			

Durante o ano de 2011 verificou-se um crescimento dos rendimentos da EP principalmente devido ao aumento dos ganhos obtidos com a construção de subconcessões e introdução de portagens (Concessões).

Os Gastos relacionados com a Operação e Manutenção de vias e obras de arte, tanto em 2011 como em 2010, são financiados pela receita da Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) apresentando uma margem EBITDA superior a 50%, tendo-se verificado um aumento significativo.

A margem das atividades de construção própria e de subconcessões é reduzida dado que apenas reflete a alocação dos custos internos.

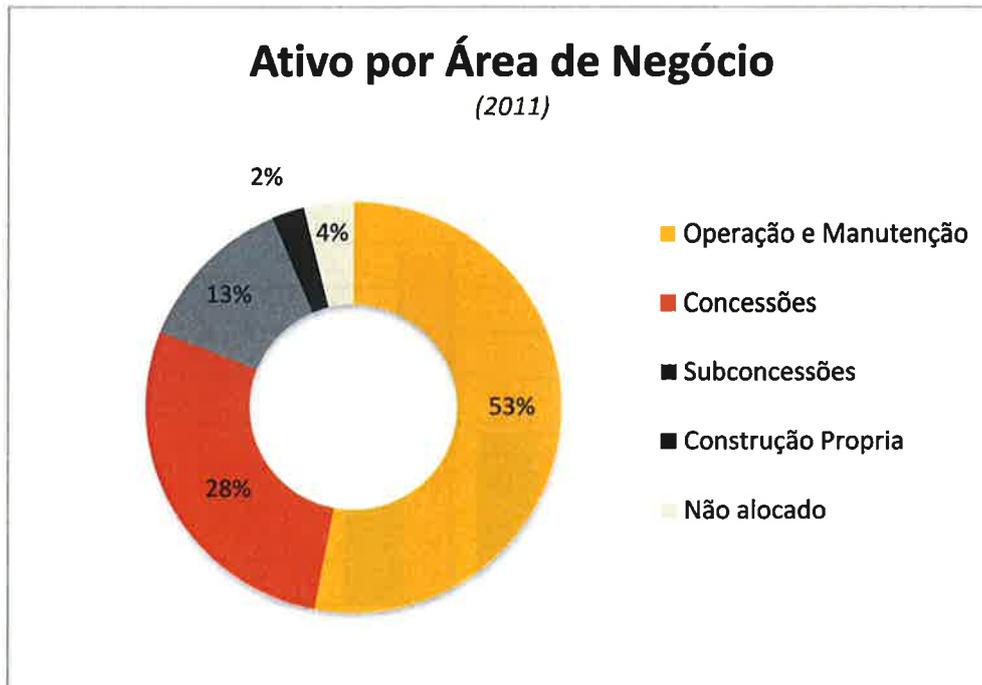
Ganhos e Rendimentos



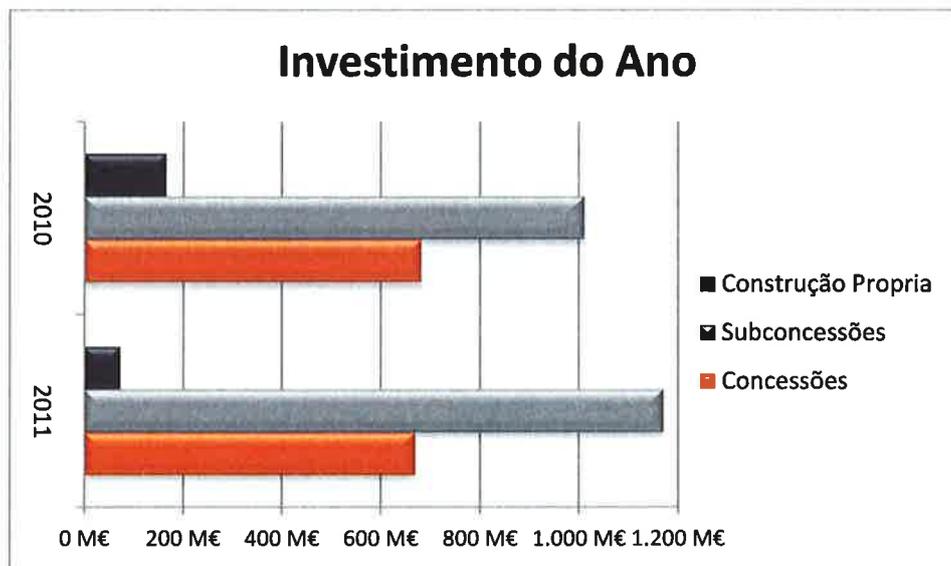
Os rendimentos de construção própria e subconcessões refletem os rendimentos pela evolução das obras obtidos com os contratos de construção da EP, sendo registados por contrapartida do ativo intangível e tendo gastos de dimensão equivalente. A construção associada às Subconcessões teve início em 2009 tendo vindo a crescer quer em 2010, quer em 2011.

Ativo

A 31 de dezembro de 2011, o ativo líquido total da EP ascendeu a 17.596 milhões de Euros. Numa análise ao Ativo por área de negócio da empresa verifica-se os ativos da atividade Operação e Manutenção de vias e obras de arte representam cerca de 53% dos Ativos da EP. O principal ativo desta atividade, como nas restantes, é a sua parcela no Direito de Exploração que foi atribuído à EP aquando da assinatura do Contrato de Concessão com o Estado, que na sua globalidade representa 96% do total dos ativos da EP.



Do volume de investimento anual registado no ativo destacam-se as concessões e subconcessões que representam a maior fatia do investimento da EP. Comparativamente com o período homólogo as subconcessões apresentam um aumento significativo na sequência da evolução da respetiva construção.

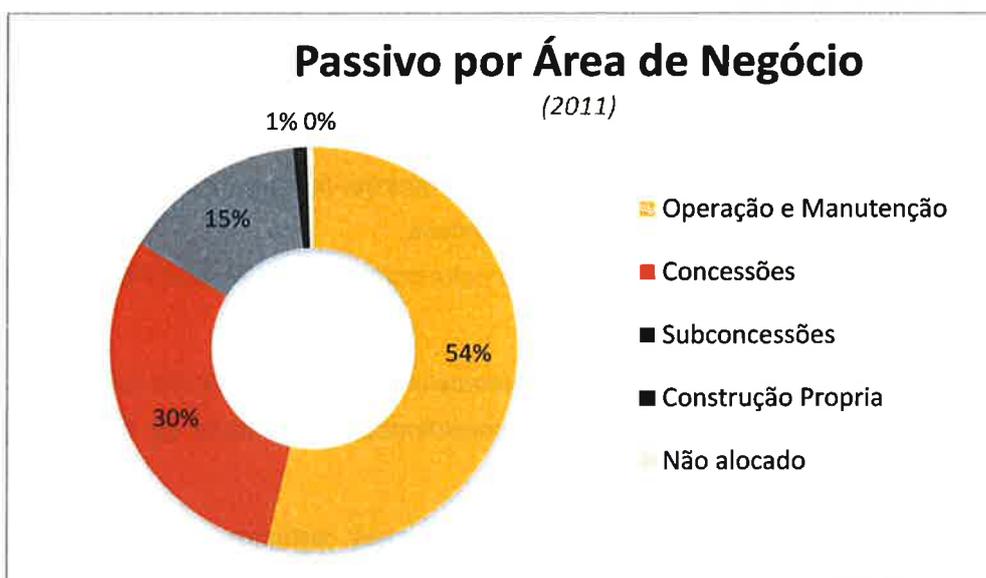


Passivo

Na distribuição do Passivo por segmento, a Operação e Manutenção apresenta um peso semelhante ao do Ativo que é explicado pela alocação a este segmento dos subsídios ao investimento contabilizados em passivo não corrente.

O endividamento financeiro da EP foi contraído para financiamento do investimento realizado em concessões.

O passivo alocado às subconcessões representa as responsabilidades assumidas pela EP decorrentes da execução da construção das diferentes subconcessões, tendo presente que estes contratos têm um período de carência de cinco anos a nível de início dos pagamentos, o que resulta num aumento gradual do peso desta área de negócio no total dos passivos nesta fase inicial dos contratos.



3.2. Conversão cambial

(i) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional da Empresa.

ii) Cotações utilizadas

Não ocorreram no exercício quaisquer operações em moeda diferente do Euro.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser fiavelmente mensurado; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida da Demonstração da posição financeira.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outras activos tangíveis	Entre 1 e 10 anos

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

3.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de

investimento foram inicialmente valorizadas ao custo, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo de custo depreciado, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

3.5. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

Reconhecimento inicial

A EP, através da aplicação da IFRIC 12 considera que o ativo resultante do Direito de Exploração que lhe foi atribuído pelo Contrato de Concessão com o Estado classifica com um ativo intangível.

O Direito de Concessão foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Atividades Empresariais, aquando da alteração do objeto social da Empresa conforme explicado na Nota 1. O registo inicial foi mensurado ao montante atribuído ao Direito de Concessão no Contrato de Concessão da EP e posteriores alterações indicadas na Nota 1.

O reconhecimento do Direito de Concessão originou o registo de uma diferença de integração negativa pelo desreconhecimento das diferentes componentes da Rede Rodoviária Nacional, constantes na Demonstração da posição financeira de Abertura da Empresa. Esta diferença de integração foi deduzida ao Direito de Concessão.

Os restantes ativos intangíveis resultam de transações de aquisição separadas e o seu custo reflete:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – Ativos Intangíveis.

O Direito de Concessão é acrescido pelo desenvolvimento da atividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária nacional que inclui, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

- (i) Prestação de serviços de construção

É acrescido aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção direta da Empresa ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como ativo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

Dispêndios efetuados pela Empresa relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como ativos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efetuado seja faturada ao subconcessionário.

Os gastos com empréstimos associados à construção têm o tratamento definido na Nota 3.6.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

É acrescido pelos pagamentos líquidos de recebimentos relativos às Concessões acumulados efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a Empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em imobilizado intangível em curso quando despendidos.

Os custos com empréstimos associados a esta aquisição têm o tratamento definido na Nota 3.6.

O Contrato de Concessão da EP apresenta as seguintes definições para os 3 componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

“Rede Concessionada — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respetivo concessãoamento;”

“Rede Rodoviária Nacional — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000, que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera -se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., o contrato tendente à sua construção;”

“Rede Rodoviária Nacional Futura — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos

antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respetivo contrato;”

Amortização

A EP amortiza o Direito de Concessão com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, o qual assenta no método de unidade de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção corresponde à melhor estimativa de proveitos inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos já adquiridos pela Empresa, o que exclui as receitas relativas à atividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospectivamente, afetando o valor das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas da Empresa, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional.

Os restantes ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.6. Capitalização de custos de empréstimos obtidos

A Empresa capitaliza os encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

A EP considera como ativo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o ativo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infraestrutura viária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo ativo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a seis meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de gastos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

(i) Prestação de serviços de construção

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de 1 ano pelo que os encargos associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente de os serviços serem prestados diretamente pela EP ou mediante subconcessão.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

Os pagamentos efetuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da atual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros diretos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos diretamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma taxa teórica ponderada dos empréstimos ativos durante ao período a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos de base para a capitalização dos gastos de empréstimos obtidos os componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

3.7. Imparidade de ativos

A Empresa realiza os testes de imparidade anualmente e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

3.8. Ativos financeiros

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EP reconhece uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral.

3.9. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja muito provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.11. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.12. Passivos financeiros

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

3.14. Benefícios aos empregados

A EP concedeu pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões).

➤ Plano de Pensões

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos atribuídos a um universo restrito e fechado de colaboradores.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são revistas anualmente. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "rating" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data da Demonstração da posição financeira.

3.15. Provisões

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da responsabilidade em causa.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito da Empresa no âmbito da Concessão acordada com o Estado está definido no respetivo contrato de concessão e contempla essencialmente:

(i) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

Um dos principais réditos é a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de Agosto.

(ii) Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão

Para o desenvolvimento do seu objeto social a Empresa tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infraestrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da Rede de Infraestrutura Rodoviária Nacional é registado, de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório das componentes de gastos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor a receber resultante da prestação de serviços de construção, no âmbito da Concessão, é permutado pelo Direito de Concessão conforme referido na Nota 24.

No caso em que o valor total da obra esteja acordado com o Concedente, sempre que o somatório dos gastos específicos incorridos e a incorrer excederem o rédito acordado, é imediatamente reconhecida em resultados a perda estimada.

(iii) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou Subconcessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado que se tratam de portagens em vias onde o Direito de exploração da Concessão pela EP já é pleno.

(iv) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta atividade é deduzido ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada de acordo com o estipulado no contrato de Concessão da EP com o Estado Português.

3.20. Instrumentos financeiros derivados

A EP utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os gastos de financiamento.

Os critérios utilizados pela EP para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

A EP utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de juro de empréstimos obtidos que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de contabilização de cobertura, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações de taxa de juro dos empréstimos a pagar em relação aos quais a EP pretende cobrir o risco de taxa de juro. Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos em relação aos quais a empresa não aplicou contabilidade de cobertura são registados ao justo valor, sendo as variações subseqüentes registadas diretamente nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração do rendimento integral.

3.21. Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transações existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado. Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a EP, direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a EP tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A EP adotou a exceção permitida pela norma de divulgar apenas as transações mais significativas (ver nota 36).

4 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1. Estimativas contabilísticas relevantes

i) Ativos intangíveis

A EP amortiza o seu Direito de Concessão pelo método das unidades equivalentes conforme descrito na nota 3.5, sendo essa amortização portanto baseada na estimativa da totalidade dos

rendimentos a gerar pela Concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela EP.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

ii) Padrão estimado das receitas

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão.

Este padrão é estimado com base no histórico recente e nas melhores perspetivas da Administração da EP para o futuro.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas da EP ao longo da vida do Contrato e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas foram:

- a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2013 seria de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
- b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2013 seria de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

O resultado das diferentes análises no exercício de 2011 é apresentado no seguinte quadro:

M€			
Análise sensibilidade Crescimento CSR e Portagens			
<i>em milhões de Euros</i>	Crescimento de 0% para Rec.Port.+ CSR (após 2013)	Crescimento de 0,5% para Rec.Port.+ CSR (após 2013)	Crescimento de 1% para Rec.Port.+ CSR (após 2013)
Amortizações do Exerc.	157,8	128,4	101,4
Amortizações de Subsídios	(38,7)	(34,0)	(29,7)
Diferença	119,0	94,4	71,7
		(24,6)	(47,3)

Por questão de prudência e dado que ainda não existem dados históricos significativos sobre a evolução da Contribuição do Serviço Rodoviário e a introdução de portagens ainda não está concluída, considerou-se um crescimento real de 0% das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2013, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

i) Conservação periódica de estradas e obras de arte

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um custo anualizado necessário para a manutenção programa a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da EP a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

ii) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

iii) Construção por via de Subconcessões

A construção por via de contratos de subconcessão é registada refletindo a evolução física da obra com base em informação da percentagem de acabamento da obra obtida junto das subconcessionárias e validada pela EP.

4.2. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes

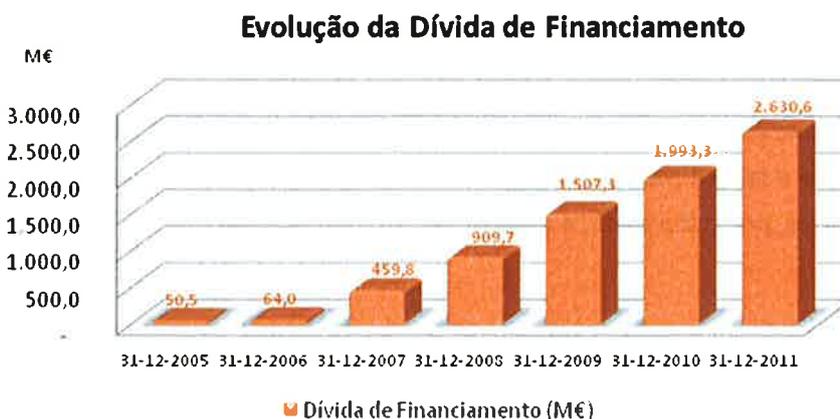
i) Valor amortizável do Direito de Concessão

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão, implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da concessão.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos à Empresa com impacto no montante de amortização a registar no futuro.

5 Empréstimos e gestão do risco financeiro

A EP iniciou o seu endividamento bancário, junto da banca comercial, em meados de 2005, tendo evoluído da seguinte forma:

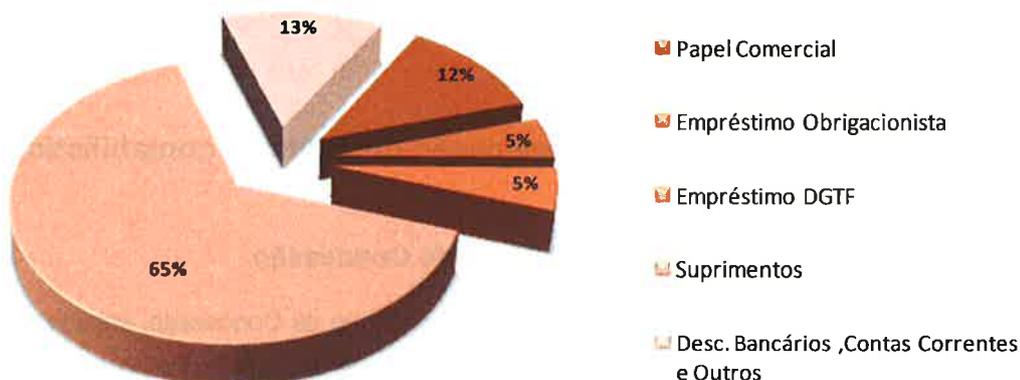


5.1. Risco de liquidez

A gestão risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas e procurar adequar a maturidade dos passivos aos ativos da empresa.

Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito. Assim, a dívida da empresa passou a ter, no final de 2011, a seguinte decomposição:

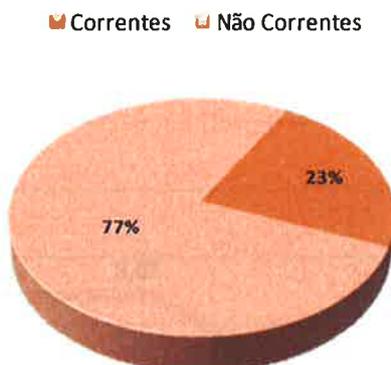
Dívida por Natureza



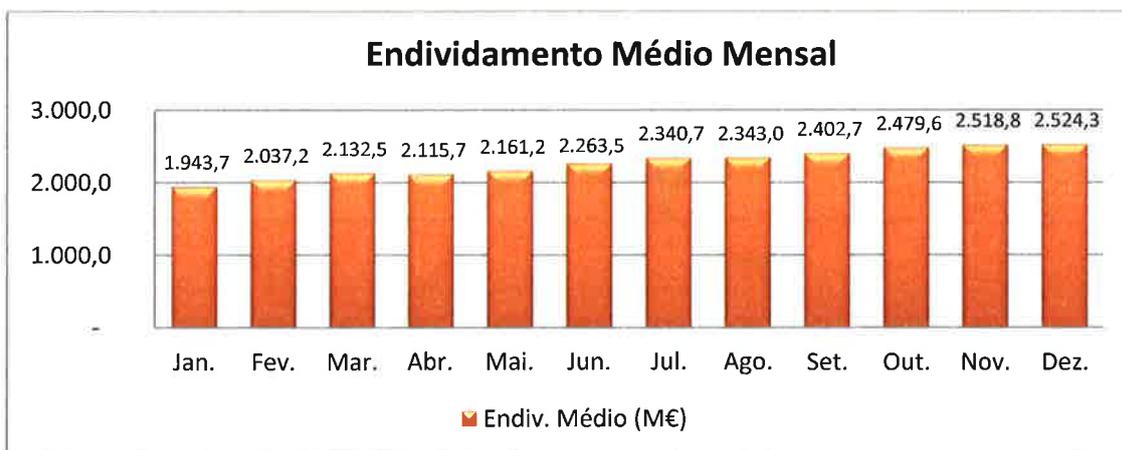
No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/longo prazo, através da contratação junto do Banco Europeu de Investimento de um financiamento a 20 anos. Em meados de Julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125 milhões de Euros, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Durante o ano de 2011, a empresa celebrou um contrato de suprimentos de médio longo prazo junto do acionista no valor de 1.705 milhões de Euros

Em 31 de Dezembro de 2011, a dívida da empresa na componente de empréstimos não correntes passou a ter um peso muito significativo face ao ano anterior. Assim, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:

Dívida por Maturidade



Durante o ano de 2011, o endividamento bancário aumentou 637 milhões de Euros, resultante dos pagamentos referentes a concessões do Estado. Com a renegociação dos contratos de concessão do Estado devido à introdução de portagens, verificou-se uma alteração na periodicidade dos pagamentos passando estes a ser mais lineares ao longo do ano.

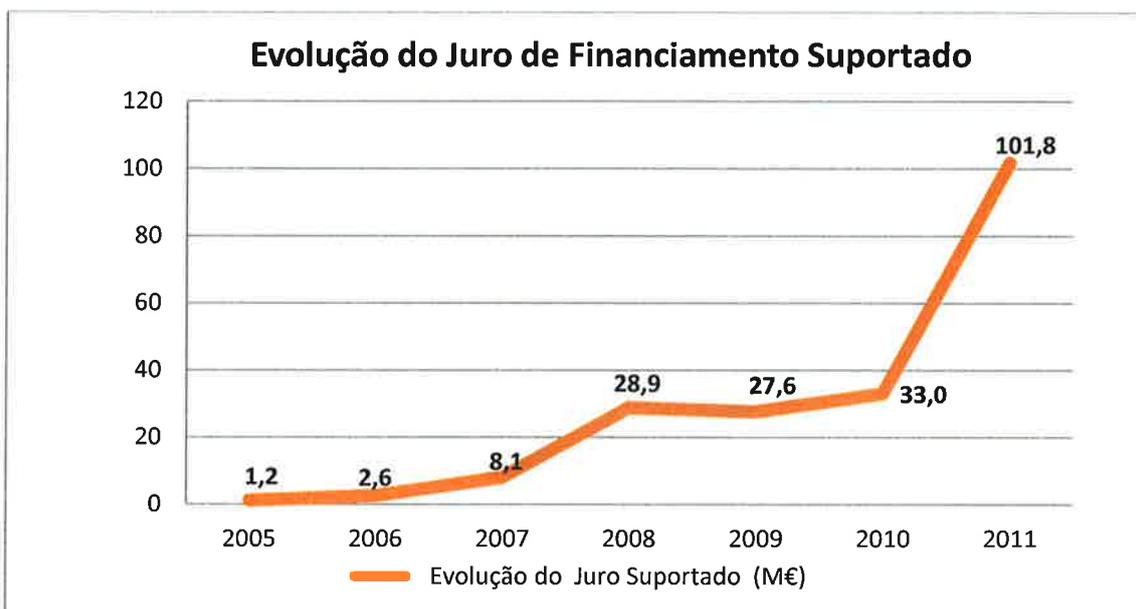


Durante o ano de 2011, a EP cumpriu o previsto no artigo 17º da Lei n.º12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual "... as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, ..., devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ...", atendendo que a EP utiliza constantemente descobertos bancários não fazendo aplicações financeiras ao longo do ano.

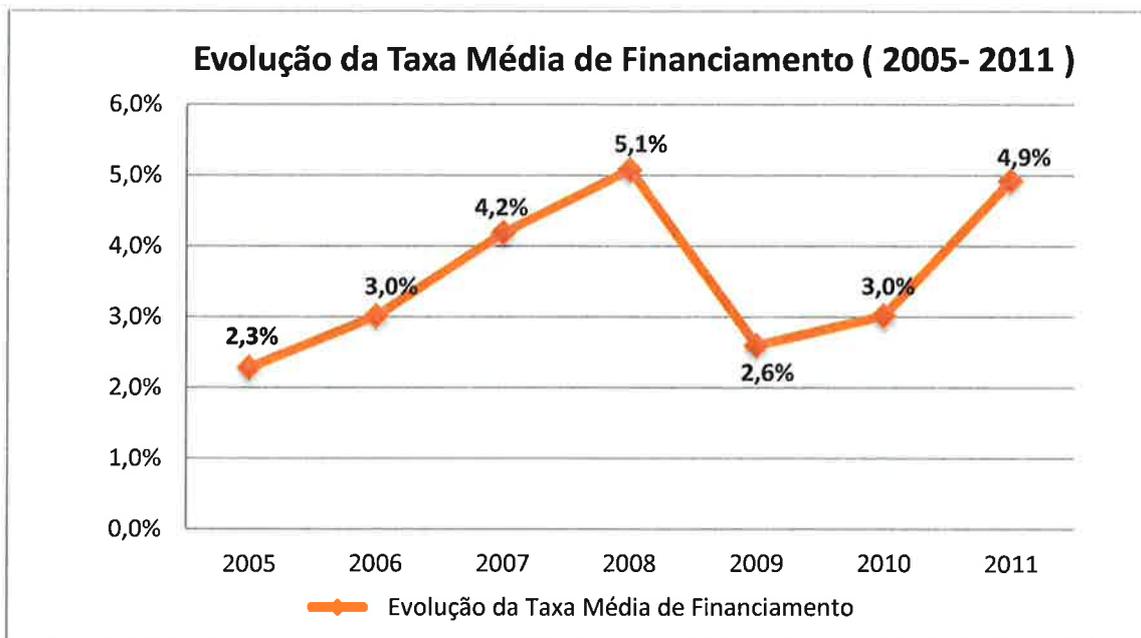
5.2. Risco de taxa de juro

Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte, indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2005 e de 2011:

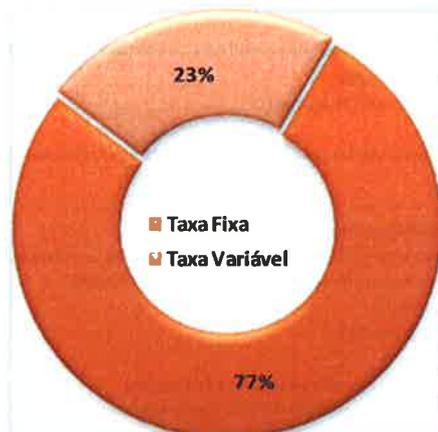


O aumento do valor de juros efetivamente pago durante o ano de 2011 está relacionado não só com o aumento do endividamento bancário mas também com a subida dos *spreads* associados ao financiamento, provocada pela atual conjuntura dos mercados financeiros.



A exposição dos empréstimos da EP às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais em curso é a seguinte:

Dívida por Tipo de Taxa



Durante o ano de 2010 a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125 milhões de Euros, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontra-se mensurado pelo seu justo valor.

5.3. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais. As receitas da EP resultam principalmente da Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) que é cobrada e entregue à EP pela Autoridade Tributária e Aduaneira e das portagens que apresentam uma base de cliente diversificada e composta por operações de reduzido valor pelo que a EP não tem riscos de crédito significativos.

5.4. Risco de câmbio

A EP não tem ativos ou passivos em moedas que não o Euro, pelo que não tem riscos de câmbio associados à sua atividade.

5.5. Cumprimentos Despacho nº101/09-SEF, de 30-01

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SEF, de 30-01	CUMPRIDO		
	S	N	N.A.
Precedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva			
Diversificação de instrumentos de financiamento	x		
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	x		
Diversificação de entidades credoras	x		
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	x		
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes			
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	x		
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	x		
Minimização da prestação de garantias reais	x		
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	x		
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa			
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	x		
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	x		
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	x		
Inclusão nos R&C			
Descrição da evolução txmédia anual de financiamento nos últimos 5 anos	x		
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	x		
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	x		
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	x		

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

6.1. Alterações nas Políticas Contabilísticas

A Empresa não procedeu i) a alterações das políticas contabilísticas para os períodos apresentados, ii) alterações de estimativas contabilísticas que se espere que produzam efeitos em períodos futuros, iii) correção de erros de períodos anteriores.

7 Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos apresentados os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e outros	Equipamento administrativo	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2010								
Custo de aquisição	1.089	40.199	3.141	6.621	11.123	23.943	670	86.786
Depreciações acumuladas	-	(16.346)	(304)	(6.414)	(10.991)	(23.144)	-	(57.199)
Valor líquido	1.089	23.853	2.837	207	132	799	670	29.587
31 de Dezembro de 2010								
Adições	26	393	226	36	6	26	2.506	3.219
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(3.686)	252	(540)	(230)	(206)	(2.015)	(6.427)
Depreciação - exercício	-	(714)	(315)	(143)	(52)	(276)	-	(1.500)
Depreciação - alienações	-	1.494	-	540	230	206	-	2.470
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	1.115	21.338	3.000	100	86	548	1.161	27.349
31 de Dezembro de 2010								
Custo de aquisição	1.115	36.904	3.619	6.118	10.899	23.763	1.161	83.578
Depreciações acumuladas	-	(15.566)	(619)	(6.017)	(10.813)	(23.215)	-	(56.229)
Valor líquido	1.115	21.338	3.000	100	86	548	1.161	27.349

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e outros	Equipamento administrativo	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2011								
Custo de aquisição	1.115	36.904	3.619	6.118	10.899	23.763	1.161	83.578
Depreciações acumuladas	-	(15.566)	(619)	(6.017)	(10.813)	(23.215)	-	(56.229)
Valor líquido	1.115	21.338	3.000	100	86	548	1.161	27.349
31 de Dezembro de 2011								
Adições	-	38	11	-	8	135	1.040	1.233
Alienações	-	(91)	-	-	-	-	-	(91)
Transferências e abates	-	-	-	(497)	(13)	-	-	(510)
Depreciação - exercício	-	(705)	(480)	(82)	(41)	(236)	-	(1.546)
Depreciação - alienações	-	87	-	496	13	-	-	597
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	1.115	20.668	2.532	17	53	445	2.201	27.031
31 de Dezembro de 2011								
Custo de aquisição	1.115	36.851	3.631	5.620	10.894	23.896	2.201	84.210
Depreciações acumuladas	-	(16.183)	(1.099)	(5.603)	(10.841)	(23.453)	-	(57.179)
Valor líquido	1.115	20.668	2.532	17	53	445	2.201	27.032

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração do rendimento integral pela sua totalidade.

A EP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da atividade de construção da RRN. Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, a EP considera que estas parcelas sobrantes representam ativos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios

económicos para a empresa, momento em que são registadas como Ativos Detidos para Venda ou Propriedades de Investimento, consoante o destino dado às mesmas.

8 Ativos Intangíveis

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2010				
Custo de aquisição	13.965.288	5.040	-	13.970.327
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(595.676)	(4.602)	-	(600.278)
Valor líquido	13.369.612	438	-	13.370.049
Adições	1.962.307	1.382	50	1.963.739
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Amortização - exercício	(177.985)	(709)	(17)	(178.711)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Valor líquido	15.153.933	1.111	33	15.155.078
31 de Dezembro de 2010				
Custo de aquisição	15.927.594	6.422	50	15.934.066
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(773.661)	(5.311)	(17)	(778.989)
Valor líquido	15.153.933	1.111	33	15.155.072

	Direito de Concessão	Software	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2011				
Custo de aquisição	15.927.594	6.422	50	15.934.066
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(773.661)	(5.311)	(17)	(778.989)
Valor líquido	15.153.933	1.111	33	15.155.072
Adições	1.929.953	39	20	1.930.012
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Amortização - exercício	(157.773)	(661)	(17)	(158.450)
Amortização - alienações	-	-	-	-
Valor líquido	16.926.113	489	37	16.926.639
31 de Dezembro de 2011				
Custo de aquisição	17.857.547	6.461	70	17.864.078
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(931.434)	(5.972)	(33)	(937.439)
Valor líquido	16.926.113	489	37	16.926.639

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente ao direito resultante do Contrato de Concessão, o qual foi inicialmente reconhecido pelo valor acordado entre a EP e o Estado. O valor deste direito é incrementado mediante a transferência de Ativos Intangíveis em curso de investimentos realizados no âmbito do Contrato.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente de essa construção ser efetuada diretamente pela EP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a EP e o Estado.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os seguintes principais pressupostos constantes das Projeções Económico Financeiras para o período da Concessão, que foram validados junto do ex-Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

- Os encargos anuais com as concessões SCUT têm efeito até 2035;
- Os encargos com as subconcessões, que se dividem em pagamentos de disponibilidade e de serviço, têm efeito entre 2010 e 2039;
- Investimento direto da EP na modernização da rede viária, o qual se divide em investimento de requalificação e construção de variantes (4 variantes por ano até 2012, 3 variantes por ano entre 2013 e 2017, 2 variantes por ano entre 2018 e 2022 e 1 variante por ano entre 2023 e 2032);
- Os restantes investimentos da EP consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização, assistência técnica e introdução de portagens nas concessões SCUT;
- O Plano Rodoviário Nacional 2000 é realizado em 98% até 2040;

O valor do investimento total é amortizado em função da melhor estimativa das receitas a gerar no período da concessão.

A estimativa das receitas anuais teve por base os seguintes principais pressupostos constantes das Projeções Económico Financeiras pelo período da Concessão, que foram igualmente validados junto do ex - Ministério da Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

- Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), até 2013, assume o expresso no orçamento 2011 da EP. A partir de 2013, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano). Adicionalmente, não foram consideradas as isenções sobre os consumos de biogolina e biogásóleo a partir de 2013;
- Receitas de portagens das subconcessões são as já definidas. Os pressupostos utilizados para o valor das subconcessões têm como base os respetivos estudos económicos e, as propostas Best and Final Offer ("BAFO") atualizados nos casos em que a adjudicação ainda não ocorreu e em estudos de tráfego efetuados por consultores especializados mais recentes disponíveis à data do encerramento do modelo de Projeções Económico Financeiras

para o período da Concessão. Após a reversão das subconcessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e propostas;

– Introdução com início em 2010, de portagens reais em SCUT's. Após a reversão das SCUT's para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e propostas;

– Concessões do Estado em regime de portagem real: após a reversão das concessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base;

– Em geral, as restantes receitas operacionais (taxas de gestão dos contratos de subconcessão, receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2011 para os próximos 3 anos, assumindo-se após esse período um crescimento nominal em linha com o IPC.

Com base nestes pressupostos, a amortização estimada para exercício de 2011 ascendeu a 157,8 M€.

9 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

É convicção do Conselho de Administração que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

Os ativos e passivos por impostos diferidos foram valorizados à taxa nominal de IRC que é expetável que sejam revertidos, sendo que foi utilizada uma taxa nominal de 31.5% nos impostos a reverter em 2012 e 2013 e uma taxa nominal de 29% para os que se estima que revertam nos anos 2014 e seguintes

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31.12.2011	31.12.2010
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	14.388	37.158
Passivos por impostos diferidos	3.014	3.641
	<u>17.403</u>	<u>40.800</u>
Impactos no capital próprio		
Activos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>17.403</u>	<u>40.800</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conservação Periódica	Pensões	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2010	250	-	-	-	615	466	1.330
Alterações no período							
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(240)	-	-	-	-	-	(240)
Constituição por resultados	961	-	23.835	8.206	58	4.338	37.398
Movimento do período	721	-	23.835	8.206	58	4.338	37.158
A 31 de Dezembro de 2010	971	-	23.835	8.206	673	4.804	38.487

	Provisões Plano Social	Provisão Estradas Desclassificadas	Provisão IVA	Conservação Periódica	Pensões	Outros	Total
A 1 de Janeiro de 2011	971	-	23.835	8.206	673	4.804	38.487
Alterações no período							
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(352)	-	-	(4.700)	-	(3.069)	(8.121)
Constituição por resultados	1.408	349	10.506	10.097	148	-	22.509
Movimento do período	1.056	349	10.506	5.397	148	(3.069)	14.388
31 de Dezembro de 2011	2.027	349	34.341	13.604	821	1.735	52.876

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Transição de normativo	Total
A 1 de Janeiro de 2010	18.212	18.212
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	-	-
Reversão por resultados	(3.641)	(3.641)
Movimentos do período	(3.641)	(3.641)
A 31 de Dezembro de 2010	14.570	14.570

	Transição de normativo	Total
A 1 de Janeiro de 2011	14.570	14.570
Alterações no período		
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição por resultados	628	628
Reversão por resultados	(3.642)	(3.642)
Movimentos do período	(3.014)	(3.014)
31 de Dezembro de 2011	11.555	11.555

10 Clientes e Outras contas a receber

No período findo em 31 de Dezembro de 2011, a decomposição das rubricas de Clientes e Outras contas a receber, é como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	22.586	-	22.586	14.771	-	14.771
Total Clientes	22.586	-	22.586	14.771	-	14.771
Acrescimo Rendimentos CSR	83.850	-	83.850	91.518	-	91.518
Fundos Comunitários	1.431	-	1.431	2.762	-	2.762
Outros	4.868	-	4.868	4.373	-	4.373
	90.149	-	90.149	98.654	-	98.654
Ajustamento de outras contas a receber	(5.982)	-	(5.982)	(5.982)	-	(5.982)
Total Outras contas a Receber	84.167	-	84.167	92.671	-	92.671

Acréscimo de Rendimentos CSR corresponde ao reconhecimento do proveito dos dois últimos meses do período contabilístico uma vez que a CSR é faturada e cobrada com esse mesmo desfazamento de tempo.

O valor de Fundos Comunitários corresponde aos valores de fundos comunitários de subsídios ao investimento a receber, considerando a despesa já incorrida e os pedidos de reembolso correspondentes efetuados.

Dos 22.586 m€ de clientes a 31 de Dezembro de 2011, 10.755 m€ são referentes a valores a receber de portagens de Dezembro de 2011 apenas recebidas em Janeiro de 2012 pela EP.

Ajustamento de Outras contas a receber

	31.12.2011	31.12.2010
Início Período	5.982	1.757
Aumentos	-	4.226
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
Fecho Período	5.982	5.982

A EP analisa periodicamente a qualidade dos seus saldos a receber, não tendo considerado necessário qualquer ajustamento adicional no período aos já registados, e não existiu adicionalmente qualquer alteração à situação dos saldos ajustados em períodos anteriores. Todos os saldos ajustados resultam da execução de obras na RRN.

11 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2011, os saldos devedores e credores com o Estado são:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	i) -	(16.960)	-	(60.945)
Total Passivos para imposto corrente	-	(16.960)	-	(60.945)
Retenção Imposto s/ Rendimento	-	(388)	-	(418)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	ii) 479.479	-	355.134	-
Contribuições p/ segurança social	-	(991)	-	(1.333)
Outros impostos	-	(2)	-	(2)
Total Estado e outros entes públicos	479.479	(1.381)	355.134	(1.752)

i) Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	31.12.2011	31.12.2010
Pagamentos por conta	64.720	20.838
Retenções na fonte	33	143
Estimativa de IRC	(81.713)	(81.926)
Total	(16.960)	(60.945)

ii) Como referido nesta nota, na rubrica de Estado e outros entes públicos consta um saldo a receber de IVA no montante de 479.479 m€, dos quais já foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562 m€. Este saldo a recuperar resulta fundamentalmente do IVA deduzido pela EP na sua atividade, considerando que a EP tem direito a esta dedução devido ao facto do Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da EP - Contribuição de Serviço Rodoviário - o qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue pelas distribuidoras de combustível.

A EP tem dois processos a correr, sendo o primeiro relativo ao pedido de reembolso de IVA até Junho de 2009 e o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de Julho a Setembro e dedução de Outubro de 2009.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até Junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124 m€ e 11.697 m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de Novembro de 2010 a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico que ainda corre os seus termos.

O segundo processo, referente ao pedido de reembolso de IVA de Julho a Setembro e dedução de Outubro de 2009, que também veio a ser indeferido pela Administração Tributária, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 64.506 mil Euros e 763 mil Euros respetivamente. Em 29 de Julho de 2011, a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico do qual ainda se aguardar decisão.

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, a EP reforçou em 2011 a provisão no valor de 44.416 mil Euros, ascendendo o seu valor acumulado a 31 de Dezembro de 2011 a 233.953 mil Euros, o que corresponde ao IVA que deixaria de receber da ATA caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA. Ver Nota 17.

12 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31.12.2011	31.12.2010
Gastos com Financiamentos	0	7.355
Seguros	24	24
Trabalhos especializados	562	603
Outros serviços	418	419
Gastos a reconhecer	1.004	8.400
Subsídios ao Investimento	10.371.714	10.405.046
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	28.000	29.166
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	169.124	176.811
Venda Prazo Concessão Brisa	152.300	152.300
Rendimentos não correntes a reconhecer	10.721.138	10.763.323
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	1.167	1.167
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	7.687	7.687
Contratos Promessa Compra e Venda - Imóveis	434	1.122
Outros rendimentos	164	164
Rendimentos correntes a reconhecer	9.452	10.139

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

Os gastos com financiamento, que correspondem essencialmente a comissões e encargos pagos no início dos contratos de financiamento, no exercício de 2011 ascenderam a 6.227 milhares de euros e foram registados na rubrica de Financiamentos obtidos (ver nota 19).

Os rendimentos a reconhecer resultam essencialmente de subsídios ao investimento no valor de 10.372M€, de recebimentos antecipados de rendimentos de concessões no valor de 358,3M€ e de valores de vendas de imóveis já faturados aquando do contrato de promessa de compra e venda que apenas serão reconhecidos como rendimentos no momento da escritura.

13 Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

Detalhe da Caixa e depósitos bancários	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	62	215
Depósitos bancários	335	26.582
	397	26.798

De referir que estes não existem quaisquer restrições à movimentação destes valores.

14 Capital

O capital social da EP — Estradas de Portugal, S. A., é composto por 66.000 ações nominativas escriturais de 5 m€ cada representativas do capital social no valor de 330 milhões de Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado, sendo detidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças através o qual são exercidos os direitos do Estado como acionista.

15 Reservas

As rubricas “Reservas” registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

	Reserva Estatutária - Geral	Reserva Estatutária - Investimento	Reserva de Transição	Total Outras Reservas	Reserva Legal	Total
1 de Janeiro de 2010	5.327	37.444	24.112	66.882	51.140	118.022
Adições	7.448	36.068	24.120	67.636	-	67.636
Regularização por resultados	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2010	12.775	73.512	48.232	134.518	51.140	185.658
Adições	10.251	38.714	-	48.965	5.125	54.090
Regularização por resultados	-	-	3.014	3.014	-	3.014
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2011	23.025	112.226	51.246	186.497	56.265	242.762

De acordo com o Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de Novembro a EP deve constituir anualmente as seguintes reservas:

a) Reserva geral - Uma percentagem não inferior a 10 % dos resultados de cada exercício, apurados de acordo com as normas contabilísticas vigentes, é destinada à constituição da reserva geral.

b) Reserva para investimentos:

- a) A parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada;
- b) As receitas provenientes de participações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim;
- c) Os rendimentos especialmente afetos a investimentos

16 Subsídios ao Investimento

A rubrica do Passivo Não Corrente "Diferimentos" incorpora os subsídios ao investimento recebidos pela EP e ainda não reconhecidos por via de resultados e regista os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011:

	Subsídios ao Investimento
A 31 de Dezembro de 2010	10.405.046
Aumentos	7.909
Abates	(2.505)
Depreciações	(38.735)
31 de Dezembro de 2011	10.371.714

17 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreitadas	Pensões	Estradas Descias.	Piano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
A 1 de Janeiro de 2010	32.199	117.639	42.458	6.802	433.783	943	28.163	-	661.987
Dotação	3.026	7.162	43.958	-	-	3.233	7.962	189.537	254.878
Redução	(8.283)	(22.872)	(25.588)	(2.639)	(20.769)	(828)	(14.068)	-	(95.048)
A 31 de Dezembro de 2010	26.943	101.929	60.828	4.163	413.014	3.348	22.057	189.537	821.819
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	26.943	101.929	60.828	4.163	413.014	3.348	22.057	189.537	821.819
	26.943	101.929	60.828	4.163	413.014	3.348	22.057	189.537	821.819

	Riscos Gerais	Expropri.	Empreitadas	Pensões	Estradas Descias.	Plano Social	Emp. Fase Negocial	Processo IVA	Total
A 1 de Janeiro de 2011	26.943	101.929	60.828	4.163	413.014	3.348	22.057	189.537	821.819
Dotação	4.696	5.359	15.732	285	1.107	4.216	794	44.416	76.606
Redução	(12.807)	(22.395)	(6.727)	(1.054)	(2.815)	(1.129)	(21.453)	-	(68.379)
A 31 de Dezembro de 2011	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046
	18.832	84.893	69.834	3.394	411.306	6.435	1.398	233.953	830.046

Provisões para Processos judiciais em curso

- Riscos gerais:

Da análise realizada pelo Gabinete Jurídico foi admitido um risco de 18.832 m€ reportado a 31 de Dezembro 2011 inerente a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

- Expropriações

Esta provisão foi constituída para fazer face ao risco da EP vir a efetuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação que se encontram em litígio. Esta resulta da consulta realizada pelo Gabinete Jurídico aos advogados externos e internos dos processos.

Do total de 22.395 m€ reduzidos a esta provisão, 10.269 m€ são respeitantes a pagamentos de processos findos no exercício, dos quais 6.779 m€ são correspondentes a processos expropriativos de concessões do Estado e apenas 3.490 m€ a obra própria da EP.

É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida imobilizações incorpóreas em curso.

- Empreitadas:

No caso dos Processos de Contencioso Geral Com Conexão com Empreitada, da análise efetuada pelos advogados externos e internos aos processos, foi estimado um risco de 69.834 m€. Este valor é influenciado pelo aumento desta provisão no período em cerca de 15.732 m€ dos quais 13.254 m€ correspondem a processos novos. É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e reduções desta provisão tem como contrapartida ativos intangíveis em curso.

- Processo IVA:

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 11, a constituição de uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a EP e a ATA foi a aceitação ou não da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do

IVA deduzido pela EP em atividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efetuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, IVA deduzido relativo a gastos do exercício foi provisionado por contrapartida de gastos (26.830 m€) e o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos foi provisionado por contrapartida de ativo (17.586 m€).

Provisões para outras situações não Contenciosas

- Provisão para Estradas Desclassificadas

A provisão registada reflete a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo da Empresa e o respetivo custo de requalificação expectável. A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão no valor de 2.815 m€, tendo a mesma sido ainda reforçada em 1.107 m€.

- Provisão para Plano Social

Esta provisão destina-se a fazer face aos compromissos com o Plano Social de Racionalização de Quadros já assumidos pela EP a 31 de Dezembro de 2011.

- Provisão para Empreitadas em fase negocial

De acordo com a informação recebida dos serviços competentes, a melhor estimativa de risco associada a estes processos ascende a 1.398 m€.

18 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EP tem atribuídos benefícios de pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões), que a 31 de Dezembro de 2011 apresenta o valor de 3.394 m€

➤ Plano de Pensões

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que a EP efetua pagamentos de reforma antecipada a um grupo fechado de colaboradores que foram abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

O plano de pensões não tem fundo constituído, sendo a respetiva responsabilidade coberta por uma provisão específica.

Foi contratada a realização de um estudo atuarial a uma empresa especializada, com referência a 31 de Dezembro de 2011 para avaliar esta responsabilidade, que teve por base os seguintes pressupostos principais:

Principais Pressupostos

Taxa de desconto	4,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 88/90

A 31 de Dezembro de 2011 existem os seguintes plano de benefícios ativos:

Reformas Antecipadas Temporárias

Legislação	Art. 12º do Decreto-Lei nº 237/99 de 25 de Junho, art. 10º do Decreto-Lei nº 227/2002 de 30 de Outubro e art. 16º do Decreto-Lei nº 239/2004, de 21 de Dezembro
Elegibilidade	Trabalhadores da Ex-JAE, que em 31 de Dezembro de 2000, tivessem 30 ou mais anos de serviço ou 50 ou mais anos de idade e pelo menos 20 anos de serviço
Data fim do pagamento	Data em que o aposentado atinja os 60 anos de idade com 36 anos de serviço, na presunção que se tivesse mantido ao serviço da empresa, ou complete 70 anos de idade
Atualização	De acordo com a portaria dos aumentos para a função pública
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 14 vezes por ano, com excepção dos anos 2012 e 2013 onde o pagamento dos subsídios de férias e de Natal é o seguinte: abaixo de 600€ são pagos ambos; entre 600 e 1.100€ apenas 1 e acima dos 1.100 € não há lugar a pagamento de subsídios.

Acidentes de trabalho - Pensões de Invalidez

Legislação	Lei nº2127, de 3 de Agosto de 1965
Data fim do pagamento	Vitalício
Atualização	Por decisão do tribunal e a pedido do Ministério Público
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 13 vezes por ano

Acidentes de trabalho - Pensões de Sobrevivência

Legislação	Decreto-Lei nº 38523, de 23 de Novembro de 1951
Elegibilidade	Cônjuges, enquanto mantiverem o estado civil de viúvos e filhos até aos 18 anos ou 21 se frequentarem o ensino secundário ou equiparado e, independentemente da idade, se sofrerem de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho
Data fim do pagamento	Vitalício
Atualização	De acordo com a portaria dos aumentos para a função pública
Numero de pagamentos anuais	As pensões são pagas 14 vezes por ano

Responsabilidade por serviços totais:

Plano de benefícios	Responsabilidade
Reformas Antecipadas Temporárias	1.286
Acidentes de trabalho - Pensões de Invalidez	150
Acidentes de trabalho - Pensões de Sobrevivência	1.959
	3.394

A movimentação desta responsabilidade no decorrer dos anos de 2010 e 2011 foram os seguintes:

	2011	2010
01 de Janeiro de 2011	4.163	6.802
Benefícios Pagos	(1.054)	(2.639)
(Ganhos) / Perdas actuariais	285	-
31 de Dezembro de 2011	3.394	4.163

19 Financiamentos Obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	319.078	-	319.078	1.020.009	-	1.020.009
Empréstimos Obrigacionistas	-	125.000	125.000	-	125.000	125.000
Empr. Banc. em Conta Corrente	125.000	200.659	325.659	339.494	325.659	665.153
Descobertos Bancários	25.887	-	25.887	53.090	-	53.090
Outros Empréstimos	130.000	-	130.000	130.000	-	130.000
	599.965	325.659	925.624	1.542.593	450.659	1.993.252
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Gastos com financiamento - especialização	11.393	-	11.393	12.098	-	12.098
Gastos com financiamento (antecipação)	(6.227)	-	(6.227)	-	-	-
	605.131	325.659	930.790	1.554.690	450.659	2.005.349

Os "Outros empréstimos" são outros financiamentos do Estado Português à EP. Considerando a atual conjuntura dos mercados financeiros, o acionista deverá manter o seu apoio à empresa, dotando-a dos meios necessários para suprir as necessidades de financiamento, nomeadamente no curto prazo. Ver adicionalmente nota 20.

A exposição dos empréstimos da EP às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais em curso é a seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Taxas de juro variáveis		
correntes	599.961	1.542.593
não correntes	0	125.000
	<u>599.961</u>	<u>1.667.593</u>

No que respeita à maturidade dos empréstimos não correntes, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Entre 2 e 5 anos	-	125.000
Superior a 5 anos	325.659	325.659
	<u>325.659</u>	<u>450.659</u>

A 31 de Dezembro de 2011, a EP possuía ainda linhas de crédito contratadas e não utilizadas no valor de cerca de 125.4 M€.

20 Suprimentos

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Suprimentos é como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Contrato de Suprimentos	-	1.705.000	1.705.000	-	-	-
	<u>-</u>	<u>1.705.000</u>	<u>1.705.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Este contrato de suprimentos teve como objetivo permitir à EP reembolsar algumas linhas de crédito e satisfazer necessidade de financiamento da empresa no ano de 2011.

Este financiamento é remunerado a uma taxa fixa nominal anual.

No que respeita à maturidade dos suprimentos, esta decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Entre 2 e 5 anos	1.705.000	-
Superior a 5 anos	-	-
	<u>1.705.000</u>	<u>-</u>

21 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		31.12.2011			31.12.2010		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	i)	20.165	-	20.165	43.826	-	43.826
Outros credores							
Credores diversos		1.165	-	1.165	1.901	-	1.901
Acréscimos de gastos							
Construção de Subconcessões	ii)	-	2.463.655	2.463.655	-	1.264.869	1.264.869
Conservação Periódica de Estradas	iii)	46.909	-	46.909	12.091	-	12.091
Férias e sub. férias	iv)	2.087	-	2.087	3.887	-	3.887
Outros	v)	30.179	-	30.179	31.852	-	31.852
Outras contas a pagar		100.505	2.463.655	2.564.160	93.557	1.264.869	1.358.425

- i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores faturados pela execução de empreitadas.
- ii) Nesta conta está registada a responsabilidade da EP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção já efetuados por estas no valor de 2.236.633 milhares de euros e as responsabilidades resultantes da transferência da A21 para a EP ocorrida em 2010 que a 31 de Dezembro de 2011 ascende a 227.022 milhares de euros.
- iii) Esta conta representa a responsabilidade da EP de manter ou repor a infraestrutura em determinados níveis de serviço e é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos.
- iv) O valor do acréscimo de gastos com férias e subsídios de férias apresenta uma redução significativa uma vez que, conforme definido pela Lei do Orçamento de Estado de 2012, os subsídios de férias a pagar em 2012 serão significativamente inferiores aos registados em anos anteriores.
- v) Os outros incluem fundamentalmente valores a pagar pela EP referentes ao seu contrato de concessão com o Estado no valor de 24.037 milhares de euros.

22 Outros passivos não correntes

	31.12.2011		31.12.2010	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Sw ap de Taxa de Juro	-	11.892	-	10.581
Total	-	11.892	-	10.581

O saldo desta rubrica refere-se ao instrumento financeiro de cobertura negociado pela EP em vigor a 31 de Dezembro de 2011 que respeita a um "swap" contraído no segundo semestre de 2010 com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimo obrigacionista de 125.000 m€.

Este instrumento de cobertura de taxa de juro encontra-se avaliado pelo seu justo valor, à data da Demonstração da posição financeira, determinado por avaliação efetuada por empresa especializada independente e corresponde ao valor "mark-to-market" determinado com base nas condições acordadas e a curva de taxas de juro de mercado estimadas, à data da Demonstração da posição financeira.

23 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos de fornecedores correspondem a:

	31.12.2011	31.12.2010
Fornecedores conta corrente	14.438	29.118
Total saldo fornecedores - correntes	14.438	29.118

24 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração do rendimento integral, é detalhado como segue:

		31.12.2011	31.12.2010
Prestações de Serviços			
Contratos de Construção	i)	1.356.658	1.016.301
Contribuição de Serviço Rodoviário	ii)	546.042	556.324
Portagens	iii)	132.533	45.189
Licenciamentos		7.555	7.453
Outros		2.948	4.334
Vendas e prestações de serviços		2.045.736	1.629.601

i) Contratos de construção

Esta conta representa os rendimentos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

O detalhe de contratos de construção, nos períodos relatados, é como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Construção de Novas Infra-estruturas	72.790	169.144
Rede Subconcessionada - Construção	1.080.655	765.228
Encargos Financeiros Capitalizados	203.214	81.930
	1.356.658	1.016.301

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da EP no decorrer da fase de construção e são compostos quer por encargos financeiros bancários utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado e que correspondem à totalidade dos encargos com este tipo de financiamento uma vez que o investimento efetuado nesta rede foi superior ao incremento do endividamento anual, quer pela

remuneração contabilística da dívida das subconcessionárias correspondente aos troços ainda em construção à qual é aplicada a taxa implícita no caso base de cada contrato, resultante de os fluxos financeiros não acompanharem a evolução física das obras, sendo que estas taxas teóricas variam entre os 5% e o 9%.

ii) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)

Um dos principais réditos é a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de Agosto. Este rédito constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina e o gasóleo rodoviário sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. O valor da contribuição de serviço rodoviário para 2011 é de 64€ / 1000 litros para a gasolina e de 86 € / 1000 litros para o gasóleo rodoviário. O encaixe financeiro é realizado com um desfasamento de cerca de dois meses relativamente à data de cobrança, pelo que se procede à especialização do rédito do exercício.

iii) Portagens

A EP iniciou a sua atividade de cobrança de portagens em concessões do Estado em Julho de 2010 com a transferência para a EP das concessões Grande Lisboa e Concessão Norte. Em Outubro de 2010 iniciou-se o processo de cobrança de portagens em regime de *Multi-Lane Free Flow* (MLFF) nas anteriores SCUT Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral e a Dezembro de 2011 na Via do Infante-Concessão do Algarve, na A23-Concessão da Beira Interior, A24-Concessão do Interior Norte e A25-Concessão das Beira Litoral e Alta.

Ainda em Setembro de 2010 foi ainda transferido para a EP a exploração da A21, via que é também portajada.

Em Setembro de 2011, iniciou-se a cobrança de portagens da subconcessão Transmontana e em Novembro de 2011 iniciou-se a cobrança de portagens nas Subconcessões Pinhal Interior e Litoral Oeste, nos troços portajados já finalizados.

25 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta representa os gastos da EP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da EP por via direta ou subconcessão.

		31.12.2011	31.12.2010
Construção de Novas Infra-estruturas	i)	71.281	165.311
Rede Subconcessionada - Construção	ii)	1.079.751	764.092
Capitalização Portagens Concessões	iii)	113.909	42.376
		1.264.941	971.779

- i) Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso.
- ii) A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflete a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de faturação.
- iii) Assim como definido na nota 3.19 (iv) os valores recebidos pela EP relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica.

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		31.12.2011	31.12.2010
Conservação Periódica de Estradas	i)	82.700	82.700
Conservação Corrente e Segurança	ii)	54.269	59.698
Encargos Cobrança CSR	iii)	10.921	11.126
Encargos Cobrança Portagens		13.527	1.794
Operação e Manutenção Subconcessões	iv)	6.251	-
Rendas e Alugueres		2.657	2.274
Outros		7.480	10.323
Fornecimentos e serviços externos		177.804	167.916

- i) Conservação Periódica de Estradas – Este custo corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da EP dos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período mas sim ao valor correspondente ao período do registo da responsabilidade de efetuar a intervenção conforme descrito na nota 21 iii).
- ii) Conservação Corrente e Segurança – Nesta conta estão contabilizados os gastos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte e com segurança rodoviária.
- iii) Os encargos de cobrança da CSR correspondem a 2% da CSR retido pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo (DGAIEC) pela prestação do serviço de apuramento e cobrança da CSR.

- iv) Os encargos com operação e manutenção de subconcessões resultam do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas subconcessionárias no âmbito dos contratos de subconcessão em vigor. O pagamento destes valores terá início em 2014, conforme contratado.

27 Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, incorridos durante 2011, foram como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Remunerações		
Orgãos sociais	532	761
Pessoal	27.440	31.649
	<u>27.972</u>	<u>32.410</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	4.640	5.195
Custos de acção social	680	756
Outros	250	363
	<u>5.570</u>	<u>6.314</u>
Sub-total	5.570	6.314
Custos com o pessoal	33.543	38.725

Em 2011 o efetivo médio acrescido dos membros do órgão de gestão da empresa situou-se em 1.169 (sendo que no ano anterior se apurava em 1.177).

A redução com os custos com o pessoal que se verificou em 2011 é originada fundamentalmente por quatro principais fatores: a redução do número de efetivos resultante da reorganização levada a cabo pela EP desde 2007, um esforço de contenção de custos, a redução remuneratória aprovada pela Lei do Orçamento de Estado de 2011 e pela redução dos encargos com subsídios de férias a pagar em 2012 conforme descrito na nota 21 iv).

28 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Amortização de subsídios ao investimento i)	38.735	38.714
Proveitos com Fees Assinatura Concessões ii)	8.854	8.854
Ganhos na venda activos tangíveis iii)	2.919	12.085
Outros (inferiores a 1.000 m€)	2.219	3.999
	<u>52.727</u>	<u>63.652</u>

- i) Rendimento reconhecido pela amortização dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Passivo.
- ii) Este proveito resulta do reconhecimento no ano da parcela correspondente do valor recebido a quando da assinatura das Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral.
- iii) Mais-valias resultantes das vendas de imóveis e parcelas sobrantes.

29 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Taxa de Regulação das Infra -Estruturas Rodoviárias (TRIR)	2.809	2.941
Impostos	275	320
Correcções relativas a anos anteriores	371	390
Outros	651	2.542
	4.107	6.193

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2011 e 2010 é como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Gastos financeiros		
Gastos Financiamento	104.474	48.250
Gastos financeiros Contratos Subconcessão i)	101.736	33.986
Serviços Bancários	9.364	7.454
Gastos financeiros outras dividas Médio Longo Prazo ii)	11.524	3.462
Variação justo valor aplicações financeiras iii)	1.105	10.581
Outros gastos Financeiros	1.724	1.300
	229.928	105.032
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	138	157
	138	157

- i) Os outros gastos financeiros englobam os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados que apenas serão faturados no futuro de acordo com os termos estipulados nos contratos de subconcessão.
- ii) Os gastos financeiros de outras dívidas de médio e longo prazo correspondem aos encargos do presente exercício com as responsabilidades assumidas relativas à transferência da A21. Ver nota 21 ii).

- iii) Nesta linha encontra-se registado o gasto com a variação do justo valor de um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de Julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125 milhões de Euros, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro.

Do total de 229.928 milhares de euros de gastos financeiros, 37.438 milhares de euros resultam dos financiamentos obtidos junto do acionista.

O incremento significativo dos gastos com financiamento resulta essencialmente do aumento significativo das taxas médias de financiamento, conforme explicitado na nota 5.

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Imposto s/ rendimento corrente	76.591	81.926
Imposto s/ rendimento diferido	(17.403)	(40.800)
Imposto sobre o rendimento	59.188	41.126

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual ⁽¹⁾	2,50%	2,50%
Imposto sobre o rendimento	29,00%	29,00%

(1) incide apenas sobre a parcela de resultados que ultrapassa os 2.000 m€

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado antes de Imposto	202.960	143.632
Taxa nominal de Imposto	26,5%	26,5%
	53.784	38.062
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente	17.944	34.163
Gastos fiscais não contabilísticos	(525)	(919)
Proveitos contabilísticos não fiscalmente relevantes	(5.122)	-
Imputação variações patrimoniais de transição	3.328	3.328
Efeito correcção imposto diferido	(17.403)	(40.800)
Derrama Estadual	6.981	6.991
Tributação autónoma	200	300
	59.188	41.126

32 Contingências

A Empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Banco	Objecto	31.12.2011	31.12.2010
Barclays	Contrato de Concessão	2.000	2.000
BES	Processo IVA	148.414	148.414
BES	Processo Expropriativo	579	482
BPI	Processo Expropriativo	2.498	3.372
BPI	Processo Judicial	447	141
Santander	Processo Expropriativo	11	4
Totta	Processo Expropriativo	147	439
		154.096	154.851

As garantias relativas ao processo do IVA, prestadas em 2010, resultam da necessidade do cumprimento de uma exigência legal da ATA para poder suspender o procedimento executivo do valor considerado por esta em dívida pela EP resultante do processo descrito na nota 11.

33 Compromissos

Os compromissos da EP resultam fundamentalmente da sua obrigação de cumprir com os compromissos assumidos relativos aos contratos de subconcessão e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos da Rede Concessionada.

Os encargos líquidos da EP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o termino dos contratos de concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas da EP, de acordo com o seu contrato de concessão, a preços constantes e sem IVA, conforme os valores enviados à Direção Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no

Relatório do Orçamento de Estado para 2012, resumem-se aos apresentados no quadro seguinte:

Encargos Concessões (M€)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Encargos Brutos	770	779	1.497	1.335	1.324	1.312	1.308	1.332	1.343	1.334
Receitas	294	426	450	468	534	572	585	597	612	621
Encargos Líquidos	476	353	1.048	868	790	741	723	735	732	713
Encargos Concessões (M€)	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Encargos Brutos	1.305	1.182	1.132	1.156	1.070	1.006	984	935	826	743
Receitas	629	643	659	848	764	773	778	894	956	1.040
Encargos Líquidos	676	539	474	307	306	232	206	41	(131)	(297)
Encargos Concessões (M€)	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Encargos Brutos	674	613	580	686	711	685	671	409	229	229
Receitas	1.050	1.057	1.068	1.383	2.245	2.281	2.330	2.247	2.151	2.178
Encargos Líquidos	(376)	(444)	(488)	(697)	(1.534)	(1.596)	(1.660)	(1.839)	(1.922)	(1.950)
Encargos Concessões (M€)	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
Encargos Brutos	229	229	226	187	187	187	187	187	187	
Receitas	2.205	2.233	2.260	2.287	2.314	2.341	2.368	2.395	2.422	
Encargos Líquidos	(1.976)	(2.004)	(2.035)	(2.101)	(2.127)	(2.154)	(2.181)	(2.208)	(2.235)	

34 Informações exigidas por diplomas legais

- a) Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.
- b) Impacto da atividade da EP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 Maio).

a. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (“INE”) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da EP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a EP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando: quando a EP, SA recebe juros de aplicações financeiras, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas; quando a EP paga serviços prestados por Sociedades está a aumentar a despesa pública e o défice; se a EP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

b. Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

Na ótica de contabilidade pública, até final de 2011, a EP não fez parte do perímetro de consolidação das Administrações Públicas. Nesta medida, as contas da EP não eram consideradas para efeitos do apuramento do saldo e das contas das Administrações Públicas.

As rubricas contabilísticas da EP que, em 2011, poderão ter tido impacto nas contas públicas são aquelas que refletem os fluxos financeiros que se estabelecem entre a EP e entidades das Administrações Públicas. As rubricas contabilísticas relevantes são o “Estado e Outros Entes Públicos” (Balanço: 479,5 M€ no ativo e 1.4 M€ no passivo), “Passivos para Imposto Corrente” (Balanço: 17.0 M€ no passivo), “Estimativa de IRC” (Nota 31 - Imposto do Exercício: 81,7 M€) e a Contribuição de Serviço Rodoviário (Nota 24 – Vendas e Prestação de Serviços: 546,0 M€, Nota 26 - Fornecimento e Serviços Externos: 10.9 M€, Nota 21 - Outras contas a pagar: 1,7 M€, Nota 10 - Clientes e outras contas a receber: 83,9 M€), Nota 19 – Financiamentos Obtidos: 130M€, Nota 20 – Suprimentos: 1.705 M€, Nota 30 – Gastos e rendimentos financeiros: 37 M€.

De referir que em meados de 2011, a EP foi integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento de Estado com efeitos a partir da elaboração do Orçamento para 2012 e execução do ano de 2012.

- c) **Informação financeira prospetiva** - compromissos assumidos, informação previsional de carácter plurianual, para o período da concessão, sobre a atividade da concessionária, nomeadamente quanto a resultados, necessidades de financiamento, dividendos a pagar ao acionista e impostos sobre os resultados (Base 12, número 4, alínea b do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 Maio):

Informação Previsional - Compromissos assumidos até 31-12-2011

A tabela I diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros futuros para a EP à data de 31 de Dezembro de 2011, tendo presente os compromisso já assumidos pela empresa. De referir que serão necessários efetuar investimentos no decorrer do contrato de concessão da EP por forma a cumprir o PRN 2000 cujos fluxos financeiros de despesa e receita não se encontram contemplados nos valores presentes no quadro seguinte. Foram projetados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC).

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2011

Valores a preços correntes

m€	2013	2014	2015	2016	2015 ...	2035	2045	2055	2065	2075	2082
Resultado Líquido	54.852	(28.939)	4.429	14.223	126.657	1.085.030	3.126.459	4.231.306	5.983.019	9.014.334	12.539.763
Necessidades de Financiamento Anuais	240.641	933.302	671.370	796.761	583.469	(669.778)	---	---	---	---	---
Dividendos a pagar (a)	--	--	--	--	--	--	3.046.602	3.544.273	3.985.023	4.157.860	3.878.503
Impostos sobre o rendimento (IRC) (b)	(6.106)	(1.405)	(4.212)	(1.096)	(57.945)	(383.320)	(1.272.056)	(1.727.447)	(2.438.454)	(3.667.162)	(5.103.125)
Fluxos financeiros com o Estado (c)	516.576	525.707	530.026	557.920	627.725	352.199	(3.263.713)	(3.985.041)	(4.855.885)	(5.913.086)	(6.785.414)

INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2011

Valores a preços constantes

m€	2013	2014	2015	2016	2025	2035	2045	2055	2065	2075	2082
Resultado Líquido	54.095	(28.173)	4.248	13.375	99.658	700.366	1.655.519	1.838.036	2.132.055	2.635.178	3.191.276
Necessidades de Financiamento Anuais	237.319	908.605	643.944	749.229	459.095	(432.328)	---	---	---	---	---
Dividendos a pagar (a)	--	--	--	--	--	--	1.613.233	1.539.596	1.420.067	1.215.475	987.050
Impostos sobre o rendimento (IRC) (b)	(6.022)	(1.368)	(4.040)	(1.031)	(45.593)	(247.426)	(673.576)	(750.385)	(868.946)	(1.072.029)	(1.298.707)
Fluxos financeiros com o Estado (c)	509.444	511.796	508.374	524.636	493.918	227.337	(1.728.197)	(1.731.062)	(1.730.399)	(1.728.584)	(1.726.837)

(a) Para estas actividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o cash flow disponível, a partir de 2042, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Para estas actividades em exclusivo e numa óptica de cash-flow.

(c) Na óptica da EP. Inclui outflows: IRC, Imposto do Selo, Renda da Concessão EP e Dividendos e inflows: Redução do ISP (por criação da CSR), numa óptica de cash-flow.

35 Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2012, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da Empresa e que, de acordo com a IAS 10, devessem ser objeto de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

36 Partes relacionadas

Saldos significativos com entidades públicas:

A EP é detida na totalidade pelo Estado Português, sendo a função acionista desempenhada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças e tendo tutela conjunta do Ministério da Economia e do Emprego e o Ministério das Finanças. A EP não detém, direta ou indiretamente, qualquer participação nos capitais de qualquer outra entidade pública ou privada.

No quadro seguinte encontram-se os principais saldos e transações entre a EP e o Estado no ano de 2011:

Natureza	Rubrica Contabilística	Nota	Ativo	Passivo	Provelto	Custo
TRIR	Outros gastos e perdas	29	-	-	-	62
Custo cobrança CSR	Fornecimento e Serviços Externos	26	-	-	-	10.921
Acréscimo gastos CSR	Outras contas a pagar	21	-	1.677	-	-
Financiamento	Financiamentos Obtidos	19	-	130.000	-	-
Suprimentos	Suprimentos	20	-	1.705.000	-	-
Gastos financeiros	Gastos e rendimentos financeiros	30	-	-	-	37.438
			-	1.836.677	-	48.421

Adicionalmente a EP distribuiu dividendos ao acionista Estado no valor de 10.251 milhares de Euros em 2011.

Remunerações dos Membros do Conselho de Administração:

Unid: €

Remunerações 1º Semestre 2011	Presidente - Dr. Almerindo Marques ^(a)	Vice-Presidente - Eng. Eduardo Gomes ^(a)	Vogal - Dr. Rui Nelson Dinis	Vogal - Dr. José Emílio Castel-Branco	Vogal - Eng. Ana Sofia Tomaz
Remuneração					
(1) Remuneração	55.400	46.000	129.600	129.600	129.600
(2) Redução da Lei 12 A	2.770	2.300	6.480	6.480	6.480
(3) Redução da Lei Orçamento Estado 2011	5.263	4.370	12.312	12.312	12.312
(4) Remuneração ilíquida (4=1-2-3)	47.367	39.330	110.808	110.808	110.808
(5) Outros abonos	59.193	38.721	20.687	20.520	20.520
(6) Redução da LOE 2011 referente a outros abonos	5.919	3.841	2.052	2.052	2.052
(7) Abonos ilíquidos (7=5-6)	53.274	34.880	18.635	18.468	18.468
Total	100.641	74.210	129.443	129.276	129.276

(a) - Remunerações correspondente ao período de 01 de Janeiro de 2011 a 30 de Abril de 2011.

(1) - Remuneração fixada pela Comissão de Fixação de Remunerações da EP (actas n.º 1/2009 e n.º 6/2010).

(2) - Redução fixada pelo art. 12º da Lei n.º 12-A/2010.

(3) - Redução fixada pelo art. 19º da Lei n.º 55-A/2010.

(4) - Remuneração após a aplicação das reduções referidas em (2) e (3).

(5) - Incluem: - subsídio de férias

- proporcionais de subsídio de natal, de férias não gozadas, de férias e subsídio de férias do ano seguinte.

(6) - Redução fixada pelo art. 19º da Lei n.º 55-A/2010.

(7) - Abonos após a aplicação da redução referida em (6).

37 Outros factos relevantes

i) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Subconcessões

Nos termos dos contratos das subconcessões ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da EP tem que formular aquilo que se designa como "reserva de direito", ou seja, tem de informar a EP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direitos não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até à presente data, apenas a Subconcessionária da Auto-Estrada Transmontana apresentou um pedido de REF da Subconcessão. Esse pedido foi indeferido pela EP, nos termos do respetivo Contrato de Subconcessão. Na sequência desse indeferimento, a Subconcessionária ainda não recorreu ao processo jurisdicional de arbitragem previsto no Contrato de Subconcessão.

ii) Compensações, reservas de direitos e pedidos de reposição de equilíbrio financeiro (REF) nas Concessões do Estado

Estas concessões são concessões do Estado, e foram negociados pelo Estado, pelo que a EP desconhece quaisquer reservas de direito e/ou pedido de reequilíbrio das

Concessões, uma vez que a existir estes não são apresentados à EP, uma vez que esta não é contraparte desses contratos. No âmbito do seu contrato de concessão com o Estado, a EP poderá eventualmente ser chamada a efetuar o pagamento destes REF, se o Concedente assim o entender.

Durante o ano de 2011, a EP pagou cerca de 29 milhões de Euros de compensações e reequilíbrios, dos quais se destacam os pagamentos de reequilíbrios à Lusoponte de 15,7 milhões de Euros e compensação pelo alargamento, previsto contratualmente quando a concessão atingisse um tráfego médio diário anual de 35 000 veículos, do lanço CRIL/Loures da Concessão Autoestradas do Atlântico de cerca de 11,4 milhões de Euros.

iii) **Contratos ex-Scuts**

Os “contratos SCUT” foram assinados entre o Estado e os diferentes parceiros privados. Nos casos mais recentes de introdução de portagens, concessões do Algarve, Beira Interior e Interior Norte ainda não foram assinados os contratos que regulam a alteração do regime de remuneração de portagens virtuais para o regime de disponibilidade pelo que a EP continua a pagar às respetivas concessionárias sob a forma de renda.

38 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram publicadas novas normas e alterações às normas anteriormente em vigor, como segue:

1 - Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de Janeiro de 2011:

1.1 Normas:

- **IAS 32** (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos’. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos acionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transação com acionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos.
- **IFRS 1** (alteração), ‘Adoção pela primeira vez das IFRS’. Esta alteração permite às entidades que adotem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – ‘Instrumentos financeiros – Divulgações’, o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009.

- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transações significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas.
- **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afeta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13.

1.2 Interpretações

- **IFRIC 14** (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos ativos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interação com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo ativo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um ativo.
- **IFRIC 19** (nova), 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adotar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (ações) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida.

A Empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

A empresa decidiu não optar pela aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

2.1 Normas

- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na

demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por “data da transição para as IFRS” nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS.

- **IFRS 7** (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado.
- **IAS 12** (alteração), ‘Impostos sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada.
- **IAS 1** (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos.
- **IFRS 9** (novo), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados.
- **IFRS 10** (novo), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios

aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado.

- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida.
- **IFRS 12** (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28.
- **IFRS 13** (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs.
- **IAS 27** (revisão 2011) 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas
- **IAS 28** (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial.

- **IAS 19** (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro.
- **IFRS 7** (alteração), 'Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito.
- **IAS 32** (alteração) 'Compensação de ativos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativos e passivos" do IASB a qual clarifica a expressão "deter atualmente o direito legal de compensação" e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos.

2.1 Interpretações

- **IFRIC 20** (nova), 'Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro.

O Técnico Oficial de Contas,



O Conselho de Administração,



António Manuel Palma Ramalho, Presidente



Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal



José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal



Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal

10 Anexos

Declarações a incluir no relatório e contas nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro (LCPA):

- Compromissos plurianuais existentes em 31/12/2011 nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 15º da LCPA que inclui apenas os compromissos diretos assumidos pela E.P. - Estradas de Portugal, SA, nomeadamente com as subconcessões da EP – Estradas de Portugal, SA.

A presente declaração foi complementada em 2012 com a inclusão de compromissos plurianuais relativos aos contratos de concessão estabelecidos pelo Estado Português, dado que nos termos do contrato de concessão entre a EP – Estradas de Portugal, SA e o Estado os respetivos pagamentos passam para a responsabilidade da EP – Estradas de Portugal, SA, na data do seu vencimento.

- Pagamentos em atraso existentes em 31/12/2011 nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da LCPA, considerando em atraso os que à data ultrapassavam os 90 dias após o vencimento da fatura e não estão em processo contencioso ou conferência.
- Recebimentos em atraso existentes em 31/12/2011 nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da LCPA, considerando os que à data ultrapassavam os 90 dias após a emissão da respetiva fatura.

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2011

Ministério: ECONOMIA E DO EMPREGO

Serviço: ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.

Montante total de compromissos plurianuais: € 13.716.265.947,84

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro último, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2012	79.901.502,33€
2013	67.467.179,51€
2014	477.447.326,30€
2015	582.323.879,20€
2016	598.714.366,90€
2017	604.406.945,70€
2018	616.546.593,00€
2019	675.242.874,00€
2020	713.921.070,20€
2021	711.778.725,90€
2022	706.527.873,90€
2023	578.629.131,00€
2024	540.039.811,70€
2025	507.529.191,00€
2026	505.952.298,00€
2027	519.089.167,50€
2028	509.375.205,50€
2029	498.417.345,60€
2030	490.455.928,90€
2031	465.247.234,90€
2032	466.047.450,90€
2033	481.034.264,00€
2034	437.254.885,40€
2035	399.282.583,10€
2036	306.657.701,30€
2037	289.594.733,90€
2038	299.058.344,40€
2039	162.953.691,60€
2040	92.932.242,29€
2041	82.630.645,29€
2042	83.860.834,75€
2043	85.159.324,11€
2044	80.785.595,76€

Observações

O registo dos compromissos plurianuais na base de dados central de encargos plurianuais teve em consideração o definido no "Manual de Utilizador" do Sistema Central de Encargos Plurianuais, designadamente:

1. Foram considerados os contratos administrativos formais com prazo superior a um ano que envolvam despesas orçamentais em mais de um ano económico, independentemente da forma de financiamento;
2. Não foram consideradas as obrigações contratuais com o pagamento de pessoal ao serviço, rendas, água, limpeza, energia eléctrica e outras despesas de carácter recorrente que integram a despesa de funcionamento normal do serviço;
3. Não foram considerados os protocolos ou acordos de intenção em que não existe uma responsabilidade financeira do Estado exigível judicialmente e as responsabilidades resultantes de contratações de fornecimento de serviços automaticamente prorrogáveis, enquanto qualquer das partes não denunciar os contratos;

Referem-se de seguida os compromissos plurianuais, na forma de protocolo, que não foram registados no ano de 2011, pelo facto de, à data do carregamento dos registos plurianuais da EP no Sistema Central de Encargos Plurianuais não se perspetivar que os mesmos tivessem pagamentos em data posterior a 31 de Dezembro de 2012, pelo que não foram então considerados como compromissos plurianuais.

- LIGAÇÃO DAROTUNDADO IC24 À RUADIAS AFONSO
- EN328 ENTRE O KM0,600 E O KM2,100
- MACIRCULAR EXT.DE S.J.MADEIRAIC1-IC2
- EN218 BENEF. KM61,100-KM66,000 INCLUINDO REABILITAÇÃO DE OBRADE ARTE S/O RIO ANGUEIRA
- EENN230,230-7 BENEF.ENTRE KMS(197.939-203.570)E(0.000-0.384)
- EN18 BENEF.KMS 44.213-51.625 E 34.15-35.747
- EN343-1 BENEF.PAUL-OURONDINHO
- EN2 BENEF. ENTRE KM272,610 E KM275,000
- EN10 BENEF. KM120,200-KM121,800
- IP6-ILUMIN.NÓ T.NOVAS E VIAS ACESSO CIDADE (PROT.C.M.T.NOVAS)
- EN333-2 VARIANTE ACAMBARINHO

Refere-se por último que no cálculo dos montantes globais anuais foram consideradas alterações no valor dos seguintes contratos registados no Sistema Central de Encargos Plurianuais, motivadas pela celebração de adicionais aos contratos:

Contrato 200/2010 - PONTE 25 DE ABRIL, SOBRE O RIO TEJO - TRABALHOS DE REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO - 03.02.2010721

Contrato 185/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 - CO CENTRO NORTE - DISTRITO CASTELO BRANCO

Contrato 194/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 - CO CENTRO NORTE - DISTRITO COIMBRA

Contrato 281/2010 - IP3 OBRAS DE ARTE INSERIDAS NAREDE VARIADAAGUIEIRAE EN234-6 PONTE SOBRE ARIBEIRADE S. JOÃO DAS AREIAS - 03.02.2010750

Contrato 187/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 CO GRANDE LISBOA- DISTRITO LISBOA

Contrato 182/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 - CO GRANDE LISBOA- DISTRITO SETÚBAL

Contrato 193/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 - CO GRANDE PORTO - DISTRITO DE AVEIRO

Contrato 190/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 - CO GRANDE PORTO - DISTRITO DO PORTO

Contrato 191/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO - 2010/2013 - CO NORTE - DISTRITO DE VLAREAL

Contrato 184/2010 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2010/2013 - CO SUL - DISTRITO FARO

Contrato 305/2010 - LOCAÇÃO OPERACIONAL DE 7 VIATURAS

Resulta deste conjunto de alterações uma diminuição do encargo global dos contratos mencionados de 702.739,08 €.

Lisboa, 30 de Março de 2012.



Rui Nelson Dinis
Administrador



Ana Tomaz
Administradora

Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2011

Ministério: ECONOMIA E DO EMPREGO

Serviço: ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.

Montante total de pagamentos em atraso: € 0,00

Sem pagamentos em atraso a declarar.

Observações

AEP considera que não tem pagamentos em atraso (+ 90 dias após a data de vencimento da fatura) a 31 Dezembro 2011. Os valores registados nas contas da EP com antiguidade superior à anteriormente indicada encontram-se em processo de contencioso, pré contencioso ou recepção e conferência.

Lisboa, 30 de Março de 2012.



José Castel-Branco
Administrador



Ana Iomaz
Administradora

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2011

Ministério: **ECONOMIA E DO EMPREGO**Serviço: **ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.**Montante total de recebimentos em atraso **€ 6.364.347,24**

N.º	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2011	040117	146993179	Carlos Alberto Dionísio Guerrelro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6,96€	
2	2011	040117	220282382	Manuel Dias Anastácio	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	21,58€	
3	2011	040117	503539791	Auto Prudente - Rent a Car Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
4	2011	040117	501932992	Centralgest - Produção de Software, S.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
5	2011	040117	980060613	Generali - Companhia de Seguros S.P.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
6	2011	040117	508410738	Gosac - Gabinete Online de Serviços e Apoio do Cid	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
7	2011	040117	103707760	Idália Maria Tiago Pereira Guerreiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
8	2011	040117	214526429	João Pedro Cordeiro Freixial Baião	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
9	2011	040117	188858962	NILZAPEREIRA ALMEIDASANTOS	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
10	2011	040117	151191883	Paulo Manuel Xavier Pereira de Melo Ferreira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
11	2011	040117	504409395	Stand Santos Costa, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
12	2011	040117	220543569	Teresa de Jesus Santos Cruz	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€	
13	2011	040117	502030267	GODIFER - Obras Públicas e Cívís, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	85,25€	

14	2011	040117	508710480	Talho Villa Sol, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	93,86€
15	2011	040117	198368020	Aida Maria Trindade Lourenço	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
16	2011	040117	505832186	António de Jesus Lima - Demolições e Escavações, S	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
17	2011	040117	500996784	Barbosa, Borges & Reis,Ldª.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
18	2011	040117	214889726	Café Chaminé de José Marques Silva	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
19	2011	040117	505821125	DESCONTÃO SUPER, LDª	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
20	2011	040117	109160886	Joaquim José da Conceição Fialho Parreira	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
21	2011	040117	153861207	Lucinda Rosa	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
22	2011	040117	112574025	Manuel Rodrigues Paulino Oliveira	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
23	2011	040117	202065723	Margarida Cristina Matos Seabra	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
24	2011	040117	223520942	Maria José Nunes Afonso Botão	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
25	2011	040117	504796666	MELISVOL - Comércio e Reparação de Veículos Automó	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
26	2011	040117	504502476	Móveis Jaime Nabais da Crz. Unip., L.da	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
27	2011	040117	507515625	MP. Serviços Agrícolas, Lda-	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
28	2011	040117	506834247	Pastores de Salreu - Comércio de Móveis, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
29	2011	040117	502140135	Restaurante Praia do Furadouro, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
30	2011	040117	187102520	Rosa Maria Fernandes Rodrigues Tavares	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
31	2011	040117	504318900	Vitor Amorim - Automóveis Unipessoal, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€

32	2011	040117	180960725	Gualdino Afonso Capela	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	114,00€
33	2011	040117	170612350	Albertino José Russo da Silva	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	118,37€
34	2011	040117	117416258	Maria Cândida Bandeira de Carvalho Porto	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	122,25€
35	2011	040117	502841192	David e Golias, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	132,80€
36	2011	040117	507468112	Constrotelha - Sociedade de Construções, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	136,80€
37	2011	040117	540118435	Jaques Viana Britas, SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	168,01€
38	2011	040117	188997954	Aires Manuel Alves Seco	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
39	2011	040117	185797458	Ana Lúcia da Silva Costa	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
40	2011	040117	502181168	Ao Tom Dela (Rádio), Ld. a	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
41	2011	040117	500701962	Fernando & Sérgio, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
42	2011	040117	139544160	Inácio Marcos Fortes Pereira	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
43	2011	040117	504548743	NOCARLIMA- Carpintaria e Móveis do Lima, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
44	2011	040117	172321620	Restaurante Constantino de Constantino R. A Costa	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
45	2011	040117	503647659	Aqua Fontana - Parque Turístico, L.da	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,38€
46	2011	040117	153151005	Vitor Manuel Raposo	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	183,43€
47	2011	040117	508755107	SKYBLUE RENOVÁVEIS, UNIPESSOAL, LDA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	187,41€
48	2011	040117	209112646	José Manuel Fortes	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	189,11€
49	2011	040117	507361180	ARARAPARK-Com. e Criação de Aves Exóticas, UNIP, RF/MAX MI ENIO.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	201,03€

50	2011	040117	507387627	IMORRIBATEJO, SOC. MED. IMOB., LD	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	206,68€
51	2011	040117	506772535	Bairradagás 2 - Comércio e Serviços de Gás, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
52	2011	040117	508037999	Cenário de Festa, Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
53	2011	040117	506829294	Flor de Cambra - Padaria e Pastelaria, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
54	2011	040117	222289279	Hugo Alexandre Carriça Nabais Pereira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
55	2011	040117	508666007	Restaurante Axis	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	238,51€
56	2011	040117	116969210	Domingos Lourenço Baltazar Ramos	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	248,42€
57	2011	040117	507094980	Clínica Dentária-Dr.Pedro Alcides Lopes	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	258,96€
58	2011	040117	503269123	Viveiros do Litoral, Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
59	2011	040117	508809681	F. A. Guerreiro - Materiais de Construção, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	306,66€
60	2011	040117	508048940	BRECAR - Automóveis de Alfredo Cruz	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	318,69€
61	2011	040117	189860103	Francisco José Duarte das Neves	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	336,20€
62	2011	040117	508174228	Padaria Pastelaria Mbinhos de Santo André, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
63	2011	040117	507857461	Pioly Car Unipessoal, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
64	2011	040117	500043086	Ribeiro, Morgado & Morais, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
65	2011	040117	507569245	Rodrigues Carvalho - Cosméticos Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
66	2011	040117	508981760	Simples & Contemporâneo, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
67	2011	040117	504154958	Fandango-Organização de Eventos, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	357,78€

68	2011	040117	153105429	Cartório Notarial de Acanena de Carlos Arês	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	381,82€
69	2011	040117	504625942	Auto Lavagem, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	397,53€
70	2011	040117	172721989	Carlos Alberto Antunes	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	397,53€
71	2011	040117	227525221	Nuno Tiago dos Santos Freitas	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	397,53€
72	2011	040117	502933720	Padaria e Pastelaria Cristo Rei, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	397,53€
73	2011	040117	504366416	Tecnoali Cozinhos e Lavandarias Industriais, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	397,53€
74	2011	040117	501214534	Banco BPI, S.A.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	454,32€
75	2011	040117	505065282	Construtora da Bairrada - Soc. Imobiliária, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	454,32€
76	2011	040117	501219986	Monteiro & Pinto, L.da	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	454,32€
77	2011	040117	505515792	RUSTIREGUENGOS - SM, Ld.ª	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	460,31€
78	2011	040117	500151539	Lameirinho Industria Textil SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	499,75€
79	2011	040117	506703819	Nelson Silva Neto, Unipessoal, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	511,11€
80	2011	040117	502303875	Pedro Evaristo - Equipamentos Hoteleiros, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	511,11€
81	2011	040117	507575148	Restaurante Churrasqueira Bota Fogo	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	539,20€
82	2011	040117	505125080	Graça Prata - Sociedade de Mediação Imobiliária, L	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	552,00€
83	2011	040117	125065426	Luís Tavares Poeta	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	567,62€
84	2011	040117	501230955	Carlos Manuel Bastos Almeida & Irmão, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	567,90€
85	2011	040117	299970719	Luigi Santoli	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	567,90€

Handwritten signature

86	2011	040117	505787709	Sotralog - Sociedade de Transportes e Logística	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
87	2011	040117	503859907	OLIVAL - Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	579,26€
88	2011	040117	507695810	Carlos M. M. Teófilo, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
89	2011	040117	504287753	Ecofinish - Piscinas e Equipamentos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
90	2011	040117	507083652	NOWUSA- Comércio de Automóveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
91	2011	040117	506902056	Granitos, Pedreira & Brito, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	660,90€
92	2011	040117	178066710	Hernani Manuel Paiva Oliveira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
93	2011	040117	504397613	Mrotour,Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
94	2011	040117	505663015	MundoLar - Electrodomésticos - Fonseca Perez & Mar	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
95	2011	040117	225455790	Wilson de Jesus Pires	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
96	2011	040117	503938572	5G GESTÃO E COMÉRCIO, SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
97	2011	040117	508385270	CALIGRAFIADIGITAL UNIPESSOA, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	704,20€
98	2011	040117	170237052	Restaurante Grassol - Rui Manuel Coelho Emidas	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	735,43€
99	2011	040117	505353385	Restaurante Linha do Sul, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	735,43€
100	2011	040117	503850438	Cristiana Oliveira Santos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	795,06€
101	2011	040117	506904725	Cobral-Sistema de Aquecimento e Climatização, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	817,78€
102	2011	040117	500680965	Luis Martins Catarino & Filhos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
103	2011	040117	508222400	Montra Vip - Operador Turístico, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€

A JP

104	2011	040117	508975875	Nobre Dica, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
105	2011	040117	506469530	OfficePAK, Comércio de Material e Equipamento de E	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
106	2011	040117	506452581	Central Deboria - Comércio de Utilidades, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	908,64€
107	2011	040117	500110760	Femaco - Ferragens & Materiais de Construção, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	908,64€
108	2011	040117	503648345	Jardins da Caparica - Centro de Jardinagem, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	908,64€
109	2011	040117	503772836	Fábio Lucci - Representações, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	909,78€
110	2011	040117	502714913	BL. MOTOR - Comércio de Automóveis SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	920,00€
111	2011	040117	508341221	Café Bar Why Not	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.022,22€
112	2011	040117	505319446	IBEROCERCA- ESTRUTURAS DE MADEIRA, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.022,22€
113	2011	040117	139525696	Fernando Manuel Martins	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.074,07€
114	2011	040117	502951265	Auto Serviço- Combustíveis de Santa Marta Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.079,01€
115	2011	040117	506343812	Luz & Isidoro, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.079,01€
116	2011	040117	500844321	Banco Santander Totta, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.127,84€
117	2011	040117	508339022	Jorge Manuel Rolo & Catarina Gonçalves - Vestuário	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.135,80€
118	2011	040117	502118610	AGROTERRA- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À LAVOURA, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.192,59€
119	2011	040117	503943185	Francisco Eusébio & Filhos, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.192,59€
120	2011	040117	508308380	Domus 3000, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.303,49€
121	2011	040117	502167017	McDonalds Portugal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.308,17€

A H

122	2011	040117	500513295	CEPSAPORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,30€
123	2011	040117	508936152	Combsforos - Combustíveis, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,30€
124	2011	040117	503447480	COALBEIRA, Construção Civil, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
125	2011	040117	503365254	Ecranvia - Publicidade Exterior, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
126	2011	040117	506436756	ENFIS DESIGN, LDA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
127	2011	040117	502980010	MASTERTEST SUL - Inspeção de Veículos, SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
128	2011	040117	504582305	MOP - Multimédia Outdoors Portugal, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
129	2011	040117	181475111	Paulo Fernando Rocha constantino	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
130	2011	040117	500829993	Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
131	2011	040117	503359637	Reclacimbra - Publicidade e Serviços, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
132	2011	040117	507207297	Sentido Proibido- Publicidade Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
133	2011	040117	506627217	Supersamalto - Supermercados, Lda,	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
134	2011	040117	501199209	MESTRES - PUBLICIDADE, LDª,	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.398,96€
135	2011	040117	502457643	RÓDIA-Soc. Beiralina de Turismo e Diversões, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.476,54€
136	2011	040117	500775036	Tedasul - Comércio e Equipamentos, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.646,91€
137	2011	040117	501694315	Bacala Ferreira, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.703,70€
138	2011	040117	501638938	MAPICENTRO- SOC.ABATE COMERCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇ	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.703,70€
139	2011	040117	503055697	Sanitop - Material Sanitário, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.703,70€
				CTC - Centro de		

10 44

140	2011	040117	502929979	Transportes, Comércio e Construção	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.785,22€
141	2011	040117	504796879	OLIVEIRA & GRAÇA-UTILIDADES DOMESTICAS, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.785,99€
142	2011	040117	503789372	STAPLES PORTUGAL - Equipamento de Escritório, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.788,87€
143	2011	040117	501643370	SIMA- Máquinas Agrícolas e Industriais, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.817,28€
144	2011	040117	508853842	TODAY SPA- Wellness Center Unipessoal, Ldº	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.874,07€
145	2011	040117	501801545	Ávaro Covelo & Pinto Lda,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.930,86€
146	2011	040117	503912042	ELECTRO- VALE GRACIOSO - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE E	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.930,86€
147	2011	040117	500225109	Querubim Baptista Marques e Filhos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.969,88€
148	2011	040117	500999821	LAFARGE BETÕES, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.044,44€
149	2011	040117	502710390	Rubilar - Artigos para o Lar, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.044,44€
150	2011	040117	500674205	Rádio Popular - Electrodomésticos, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.214,81€
151	2011	040117	503877441	Petrovedras - Comercio de Combustiveis Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.270,50€
152	2011	040117	500068364	Companhia Agrícola de Barrosinha, SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.271,60€
153	2011	040117	503350141	Veira Henriques & Filhos-Sociedade Unipessoal, Ld	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.724,60€
154	2011	040117	503698717	APN - Publicidade	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
155	2011	040117	501929797	TORRESTIR- Transportes Nacionais e Internacionais,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
156	2011	040117	506389995	SERVTRAILER - Importação e Exportação de Veículos	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.896,29€
157	2011	040117	505301385	Francisco Dias Lopes & Filhos, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.350,61€

AK

158	2011	040117	505508230	MTSCI - Construções, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.407,40€
159	2011	040117	501544801	CARPNEU-Sociedade Comercial de Pneus e Acessórios	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.617,21€
160	2011	040117	501775293	ADNARIM- Comércio de Automóveis, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.853,08€
161	2011	040117	501491481	LUSARUBI - Máquinas para Aplicação de Materiais Ce	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.975,30€
162	2011	040117	503458708	Machado & Veiga	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.086,90€
163	2011	040117	505955342	Caetano Auto, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.372,83€
164	2011	040117	503611492	Petrolinos-Sociedade de Combustíveis e Sólidos Líq	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.656,78€
165	2011	040117	504100882	PAMMO - Empreendimentos Imobiliários,Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.770,36€
166	2011	040117	500117500	Fomento Industrial Agrícola do Algarve, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.827,15€
167	2011	040117	504852957	FORMADUTOM- MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO, LDª.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.997,52€
168	2011	040117	505892782	ISN - Comércio de Combustíveis e Exploração Hotele	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	5.449,20€
169	2011	040117	501270426	AUTEDOR PUBLICIDADE DO EXTERIOR, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	5.451,84€
170	2011	040117	503764140	Ramiro Gonçalves - Combustíveis, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6.076,53€
171	2011	040117	503873748	CCATN -Centro de Comércio Agrícola de Torres Novas	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6.528,58€
172	2011	040117	102952566	José dos Santos Fernandes	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6.882,65€
173	2011	040117	500829993	Pingo Doce, Distribuição Alimentar, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	7.155,54€
174	2011	040117	502760770	Cliria - Hospital Privado de Aveiro, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	7.893,81€
175	2011	040117	504552686	Ilídio Mota - Petróleos e Derivados, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	8.173,60€

A 10

176	2011	040117	503445193	Oliveira Luis & Irmãos Ramalho, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	8.173,80€
177	2011	040117	189215399	Fernando Domingos Alves da Cunha	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	9.400,00€
178	2011	040117	500033684	Gaspe - Combustíveis, Lda	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	9.536,10€
179	2011	040117	502766140	Politractores - Oficina de Máq. Indust. e Agrícola	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	9.539,10€
180	2011	040117	122488393	António Pereira Freire	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	10.898,40€
181	2011	040117	507132197	PETROCARVALHAL- Comércio de Combustíveis, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	10.898,40€
182	2011	040117	501229400	Movicortes - Serviços e Gestão, S.A	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	12.948,12€
183	2011	040117	500117853	FONSECAS - OMERCIO REPRESENTAÇÕES, SA	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	13.623,00€
184	2011	040117	501417052	LIZAUTO-SOC. PORTUGUESACOM. E REP. AUTOMÓVEIS, LD	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	20.444,40€
185	2011	040117	500038007	Auto-Sueco (Coimbra), Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	23.340,69€
186	2011	040117	503576565	PETRO VERDE - PETRÓLEOS DE MLA VERDE, LDA	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	31.332,90€
187	2011	040117	500343080	Duarte & Marques, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	35.419,80€
188	2011	040117	218923422	Renato Virgilio Lopes Reis Silva	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	79,66€
189	2011	040117	504322699	I.R.B - Imobiliária da Região de Basto, Lda	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	454,32€
190	2011	040117	203700902	Miguel Alexandre Silva Vêloso	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	503,00€
191	2011	040117	168671816	Joaquim Barroso Pereira	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	850,00€
192	2011	040117	157749053	Albino Silva Resende	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.987,65€
193	2011	040117	182532429	Manuel de Sousa Gonçalves	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	2.843,74€

A H

194	2011	040117	500055530	CARMEL - Carpintaria Mecânica, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	6.133,32€
195	2011	040117	501157948	António Óscar Meireles de Magalhães, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	6.811,50€
196	2011	040117	187440859	Fernando Manuel Pereira Henriques	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	2.374,10€
197	2011	040117	500513295	CEPSAPORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	13.623,00€
198	2011	040118	501525882	Banco Comercial Portugues, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
199	2011	040118	501061916	EUROAÇO - Sociedade Comercial de Ferro, Aço e Mate	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	0,13€
200	2011	040118	501080996	União Desportiva e Recreativa das Pontes	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	153,33€
201	2011	040118	508170974	VANDEA- Importação e Comércio de Calçado e Malas,	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	567,90€
202	2011	040118	502470984	Naciolinda Lucrécia & Filhos, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	795,06€
203	2011	040118	506869806	Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
204	2011	040118	504890816	Broad View - Soluções Urbanas, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
205	2011	040118	208873929	Sérgio Paulo Miranda Pimenta	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
206	2011	040118	509010873	Digital Screen Outdoors Digitais	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
207	2011	040118	503067008	Irmão Ladeira - Comercio Auto, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	2.129,63€
208	2011	040118	501199209	Mestres Publicidade Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	2.725,92€
209	2011	040118	505194970	DECOR X- Publicidade e Decoração, Unipessoal, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	4.573,30€
210	2011	040118	503698717	APN - Publicidade, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	5.015,70€
211	2011	040199	171860942	JOSÉ MANUEL COIMBRAESPÍRITO SANTO	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	5,48€

212	2011	040199	209917440	Marco Maltez	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	20,00€
213	2011	040199	500095914	Rodonorte - Transportes Portugueses, SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	40,00€
214	2011	040199	195192117	Elvra da Conceição Grilo Gonçalves	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	56,79€
215	2011	040199	191072184	JOÃO PAULO DE OLIVEIRACARDOSO	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	68,48€
216	2011	040199	120881055	Valentim Marcos Alves	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	108,71€
217	2011	040199	151119317	Camindo Correia de Almeida	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
218	2011	040199	174674619	Francisco António Carvalho Pereira	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
219	2011	040199	191912654	Maria da Conceição Lourenço Catarina Sebastião	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	113,58€
220	2011	040199	120146444	JOSE GONÇALVES RODRIGUES FONSECA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	126,22€
221	2011	040199	161899226	Elsa Cristina Lemos Pinto de Carvalho	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	128,15€
222	2011	040199	217682138	Nuno António de Almeida Mendes	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	170,37€
223	2011	040199	147249570	Maria José Pires dos Santos	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	270,32€
224	2011	040199	203544765	Sandra Maria das Neves Duarte	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	283,95€
225	2011	040199	175997160	Natália Costa Campos Advogada	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	360,00€
226	2011	040199	234572655	Diogo Simões Fernandes	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	397,53€
227	2011	040199	504100602	RaiaCampo - Comercio de Produtos Agron- Pecuaríos,	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	425,36€
228	2011	040199	504098497	TEMUD'US Restaurante, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	851,85€
229	2011	040199	185423671	Joaquim Manuel Martins Veira Pereira	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.206,55€

12/12

230	2011	040199	501199209	MESTRES - PUBLICIDADE, LDª.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.362,96€
231	2011	040199	505353857	Cygnuscolor Desig, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.365,96€
232	2011	040199	505778637	Marmotomás - Comércio e Indústria de Mármore e Gr	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	1.388,71€
233	2011	040199	236783270	Wu Jianyun	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan Autorizações	4.883,94€
234	2011	040199	500372160	LACTOML - Laticínios de Trancoso S.A.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	13.793,60€
235	2011	040201	203120302	Emídio Silva Santos	Juros de mora	11,36€
236	2011	040201	218923422	Renato Virgílio Lopes Reis Silva	Juros de mora	27,08€
237	2011	040201	504322699	I.R.B - Imobiliária da Região de Basto, Ldª	Juros de mora	4,54€
238	2011	040201	203700902	Miguel Alexandre Silva Veloso	Juros de mora	360,00€
239	2011	040201	168671816	Joaquim Barroso Pereira	Juros de mora	76,50€
240	2011	040201	157749053	Albino Silva Resende	Juros de mora	19,88€
241	2011	040201	182532429	Manuel de Sousa Gonçalves	Juros de mora	881,56€
242	2011	040201	500055530	CARMEL - Carpintaria Mecânica, Lda	Juros de mora	20,44€
243	2011	040201	501157948	António Óscar Meireles de Magalhães, Lda	Juros de mora	136,23€
244	2011	040201	500513295	CEPSAPORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A.	Juros de mora	136,23€
245	2011	040204	500906360	TUPPERWARE - INDÚSTRIALUSITANA DE SÍTIO DO CASAL	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	18,10€
246	2011	040204	226132625	Gabriela Sofia Ferreira Martins	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	68,28€
247	2011	040204	500115486	LUÍS & SANTOS, LDª	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	68,28€
248	2011	040204	133326080	Manuel Fernando Sousa Pereira Monteiro	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	68,28€
249	2011	040204	228371589	Pedro Mguel da Silva Ribeiro	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	68,28€
250	2011	040204	180538314	Alexandre José Natário Gomes Vitória	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	200,00€
251	2011	040204	187440859	Fernando Manuel Pereira Henriques	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	5.267,10€
252	2011	040299	146240049	João José Cristóvão de Aguilar	Multas	156,25€
253	2011	040299	159883474	José Baião	Multas	169,80€
254	2011	060202	502039175	Real Seguros, SA	Reembolsos de danos ao Estado	35,00€
255	2011	060202	980055563	Inter Partner Assistance, SA	Reembolsos de danos ao Estado	40,00€
256	2011	060202	980060613	Generalí - Companhia de Seguros S.PA	Reembolsos de danos ao Estado	237,72€
257	2011	060202	500068658	Liberty Seguros, S.A.	Reembolsos de danos ao Estado	485,92€
258	2011	060202	503384089	CA Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais,	Reembolsos de danos ao Estado	510,00€

259	2011	060202	502245816	Mapfre Seguros Gerais, SA	Reembolsos de danos ao Estado	583,58€
260	2011	060202	502032278	Van Ameyde & Aficresa Portugal, SA	Reembolsos de danos ao Estado	856,80€
261	2011	060202	117427381	Guilherme Manuel Feijão	Reembolsos de danos ao Estado	1.019,69€
262	2011	060202	502038411	Global-Companhia de Seguros, SA	Reembolsos de danos ao Estado	1.293,25€
263	2011	060202	500918880	Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA	Reembolsos de danos ao Estado	1.558,16€
264	2011	060202	512004048	Companhia de Seguros Açoreana, S.A	Reembolsos de danos ao Estado	1.772,56€
265	2011	060202	500528586	Zurich - Companhia Seguros, S.A	Reembolsos de danos ao Estado	1.983,33€
266	2011	060202	503718092	Espirito Santo - Companhia de Seguros, SA	Reembolsos de danos ao Estado	2.035,30€
267	2011	060202	503640549	Macif Portugal - Companhia de Seguros, SA	Reembolsos de danos ao Estado	2.486,12€
268	2011	060202	500069468	Imperio Bonanca - Companhia de Seguros, S.A	Reembolsos de danos ao Estado	2.536,96€
269	2011	060202	503454109	AXA- Portugal Companhia de Seguros, S.A	Reembolsos de danos ao Estado	2.569,24€
270	2011	060202	500940231	Companhia de Seguros Tranquilidade	Reembolsos de danos ao Estado	4.792,18€
271	2011	060202	501689168	Lusitania - Companhia de Seguros, SA	Reembolsos de danos ao Estado	1.816,50€
272	2011	060202	500069514	Allianz Portugal, S.A	Reembolsos de danos ao Estado	6.312,64€
273	2011	060801	193630036	Mário Rui Lopes Maia	Reembolsos de danos ao Estado	78,94€
274	2011	060801	123846021	José Júlio da Silva Botica	Reembolsos de danos ao Estado	80,93€
275	2011	060801	158792548	Luis Manuel Coelho Silvestre	Reembolsos de danos ao Estado	100,00€
276	2011	060801	183157249	Estanislau Pereira de Almeida	Reembolsos de danos ao Estado	143,77€
277	2011	060801	185628591	André Alexandre Poelras da Silva Teles	Reembolsos de danos ao Estado	372,69€
278	2011	060801	508363683	JUANA CALZADO COMSARIADO DE AVERÍAS (PORTUGAL)	Reembolsos de danos ao Estado	831,97€
279	2011	060801	229238947	Bruno Mguel Mesquita Aires	Reembolsos de danos ao Estado	1.079,23€
280	2011	060801	208675710	António Eduardo Teixeira Conde	Reembolsos de danos ao Estado	1.115,00€
281	2011	070110	503176311	SINALARTE INDUSTRIA DE SINALIZAÇÃO L.D.ª	Venda de resíduos e sucatas recicláveis	274,50€
282	2011	070110	504884620	MUNICIPIO DE BEJA	Venda de resíduos e sucatas recicláveis	621,15€
283	2011	070110	504106678	SCIAVEIRO SOC COMERCIAL E INDUSTRIAL DE METALOMECA	Venda de resíduos e sucatas recicláveis	23.189,50€
284	2011	070299	501188673	URBANOP - Urbanizações e Obras Públicas, Lda	Serviços Prestados Diversos	16,80€
285	2011	070299	143811932	Maria da Ascensão Paixão Mourato Das Neves	Serviços Prestados Diversos	17,00€
286	2011	070299	179433172	Maria Emelinda Oliveira Tavares	Serviços Prestados Diversos	17,00€
287	2011	070299	143811894	Perpétua Concelção S. Sanches	Serviços Prestados Diversos	17,00€
288	2011	070299	106691244	António Manuel Oliveira	Serviços Prestados Diversos	26,62€
289	2011	070299	155715222	Zélia Correia Soares	Serviços Prestados	26,62€

ANO	EMIS	SERVIDOR	COD. FISCAL	EMPRESA/CONTRATANTE	SERVICO	VALOR
					Diversos	
290	2011	070299	129280704	José Carlos Gordo Mbcito	Serviços Prestados Diversos	30,00€
291	2011	070299	502593687	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.	Serviços Prestados Diversos	90,53€
292	2011	070299	500051070	Câmara Municipal de Lisboa	Serviços Prestados Diversos	113,84€
293	2011	070299	171097971	Farmácia Quaresma - Dir. Técnica, Drª Mª Graça R.	Serviços Prestados Diversos	131,25€
294	2011	070299	507077199	Sítio das Oliveiras - Actividades Hoteleiras, Lda	Serviços Prestados Diversos	144,00€
295	2011	070299	500618917	PROJECOL - Sociedade de Projectos, Investimentos e	Serviços Prestados Diversos	237,01€
296	2011	070299	503009482	Abreu & Associados - Sociedade de Advogados R.L.	Serviços Prestados Diversos	579,35€
297	2011	070299	500070210	Conduril - Construtora Duriense, S.A.	Serviços Prestados Diversos	583,67€
298	2011	070299	176695966	Jorge Guilherme Calado Santos	Serviços Prestados Diversos	817,24€
299	2011	070299	504615947	PT Comunicações, S.A.	Serviços Prestados Diversos	1.108,35€
300	2011	070299	500073945	Construtora do Tâmega, S.A.	Serviços Prestados Diversos	2.734,28€
301	2011	070299	115162151	Maria Teresa Mateus Teixeira Araujo Muller	Serviços Prestados Diversos	3.813,60€
302	2011	070299	600077853	Direcção Geral dos Recursos Florestais - Núcleo FI	Serviços Prestados Diversos	5.828,57€
303	2011	070299	504263900	Lisboa TV - Infomação S.A.	Serviços Prestados Diversos	5.985,58€
304	2011	070299	501822500	FCCN	Serviços Prestados Diversos	6.825,00€
305	2011	070299	500073945	Construtora do Tâmega, SA	Serviços Prestados Diversos	7.314,71€
306	2011	070299	508515564	Válicom, Gestão de Infraest. de Telecomunicações	Serviços Prestados Diversos	8.429,40€
307	2011	070299	508515548	Minhocom - Gestão de Infraestruturas de Telecomuni	Serviços Prestados Diversos	8.431,50€
308	2011	070299	508208963	Optimus Artis - Conceção, Construção e Gestão de	Serviços Prestados Diversos	15.277,50€
309	2011	070299	508822939	Auto - Estradas do Baixo Tejo	Serviços Prestados Diversos	141.900,60€
310	2011	070299	506800580	Câmara Municipal do Bombarral	Serviços Prestados Diversos	175.134,22€
311	2011	070299	505586401	Câmara Municipal de Porto de Mós	Serviços Prestados Diversos	176.175,11€
312	2011	070299	502098139	Camara Municipal de Loulé	Serviços Prestados Diversos	300.000,00€
313	2011	070299	503933813	REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	Serviços Prestados Diversos	902.139,80€
314	2011	070299	503237965	INAG-INSTITUTO DA ÁGUA	Serviços Prestados Diversos	2.527.496,92€
315	2011	070299	145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Serviços Prestados Diversos	68,00€
316	2011	070299	199029776	Laurinda Fernandes Januário	Serviços Prestados Diversos	34,00€
317	2011	070299	504740865	Veira Fonseca & Associados, Sociedade de Advogado	Serviços Prestados Diversos	33,88€
318	2011	070299	128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Serviços Prestados Diversos	102,00€
319	2011	070299	504073206	ONITELECOM- Infocomunicações, S.A.	Serviços Prestados Diversos	9.397,05€

10 62

320	2011	070299	501940626	SIC- Sociedade Independente de Televisão, S.A	Serviços Prestados Diversos	5.985,58€
321	2011	070299	502604751	Optimus Comunicações, S.A	Serviços Prestados Diversos	10.004,15€
322	2011	070299	503039063	TV Cabo Portugal, S.A	Serviços Prestados Diversos	32.819,95€
323	2011	070299	508442095	Auto-Estradas XXI- Subconcessionária Transmontana,	Serviços Prestados Diversos	100.000,00€
324	2011	070301	211562026	Paulo Alexandre Costa Gomes	Rendas de Habitações	5,56€
325	2011	070301	503231100	AFAPLAN - Plan. Gestão Projectos, LDª,	Rendas de Habitações	405,88€
326	2011	070301	145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Rendas de Habitações	13,96€
327	2011	070302	193698994	Georgete Iria Peixoto	Rendas de Edifícios	2,49€
328	2011	070302	179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Rendas de Edifícios	142,16€
329	2011	070302	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo	Rendas de Edifícios	7.256,92€
330	2011	080199	149902077	Elias Costa Pereira	Serviços Diversos-Outros	7,97€
331	2011	080199	500128545	Gonçalves & Cachadinha, S.A	Serviços Diversos-Outros	9,75€
332	2011	080199	500097488	Teixeira Duarte, Engenharia Const. S.A	Serviços Diversos-Outros	12,74€
333	2011	080199	501312412	ACA-ALBERTO COUTO ALVES, S, A	Serviços Diversos-Outros	16,49€
334	2011	080199	502613475	S.N.S.V - Soc. Nacional Sinalização Vertical, Lda	Serviços Diversos-Outros	20,00€
335	2011	080199	128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Serviços Diversos-Outros	51,00€
336	2011	080199	117321419	Vitor Manuel Ivaes Antunes	Serviços Diversos-Outros	51,00€
337	2011	080199	187458405	José Martins	Serviços Diversos-Outros	83,96€
338	2011	080199	135965080	Manuel Devesa	Serviços Diversos-Outros	143,53€
339	2011	080199	165636017	Vitor José Guimarães	Serviços Diversos-Outros	189,22€
340	2011	080199	900269170	Comissão de Festas N.ª S.ª das Neves	Serviços Diversos-Outros	256,62€
341	2011	080199	500070210	Conduril - Construtora Duriense, S.A	Serviços Diversos-Outros	274,43€
342	2011	080199	500528586	Zurich - Companhia Seguros, S. A	Serviços Diversos-Outros	422,49€
343	2011	080199	502011378	Universidade do Minho	Serviços Diversos-Outros	480,72€
344	2011	080199	500069514	Allianz Portugal, S.A	Serviços Diversos-Outros	565,19€
345	2011	080199	501389660	LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil	Serviços Diversos-Outros	661,00€
346	2011	080199	125349769	Aristides Nunes	Serviços Diversos-Outros	913,00€
347	2011	080199	503065072	Catapelaxe - Compra e Venda de Imóveis, S.A	Serviços Diversos-Outros	1.573,20€
348	2011	080199	137097182	José Fernando Rodrigues	Serviços Diversos-Outros	2.434,60€
349	2011	080199	500073945	Construtora do Tâmega, S.A	Serviços Diversos-Outros	2.515,41€
350	2011	080199	502878525	Sociedade Agrícola de Vale de Camarinhas, S.A	Serviços Diversos-Outros	2.580,50€
351	2011	080199	502567830	Tecnasol FGE - Fundações e Geotecnia, S.A	Serviços Diversos-Outros	3.132,17€
352	2011	080199	501933883	Sociedade de Construções Domingos Carvalho Lda	Serviços Diversos-Outros	4.376,48€
353	2011	080199	504615947	PT Comunicações, SA	Serviços Diversos-Outros	51.210,00€
354	2011	090110	502442271	Prioridade - Construção Vias de Comunicação, S.A	Alienação de Imóveis	1.000,00€
355	2010	040117	104238208	António Pedro Vinagre Mbleiro Sardinha	Autorizações Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,acL DL	34,07€

Handwritten signature or initials.

356	2010	040117	232448094	Duarte Manuel Delgado Cebola	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	45,43€
357	2010	040117	505816008	Atufersentro - Semalharia Civil	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
358	2010	040117	223800660	Andreia Marisa Ramalhinho Mbura Gonçalves	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
359	2010	040117	222122145	António Teodoro Cardoso	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
360	2010	040117	502519550	Artesanato Eurogalaico, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
361	2010	040117	503184098	Arunca - Sistema de Protecção Electrónica, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
362	2010	040117	172907098	César Luís de Melo	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
363	2010	040117	500653577	Fernando Faria da Cunha & Filhos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
364	2010	040117	203245725	Filipe Raposo	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
365	2010	040117	508297087	Firma Urbignomo Mediação Imobiliária Unipessoal, L	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
366	2010	040117	508791430	Hélder Barbosa - Frutas, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
367	2010	040117	502672463	J. Amado & Filhos, L.da	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
368	2010	040117	146114833	Joaquim Henriques Marinheiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
369	2010	040117	218294220	Jorge Manuel Galinho Ferro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
370	2010	040117	196878373	Maria da Assunção Ventura Catalão Montes	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
371	2010	040117	111862965	Maria José Conceição Rocha	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
372	2010	040117	151269734	Moisés Luis Henriques	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
373	2010	040117	100896545	Móveis Pires - António Manuel Pires	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	56,79€

374	2010	040117	505524090	Raul Paulo Rodrigues Almeida Unipessoal, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
375	2010	040117	505022516	Salsicharia Abelhinha - Fábrica de Enchidos Tradic	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
376	2010	040117	506021637	Sudomonte Mediação Imobiliária, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
377	2010	040117	182206769	António Nogueira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
378	2010	040117	157650545	José Joaquim Queirós Florindo	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
379	2010	040117	190771062	Maria Angela Simões Peixoto Botelho	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	56,79€
380	2010	040117	193206579	Eduardo Manuel Raposo Lourenço	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	99,95€
381	2010	040117	504462326	DEPINA- Compra e Venda de Propriedades, Unipessoa	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	103,33€
382	2010	040117	506268306	Agencia Funerária São José	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
383	2010	040117	503352080	Alberto Ferreira & Filhos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
384	2010	040117	154054410	ALZIRARROCHAALMEIDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
385	2010	040117	205242510	Ana Margarida Santos Cruz Dias" Chumasqueira o Ch	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
386	2010	040117	169868737	Anabela Conde Francisco Leandro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
387	2010	040117	106512935	António José Meireles - Café Taberna O Barracão	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
388	2010	040117	214128032	Aranhauto - Comércio de Automóveis de Nuno Filipe	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
389	2010	040117	502304650	Bilhares Bento, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
390	2010	040117	209112026	Café Bar Enigma	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
391	2010	040117	227579909	Carlos Manuel Gomes Martins	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€

392	2010	040117	504857541	Correia Sales - Sociedade Unipessoal, Ld. ^a	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
393	2010	040117	234115050	Dino Fernando Gonçalves Azevedo	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
394	2010	040117	509546455	ESPALHABRASAS - RESTAURANTE LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
395	2010	040117	181864398	Fernando António Rodrigues-Café Central	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
396	2010	040117	173681670	Francisco Lemos Abreu Sousa	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
397	2010	040117	506458016	Gãio Transportes, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
398	2010	040117	201728753	João Carlos Santana Parreira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
399	2010	040117	178782580	José Augusto Silva Ferreira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
400	2010	040117	152325794	José de Jesus Parreira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
401	2010	040117	168458659	José Hemenegildo Ribeiro Sousa Viana	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
402	2010	040117	156993996	José Manuel Teixeira - Café Tissão	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
403	2010	040117	502170808	Loureiro & Sarmento, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
404	2010	040117	126521840	Luis Mariano Barão	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
405	2010	040117	105376817	Manuel Claudino Galato Maurício	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
406	2010	040117	194584542	Maria Beatriz Vaz Esteves	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
407	2010	040117	158372271	Maria José Babo de Carvalho, Florista	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
408	2010	040117	203245857	Maria Ofélia Pedro Roseiro - Café O Careca	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
409	2010	040117	508126274	Ourivesaria Óptica Carlos Rei, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€

410	2010	040117	507908660	Padaria "AGiga"	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
411	2010	040117	503536261	Padaria e Pastelaria Anços Doce, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
412	2010	040117	503825867	Pavianços - Materiais de Construção, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
413	2010	040117	506006719	Pedro & Filho, Lda.	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
414	2010	040117	503917834	PORTULEITER - PRODUTOS METÁLICOS, SA	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
415	2010	040117	508546923	Rapidminds Unipessoal, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
416	2010	040117	167633600	Residencial D. João III	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
417	2010	040117	503618101	Restaurante Negola, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
418	2010	040117	502192380	Restaurante O Veleiro, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
419	2010	040117	193605996	Tasca do António Alberto	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€
420	2010	040117	143740431	Maria da Concelção Almeida Silva	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	132,99€
421	2010	040117	508162599	NATURALENHA, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	136,80€
422	2010	040117	120645459	Adelina Duarte Tavares Moura - Café O Lanche	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	170,37€
423	2010	040117	506454703	Distriparanhos - Supermercados, L.da	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	170,37€
424	2010	040117	243430515	Filipe Domingos Gonçalves	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	170,37€
425	2010	040117	191297615	Hélder Manuel Ceroula Mareco	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	170,37€
426	2010	040117	228221269	Hugo Jorge Pereira Passos	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	170,37€
427	2010	040117	505805499	Irmãos Pinheiro Góis, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	170,37€

Ad

428	2010	040117	185269133	JOSÉ PEDRO MATOS GONÇALVES "SERRALHARIA"	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
429	2010	040117	236414569	Khodr Bzeih	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
430	2010	040117	165599804	Lurdes da Conceição Esteves Cardoso	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
431	2010	040117	125064900	Maria de Lurdes Santos Valério	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
432	2010	040117	504180924	Miguel Braga, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
433	2010	040117	508619025	Olhares Talentosos, Unipessoal, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
434	2010	040117	502174765	PHL - Projectos Habitacionais, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
435	2010	040117	506839117	Port Activa - Portas Seccionadas e Automatismos, L	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
436	2010	040117	501669205	Rui Ribeiro - Construções, S.A	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
437	2010	040117	195722302	Sergio Joaquim Carvalho Carreiro Folgado	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
438	2010	040117	501843710	Serralharia Franco, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
439	2010	040117	500721980	Teodoro Gomes Alho, S.A	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
440	2010	040117	500663530	Timarte - Malhas e Confeções, Lda.	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
441	2010	040117	505825821	V&V - Vingadas	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
442	2010	040117	501550461	Contal - Contabilidade, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
443	2010	040117	507108736	Domingues & Domingues, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
444	2010	040117	194493857	Eugénia Natália Vieira Gonçalves Costa	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
445	2010	040117	152973354	Francisco Marcão de Carvalho Lagareiro	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	227,16€

446	2010	040117	503272175	Júlio de Sá, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
447	2010	040117	118148060	LICÍNIO ALBERTO FERREIRADINIZ	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
448	2010	040117	508168961	Lousa & Moreira Unipessoal, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
449	2010	040117	178832383	Luís Filipe Silva Luzia	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
450	2010	040117	209975407	Luis Mguel Andrade Joaquim-MICHEL CAR	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
451	2010	040117	146329945	MARIADE LURDES DE JESUS SOARES	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
452	2010	040117	507912160	Portal da Vila - Vinhos e Eventos, C.R.L.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
453	2010	040117	504189581	ROTV - Nova Forma de Vestir Sociedade Universal,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
454	2010	040117	227402022	Sonhos de Paris de José Ribeiro Rocha	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
455	2010	040117	508187974	Talentos aos Mlhos Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
456	2010	040117	503085871	TRICLIMA- EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
457	2010	040117	191807800	Carlos Alberto de Campos Ribeiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	255,55€
458	2010	040117	102436134	António Miguel Montalvo Leitão	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	272,00€
459	2010	040117	157749053	Albino Silva Resende	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
460	2010	040117	501981411	Adeamento Turístico do Camarido, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
461	2010	040117	203227263	Ana Paula Lourenço Barroso	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
462	2010	040117	501525882	Banco Comercial Portugues, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
463	2010	040117	506414353	C. F. & H. S. - Cláudio Figueiredo e Hélder Santos	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	283,95€

10 12

					25/04 de 24 Jan	
					Autorizações	
464	2010	040117	501813288	Carlos Manuel Estrelo Serrano	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
465	2010	040117	502315202	Casa Santos, Lda	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
466	2010	040117	500063907	Cimenforma - Sociedade de Construções em Cimento d	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
467	2010	040117	507929250	Exigência Actual - Mediação Imobiliária, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
468	2010	040117	501849343	Grafinal - Artes Gráficas, Lda	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
469	2010	040117	505383594	KATALÃO SPORT - COMÉRCIO PARA AUTOMÓVEIS, LDA	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
470	2010	040117	506502210	MAFIMPORTRACTO e SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.DA	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
471	2010	040117	148868096	Maria Albertina Morais Cairão Azevedo	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
472	2010	040117	508941822	Seabra & Soares, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
473	2010	040117	501061916	EUROAÇO - Sociedade Comercial de Ferro, Aço e Mate	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
					Autorizações	
474	2010	040117	190713313	Carolino José Vaz Teixeira	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	304,54€
					Autorizações	
475	2010	040117	173761046	João Alberto Batista	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	306,66€
					Autorizações	
476	2010	040117	509117031	Happyscreen SA	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	312,27€
					Autorizações	
477	2010	040117	508554004	H2JACTO	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	326,52€
					Autorizações	
478	2010	040117	132384477	Antero de Sousa Martins Ribeiro, Móveis Lagar	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	330,00€
					Autorizações	
479	2010	040117	500085943	Diniz & Silva, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
					Autorizações	
480	2010	040117	501389458	Fialho, Correia & Lampreia, Lda.	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
					Autorizações	
481	2010	040117	501694390	Grupotico - Opticas e Investimentos, S.A	Publicidade/Licenciamentos-DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€

A GP

482	2010	040117	506077071	Ildauto - Comércio de Automóveis, Lda.	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
483	2010	040117	166573680	Lúcia de Fátima Oliveira Constantino	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
484	2010	040117	506726630	Manuel A. M. Almeida, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
485	2010	040117	501753966	Norlabor - Engenharia e Construção, SA	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
486	2010	040117	508198984	Optimum Outdoor Solutions	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
487	2010	040117	509216757	Rio à Vista, Lda.	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
488	2010	040117	501681515	Romael - Comércio de Mobiliário e Decorações, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
489	2010	040117	204515831	Rui Manuel Zacarias Veira	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
490	2010	040117	504884298	SOUIMAD - Comércio de madeiras e derivados, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
491	2010	040117	508353750	SRBM, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€
492	2010	040117	503286796	AGRONALHA-COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS AGRIC	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
493	2010	040117	143150405	ALCINDO ALVES SIMÕES	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
494	2010	040117	502478373	Auto Rio Seco do Sul - Reparações e Instalações El	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
495	2010	040117	184233127	CAFÉ RESTAURANTE CAIALEIRO DE DOMTILIBENZINHO M	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
496	2010	040117	506172325	Carlos e Rita - Café Rrestaurant, Lda.	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
497	2010	040117	503309362	Colepcol Portugal - Embalagens e Enchimentos, S.A	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
498	2010	040117	137699735	Escapes Felgueiras - Maria da Glória da Silva Mend	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€
499	2010	040117	501107150	Jesuino & Matilde, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	397,53€

500	2010	040117	157984648	João António Costa Fernandes	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	397,53€
501	2010	040117	502443529	LENINVESTE - Sociedade de Mediação Imobiliária, Ld	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	397,53€
502	2010	040117	187531692	Maria Evelina Afonso Guerreiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	397,53€
503	2010	040117	158701259	MSF, Manuel Sousa Ferreira, Mobiliário	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	403,84€
504	2010	040117	507031598	AJ. MEASSIST- COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARAA CONSTRUÇÃO	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
505	2010	040117	206954158	Fernando César F. A. Afonso	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
506	2010	040117	503582450	Hans Van Den Berg - Sistemas de Aquecimento, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
507	2010	040117	504972472	O MELHOR DA NACIONAL Nº. 1 - PADARIA,PASTELARIAE	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
508	2010	040117	509670555	Oriental Concept, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
509	2010	040117	500685045	PREDITEX MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAGENS LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
510	2010	040117	503580430	Quinta de S. José - Turismo Rural, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
511	2010	040117	504100602	Raia Campo - Comercio de Produtos Agron- Pecuários,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
512	2010	040117	504137913	RESTAURANTE ENCOSTAVERDE, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
513	2010	040117	234676531	Ying Dingyou	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
514	2010	040117	507403070	Aldinha, Restaurante - Unipessoal, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	458,30€
515	2010	040117	506572218	CAMARA MUNICIPAL DE LAMEGO	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	472,48€
516	2010	040117	507973623	Casa Lemos - Doces Regionais, Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	473,20€
517	2010	040117	501080996	União Desportiva e Recreativa das Pontes	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	340,74€

10-12

518	2010	040117	503074322	Beira Neves - Sociedade Mediação Imobiliária	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
519	2010	040117	501471758	Caixa Agrícola	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
520	2010	040117	502771135	Dancing Top 60	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
521	2010	040117	507390180	Lusitaneacar - Comércio de Automóveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
522	2010	040117	502069813	Miravet - Prudutos para Agricultura e Pecuária Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
523	2010	040117	501582576	QUADRIFONIA- COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, LDª	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
524	2010	040117	504948130	Sociedade Mivínicola Courela dos Aieixos, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
525	2010	040117	146839005	Alice Fernandes Dias Monteiro Oliveira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	522,46€
526	2010	040117	194856771	Siebo Foreman	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	532,00€
527	2010	040117	174345178	Alberto Serafim Morgado- Restaurante Residencial Te	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	548,02€
528	2010	040117	506065413	Alenteinveste - Compra e Venda de Bens Imobiliário	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
529	2010	040117	503935999	Distrisoure Supermercados, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
530	2010	040117	105450200	Filipe Domingos António	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
531	2010	040117	226802418	Joaquim José Martins Pedro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
532	2010	040117	181368927	Luis Alberto Nunes Feijó	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
533	2010	040117	507542851	Movama - Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
534	2010	040117	505607450	Sociedade Agrelensa de Hotelaria, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
535	2010	040117	195993128	João José da Costa Dias	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	590,64€

536	2010	040117	140626220	Carlos Manuel Pereira Ramalho	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	592,59€
537	2010	040117	509145604	Danças Luzes, Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	615,25€
538	2010	040117	150710089	ANTÓNIO PIRES RAMOS	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
539	2010	040117	139077111	Assentímovel	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
540	2010	040117	504970488	Casa Machado Materiais de Construção e Decorações,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
541	2010	040117	506266117	GRAPHIACOMERCIO DE HABITAÇÕES DE MADEIRA, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
542	2010	040117	502370432	J. Luís Fernandes & Eusébio, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
543	2010	040117	506361233	Joaquim José Neves, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	624,69€
544	2010	040117	172990416	José Ribeiro Gomes	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	675,79€
545	2010	040117	173875742	MANUEL GOMES	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,15€
546	2010	040117	507211332	ALDEIATUR - Restauração e Turismo, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
547	2010	040117	501642668	ALDUAR - Construção Civil, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
548	2010	040117	506840450	Climapeles, Unipessoal Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
549	2010	040117	508527449	FREEMOTION CLUB, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
550	2010	040117	502670185	Irmãos Sargento, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
551	2010	040117	508738237	RADAR DO TEMPO - COMÉRCIO DE CLIMATIZAÇÃO E PISOS	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
552	2010	040117	501967907	Stand Ameiro - Comércio de Automóveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	681,48€
553	2010	040117	507315669	Zé da Rampa - Residêncial Restaurante	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	681,48€

554	2010	040117	184620600	Nelson dos Anjos Mouquinho da Luz	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	706,70€
555	2010	040117	500760446	Fundivem - Fundação Venezuela, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	738,27€
556	2010	040117	502892030	Gondes, Tectos & Decoração Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	738,27€
557	2010	040117	504298895	Eusébio Machado - Mármore e Granitos,Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	762,32€
558	2010	040117	501063510	MÓVEIS SANTO ANTÓNIO, LDª.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	795,06€
559	2010	040117	505514478	Vila Mais - Sociedade Mediação Imobiliária, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	795,07€
560	2010	040117	506083249	Madeiperfil, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	828,15€
561	2010	040117	502722584	ABRANCAR - SOCIEDADE COMERCIAL E REPARAÇÃO AUTOMOV	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
562	2010	040117	507271190	Algarjogos - Máquinas de Diversão, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
563	2010	040117	505050501	Auto Eléctrica Claudino, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
564	2010	040117	501827510	Auto Soeiro -Comércio de Automóveis e Camiões, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
565	2010	040117	500077622	HAWORTH PORTUGAL - Mobiliário de Escritório, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
566	2010	040117	501660925	J. Carlos & Imão- Comércio de Automóveis Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
567	2010	040117	508125316	Kuti - Comércio e Distribuição de Artigos para o L	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
568	2010	040117	506123820	MAQUIDÉ - Comércio de Máquinas para Construção Civ	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
569	2010	040117	500385980	Miranda & Imão, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
570	2010	040117	503296600	Moreira Leal	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
571	2010	040117	503585548	Residêncial Restaurante Bolinhos de Amor	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	851,85€

572	2010	040117	509067565	Restaurante Armino & Lina, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
573	2010	040117	230700969	Valter Brito	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
574	2010	040117	501208321	D&F - Duarte & Fazenda, Lda,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	908,64€
575	2010	040117	506768139	Socimala - Sociedade Mediação Imobiliária da Mala	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	908,64€
576	2010	040117	501774874	MERCANTILIS - Construções, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	954,08€
577	2010	040117	507214129	Cândido Carvalho - Sociedade Unipessoal, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	965,43€
578	2010	040117	508723876	Carlos Barbosa - Restaurante Barro Preto	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	965,43€
579	2010	040117	160489377	Francisco António Sampaio Vieira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	965,43€
580	2010	040117	205117058	Maria Luisa Filipe Alípio	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	999,50€
581	2010	040117	500714541	Serviçpneus, Comércio e Assistência a Pneus, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.017,61€
582	2010	040117	500810265	Pavigrés Ceramicas, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.022,22€
583	2010	040117	506810003	Casa Jesuino, Comércio Tintas, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.079,01€
584	2010	040117	506561305	Fonseca & Magalhães - Comércio e Reparação de Auto	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.079,01€
585	2010	040117	509129668	Solar de Alqueva Alojamento Local, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.079,01€
586	2010	040117	143031252	Januário Tiago Fontes de Sá	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.135,80€
587	2010	040117	508644151	Mundo Abastado, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.135,80€
588	2010	040117	507322797	UIS-Universe International Services, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.135,80€
589	2010	040117	508170974	VANDEA- Importação e Comércio de Calçado e Malas	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	567,90€

A H

					25/04 de 24 Jan	
					Autorizações	
590	2010	040117	506606112	Patrão Unipessoal, L.da	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.186,91€
					Autorizações	
591	2010	040117	507179935	MANASTORES - FABRICAÇÃO DE ESTORES, LDA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.192,59€
					Autorizações	
592	2010	040117	164902694	José João Fragoso	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.249,38€
					Autorizações	
593	2010	040117	500081034	FABRISAICOS - INDUSTRIADE MOSAICOS FAUSTINO LDA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.301,94€
					Autorizações	
594	2010	040117	505887142	Grelhados da Serra - Restaurante,, Lda	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.320,36€
					Autorizações	
595	2010	040117	503597511	Frente ao Frio-Sistemas de Climatização Ldª.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.334,55€
					Autorizações	
596	2010	040117	175058547	Joaquim Constantino da Silva Bacalhau	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,30€
					Autorizações	
597	2010	040117	502216069	Bricodis-Distribuição de Bricolage, SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
					Autorizações	
598	2010	040117	507964683	Cave Intemacional - Comércio de Vinhos, SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
					Autorizações	
599	2010	040117	500068054	COMPANHIAS LEZÍRIAS, SA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
					Autorizações	
600	2010	040117	502470984	Naciolinda Lucrecia & Filhos, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	567,90€
					Autorizações	
601	2010	040117	508190487	Padaria do Alto do Veríssimo - Soc. Panificação, L	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
					Autorizações	
602	2010	040117	505168170	Precision-Sociedade Gestora de Franchising, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
					Autorizações	
603	2010	040117	509464475	SPIN - PUBLICIDADE, LDA	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
					Autorizações	
604	2010	040117	501283153	Autoalegre - Automóveis de Portalegre, Lda.	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.419,75€
					Autorizações	
605	2010	040117	500995168	Best Western - Hotel D. Luís	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.476,54€
					Autorizações	
606	2010	040117	507996224	Lua Ladina, Lda. de Romão José Lopes Marinho	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.476,54€
					Autorizações	
607	2010	040117	502011475	Modelo Continente Hipermercados, S.A	Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	1.476,54€

A-100

608	2010	040117	503524751	ALUMINEIRA- FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO ESTRUTURAS ME	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.533,33€
609	2010	040117	501806997	Cancela & Melo, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.533,33€
610	2010	040117	502607920	JUMBO-COMPANHIA PORTUGUESADE HIPERMERCADOS, S.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.533,33€
611	2010	040117	503351318	Petrolub-Combustíveis e Lubrificantes, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.586,80€
612	2010	040117	500749817	Sotul - Sociedade Portimonense de Plásticos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.590,12€
613	2010	040117	503189510	M. J. NALHA, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.646,91€
614	2010	040117	506539920	Modemi - Mobiliário e Decorações Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.703,70€
615	2010	040117	175604274	JOAQUIM GOMES DA SILVACUNHA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.706,20€
616	2010	040117	105163619	José Gomes da Costa	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.760,49€
617	2010	040117	506869806	Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	425,93€
618	2010	040117	502106816	Móveis Irmãos Correia - Comércio de Móveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.817,28€
619	2010	040117	502290927	Entrepósito - Gestão Imobiliária, S.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.874,07€
620	2010	040117	500296308	Veiga & seabra, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.987,65€
621	2010	040117	504890816	Broad View - Soluções Urbanas, S.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	640,10€
622	2010	040117	501160337	Nunes Tavares & C. Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.044,44€
623	2010	040117	136883052	Caminda Mota Carvalho Rebello	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.072,84€
624	2010	040117	506491412	FISIOACTIF - Fisioterapia e Actividade Física, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.116,54€
625	2010	040117	500372160	LACTOML - Laticínios de Trancoso S.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	2.203,44€

626	2010	040117	507378261	Factory Play - Produção de Insufláveis e Equipamen	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.271,60€
627	2010	040117	208873929	Sérgio Paulo Miranda Pimenta	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	908,64€
628	2010	040117	500728348	VALPIBUS - Alberto Pinto & Filhos, Transportes Ro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.289,94€
629	2010	040117	509271723	Pecmor, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.612,34€
630	2010	040117	501588213	Cozinhas Movalpa- Sociedade de Produção e Comercial	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.669,13€
631	2010	040117	501671471	Joaquim de Barros Rodrigues & Filhos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.724,60€
632	2010	040117	505049058	PETROAFIFE - Combustíveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.724,60€
633	2010	040117	509010873	Digital Screen Outdoors Digitais	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
634	2010	040117	505213150	Exocertame - Publicidade e Design, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
635	2010	040117	502640472	Jardibel - Espaços Verdes, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
636	2010	040117	507500555	MEDIACHANNEL - PUB. EXT. UNIPESOA Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
637	2010	040117	507700368	Via Publicitária II, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
638	2010	040117	506491455	Inéditos Melos e Sistemas de Publicidade, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.782,71€
639	2010	040117	504602705	MOVFACE - Meios Publicitários, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.839,50€
640	2010	040117	507019172	Portalegredis - Sociedade de Distribuição, SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.839,50€
641	2010	040117	507865200	CITYPRINTACE	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.861,16€
642	2010	040117	504576232	TRONCADIS - SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO, SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.871,64€
643	2010	040117	500136688	IMA-INDUSTRIADE MONTAGEM DE ATOMÓFIS Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	2.896,29€

A 41

644	2010	040117	506079805	EUROLEVA- COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO, S	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.066,66€
645	2010	040117	503067008	Irmão Ladeira - Comércio Auto, Ldª	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.079,01€
646	2010	040117	507968395	Garantir Norte, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.256,83€
647	2010	040117	503337447	Batalhacar - Comércio de Automóveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.520,98€
648	2010	040117	243372183	Chen Bin	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.577,77€
649	2010	040117	509444776	I.J.A - Combustíveis e Máquinas, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.632,80€
650	2010	040117	501373217	Leal Barros e Silva, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.088,88€
651	2010	040117	509121276	José Luís Coutinho de Sousa, Unipessoal, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.157,02€
652	2010	040117	508203430	Resulta - Publicidade, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.855,50€
653	2010	040117	500852995	freixauto-comércio de combustíveis e máquinas e re	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.915,34€
654	2010	040117	500145962	J. MOREIRA & IRMÃO, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	5.229,92€
655	2010	040117	503208787	Macedo & Macedo II- Comércio de Automóveis, Ldª.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	5.449,20€
656	2010	040117	501199209	Mestres Publicidade Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.725,92€
657	2010	040117	505194970	DECOR X- Publicidade e Decoração, Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.022,22€
658	2010	040117	187719594	MARIALEONOR JERÓNIMO PEDROSA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	5.670,58€
659	2010	040117	508438853	STATUS CERÂMICA E SANITÁRIOS, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6.133,32€
660	2010	040117	508819318	YONG FENG, LDª.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6.133,32€
661	2010	040117	503680150	Flalser - Prestação de Serviços e Publicidade, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	7.572,00€

662	2010	040117	507307984	SuperVlaReal - Supermercados, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	7.950,60€
663	2010	040117	501186972	Publirádio - Publicidade Exterior, S.A	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	9.938,25€
664	2010	040117	500131066	Grupo Desportivo Fabril do Barreiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	10.597,41€
665	2010	040117	503698717	APN - Publicidade, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	5.906,16€
666	2010	040117	501263497	António R. Oliveira Anaral & Filho, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	13.114,53€
667	2010	040117	137427433	ELMRADE JESUS VAZA ALBINO	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	14.717,97€
668	2010	040117	502672072	José de Brito Braga & Ramos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	16.347,60€
669	2010	040117	501331581	Metalomecânica, Soares Rodrigues Irmão, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	18.164,00€
670	2010	040117	500442673	IRMÃOS VELOSO, LDA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	19.072,20€
671	2010	040117	500792933	Enatur-Empresa Nacional de Turismo SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	25.677,36€
672	2010	040117	508344212	DOUROGÁS - Participações Sociais SGPS, SA	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	51.210,00€
673	2010	040117	503837563	Petrocávado- Investimentos Imobiliários e Mobiliári	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	67.433,85€
674	2010	040117	178236349	António Joaquim do Nascimento Pereira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
675	2010	040117	181315688	Carlos Alberto Antunes Monteiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
676	2010	040117	503884421	HJV - Venda Exploração Máquinas, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
677	2010	040117	504461460	Seivareal-Sociedade de Importação e Representação	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
678	2010	040117	506081036	Agricampo-Comércio de Adubos e Pesticidas, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
679	2010	040117	137637608	Fernando Lourenço Brás	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	113,58€

680	2010	040117	223064211	Luis Mguel Coelho Braga	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
681	2010	040117	195759591	Maria Lindalva da Cruz Silvino	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
682	2010	040117	508953707	RBLP-Consultores de Engenharia,Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
683	2010	040117	149887760	Luis Filipe Pereira Vaz	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
684	2010	040117	221157476	Marlene Cristina Teixeira dos Santos	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	170,37€
685	2010	040117	900238755	Móveis Rogério & Filhos	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
686	2010	040117	208044159	Nuno Mguel de Freitas Campos	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	227,16€
687	2010	040117	106422596	Ávaro José da Silva Teixeira	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
688	2010	040117	192491504	António Augusto Martins Ribeiro	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
689	2010	040117	143840827	Leonilda Eduardo Machado Figueiredo	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	283,95€
690	2010	040117	502962607	Pastelaria Francesa - Sociedade Unipessoal, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
691	2010	040117	157206335	Eurico Dolores Silva	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
692	2010	040117	161730558	Salvador Augusto Granja	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	340,74€
693	2010	040117	503618101	Restaurante Negola, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
694	2010	040117	500844321	Banco Santander Totta, S.A.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	454,32€
695	2010	040117	504141210	Padaria e Pastelaria Luar de Canedo, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
696	2010	040117	506213781	SANJOAQUO - Reparação e Manutenção de Automóveis,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	511,11€
697	2010	040117	500752877	J.A Quintas & C.ª, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL	681,48€

698	2010	040117	505548020	Materiais de Construção - Rui & Possidónio, Lda	25/04 de 24 Jan Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	851,85€
699	2010	040117	507934695	Dupla Única - Publicidade e Marketing, Unipessoal,	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.022,22€
700	2010	040117	500059683	Caves do Barroão, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	1.362,96€
701	2010	040117	502710390	Rubilar - Artigos para o Lar, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.044,44€
702	2010	040117	501488901	José Maria de Sousa Teixeira & Filhos, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	2.953,08€
703	2010	040117	506453197	Bricovilareal - Sociedade de Distribuição de Bricol	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	3.407,40€
704	2010	040117	500033684	Gaspe - Combustíveis, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.086,90€
705	2010	040117	506851117	Primeiro Dragão - Comercialização Artigos para Lar	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	4.827,15€
706	2010	040117	500515654	Auto Transportadora Central Sanjoanense, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	6.811,50€
707	2010	040117	501157948	António Óscar Meireles de Magalhães, Lda	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	113,58€
708	2010	040199	503614424	Jardim Escola Casas de Azeitão, Lda.	Autorizações Publicidade/Licenciamentos- DL 13/71 Artº15 nº1,act. DL 25/04 de 24 Jan	40,00€
709	2010	040201	225455790	Wilson de Jesus Pires	Juros de mora	13,63€
710	2010	040201	182206769	António Nogueira	Juros de mora	0,57€
711	2010	040201	157650545	José Joaquim Queirós Florindo	Juros de mora	1,71€
712	2010	040201	190771062	Maria Angela Simões Peixoto Botelho	Juros de mora	2,27€
713	2010	040201	178236349	António Joaquim do Nascimento Pereira	Juros de mora	1,14€
714	2010	040201	181315688	Carlos Alberto Antunes Monteiro	Juros de mora	1,14€
715	2010	040201	503884421	HJV - Venda Exploração Máquinas, Lda	Juros de mora	1,14€
716	2010	040201	504461460	Seivareal-Sociedade de Importação e Representação	Juros de mora	1,14€
717	2010	040201	506081036	Agricampo-Comércio de Adubos e Pesticidas, Lda	Juros de mora	3,41€
718	2010	040201	137637608	Fernando Lourenço Brás	Juros de mora	3,41€
719	2010	040201	223064211	Luís Miguel Coelho Braga	Juros de mora	3,41€
720	2010	040201	195759591	Maria Lindalva da Cruz Silvino	Juros de mora	3,41€
721	2010	040201	508953707	RBLP-Consultores de Engenharia, Lda	Juros de mora	3,41€
722	2010	040201	149887760	Luís Filipe Pereira Vaz	Juros de mora	5,11€
723	2010	040201	221157476	Marlene Cristina Teixeira	Juros de mora	5,11€

720	2010	040201	44101710	dos Santos		9,11€
724	2010	040201	900238755	Móveis Rogério & Filhos	Juros de mora	2,27€
725	2010	040201	208044159	Nuno Miguel de Freitas Campos	Juros de mora	2,27€
726	2010	040201	106422596	Álvaro José da Silva Teixeira	Juros de mora	2,84€
727	2010	040201	192491504	António Augusto Martins Ribeiro	Juros de mora	8,51€
728	2010	040201	143840827	Leonilda Eduardo Machado Figueiredo	Juros de mora	8,52€
729	2010	040201	502962607	Pastelaria Francesa - Sociedade Unipessoal, Lda	Juros de mora	6,82€
730	2010	040201	157206335	Eurico Dolores Silva	Juros de mora	10,22€
731	2010	040201	161730558	Salvador Augusto Granja	Juros de mora	10,22€
732	2010	040201	503618101	Restaurante Negola, Lda	Juros de mora	4,54€
733	2010	040201	500844321	Banco Santander Totta, S.A.	Juros de mora	9,09€
734	2010	040201	504141210	Padaria e Pastelaria Luar de Canedo, Lda	Juros de mora	5,11€
735	2010	040201	506213781	SANJOALITO - Reparação e Manutenção de Automóveis,	Juros de mora	10,22€
736	2010	040201	500752877	J. A. Quintas & C.ª, Lda	Juros de mora	6,81€
737	2010	040201	505548020	Materiais de Construção - Rui & Possidónio, Lda	Juros de mora	17,04€
738	2010	040201	507934695	Dupla Única - Publicidade e Marketing, Unipessoal,	Juros de mora	10,22€
739	2010	040201	500059683	Caves do Barroão, Lda	Juros de mora	13,63€
740	2010	040201	502710390	Rubilar - Artigos para o Lar, Lda	Juros de mora	40,89€
741	2010	040201	501488901	José Maria de Sousa Teixeira & Filhos, Lda	Juros de mora	88,59€
742	2010	040201	506453197	Bricovilareal - Sociedade de Distribuição de Bricol	Juros de mora	34,07€
743	2010	040201	500033684	Gaspe - Combustíveis, Lda	Juros de mora	122,61€
744	2010	040201	506851117	Primeiro Dragão - Comercialização Artigos para Lar	Juros de mora	96,54€
745	2010	040201	500515654	Auto Transportadora Central Sanjoanense, Lda	Juros de mora	136,23€
746	2010	040201	501157948	António Óscar Meireles de Magalhães, Lda	Juros de mora	1,14€
747	2010	040204	503614424	Jardim Escola Casas de Azeitão, Lda.	Taxas diversas-Taxa de ocupação de venda ilegal de veículo	151,00€
748	2010	060202	170844927	Isaura Elisa da Silva Neves Baumberg	Reembolsos de danos ao Estado	152,21€
749	2010	060202	241060885	Lúcio Ferreira dos Santos	Reembolsos de danos ao Estado	210,50€
750	2010	060202	508962200	Gestybox Unipessoal, Lda	Reembolsos de danos ao Estado	423,13€
751	2010	060202	236793675	Ricardo Manuel Silva Moita	Reembolsos de danos ao Estado	1.007,50€
752	2010	060202	229143245	Ana Rita Oliveira da Silva Pagno	Reembolsos de danos ao Estado	1.137,58€
753	2010	060202	501689168	Lusitania - Companhia de Seguros, SA	Reembolsos de danos ao Estado	3.297,96€
754	2010	060202	500069514	Allianz Portugal, S.A.	Reembolsos de danos ao Estado	39,00€
755	2010	060202	144137364	Maria de Fátima Gonçalves Bastos	Reembolsos de danos ao Estado	281.512,00€
756	2010	070102	508919991	Marestrada - Oper.e Manutenção Rodoviária, S.A.	Publicações	35,33€
				Planestrada-Operação e	Publicações	

10 11

757	2010	070102	508860385	Manutenção Rodoviária, S.A		40,38€
758	2010	070102	507099599	Trimétrica Engenharia, Lda	Publicações	55,52€
759	2010	070299	174941242	CARLOS ALBERTO DA CUNHA VIDAL	Serviços Prestados Diversos	22,00€
760	2010	070299	201625660	SANDRA ISABEL LOPES AZENHA	Serviços Prestados Diversos	22,00€
761	2010	070299	109381408	Rui Barreira Graça	Serviços Prestados Diversos	34,00€
762	2010	070299	117916420	Eduardo Pinto da Silva	Serviços Prestados Diversos	35,00€
763	2010	070299	199029776	Laurinda Fernandes Januário	Serviços Prestados Diversos	17,00€
764	2010	070299	125146493	MARIA TELMA CARDOSO CASTELO LIMARENDO	Serviços Prestados Diversos	54,12€
765	2010	070299	504740865	Veira Fonseca & Associados, Sociedade de Advogado	Serviços Prestados Diversos	44,65€
766	2010	070299	128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Serviços Prestados Diversos	119,00€
767	2010	070299	508803756	ASCENDI DOURO - Estradas do Douro Interior, SA	Serviços Prestados Diversos	911,32€
768	2010	070299	509344518	DSTELECOM ALENTEJO E ALGARVE, LDA	Serviços Prestados Diversos	6.457,50€
769	2010	070299	502529750	TV Televisão Independente SA	Serviços Prestados Diversos	10.455,00€
770	2010	070299	504073206	ONITELECOM - Infocomunicações, S.A	Serviços Prestados Diversos	6.981,79€
771	2010	070299	501940626	SIC - Sociedade Independente de Televisão, S.A	Serviços Prestados Diversos	30.676,10€
772	2010	070299	502604751	Optimus Comunicações, S.A	Serviços Prestados Diversos	26.728,34€
773	2010	070299	508850061	SPER-SOC. PORT. CONST. E EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIAS, S.A	Serviços Prestados Diversos	76.451,19€
774	2010	070299	503039063	TV Cabo Portugal, S.A	Serviços Prestados Diversos	47.484,79€
775	2010	070299	508912130	ROTAS DO ALGARVE LITORAL SA	Serviços Prestados Diversos	126.574,93€
776	2010	070299	508442095	Auto-Estradas XXI- Subconcessionária Transmontana,	Serviços Prestados Diversos	92.083,11€
777	2010	070299	186642881	Manuel António Soares Femandim	Serviços Prestados Diversos	34,00€
778	2010	070301	193698994	Georgete Iria Peixoto	Rendas de Habitações	7,50€
779	2010	070301	120334372	António Rodrigues da Silva	Rendas de Habitações	11,80€
780	2010	070301	115597794	César Luís Gordo da Silva	Rendas de Habitações	32,77€
781	2010	070301	179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Rendas de Habitações	150,24€
782	2010	070301	186642881	Manuel António Soares Femandim	Rendas de Habitações	38,00€

Observações

Considera todos os recebimentos em atraso (+ 90 dias após a data de emissão da fatura) a 31 Dez. 2011 .

Lisboa, 30 de Março de 2012.



José Castel-Branco
Administrador



Ana Romão
Administradora



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EP – Estradas de Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 17.595.968 milhares de euros e um total de capital próprio de 778.495 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 143.772 milhares de euros), a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração da alteração dos capitais próprios, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Reserva

7 Como referido na nota 11 do Anexo, a empresa apresenta na rubrica de Estado e outros entes públicos um saldo a receber de IVA no montante de 479.479 milhares de euros, relativamente ao qual foram efetuados pedidos de reembolso de 227.562 milhares de euros os quais, não tendo sido aceites pela administração tributária, deram origem a liquidações adicionais de imposto e juros. Tal como referido na nota 17 do Anexo, apesar de a Empresa considerar as referidas liquidações adicionais indevidas e ter apresentado impugnação judicial do indeferimento ao recurso hierárquico decidiu, por uma questão de prudência, constituir uma provisão para fazer face ao montante estimado de uma eventual decisão judicial desfavorável. Dado que esta provisão não reúne as condições previstas nas normas contabilísticas aplicáveis para a sua constituição, não devia a mesma ter sido registada, pelo que o montante das provisões se encontra sobreavaliado por 233.953 milhares de euros, os ativos intangíveis sobreavaliados por 122.093 milhares de euros e os resultados transitados e os resultados antes de impostos subavaliados por 85.030 milhares de euros e 26.830 milhares de euros, respetivamente.

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EP – Estradas de Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 8 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- a) tal como referido nas notas 3,5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras, as amortizações do exercício dos Ativos intangíveis foram calculadas com referência à IFRIC 12, tendo por base determinados pressupostos, nomeadamente o montante global do investimento e a estimativa de proveitos da concessão, constantes das Projeções Económico Financeiras para o período remanescente da concessão. Dado que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada por efeito de determinadas variáveis macroeconómicas, decisões políticas e/ou sociais, os resultados futuros da Sociedade podem ser influenciados caso aqueles pressupostos sejam significativamente alterados, como demonstrado na análise de sensibilidade incluída na nota 4.1 do Anexo;

- b) tal como referido na nota 19 do Anexo às demonstrações financeiras, o financiamento da atividade da Empresa tinha vindo, nos últimos anos, a ser feito primordialmente através do recurso a financiamento bancário tendo, em função da atual conjuntura económica passado, durante o corrente exercício, a ser efetuado sobretudo através de suprimentos do Estado Português, os quais ascendem a 1.705.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011 (nota 20). Tendo em consideração as necessidades de financiamento de curto prazo bem como os montantes previstos para os próximos exercícios, e considerando que as atuais dificuldades no acesso a financiamento junto dos mercados financeiros se poderão manter no curto prazo, a Empresa deverá continuar a obter o apoio financeiro do seu Acionista, o qual é fundamental para fazer face aos compromissos assumidos.

14 de junho de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

2011



Nos termos dos Estatutos da EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP) e em conformidade com o disposto na alínea g) do número 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) elaborar o relatório anual global da sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício, apresentados pelo Conselho de Administração (CA), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Cumpre também a este órgão, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, sobre os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado, "...emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa."

É neste âmbito que os membros do órgão de fiscalização da EP – Estradas de Portugal, S.A. emitem o presente Relatório.

Acção Fiscalizadora do CF

No âmbito das suas funções de fiscalização, o CF desta sociedade, durante o ano de 2011, acompanhou a actividade da EP através da informação financeira produzida, das actas das reuniões do Conselho de Administração, e de reuniões realizadas com a empresa, o ROC e os Auditores Externos. Das reuniões do Conselho Fiscal realizadas neste ano, num total de 9, foram elaboradas as respectivas Actas que se encontram registadas junto da Sociedade, no respectivo Livro de Actas.

Princípios de Bom Governo (PBG)

Avaliação do desempenho dos gestores

O Relatório preparado pela Administração divulga adequadamente a actividade desenvolvida no exercício, incluindo a abordagem aos Princípios de Bom Governo estabelecidos para as empresas do sector empresarial do Estado, bem como dá resposta às instruções transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, relativamente à prestação de contas do exercício de 2011, encontrando-se as análises nele efectuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

A actividade da EP consubstancia-se em gerir a cobrança e a introdução de portagens, que envolvem 2.150 km de autoestradas, procedendo também aos pagamentos e recebimentos decorrentes dos processos de reequilíbrios financeiros determinados pelas entidades gestoras das 15 Concessões do Estado e em assegurar a gestão dos investimentos contratados nas 7 subconcessões, num total de 1.822 km.

Os membros do Conselho de Administração da EP, em exercício a 31 de Dezembro de 2011 _ enfatizando-se que durante o decurso deste ano saíram o Presidente e Vice-presidente, tendo o Conselho ficado reduzido aos restantes 3 membros do Conselho _ foram eleitos na Assembleia Geral de 23 de Julho de 2010, com o propósito de levar a Estradas de Portugal a prosseguir a missão para que foi criada e a atingir os objectivos previamente definidos. Muito embora não tenham sido celebrados contratos de gestão com cada um dos seus membros, tal como se verificou no ano transato, os objetivos prosseguidos por esta Administração, no ano de 2011, corresponderam aos fixados no Contrato de Concessão (CC), relacionados com o Grau de Cumprimento do referido Contrato (aferido em função da sinistralidade, externalidades ambientais e níveis de serviço/NS) e o Índice de Gravidade dos Acidentes nas Travessias Urbanas na Rede Rodoviária Nacional.

Considerando que nas partes II e III do Relatório e Contas do Conselho de Administração, relativas, respectivamente, ao Governo da Sociedade e Sustentabilidade, se refere que o grau de cumprimento de parte daqueles objectivos estava ainda a ser avaliado, procurou-se obter informação mais actualizada sobre a sua aferição, tendo-se apenas apurado um melhor resultado do que o indicado no R&C para o objectivo do nível de serviço que, embora ainda não definitivo, aponta para um incumprimento de 0,8% relativamente ao objectivo fixado para 2011 (cumprir o NS em 95% da rede).

Sobre a sinistralidade, os dados provisórios disponibilizados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, apontam para uma melhoria sensível na segurança rodoviária, com o cumprimento de objectivos que superam as metas fixadas para 2011 e correspondem a reduções relativamente ao ano anterior, designadamente em termos de pontos negros, uma diminuição de cerca de 40%, do indicador de gravidade dos acidentes, uma melhoria de 16%, e vítimas mortais, 7% menos do que no ano anterior.

Relativamente às externalidades ambientais (em termos de qualidade do ar, recursos hídricos, fauna e ruído) foram cumpridas 100% das metas fixadas para 2011, com excepção das relativos ao ruído, o que fixou o respectivo objectivo em 80%.

A Administração prosseguiu uma gestão sustentável através do desenvolvimento de acções em todas as áreas e níveis de estrutura da empresa, conforme destaca a parte III do seu Relatório de gestão, "Relatório de sustentabilidade", apresentando indicadores de desempenho económico, social e ambiental.

Durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração, viu-se confrontado com a necessidade de reduzir os investimentos da empresa, que passaram de 905 MEUR, em 2010, para 837 MEUR, em 2011, sem no entanto colocar em risco questões de segurança, ao mesmo tempo que consolidou o esforço de redução dos custos operacionais, traduzido numa diferença, relativamente a 2009, de 54%.

Estrutura e mecanismos de governo

No R&C de 2011 e em conformidade com o disposto nos artigos 278.º e 413.º do CSC, alterados pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, bem como na RCM nº 49/2007, de 28 de Março, encontram-se identificados o modelo de governo da sociedade, as remunerações dos membros dos órgãos sociais e a sua estrutura organizacional. Aquele modelo segue a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), não membro daquele órgão. A empresa contratou, em nome do Conselho Fiscal, uma sociedade de Auditores Externos, a PricewaterhouseCoopers & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda, e tendo em conta a dimensão e complexidade da actividade da EP, atribuiu a função de supervisão ao Gabinete de Auditoria Geral.

Tal como referido no Relatório do Governo da Sociedade, confirmou-se o cumprimento em 2011 das disposições legais fixadas sobre as reduções remuneratórias, designadamente as previstas nos artigos 19.º e 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, quer ao nível dos órgãos de gestão e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores. Sublinha-se o caso de uma recuperação, ainda em curso, relativa a valores indevidamente pagos em 2010 a um vogal cessante.

Ao nível da gestão dos riscos, a empresa tem desenvolvido um sistema de controlo interno e uma metodologia que permite, respectivamente, minimizar os riscos de projecto e acompanhar o risco ambiental da rede rodoviária nacional. No caso dos riscos de taxa de juro a empresa contratou em 2010 uma cobertura swap com maturidade em 2030.

Apreciação do R&C de 2011

Relativamente ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras de 2011, cuja versão assinada foi remetida ao Conselho Fiscal no dia 12 de Junho de 2012, procedeu este Conselho à sua apreciação, tendo também contado, para o efeito, com a Certificação Legal de Contas, emitida pelo ROC, em 6 de junho de 2012, e com o Relatório dos Auditores Externos, de 14 de junho de 2012, ambos emitidos, com reserva, sobre o exercício do ano de 2011.

Em resultado da análise efectuada ao R&C de 2011, da sua discussão com os demais órgãos de fiscalização e dos esclarecimentos que entretanto foram prestados pela Administração e pela Direcção Financeira da empresa, destacam-se como aspectos mais relevantes:

- A concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a das demonstrações financeiras;
- A actividade de construção da EP em 2011, por via directa ou por subconcessão, que atingiu, em 31 de dezembro de 2011, o montante de 1.357 MEUR, sendo que 80% corresponde à construção por via da rede subconcessionada;
- Os rendimentos totais da empresa que aumentaram de 1.629 MEUR, em 2010, para 2.046 MEUR, em 2011; neles se incluem as relativas a portagens, que ascenderam a cerca de 134 MEUR, 3 vezes superiores às arrecadadas no ano anterior, ficando, no entanto, 46% abaixo do previsto, essencialmente devido ao atraso verificado na sua introdução e na diminuição de tráfego;
- Os encargos assumidos no ano, foram inferiores em 7 % ao previsto, que totalizaram cerca de 680 MEUR, resultantes, na sua maioria, de pagamentos de rendas ou pagamentos de disponibilidade às concessões do Estado;
- O endividamento da Sociedade que aumentou 32%, passando de cerca de 1993 MEUR, em 31 de Dezembro de 2010, para 2.631 MEUR, no fim de 2011, refletindo o elevado esforço de investimento anualmente atribuído à EP, para fazer face aos pagamentos com as concessões do Estado, compromissos que justificam que o aumento do endividamento tenha superado em muito os 6% fixados no PEC 2010-2013;
- O aumento exponencial dos juros pagos, que passaram de 33MEUR, em 2010, para 102 MEUR, em 2011, não só em resultado do aumento do endividamento bancário como também da subida dos spreads associados ao financiamento; sublinha-se que o swap que a EP contratou para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo, a 20 anos, de 125 MEUR, se encontra devidamente contabilizado no balanço;
- O facto de ter sido constituída uma provisão para os processos do IVA quando a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico para reembolso daquele imposto, o que deu lugar à reserva emitida pelos Auditores e pelo Revisor Oficial de Contas;
- A inexistência de pagamentos em atraso a mais de 90 dias, apresentando a empresa, em 2011, um prazo médio de pagamentos que não ultrapassou em nenhum dos 4 trimestres do ano os 23 dias;
- O cumprimento do Plano de Redução de Custos, verificando-se uma diminuição de 54% dos custos operacionais face a 2009, devido principalmente ao esforço de contenção da execução da Obra Própria e dos Custos com Pessoal;
- O montante das amortizações, de cerca de 158 MEUR, calculado com referência à IFRIC 12, em função da melhor estimativa dos investimentos e das receitas a gerar ao longo do período da concessão de aproximadamente 75 Anos, sabendo-se que estas receitas não só não dependem de decisão da empresa, como, no caso das provenientes da introdução de portagens, estão sujeitas a factores de difícil previsibilidade dado o elevado número de anos da concessão;
- O Resultado Líquido do exercício que ascendeu a cerca de 144 MEUR, representa um aumento de 40% face ao ano anterior, em resultado do aumento do EBIT e da margem do EBITDA que permitiu contrariar o aumento dos encargos financeiros que passaram de 105 MEUR, em 2010, para 230 MEUR, em 2011; sublinha-se no entanto que, de acordo com o Plano de Actividades e Orçamento para 2012, o crescimento destes juros nos próximos dois anos levarão a uma inversão dos resultados, atingindo valores negativos em 2013;
- Em termos dos riscos enunciados no Relatório da Administração, sublinha-se que o risco de tráfego, nas subconcessões, prejudica o Estado na medida em que os pagamentos de disponibilidade, que são

efectuados em função da disponibilidade da estrada e da sinistralidade nela verificada, são relativamente fixos enquanto que a receita que o Estado auferir com a cobrança das portagens, numa conjuntura económica desfavorável, é reduzida.

Dos aspectos mencionados, o Conselho Fiscal sublinha a necessidade de o acionista Estado continuar a reprogramar os investimentos, em função da conjuntura económica, e a apoiar a empresa face às necessidades de financiamento, evidenciadas no mapa de compromissos plurianuais, e à sua dificuldade de acesso aos mercados financeiros. O Conselho sublinha também a possibilidade de os resultados futuros da sociedade poderem vir a ser alterados pelo facto de as amortizações serem calculadas com base em pressupostos assumidos para um período demasiadamente longo como o é o dos 75 anos do período da Concessão.

Salvaguardando a reserva expressa pelos Auditores Externos e pelo Revisor Oficial de Contas, relativa a provisão para fazer face a possíveis liquidações de IVA, as contas de 2011 foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adoptadas pela União Europeia e, em nossa opinião, reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da EP. Por sua vez, o Relatório de Gestão respeita igualmente as exigências de prestação de informação em conformidade com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, nos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE, anexos à RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, e com orientações transmitidas pelo Ministério das Finanças enquanto tutela financeira da sociedade.

Para a emissão do seu parecer, o Conselho Fiscal teve também presente o Relatório dos Auditores Externos, que se anexa, e a certificação de contas da SROC.

PARECER

Perante os elementos compulsados, o Conselho Fiscal entende que:

- a) O Relatório e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração reúnem condições para aprovação;
- b) A Proposta de Aplicação dos Resultados constante do Relatório do Conselho de Administração reúne igualmente condições para aprovação;

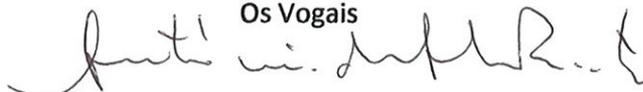
Lisboa, 27 de Junho de 2012

A Presidente

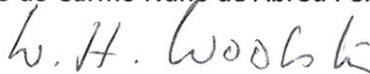


Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes

Os Vogais



António do Carmo Nuno de Abreu Peixoto



William Hall Woolston

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EP – Estradas de Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 17.595.968 milhares de euros e um total de capital próprio de 778.495 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 143.772 milhares de euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

EP – Estradas de Portugal, S.A.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 Conforme referido nas Notas 11 e 17 do Anexo às demonstrações financeiras a Empresa decidiu, por uma questão de prudência, constituir uma provisão no montante de 233.953 milhares de euros para os processos de IVA que possui com a Administração Tributária. Dado que esta provisão não reúne as condições previstas nas normas contabilísticas aplicáveis para a sua constituição, não devia a mesma ter sido registada, pelo que o montante de provisões está sobreavaliado em 233.953 milhares de euros, os activos intangíveis estão sobreavaliados em 122.093 milhares de euros e os resultados transitados e os resultados antes de impostos estão subavaliados em 85.030 milhares de euros e em 26.830 milhares de euros, respectivamente.

Opinião

8 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EP – Estradas de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 8 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

10.1 Conforme referido nas Notas 3.5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa está a amortizar os direitos de concessão reconhecidos em Activos Intangíveis de acordo com a IFRIC n.º 12, tendo em atenção, nomeadamente os proveitos e os investimentos futuros estimados para o período da concessão. A estimativa de

Pinho

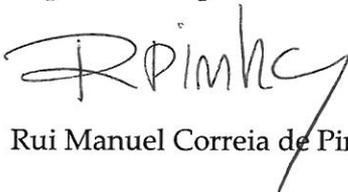
EP – Estradas de Portugal, S.A.

amortizações para o exercício não considerou o crescimento real da contribuição do serviço rodoviário após 2013 e dos proveitos das portagens após a reversão dos contratos de concessão previstos no Plano para o período da concessão, actualizado no início de 2011. Por questões de obrigatoriedade de divulgação, foi incluída nas Notas 33 e 34 c) do Anexo às demonstrações financeiras uma parte da informação prospectiva associada a esse Plano já actualizada com dados do exercício de 2011. Este Plano vai ser sujeito a revisões anuais, reflexo da evolução da empresa e de determinadas variáveis, bem como do conhecimento de novos factos que poderão alterar significativamente o mesmo.

10.2 Conforme referido nas Notas 19 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras, o financiamento da actividade da Empresa tinha vindo, nos últimos anos, a ser feito primordialmente através do recurso a financiamento bancário tendo passado, em função da actual conjuntura económica, durante o corrente exercício, a ser efectuado sobretudo através de suprimentos do Estado Português, os quais ascendem a 1.705.000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011. Tendo em consideração as necessidades de financiamento de curto prazo, bem como os montantes previstos para os próximos exercícios, e considerando que as actuais dificuldades no acesso a financiamento junto dos mercados financeiros se poderão manter no curto prazo, a Empresa deverá continuar a obter o apoio financeiro do seu Accionista, o qual é fundamental para fazer face aos compromissos assumidos.

Lisboa, 6 de Junho de 2012

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda
Representada por:



Rui Manuel Correia de Pinho, ROC

RELATÓRIO E CONTAS 2011

II – RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

1	NOTA BREVE	3
2	MISSÃO, ORIENTAÇÕES E CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS	4
3	REGULAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS	8
4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
5	ÓRGÃOS SOCIAIS	11
	5.1 ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES.....	16
	5.2 ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	17
	5.3 REMUNERAÇÕES ANUAIS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	18
	5.4 CURRICULA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	21
6	ÉTICA E CONDUTA	26
	6.1 CÓDIGO DE ÉTICA	26
	6.2 TRANSPARÊNCIA.....	27
	6.3 MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE.....	28
7	GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS	29
8	CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES E DEVERES DE INFORMAÇÃO	31
	8.1 INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	31
	8.2 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES.....	31
	8.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	31
	8.4 RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA NA APROVAÇÃO DE CONTAS 2010	32
	8.5 LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO	33
	8.6 DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	33
	8.7 ORIENTAÇÕES SOBRE REDUÇÃO SALARIAL E REMUNERAÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS.....	34
	8.8 ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	37
	8.9 CUMPRIMENTO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	37
	8.10 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (RCM N.º. 47/2010)	38
9	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	39
10	CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	40

1 NOTA BREVE

O tratamento das questões relativas ao sistema de governo da EP – Estradas de Portugal, S.A., bem como a divulgação, junto dos seus stakeholders, das posições e soluções adoptadas nesta matéria, constituem, desde há muito, matéria de relato no seu relatório anual.

Consciente da sua importância, o Conselho de Administração, em 2011, decidiu apresentar, com o destaque que lhe é devido no seu relatório de gestão, os aspetos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pela RCM nº 49/2007, pela Lei do Orçamento do Estado e outros despachos e regulamentos aplicáveis às Sociedades Anónimas e ao Setor Empresarial do Estado.

2 MISSÃO, ORIENTAÇÕES E CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS

A EP – Estradas de Portugal, S.A. é uma Sociedade anónima de capitais públicos, criada a 7 de Novembro, através do Decreto-Lei nº 374/2007, com um capital social de 200.000.000 euros, detido em 100% pelo Estado.

Por decisão do acionista, em 23 Dezembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de 130.000.000 euros, inteiramente subscrito pelo Estado, perfazendo assim o capital social atual o montante de 330.000.000 euros, representado por 66.000 ações nominativas, de 5.000 euros cada.

Em 23 de Novembro de 2007, o Estado celebrou com a EP um Contrato de Concessão por um período de 75 anos, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei nº 380/2007, de 13 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2009, de 18 de Maio.

O financiamento da Rede Rodoviária Nacional a cargo da EP - Estradas de Portugal, S.A é regulado pela Lei nº 55/2007, de 31 de Agosto, que criou a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR).

Em 2011 não houve qualquer alteração à estrutura acionista da empresa, nem aumentos de capital social.

MISSÃO

A Missão da EP – Estradas de Portugal, SA é a prestação, em moldes empresariais, de um serviço público cujo objeto consiste, por um lado, no financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e por outro, na conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

A EP deverá continuar a cumprir a calendarização definida para a conclusão da Rede Viária Nacional prevista no PRN2000, que estabelece as necessidades de comunicações rodoviárias com vista a reduzir as assimetrias regionais e a reforçar a prosperidade económica e social das diversas regiões, bem como a promover o acesso às infraestruturas essenciais ao desenvolvimento do país, melhorando as condições de segurança tornando a condução mais segura e com respeito pelo meio ambiente.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Princípios orientadores da gestão

A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão, traduzidas em objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente.

A adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas traduzidas em objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente.

O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económicas, ambiental e social.

Linhas de orientação estratégica

- Assegurar a sustentabilidade financeira da EP no quadro do modelo de financiamento do sistema rodoviário;
- Prosseguir os objetivos de redução dos níveis de sinistralidade e de sustentabilidade ambiental fixados no Contrato de Concessão;
- Relativamente à **Construção**:
 - Promover a extensão da rede viária nacional prevista no Plano Rodoviário Nacional, num quadro de conectividade nacional e internacional;
 - Contratualizar a rede viária fundamental de ligação às capitais de distrito e 90% da rede de autoestradas;

- Dinamizar a conclusão da rede de Itinerários Complementares;
- Assegurar a execução do PRN2000 de acordo com a calendarização definida pelo Governo.

⇒ Relativamente à **Conservação e Exploração**:

- Prosseguir níveis de eficiência de custos de exploração e manutenção, em linha com as melhores práticas;
- Disponibilizar a via aos utentes de acordo com os níveis de serviço estipulados para cada tipo de estrada.

CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS

Aquando da assinatura do Contrato de Concessão foram definidos e contratualizados com os membros do Conselho de Administração determinados objetivos a serem cumpridos no mandato 2007-2009. Nem em 2010 nem em 2011 foram definidos, pelo acionista, objetivos de gestão, apresentando-se assim os objetivos fixados no Contrato de Concessão:

INDICADORES	Unid	Fórmula de Cálculo	Obj. fixados em 2011	Executado em 2011	Observações
Nível de Serviço	%	De acordo com metodologia "Highway Capacity Manual"	Cumprir NS em 95% de Rede	Dados indisponíveis	Prevê-se uma insuficiência de capacidade da rede de cerca de 5% relativamente ao objetivo
Sinistralidade		Nº Vítimas Mortais	379	253	Dados até Out/2011: tendência para o cumprimento do objetivo anual;
		Nº de Pontos Negros	37	Dados indisponíveis	A lista oficial dos Pontos Negros da Rede é disponibilizada pela ANSR apenas no final de Março 2012
Externalidades ambientais		Cumprir níveis dos Indicadores do CC do Contrato Cocessão	100%	80%	Cumprimento de 100% dos objectivos do Contrato de Concessão relativos à Qualidade do Ar, bem como dos relativos aos recursos Hídricos e à Fauna. Quanto ao Ruído, não foram cumpridos os objectivos definidos.
Índice de Gravidade	nº	Índice de Gravidade = $100 \times VM + 10 \times FG + 3 \times FL$	27.331	20.201	Dados até Out/2011: tendência para o cumprimento do objetivo anual;

Uma vez que a partir do ano 2011, inclusive, a aferição do grau de cumprimento do nível de serviço, por tipo de via, passou a ter como domínio todas as vias objeto do contrato de concessão, houve que conceber e implementar os sistemas de informação rodoviária e de monitorização de tráfego, assentes num modelo geográfico da rede. Ultrapassados os diversos constrangimentos ocorridos, decorre de momento a instalação dos primeiros cem novos postos de contagem automática de tráfego, bem como o processo de levantamento e integração de informação relativa à oferta de infraestruturas.

De acordo com a informação que se encontra já disponível, prevê-se que, face à regressão verificada na procura, a percentagem de insuficiência de capacidade na rede observada seja de 5%, valor que assume, contudo e face ao referido, um carácter muito preliminar.

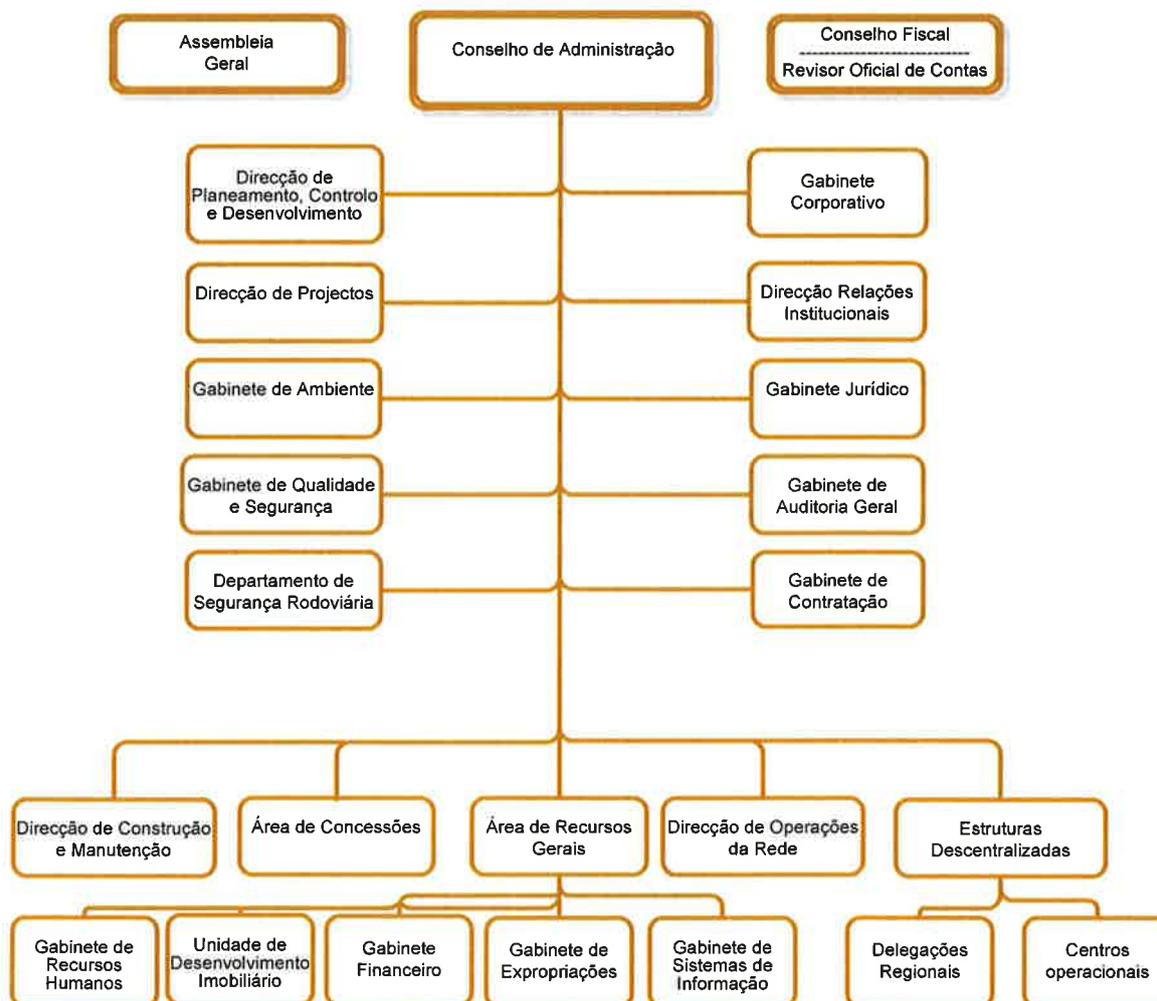
3 REGULAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS

A empresa está sujeita a todas as normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade, e em particular aos seguintes normativos:

- Estatutos, publicados em anexo ao Decreto-Lei 374/2007 de 7 de novembro;
- o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas – Decreto-Lei 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 300/2007 de 23 de agosto;
- Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado - Resolução do Conselho de Ministros 49/2007 de 28 de março;
- Novo estatuto do gestor público - DL nº 8/2012, de 18 de janeiro;
- Orientações Estratégicas do SEE - Resolução do Conselho de Ministros nº. 70/2008, de 22 de abril;
- Código das Sociedades Comerciais - Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro;
- Ao Plano Rodoviário Nacional – Decreto-Lei 222/98 de 17 de julho, alterado pela Lei 98/99 de 26 de julho;
- Ao Estatuto das Estradas Nacionais – Lei 2037 de 19 de agosto de 1949 e Decretos-Lei 41887 de 30 de setembro de 1958; 13/71 de 23 de janeiro; 219/72 de 27 de junho; 148/77 de 12 de abril; 13/94 de 15 de janeiro; 25/2004 de 24 de janeiro; 175/2006 de 28 de agosto; 105/98 de 24 de abril; e 166/99 de 13 de maio; 175/2006 de 28 de agosto;
- Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental – Decreto-Lei 69/2000 de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei 197/2005 de 8 de novembro;
- Proteção e segurança da zona da Estrada Nacional (EN) nº. 125 – Decreto-Lei 83/2008 de 20 de maio;
- Código da Contratação Pública (CCP) – Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro;
- Normas Técnicas Internas sobre Traçado, Pavimentação, Rotundas e Outras.
- Leis do Orçamento do Estado;

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma da EP reflete a estrutura orgânica preconizada para melhor responder aos desafios que se apresentam aos seus dirigentes e alcançar os seus objetivos estratégicos.



Direitos do Acionista

Os direitos do acionista Estado são exercidos através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade de controlo das empresas participadas do estado.

A comunicação com a DGTF é estabelecida essencialmente por contactos telefónicos e através da alimentação regular de bases de dados específicas com informação financeira, para

além da comunicação formal escrita, da infirmação obrigatória para cumprimento dos princípios de bom governo e de reuniões presenciais, sempre que necessário.

Relacionamento do Conselho de Administração com Dirigentes

Para além da Reunião de Quadros que se realiza anualmente para divulgação geral dos compromissos e objetivos para esse ano, o relacionamento do Conselho de Administração com a estrutura dirigente e quadros da empresa é estreito e diário, no âmbito das suas áreas de competência, realizando-se ainda reuniões conjuntas entre a Administração e os vários Diretores para acompanhamento das atividades e resolução de temas comuns.

A estrutura da empresa é constituída por áreas de negócio, de suporte e estruturas descentralizadas, que se articulam entre si para o desenvolvimento dos processos de negócio, que se encontram perfeitamente mapeados e descritos.

Para além deste sistema de controlo, que inclui mecanismos de relacionamento interdepartamental, os Diretores e colaboradores das diferentes Unidades Orgânicas reúnem frequentes vezes (quer de uma forma presencial, quer através de videoconferência, cada vez mais utilizada na empresa) para resolução de problemas conjuntos e partilha de experiências, existindo ainda projetos interdepartamentais que envolvem assiduamente quadros com competências multidisciplinares.

5 ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de Governo da EP identifica-se, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, como o modelo latino reforçado, constituído por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Assembleia Geral

Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
Vice-Presidente: Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura
Secretária: Dr^a. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

São competências da Assembleia Geral:

- Deliberar sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuem competência;
- Definir os objetivos básicos da empresa, particularmente para efeitos de preparação dos planos de investimentos e financiamentos e dos orçamentos;
- Deliberar, sem prejuízo do disposto no artigo 37º do regime jurídico aplicável ao sector empresarial do Estado, sobre a aquisição, a alienação ou a oneração de participações no capital de outras sociedades, bem como de obrigações e outros títulos semelhantes, ou sobre a criação de associações ou fundações cujo objeto social com elas se relacione;
- Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens do seu património autónomo, de valor superior a 10 % do capital social, bem como estabelecer os respetivos termos e condições;
- Aprovar os planos anuais e plurianuais de investimentos e respetivos planos de financiamento;
- Aprovar os orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros, bem como as respetivas atualizações que impliquem redução de resultados previsionais, acréscimo de despesas de investimento ou de necessidades de financiamento;

- Aprovar os orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros, bem como as respetivas atualizações que impliquem redução de resultados previsionais, acréscimo de despesas de investimento ou de necessidades de financiamento;
- Aprovar a aquisição de bens imóveis, quando as verbas globais correspondentes não estejam previstas nos orçamentos aprovados;
- Apreciar e aprovar o relatório de gestão, o balanço, as contas do exercício e o parecer dos órgãos de fiscalização e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício e utilização de reservas;
- Eleger a mesa da assembleia-geral, os membros do conselho de administração, e os membros dos órgãos de fiscalização;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos presentes Estatutos;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações com poderes para fixar essas remunerações nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável.

Comissão de Fixação de Remunerações

Presidente: Dr. Mário Alberto Duarte Donas
Vogais: Dr.ª Dina Celeste Carvalho Santos
Dr.ª. Filomena Bacelar

A esta Comissão compete a fixação das remunerações dos membros da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

As remunerações do Revisor Oficial de Contas são fixadas por estatuto próprio.

Conselho de Administração

É constituído por cinco membros, todos executivos, nomeados em Assembleia Geral realizada no dia 23/07/2010. O presidente, Dr. Almerindo Marques e o vice-presidente Eng. Eduardo Gomes renunciaram aos respetivos mandatos, funcionando o Conselho de Administração a partir de 1 de maio de 2011, apenas com 3 vogais executivos.

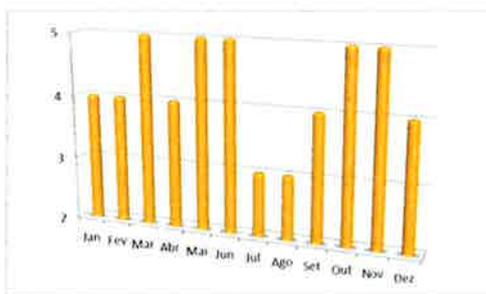
O Conselho de Administração, nos termos dos estatutos, distribuiu entre si os diferentes pelouros da seguinte forma:

Dr. Rui Nelson Ferreira Diniz	Relações Institucionais Recursos Humanos Jurídico Sistemas de Informação Expropriações Centros Operacionais Norte, Grande Porto e Centro Norte Delegações Regionais de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu CRIL
Dr. José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco	Operações de Rede Planeamento Controlo e Desenvolvimento Financeira Contratação e Logística Qualidade e Segurança Corporativo Desenvolvimento Imobiliário Auditoria Geral
Eng.ª Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz	Concessões Projectos Construção e Manutenção Ambiente Centros Operacionais Centro Sul, Sul e Grande Lisboa Delegações Regionais de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal Segurança Rodoviária

Não existindo membros não executivos, a avaliação do Conselho de Administração é efetuada pelo Conselho Fiscal, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março. Esta avaliação é realizada anualmente.

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração reúne formalmente 1 vez por semana. Em 2011 realizaram-se 51 reuniões distribuídas conforme o gráfico, das quais foram lavradas as respetivas atas.

As atas do Conselho de Administração foram enviadas a todos os órgãos de fiscalização e auditores externos.



São competências do Conselho de Administração:

- Propor o plano anual e o plano plurianual de atividades, bem como o orçamento e demais instrumentos de gestão provisional legalmente previstos, e assegurar as respetivas execuções;
- Elaborar o relatório anual de gestão e de controlo orçamental, as contas do exercício e os demais instrumentos de prestação de contas;
- Elaborar o relatório de atividades;
- Elaborar o balanço social;
- Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade desenvolvida pela empresa, designadamente responsabilizando os diferentes serviços pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos;
- Definir a estrutura e organização interna da empresa e o seu funcionamento;
- Aprovar o regime retributivo e regulamento de carreiras;
- Aprovar o regulamento disciplinar do pessoal, as condições de prestação e disciplina do trabalho e demais regulamentos internos;
- Deliberar, nos termos da lei, sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras;
- Deliberar sobre a aquisição, alienação ou a oneração de bens do seu património autónomo, até ao limite previsto na alínea d) do nº 5 do artigo 7º dos presentes Estatutos, bem como estabelecer os respetivos termos e condições;
- Aceitar doações, heranças ou legados;
- Constituir mandatários, em juízo e fora dele, aos quais pode conferir o poder de substabelecer;
- Exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal, nos termos da lei;
- Exercer os poderes e praticar os atos conferidos ou previstos na lei;

Conselho Fiscal

Presidente:	Dr ^a . Graça Maria Valente Montalvão
Vogais:	Sr. William Hall Woolston Dr. António do Carmo Nuno de Abreu Peixoto
Suplente:	Dr. Carlos António Lopes Pereira

São competências do Conselho Fiscal:

- ▮ Dar parecer sobre o orçamento e suas revisões e alterações, bem como sobre o plano anual e plurianual de atividades na perspetiva da sua cobertura orçamental;
- ▮ Dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- ▮ Acompanhar com regularidade a gestão através dos balancetes e mapas demonstrativos da execução orçamental;
- ▮ Manter o Conselho de Administração informado sobre os resultados das verificações e dos exames a que se proceda;
- ▮ Propor a realização de auditorias externas, quando tal se mostre necessário ou conveniente;
- ▮ Dar parecer sobre a subscrição de participações sociais em sociedades ou sobre as alterações do capital social nas participadas da EP.
- ▮ Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto, em matéria de gestão económica e financeira, que seja submetido à sua consideração pelo Conselho de Administração;
- ▮ Dar parecer sobre a aquisição e a oneração de bens imóveis;
- ▮ Dar parecer sobre a contração de empréstimos;
- ▮ Elaborar relatórios da sua ação fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- ▮ Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades que integram o controlo estratégico do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado.

Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da EP está ainda atribuída a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, de acordo com o art.º 17 dos Estatutos, não faz parte integrante daquele órgão.

O cargo de **Revisor Oficial de Contas** é desempenhado pela firma Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda, representada pelo Dr. Rui Manuel Correia de Pinho, que o desempenha de forma independente.

Auditor Externo

A auditoria externa é realizada pela PricewaterhouseCoopers e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

5.1 ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Em 2011 os membros do Conselho de Administração não acumularam funções com outras, quer de gestão de participadas ou outras empresas.

5.2 ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O estatuto remuneratório dos membros dos órgãos sociais da EP foi fixado pela Comissão de Fixação de Remunerações, ao qual foram aplicadas as reduções decorrentes da legislação aprovada:

Mesa da Assembleia Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Vice-Presidente*	Secretário*
Senhas de Presença	623,25	498,60	299,16
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	62,33	N.A.	29,92
Total	560,92	498,60	269,24

Conselho de Administração

As remunerações dos membros do Conselho de Administração têm vindo a ser reduzidas em 5% a partir de 1 de junho de 2010, por aplicação do estabelecido no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010 e em 10% a partir de 1 de janeiro de 2011, por força do estabelecido no art.º nº 22 da Lei nº 55-A/2011 (Lei OE/2011):

	Remuneração Mensal		
	(até 31 de Maio 2010)	(de 1 Jun a 31 Dez 2010)	(a partir de 1 Jan 2011)
Presidente	13.850,00 €	13.157,50 €	11.841,75 €
Vice-Presidente	11.500,00 €	10.925,00 €	9.832,50 €
Vogais	10.800,00 €	10.260,00 €	9.234,00 €

Do estatuto remuneratório do Conselho de Administração consta ainda a atribuição de uma componente variável, fixada num máximo de 35% da respetiva componente fixa, em função do cumprimento dos objetivos definidos anual e plurianualmente para o mandato.

Esta componente variável da remuneração não foi atribuída nos anos de 2010 e 2011, de acordo com o previsto no artigo 172º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril (OE/2010), no artigo 29º da Lei nº 55-A/2010, bem como no Despacho nº 5696-A/2010, de 25 de março, proferido pelo Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

O Conselho de Administração utiliza viaturas de serviço e telefones móveis da empresa.

Conselho Fiscal

Também os membros do Conselho Fiscal, à exceção de um Vogal, viram as suas remunerações reduzidas a partir de 2011:

	Remuneração Mensal	
	(até 31 dez 2010)	(a partir de 1 Jan 2011)
Presidente	1.385,00 €	1.246,50 €
Vogal	969,50 €	969,50 €
Vogal	969,50 €	897,25 €

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta os valores mínimos que resultaram da aplicação do regime legal do Revisores Oficiais de Contas, bem como os preços praticados no mercado.

Unid: €

Revisor Oficial de Contas	2010	2011*
Remuneração anual auferida	66.000	62.700

* Em 2011 foi aplicado o art.º 22 da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

Valores sem IVA

5.3 REMUNERAÇÕES ANUAIS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 2011 os Órgãos Sociais da EP auferiram as seguintes remunerações:

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Vice-Presidente*	Secretário*
Senhas de Presença	623,25	1.495,80	897,48
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	62,33	N.A.	29,92
Total	560,92	1.495,80	867,56

* Senhas de presença referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011

Os quadros seguintes refletem as remunerações auferidas por todos os membros do Conselho de Administração nos anos de 2010 e 2011. O Presidente, Dr. Almerindo Marques e o Vice-Presidente, Eng. Eduardo Gomes apresentaram o pedido de renúncia ao mandato, tendo deixado de exercer funções na EP a partir de Maio de 2011.



Unid: €

Conselho de Administração Remunerações Anuais 2010	Mandato I - a partir de 23 de Julho					
	Mandato I - até 22 de Julho					
	Presidente - Dr. Almerindo Marques	Vice- Presidente - Eng.º Eduardo Gomes	Vogal - Dr. Rui Nelson Dinis	Vogal - Dr. Diogo Madeira	Vogal - Dr. José Emílio Castel- Branco	Vogal - Eng.º Ana Sofia Tomaz
1. Remuneração						
1.1. Remuneração base/Fixa a)	193.899,57	160.999,99	147.600,00	95.360,18	61.230,00	61.230,00
1.2. Redução da Lei 12-A (30/06/2010)	6.232,49	5.174,99	4.680,00	2.337,48	3.061,50	3.061,50
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	187.667,08	155.825,00	142.920,00	93.022,70	58.168,50	58.168,50
1.4. Senha de presença	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1.6. Acumulação de funções de gestão	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1.7. Remuneração variável						
1.8. IHT (sub.de isenção de horário de trabalho)	na	na	na	-	n.a.	n.a.
1.9. Outras (férias não gozadas)	-	-	-	14251,00	-	-
2. Outras regalias e compensações						
2.1. Gastos de utilização de telefones (*1)	-	2.115,05	1.163,64	629,26	85,81	1.385,71
2.2. Subsídio de deslocação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.3. Subsídio de refeição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3. Encargos com benefícios sociais						
3.1. Regime convencionado	-	14.966,14	14.966,14	11.759,09	2.664,01	6.414,06
3.2. Seguros de saúde						
3.3. Seguros de vida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.4. Outros (Identificar detalhadamente)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4. Parque automóvel						
4.1. Marca	Audi	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	A6	Classe C	Classe C	Classe C	Classe C	Classe C
4.3. Matrícula	83-EG-76	81-HM-45	63-HM-83	63-HM-83	81-HM-46	81-HM-44
4.4. Valor da viatura	46.089,54	53.437,80	53.437,80	53.437,80	53.437,80	53.437,80
4.5. Nº. Prestações b)	n.a.	48	48	48	48	48
4.6. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	46.089,54	9.701,57	9.701,57	5.659,25	4.042,32	4.042,32
4.7. Ano de aquisição da viatura	2.007	2009 (AOV)	2009 (AOV)	2009 (AOV)	2009 (AOV)	2009 (AOV)
4.8. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	3.946,31	6.018,97	6.746,74	1.314,03	1.830,74	1.452,11
5. Informações Adicionais						
5.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	n	n	n	n	n	n
5.2. Regime convencionado						
5.2.1. Segurança Social (s/n)	-	s	s	s	n	s
5.2.2. Outro (s/n)					cga	
5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-	-

a) Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem caso esta opção tenha sido autorizada.

b) Nº. de prestações contratualizadas.

(*1) Valores com IVA

(*2) Valores com IVA

Unid.: €

Conselho de Administração Remunerações Anuais 2011	Presidente - Dr. Almerindo Marques	Vice- Presidente - Eng. Eduardo Gomes	Vogal - Dr. Rui Nelson Dinis	Vogal - Dr. José Emilio Castel-Branco	Vogal - Eng. ^a . Ana Sofia Tomaz
1. Remunerações					
1.1. Remuneração base Anual/Fixa	55.400,00	46.000,00	129.600,00	129.600,00	129.600,00
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	2.770,00	2.300,00	6.480,00	6.480,00	6.480,00
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010	5.263,00	4.370,00	12.312,00	12.312,00	12.312,00
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.-1.2.-1.3.)	47.367,00	39.330,00	110.808,00	110.808,00	110.808,00
1.5. Senha de presença	-	-	-	-	-
1.6. Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.7. Remuneração variável	-	-	-	-	-
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
1.9. Outras (identificar detalhadamente):					
Subs. Férias (c/redução decorrente da Lei 55-A/2010)	11.841,75	9.832,50	9.234,00	9.234,00	9.234,00
Subs. Natal (c/redução decorrente da Lei 55-A/2010)	3.947,25	3.309,00	9.234,00	9.234,00	9.234,00
Subs. Férias ano seg. (c/redução decor. da Lei 55-A/2010)	3.940,08	3.271,55	-	-	-
Férias n/gozadas (c/redução decorrente da Lei 55-A/2010)	29.604,38	15.195,68	-	-	-
Férias ano seg. (c/redução decorrente da Lei 55-A/2010)	3.940,08	3.271,55	-	-	-
Ajudas de custo estrangeiro	-	-	166,78	-	-
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis	2.460,00	2.460,00	2.460,00	2.460,00	2.460,00
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis	0,00	1.846,03	1.681,31	488,04	2.460,00
2.3. Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.4. Subsídio de refeição	-	-	-	-	-
2.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime de Protecção Social	-	5.106,10	30.703,11	5.551,00	30.703,11
3.2. Seguros de saúde	-	-	-	-	-
3.3. Seguros de vida	-	-	-	-	-
3.4. Seguros de Acidentes Pessoais	398,83	331,36	816,38	816,38	816,38
3.5. Outros (ADSE)	-	-	-	925,48	-
4. Parque Automóvel					
4.1. Marca	Audi	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	A6	Classe C	Classe C	Classe C	Classe C
4.3. Matrícula	83-EG-76	81-HM-45	63-HM-83	81-HM-46	81-HM-44
4.4. Modalidade de utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	Aquisição	Renting	Renting	Renting	Renting
4.5. Valor de referência da viatura nova	46.089,54	53.437,80	53.437,80	53.437,80	53.437,80
4.6. Ano início	2007	2009	2009	2009	2009
4.7. Ano termo	-	2013	2013	2013	2013
4.8. Nº de prestações (se aplicável)	-	48	48	48	48
4.9. Valor residual	-	-	-	-	-
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	-	3.289,26	9.867,78	9.867,78	9.867,78
4.11. Combustível gasto com a viatura	1.866,39	2.555,74	7.082,36	4.855,95	3.041,27
4.12. Plafond anual de combustível atribuído	8.610,00	8.610,00	8.610,00	8.610,00	8.610,00
4.13. Outros (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n	n	n	n	n
5.2. Remuneração líquida anual pelo lugar de origem	-	-	-	-	-
5.3. Regime de Protecção Social					
5.3.1. Segurança Social (s/n)		s	s	n	s
5.3.2. Outro (indicar)		TSU	TSU	CGA	TSU
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	-	-	-	-	-
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-	-	-

Remunerações anuais dos órgãos de fiscalização:

Unid: €

Conselho Fiscal	2010			2011		
	Presidente	Vogal	Vogal	Presidente	Vogal - WW	Vogal - AP
Remuneração anual fixa	19.390,00	13.573,00	13.573,00	19.390,00	13.573,00	13.573,00
Redução decorrente da Lei 55-A/2010	N.A.	N.A.	N.A.	1.939,00	1.011,46	N.A.
Remuneração anual efetiva	19.390,00	13.573,00	13.573,00	17.451,00	12.561,54	13.573,00

Unid: €

Revisor Oficial de Contas	2010	2011*
Remuneração anual auferida	66.000	62.700

* Em 2011 foi aplicado o art.º 22 da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

Valores sem IVA

Unid: €

Auditor Externo	2010	2011
Remuneração anual auferida	64.166,67	64.166,67

Em 2011 não foi aplicado o art.º 22 da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

Valores sem IVA

5.4 CURRICULA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente da Mesa – Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Data de Nascimento - 8 de Junho de 1956

Habilitações académicas - Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1979.

Atividade profissional - Depois do estágio de 18 meses, obteve a sua inscrição como Advogado, em 30 de Outubro de 1981, na Ordem dos Advogados, com a cédula profissional L-4921, tendo exercido a profissão, ininterruptamente, até à presente data.

Vice-Presidente – Dr. Paulo Miguel Garcêz Ventura

Data de nascimento: 14 de Novembro de 1970

Habilitações académicas: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano de 1994. International Executive Programme (IEP) no Insead no ano de 2008.

Atividade profissional: Curso de estágio no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados. Inscrição definitiva como Advogado na Ordem dos Advogados em 1996. Exerceu a atividade profissional como advogado em regime de profissional liberal com especial incidência nas áreas de direito civil e comercial de 1996 a 2007. Desde 1997 tem desempenhado funções nas Mesas das Assembleias Gerais de diversas sociedades. No mesmo ano iniciou funções de Secretário da Sociedade na Semapa, Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A, função que desempenhou até 2006. A partir de 1998 tem desempenhado cargos nos Conselhos de Administração e Comissões Executivas de várias empresas, nomeadamente da Semapa e de empresas do Grupo, onde ainda se encontra.

Secretária da Mesa – Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Data de Nascimento - 12 de Setembro de 1959

Habilitações académicas - Licenciatura em Economia da Universidade Nova de Lisboa (1983); Pós Graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa (2000) e Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2006).

Atividade profissional - Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública – Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado, desde Novembro de 2007. Anteriormente, foi Assessora na área de acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado e exerceu cargos de direção e chefia nas áreas financeira e de património no INETI e INGA. É membro dos órgãos sociais de várias empresas públicas e foi representante de Portugal nos comités do FEOGA-Garantia entre 2001 e 2002.

Conselho de Administração

Vogal – Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis

Data de Nascimento - 9 de Maio de 1966

Habilitações académicas - Doutorando em “Gestão Empresarial Aplicada” no Instituto Superior de Ciências do Trabalho. Curso de Mestrado em “Ciências Jurídico-empresariais”, na Faculdade de Direito de Coimbra (1995) e Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra.

Atividade profissional - Secretário-Geral, Secretário do C.A. e Diretor do Gabinete de Recursos Humanos da EP – Estradas de Portugal (2005/2007). Secretário-Geral do IEP- Instituto das Estradas de Portugal (2003/2005) e do ICERR - Instituto para a Conservação e

Exploração da Rede Rodoviária (2000-2002). Adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional, Adjunto do Secretário de Estado Adjunto de Primeiro-Ministro e Adjunto do Secretário de Estado da Indústria e Energia, todos no XIII Governo Constitucional. Jurista. Quadro do Gabinete Jurídico da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. Vogal do Conselho de Administração da Renoeste – Valorização de Recursos Naturais, S.A. (1998). Docente e investigador do ensino superior. Assistente contratado da Faculdade de Direito de Coimbra e Professor da Faculdade de Direito de Luanda (1992-1994).

Vogal – Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Data de Nascimento - 27 de Agosto de 1961

Habilitações académicas - Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa no ano de 1984

Atividade profissional - Administrador da PARBÚBLICA – Participações do Estado (SGPS), S.A. de 2007 a 2010. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças de 2005 a 2007. Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, de 2001 a 2002. Subdiretor-Geral do Tesouro de 1997 a 2001 e de 2002 a 2005. Diretor da Tesouraria Central do Estado de 1991 a 1997. Chefe de divisão do Gabinete de Gestão de Tesouraria da Direção-Geral do Tesouro de 1987 a 1991. Desempenhou ainda os cargos de Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, de Administrador não executivo da Capitalpor, SGSP, S.A. e de Administrador da Sage secur, S.A.

Vogal – Eng^a Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz

Data de Nascimento - 23 de Maio de 1975

Habilitações académicas - Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa no ano de 1999.

Atividade profissional - Adjunta do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de 2009 a 2010, Assessora do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de 2007 a 2009, Coordenadora de Estudos e Projetos na EP – Estradas de Portugal de 2001 a 2007. Pós Graduação do Mestrado em Transportes no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa de 2002 a 2003.

Conselho Fiscal

Presidente – Dra. Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes

Data de Nascimento - 12 de Março de 1948

Habilitações académicas - Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Atividade profissional - Desde 1989 é Quadro dirigente da Direção-Geral do Tesouro, sendo atualmente Diretora de Apoios Financeiros. Anteriormente, exerceu funções de Técnica Superior do quadro da Direção-Geral do Tesouro e do Gabinete para a Cooperação Económica Externa, do Ministério das Finanças, do Serviço Central de Pessoal do Ministério da Reforma Administrativa e dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Moçambique.

Vogal – Dr. William Hall Woolston

Data de Nascimento - 26 de Abril de 1935

Habilitações académicas - Licenciado em Direito na Universidade de Cambridge

Atividade profissional - Consultor em Auditoria e Contabilidade. Exerceu funções, até 1995 na Coopers & Lybrand, em Londres e Madrid e foi fundador desta empresa em Lisboa, onde desempenhou as funções de Administrador entre 1970 e 1992, tendo aberto as delegações do Porto, Maputo e Luanda. Até 1995, foi Membro de contacto em Portugal do “Institute of Chartered Accountants for England & Wales”

Vogal – Dr. António do Carmo Guerreiro Nuno de Abreu Peixoto

Data de Nascimento - 1 de Maio de 1955

Habilitações académicas - Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e MBA em Construção e Imobiliário.

Atividade profissional - Exerce funções desde 1996 no Grupo Tomás de Oliveira, sendo desde 2004 Administrador da Guedol – Engenharia, S.A., empresa do Grupo. No mesmo grupo, exerceu o cargo de Gerente na Consulmace, Lda., subsidiária em Portugal do grupo internacional MACE, na área da engenharia. Anteriormente a 1996 exerceu o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro em varias empresas do Grupo SGC – Sociedade de Gestão e Controle.

Revisor Oficial de Contas

Dr. Rui Manuel Correia de Pinho, em representação da Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda

Data de Nascimento - 11 de Maio de 1968

Habilitações Académicas: Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Portucalense após Conclusão do Bacharelato em Contabilidade e Administração do ISCAP. Possui ainda uma Pós-Graduação em Análise Financeira ministrada pelo IESF e uma Pós-graduação em Marketing ministrada pela Universidade Portucalense.

Atividade Profissional: Iniciou a sua atividade profissional em 1989 na área da auditoria financeira na Coopers & Lybrand (atualmente denominada PwC). Até 2004 permaneceu na mesma empresa, desempenhando funções de Direção em várias áreas de negócio: Assurance, Management Consultancy Services, Financial Advisory Services e Global Risk Management Services. Quando saiu era responsável pelo núcleo de consultoria do escritório da empresa no Porto e por um grupo a nível nacional. Atualmente é sócio de uma sociedade de revisores de contas e de uma empresa de consultoria de gestão que pertencem também a uma das maiores networks do género a nível mundial, a BKR International. Foi docente do ensino superior nas áreas da gestão e da auditoria durante cerca de 10 anos.

6 ÉTICA E CONDUTA

6.1 CÓDIGO DE ÉTICA

Em 31-12-2007 a Empresa adotou formalmente um Código de Ética, instituindo os princípios e normas de conduta a observar pela administração, pelos quadros dirigentes e pelos trabalhadores em geral, no exercício das suas funções e em todas as atividades na Empresa. Este código de ética foi divulgado internamente entre os seus colaboradores através da intranet e internet, de acordo com os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007.

Garantindo o total conhecimento do Código de Ética, o GRH envia periodicamente aos colaboradores, para preencher, uma declaração onde asseguram que, no seu desempenho, cumprem o Código de Ética da empresa pautando as suas relações na empresa, bem como as estabelecidas com entidades terceiras em nome da EP, SA, pelos princípios, normas de conduta e valores do mesmo constantes e a cujo respeito se vinculam, através de comportamentos eticamente sustentados, não devendo negligenciar o impacto que as suas decisões, ações ou omissões, possam ter sobre todos os intervenientes da atividade da Empresa, nomeadamente, nos restantes colaboradores da organização, noutras empresas e seus mercados, na administração pública e, sobretudo, para os utilizadores e os cidadãos em geral.

Existem ainda um conjunto de normas legais que consagram os princípios de boa gestão e o papel do gestor público, nomeadamente as que constam do Decreto-Lei n.º. 300/2007 de 23 de Agosto, do Decreto-Lei n.º. 71/2007 de 27 de Março e da Resolução do Conselho de Ministros n.º. 70/2008 de 22 de Abril, e que a empresa se obriga a cumprir.

Para prevenir a existência de conflitos de interesse, os membros dos órgãos sociais:

- ➡ Abstêm-se de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;
- ➡ Declaram quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa e relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse;
- ➡ Divulgam publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa.

O Gabinete de Auditoria Geral da EP tem como uma das suas atribuições a deteção interna da fraude ou de atos de corrupção, bem como a averiguação de denúncias externas, por meio de procedimentos de inquérito.

As ações comprovadamente praticadas estão sujeitas ao sancionamento disciplinar de acordo com os Regulamentos em vigor, sendo igualmente participadas ao Ministério Público, para as ações judiciais de investigação e de procedimento criminal que aos casos forem adequadas.

Para maiores esclarecimentos, deve ser consultado a página da internet da EP, em www.estradasdeportugal.pt.

6.2 TRANSPARÊNCIA

Em 2011 a Estradas de Portugal deu seguimento à sua política de contratação, alicerçada nos seguintes pilares:

- A adoção dos procedimentos do concurso público, de âmbito nacional ou comunitário, como forma preferencial de contratação, reservando-se os denominados ajustes diretos para procedimentos de contratação muito específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;
- O recurso à contratação eletrónica;
- O recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas, sempre que tal se verifique vantajoso para a empresa.

A concretização dessa política encontra-se expressa em alguns dos grandes números relativos à contratação da EP no ano de 2011:

- O valor total associado aos procedimentos de contratação lançados através de concurso público, em 2011, representa 94 % do valor da totalidade dos procedimentos promovidos pela empresa;
- 97% dos procedimentos de contratação, lançados em 2010, foram desenvolvidos através da plataforma eletrónica de contratação. Em termos de valor esta percentagem sobe para 99,6 %. Estes números superam a própria média nacional de contratos públicos estabelecidos de forma eletrónica, que já é a maior da União Europeia, e são ilustrativos da importância que a EP atribui à desmaterialização dos processos de contratação;
- Publicitação, no portal dos contratos públicos www.base.gov.pt, de todos os contratos realizados pela empresa, quer sejam através de concurso público ou por ajuste direto.

Refere-se ainda o facto da Estradas de Portugal ter celebrado no ano de 2011 alguns contratos no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas, dos quais se destaca, pelo seu valor, o contrato para fornecimento de combustível para a frota automóvel da empresa.

Regista-se igualmente que a EP remeteu, durante o ano de 2011, 27 contratos iniciais para efeito de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, dos quais 24 tiveram Visto, sem qualquer tipo de recomendação, sendo que os restantes 3 encontram-se ainda em fase de apreciação. Também deste indicador se pode concluir que o sector de contratação da empresa tem procedimentos consolidados e em perfeito cumprimento das exigentes regras da Contratação Pública.

Em síntese, considera-se que o sector de contratação da EP, que adotou sem reservas o novo paradigma da contratação eletrónica, desenvolve a sua atuação numa clara perspetiva de cumprimento das exigentes regras da Contratação Pública, procurando-se assim garantir o rigor jurídico-legal, bem como a transparência de cada um dos procedimentos de contratação promovidos pela empresa.

6.3 MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Para prevenir a existência de conflitos de interesse, os membros dos órgãos sociais da EP:

- Abstêm-se de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;
- Declaram quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa e relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse
- Divulgam publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa.

7 GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio.

A empresa aposta no desenvolvimento dos sistemas de controlo interno especialmente relativamente aos processos onde se concentra o maior risco do negócio, como é o caso dos riscos de projeto, tendo sido desenvolvida uma aplicação para gestão e controlo dos estudos e projetos de infraestruturas, bem como ao nível da Construção e Manutenção, consolidando o Sistema de Gestão de Pavimentos e o Sistema de Gestão de Obras de Arte, ferramentas essenciais para a gestão de intervenções na rede.

Ao nível da Gestão Ambiental foi desenvolvida uma metodologia para análise estratégica ambiental da rede rodoviária nacional, a par do acompanhamento ambiental em todas as fases da vida da infraestruturas, projeto, construção e manutenção.

A revisão dos cadernos de encargos para contratação de Estudos, Projetos, Empreitadas e Prestação de Serviços é uma atividade contínua, a fim de introduzir, não só atualizações face a normas nacionais e europeias no âmbito dos materiais a usar, especificações a cumprir e forma de as aplicar no processo construtivo, mas também especificações técnicas relativas a aspetos ambientais, de Coordenação de Segurança em Obra e outras.

A EP dispõe ainda de serviços jurídicos que acompanham a regulamentação do sector, de forma a prevenir riscos emergentes das condições de aplicação da lei.

Para garantir a isenção na atividade de contratação, esta foi segregada da atividade operacional, tendo-se criado uma área específica que gere todas as tarefas inerentes aos procedimentos de contratação pública, desde o seu lançamento até à elaboração do contrato, garantindo o controlo de todos os procedimentos em curso na empresa, bem como o cumprimento dos respetivos requisitos legais.

A EP avalia regularmente os impactos ambientais e sociais provocados pelas suas atividades, tanto ao nível do Projeto, como na fase de exploração, através das inspeções e auditorias realizadas frequentemente à Rede. Também para todas as infraestruturas a subconcessionadas foram realizados estudos de impactos económicos, ambientais e sociais.

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A EP implementou um processo de gestão de riscos na organização, alargando o primeiro Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) emitido em 31 de Dezembro de 2009 a todos os Riscos de Gestão.

Este plano é uma ferramenta essencial para o aperfeiçoamento dos processos de gestão da empresa. Neste, são identificados os riscos que afetam as atividades desenvolvidas na organização, é definida a sua criticidade e são estabelecidas as medidas a implementar para os eliminar ou minimizar os seus efeitos.

O processo de gestão de riscos da EP, inclui planos de ação que decorrem com a continuidade e a calendarização neles programada, prevendo que anualmente o PGRIC seja revisto e atualizado, sendo em simultâneo emitido um Relatório de Execução.

Este plano é publicado no sítio da EP na *internet*, para consulta pública, bem como na *intranet* da Empresa, com o objetivo de dotar todos dirigentes e colaboradores do conhecimento dos riscos que afetam as diversas atividades da organização, de modo a que melhor possam contribuir, no âmbito das suas funções, para a sua mitigação.

Auditorias e Inquéritos

A empresa dispõe de uma área específica para a realização de auditorias internas segundo as Normas para a Prática Profissional e os Princípios Éticos do IIA (Institute of Internal Auditors), sobre as atividades da empresa, para aferição da eficácia do sistema de controlo interno.

Em 2011 iniciou-se uma ação de grande complexidade e elevada importância estratégica sobre o sistema de controlo da cobrança eletrónica de portagens na rede concessionada.

Esta área atua também na deteção da fraude, quanto à salvaguarda de ativos, a eventuais atos de incumprimento doloso de procedimentos e de normas profissionais, ou de comportamentos inadequados em termos legais ou éticos, realizando processos de inquérito para o apuramento e efetivação de responsabilidades.

8 CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES E DEVERES DE INFORMAÇÃO

8.1 INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Não se verificaram transações relevantes com entidades relacionadas em 2011.

8.2 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

A EP cumpre a legislação em vigor, designadamente no que respeita ao Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, procedendo á divulgação de todos os contratos celebrados, quer por ajuste direto quer por concurso público, no portal dos Contratos Públicos, www.base.gov.pt.

Durante o exercício de 2011, a EP teve com três dos seus prestadores de fornecimentos e serviços externos um volume de transações superior a 5% do total desta rúbrica.

Objecto	MEuros 31.12.2011
INTEVIAL GESTAO INTEGRAL RODOVIARIA SA	14,36
CONSTRUÇÕES J.J.R. & FILHOS, S.A.	12,59
ASCENDI O&M, S.A.	6,45

Nos valores acima apresentados não estão incluídos os custos com os encargos de liquidação e cobrança da CSR imputados à EP pela Direção Geral de Alfandegas e Impostos Especiais de Consumo no valor de 10,9 milhões de Euros.

8.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Nos termos da RCM 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009 a EP apresentou o seguinte Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores:

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	27	26	25	27	23	22	23	19

Não existiram atrasos no pagamento após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma, pelo que não foi preenchido o “Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso”, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio.

8.4 RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA NA APROVAÇÃO DE CONTAS 2010

O relatório de gestão da EP,S.A., referente ao exercício de 2010, foi aprovado em Assembleia Geral de 16 de Maio de 2011, tendo esta recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de assegurar, nos termos legais, a implementação e divulgação dos seguintes itens:

- Existência de um sistema de controlo interno compatível com a dimensão e complexidade da empresa.
- Não atribuição de prémios de gestão aos membros do órgão de administração em 2010 e 2011, tal como o previsto no artigo 172º da Lei nº 3-B/2010, de 28/Abril (OE/2010), no artigo 29º da Lei nº 55-A/2010, de 31/DEZ (OE/2011) e no Despacho nº 5696-A/2010, de 25/Março/2010, proferido pelo Senhor Ministro de Estado e das Finanças;
- Limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no Programa de Estabilidade e Crescimento, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12/Abril, e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF, de 01/Junho, comunicado pelo Ofício-circular n.º 4348, de 01/Junho/2010 da DGTF;
- Princípio da unidade de tesouraria do Estado, de acordo com o previsto no artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010, de 30/Junho, e no artigo 77º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/Dezembro.

No que respeita ao sistema de controlo interno, a EP tem vindo a introduzir melhorias em todos os seus sistemas, designadamente no sistema de informação financeira.

Em 2011, a EP implementou as recomendações do acionista relativamente à não atribuição de prémios de gestão e ao princípio de unidade de tesouraria do estado.

No que respeita aos limites máximos de crescimento do endividamento, serão objeto de análise no ponto seguinte.

8.5 LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO

A EP realizou as seguintes diligências com vista ao cumprimento dos limites ao endividamento fixados, de acordo com as orientações do Despacho n.º 155/11 do GMEF, de 28 de Abril, dirigido às empresas do Setor Empresarial do Estado e as recomendações do acionista:

- ▶ Reviu os orçamentos de exploração e de investimento com base nos limites fixados, procurando garantir as condições mínimas de segurança e serviço e apresentou o respetivo Plano de Redução de Custos até 31 de maio;
- ▶ Solicitou todas as autorizações prévias previstas naquele despacho para a realização dos investimentos e contração de endividamento;
- ▶ Prestou a informação periódica exigida nos termos do despacho;
- ▶ Contudo, devido às responsabilidades assumidas no âmbito das parcerias público-privadas, a EP viu-se confrontada com elevadas necessidades de financiamento, não tendo sido possível limitar o crescimento do endividamento a 6% em 2011.

8.6 DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

No cumprimento do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, e do art.º 58 do Decreto-Lei n.º 72-A72010, de 18 de julho, a EP enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Direção-Geral do Orçamento a seguinte informação:

- ☞ Plano de atividades anuais e plurianuais;
- ☞ Plano de investimento anual e plurianual e respetivas fontes de financiamento;
- ☞ Balanço e Demonstrações de Resultados trimestrais (SIRIEF e DGO);
- ☞ Mapa de Fluxos de Caixa (carregado mensalmente no SIRIEF)
- ☞ Demonstrações financeiras previsionais;
- ☞ Orçamento anuais, incluindo estimativa de operações financeiras com o Estado;
- ☞ Informação trimestral sobre a dívida e ativos expressos em títulos da dívida emitidos pelas administrações públicas;
- ☞ Execução dos Custos/Gastos Operacionais (carregamento trimestral no SIRIEF);
- ☞ Relatórios e Contas Anuais e Semestrais

A informação financeira do final de cada ano é carregada no site do SIRIEF, bem como a informação trimestral de acompanhamento da execução orçamental é igualmente introduzida nas plataformas eletrónicas quer o SIRIEF quer da DGO.

Deveres perante o Regulador

Decorrente do Contrato de Concessão assinado com o Estado Português em Novembro de 2007, a EP assumiu um conjunto de obrigações de prestação de informação de diversas naturezas, de onde se destaca a informação sobre:

- Sinistralidade na sua rede;
- Eventuais litígios e processos contenciosos em que seja parte;
- Informação financeira, que inclui os documentos legalmente exigidos, a certificação legal de contas, o parecer do órgão de fiscalização e o relatório dos auditores externos, bem como o balanço e a conta de exploração relativos ao primeiro semestre de cada ano;
- Informação financeira prospetiva, incluindo memória descritiva do plano de exploração e de investimento e respetivos mapas financeiros; informação financeira regulatória; informação sobre o desempenho operacional e,
- Estatísticas de tráfego.
- Cumprimento dos objetivos do contrato de concessão;

Todas as obrigações foram cumpridas, ainda que, no que se refere às estatísticas de tráfego, a EP se encontre a implementar um sistema de recolha de dados de forma automática e a criar um modelo de tráfego que permita a caracterização da procura em toda a rede, que se espera estar em pleno funcionamento em 2012. O desenvolvimento deste modelo geral prejudicou o envio atempado das estatísticas de tráfego ao regulador.

8.7 ORIENTAÇÕES SOBRE REDUÇÃO SALARIAL E REMUNERAÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS

A EP, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, aplicou às remunerações totais ilíquidas mensais de janeiro de 2011 as regras de redução das remunerações segundo os critérios constantes do seu art.º 19.º, de que resultaram as seguintes taxas de redução:

- Até 1.500€: 0%;
- Superior a 1.500€ e até 2.000€: 3,5% (assegurando-se o valor mínimo de 1.500€);
- Superior a 2.000€ e até 4.165€: 3,5%, acrescida de 16% sobre o excedente acima dos 2.000€;
- Superior a 4.165€: 10%.

Sublinha-se que para a redução salarial contribuiu decisivamente o cumprimento escrupuloso do estipulado no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010.

A empresa deu ainda cumprimento ao determinado no art.º 24º da mencionada Lei, abstendo-se de promover quaisquer valorizações remuneratórias, incluindo “alterações do posicionamento remuneratório, promoções e progressões”.

Sublinha-se que já em 2010 não houve lugar a atualização das remunerações, por observância das orientações definidas pelo Governo para o Setor Empresarial do Estado.

A empresa deu ainda cumprimento ao determinado no art.º 24º da mencionada Lei, não promovendo “quaisquer valorizações remuneratórias, incluindo promoções, progressões, reclassificações e mudanças de posicionamento remuneratório” (já em 2010 não houvera lugar a atualização das remunerações em observância às orientações definidas pelo Governo para o SEE).

De referir ainda que a empresa segue os regimes aplicáveis no âmbito da Administração Pública quanto a trabalho suplementar, noturno e abono de ajudas de custos, tendo os valores referentes a estes abonos sido reduzidos, em execução do estipulado no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro.

Podemos igualmente evidenciar a aplicação do comando de redução dos custos com pessoal no que diz respeito aos encargos com o trabalho suplementar, noturno, abono de ajudas de custos e deslocações, tendo os valores sido reduzidos por comparação ao ano homólogo de 2010, de que se extrai o seguinte apuramento:

- 🔸 Ajudas de custo nacional: redução de 46%;
- 🔸 Custos com deslocações (transporte e alojamento) nacionais: redução de 41%;
- 🔸 Retribuição devida por trabalho suplementar: redução de 53%.

Encargos	2010	2011	% Δ
Aj.Custo (território nacional)	818.200€	444.755€	-46%
Deslocações e Estadas	246.689€	145.070€	-41%
Trabalho Suplementar	146.168€	68.522€	-53%
Formação	296.341€	132.572€	-55%

A par da implementação das medidas de redução das remunerações determinadas na Lei do Orçamento do Estado para 2011, a empresa redobrou esforços no sentido da otimização das formas de organização do trabalho e da racionalização de custos, os quais se refletiram nos efetivos resultados do exercício, alcançando-se poupanças significativas, designadamente, ao nível dos encargos associados a deslocações em serviço e trabalho suplementar. Para esta diminuição contribuíram a revisão dos processos e os esforços de racionalização na gestão a que foram chamados todos os dirigentes da empresa.

A contenção de custos teve expressão assinalável no âmbito da formação profissional, optando a empresa pela internalização de processos, incrementando-se a organização de ações de formação interna, em detrimento da formação externa, sem prejuízo do investimento em áreas de conhecimento consideradas estratégicas ou de elevado grau de especialização.

O exercício de 2011 revela, por comparação com o ano de 2010, o decréscimo do efetivo da empresa de 1185 para 1162 colaboradores. Esta diminuição, resultou em larga medida da edição do Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ) lançada em 2011, como medida de diminuição do efetivo incluída no Plano de Redução de Custos da EP para o triénio 2011/2013.

Os custos com pessoal registaram em 2011 uma redução da ordem dos 11%, que se apura em 13% se não considerados os encargos com indemnizações por cessação da relação laboral, ao abrigo do aludido PSRQ.

Custos de Pessoal

Encargos Totais (m€)	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoas ao serviço	48.266	56.243	51.231	39.203	34.672
Aposentados	6.341	5.039	3.941	2.639	1.054
TOTAL	54.607	61.283	55.172	41.842	35.725

Encargo Médio (pessoas ao serviço)	28.341,59	39.607,83	43.749,90	33.026,64	29.761,37
------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Remunerações dos Gestores Públicos

No que se refere à aplicação da redução dos vencimentos dos gestores públicos, nos termos do art.º 19.º na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro a empresa procedeu à redução de 10% das remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração, redução esta que assentou nos montantes anteriormente diminuídos pelo cumprimento do determinado pelo art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

A empresa não pagou prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração em 2011 (tal como não pagou em anos anteriores) por aplicação da estatuição do art.º 29.º da LOE.

8.8 ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2011 a EP consolidou processos que têm por objetivo garantir o cumprimento das orientações Constantes de Despacho n.º 438/10 de relativas à Contratação Pública. Refere-se para o efeito a Ordem de Serviço n.º 05/2011/CA, divulgada pelos serviços da empresa em 25 de Março de 2011, através da qual foram definidos os procedimentos internos associados à tomada de decisão de contratar para aquisição de bens e serviços.

Esta norma interna da empresa define a informação que obrigatoriamente deverá constar em qualquer proposta de contratação de bens e serviços, salientando-se os seguintes aspetos:

- Orientações para cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei do Orçamento de Estado de 2011 para os contratos de prestações de serviços que foram celebrados ou renovados em 2011, com idêntico objeto e a mesma contraparte;
- Fundamentação detalhada da necessidade do bem ou serviço a contratar, justificando o porquê do mesmo não poder ser assegurado através dos recursos internos da empresa;
- Definição pelos serviços proponentes, de uma forma rigorosa, dos requisitos pretendidos, os quais deverão constar do respetivo caderno de encargos.

8.9 CUMPRIMENTO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A EP cumpriu o previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, ao Nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Ver Nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

8.10 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (RCM N.º 47/2010)

A EP divulga no Relatório e Contas a informação relativa a gastos com publicidade, tendo presentes as obrigações decorrentes do DL n.º 231/2004, de 13 de dezembro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho e da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro.

A mesma informação relativa a 2011 será divulgada no Portal da Publicidade no Site do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, www.gmcs.pt.

9 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Em cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos, a empresa procede à divulgação da seguinte informação nos sites do Sector Empresarial do Estado e no site da empresa:

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha de síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
- Missão, objectivos, políticas, obrig.serv.público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident.Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções Relevantes c/entidade(s) relacionada(s)	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente		X		

10 CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Princípios de Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	- Cumprimento, enunciação e divulgação, da missão, objetivos e políticas que tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelo princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade.	✓
	- Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e aos objetivos fixado	✓
	- Definir estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental identificando objetivos e instrumentos de planeamento, execução e controlo a utilizar.	✓
	- Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade.	✓
	- Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.	✓
	- Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal.	✓
	- Conduzir com integridade todos os negócios da empresa. Ter ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação.	✓
Estruturas de Administração e Fiscalização	Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantem a igualdade de oportunidades para todos os interessados. Divulgação anual de todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a percentagem ultrapassar 1M€).	✓
	- Órgãos de administração e fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, comparáveis com empresas privadas de dimensão semelhante e do mesmo setor.	✓
	- O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização.	✓
	- Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros não executivos ou comissões especializadas.	✓
	- Contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados pelas empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados.	✓
	- Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	✓
Remuneração e Outros Direitos	- Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	✓
	- Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração, executivos e não executivos e do órgão de fiscalização.	✓
	- Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concebidos pela empresa).	✓

Princípios de Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento
Prevenção de conflitos de interesses e divulgação de informação relevante	- Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse.	✓
	- Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa e relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.	✓
	- Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa.	✓
Princípios relativos à divulgação de informação	- Disponibilizar à DGTF para divulgação no sítio das empresas do Estado e divulgar no sítio da própria empresa, de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.	✓
	- Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	-
	- Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade referindo: regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e, em geral, avaliação do grau de cumprimento dos PBG.	✓

Almada, 6 de junho de 2012

O Conselho de Administração



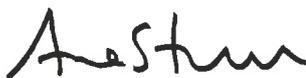
António Manuel Palma Ramalho, Presidente



Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal



José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal



Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2011

III- RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ÍNDICE	
ÂMBITO	3
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1 A EMPRESA	5
1.1 MISSÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	5
1.2 PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES	8
1.3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011	9
1.4 GOVERNÂNCIA E ÉTICA.....	11
1.4.1 ESTRUTURA ORGÂNICA	11
1.4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS	11
1.4.3 CÓDIGO DE ÉTICA E OUTROS CÓDIGOS E PRINCÍPIOS	13
1.4.4 PRÉMIOS RECEBIDOS	14
2 ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE	15
2.1 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	15
2.2 ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS	15
2.2.1 A MATERIALIDADE	15
2.2.2 IDENTIFICAÇÃO DE PARCEIROS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO	17
2.2.3 PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES	18
2.3 ESTRATÉGIA E CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS	19
2.4 A RESPONSABILIDADE SOCIAL INTEGRADA NA ATIVIDADE	21
3 RELACIONAMENTO COM OS PARCEIROS	25
3.1 PARCEIROS INSTITUCIONAIS	25
3.1.1 RELACIONAMENTO COM O REGULADOR	26
3.1.2 RELACIONAMENTO COM AS AUTARQUIAS	26
3.1.3 RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA	27
3.1.4 COMUNIDADE TÉCNICA E CIENTÍFICA NACIONAL	28
3.2 RELACIONAMENTO COM UTENTES	29
3.3 RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES	30
3.3.1 COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA	31
3.4 PARCEIROS DE AÇÃO SOCIAL	32
4 SEGURANÇA RODOVIÁRIA	34
4.1 PLANEAMENTO E OBJETIVOS	34
4.2 DESEMPENHO	36
4.3 INICIATIVAS.....	38
5 GESTÃO AMBIENTAL	39
5.1 OBJETIVOS	39
5.2 DESEMPENHO	40
5.2.1 CONSUMOS	43
5.2.1 INICIATIVAS PARA REDUÇÃO DE CONSUMOS	46
5.2.2 BIODIVERSIDADE	48
5.2.3 EMISSÕES E RESÍDUOS	54
5.2.4 INVESTIMENTO EM ASPETOS AMBIENTAIS	56
5.3 INICIATIVAS.....	57
6 QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS	63
6.1 POLÍTICA DE QUALIDADE	63
6.2 NORMALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS	63
6.3 SERVIÇOS PRESTADOS AO UTENTE	67
6.4 CAMPANHAS DE INFORMAÇÃO AO UTENTE	75
7 CAPITAL HUMANO	77
7.1 DESEMPENHO	77
7.2 DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	88
7.3 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	92
7.4 APOIO SOCIAL	95
8 INOVAÇÃO	97
8.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	97
8.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO	101
ANEXO – IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS ATRAVESSADAS PELA RRN	104
9 ÍNDICE GRI	106

ÂMBITO

A EP – Estradas de Portugal, SA apresenta mais um Relatório Anual de Sustentabilidade, com informação referente à atividade da empresa durante o ano de 2011.

Em 2010 foi realizada uma consulta aos parceiros, através de entrevistas, inquéritos e focus group, com vista à identificação das suas expectativas e opiniões.

Em 2011 voltamos ao contacto com os nossos parceiros, através da realização de um inquérito, porque se mantém a nossa preocupação em responder às suas expectativas e aos cidadãos em geral.

Este relatório, conjuntamente com o Relatório e Contas e o Relatório do Governo Corporativo, proporcionam uma visão exaustiva do desempenho da EP ao longo do ano passado no que diz respeito aos 3 pilares da sustentabilidade.

Na elaboração deste relatório foram seguidas as Diretrizes da Global Reporting Initiative, na sua terceira versão atualizada (GRI3.1), bem como os respetivos protocolos de indicadores. Isso reflete-se na estrutura escolhida para o relatório, nos princípios de orientação adotados e nos indicadores de sustentabilidade utilizados. Sempre que não forem seguidas as linhas do GRI tal é devidamente identificado. De igual modo, sempre que as fórmulas utilizadas para o cálculo de alguns indicadores não correspondem ao sugerido nos Protocolos de indicadores, tal é referido, sendo indicadas as fórmulas utilizadas pela EP.

O presente relatório apresenta um nível de cumprimento do GRI correspondente ao nível B, continuando a ser objetivo da EP melhorar este nível em futuros relatórios, a emitir anualmente. Em Anexo encontra-se o índice GRI, que permite localizar no relatório a informação requerida pelo GRI.

	C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório			✓			
Opcional						
Auto-declarado			✓			
Examinado por Terceiros						
Examinado pela GRI						

No site da Internet da EP <http://www.estradasdeportugal.pt/> podem ser encontradas informações complementares e atualizadas sobre a atividade da Empresa.

A EP também possui um endereço de e-mail, sustentabilidade@estradas.pt, para onde podem ser dirigidas todas as questões relacionadas com a sustentabilidade.



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No ano 2011 agravaram-se os efeitos da crise económica e financeira, com a imposição pelo Governo de medidas orçamentais fortemente restritivas para o período 2011-2013.

Estas restrições tiveram impacto no investimento realizado pela empresa e na fortíssima contenção de gastos de funcionamento, para além da redução verificada nas receitas, com origem na quebra de tráfego que se sentiu, com especial incidência, no último trimestre do ano.

Os pagamentos relativos às Concessões Scuts em 2011, associados à não concretização da introdução de portagens em abril do mesmo ano nas subconcessões do Algarve, Beira Interior, Beiras Litoral e Alta e Interior Norte, que só ocorreram em dezembro 2011, ocasionaram fortes pressões de tesouraria, que levaram ao acréscimo de endividamento de 637 milhões de euros.

A EP procurou por todos os meios que as dificuldades e o clima de contenção financeira não impedissem a determinação de prosseguir a sua missão em áreas tão importantes para os nossos parceiros, como a melhoria das condições de segurança das infraestruturas rodoviárias, a gestão ambiental das nossas obras, a melhoria dos serviços prestados ao utente, bem como na área de responsabilidade social.

Alguns dos objetivos de sustentabilidade traçados para 2011 não estavam disponíveis à data da realização deste relatório, como é o caso do número de pontos negros da rede e dos níveis de serviço, por motivos que se prendem no primeiro caso com a indisponibilidade de dados por parte da Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária e no segundo caso por dificuldades verificadas na metodologia de recolha dos indicadores, já anteriormente transmitidas ao acionista.

A EP dedicou também a sua atenção a outras áreas não menos relevantes, como a preservação do património cultural da empresa e o apoio social aos seus colaboradores, áreas que não preteriu apesar da situação financeira.

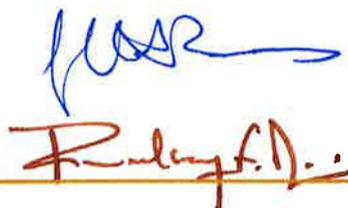
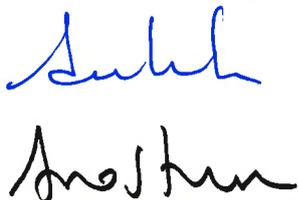
Manteve-se ainda a mesma preocupação na gestão racional dos seus gastos de funcionamento – pessoal, serviços correntes de terceiros e consumos, ao mesmo tempo que se desenvolveram ajustamentos aos valores de investimento nas obras próprias.

Em linha com a sua Política de Sustentabilidade, a EP deu continuidade ao processo de auscultação dos seus parceiros, tendo como principal objetivo ajustar a estratégia às suas expectativas.

Entendemos que a crise económica que em geral o País atravessa, fortemente sentida em particular na EP, será o alicerce do desenvolvimento sustentável futuro das infraestruturas rodoviárias.

A empresa continuará a nortear a sua atuação pelos princípios que definiu tendo em vista o cumprimento da sua missão e a promoção do bem-estar presente e futuro dos utentes e da comunidade.

O Conselho de Administração




1 A EMPRESA

A EP – Estradas de Portugal, SA é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada a 7 de novembro de 2007, através do Decreto-Lei nº. 374/2007, localizando-se desde os anos 70 na Praça da Portagem, em Almada.

A EP surge na sequência de uma série de transformações ocorridas desde 1927, ano em que nasce a Junta Autónoma das Estradas (JAE):

- Em 1997 foi criada a JAE Construção, SA.
- Nova reestruturação do sector em 1999 extingue a JAE e JAE, SA e cria em sua substituição:
 - O Instituto das Estradas de Portugal (IEP) a quem competia a coordenação do planeamento estratégico e a gestão das concessões rodoviárias;
 - O Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) a quem estava incumbida a construção de novas infraestruturas;
 - O Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), direcionado essencialmente para a conservação do património rodoviário.
- Em 2002 estes três organismos são integrados, por fusão, no IEP, continuando este com a natureza de Instituto Público.
- Em 2004, o IEP é transformado em Entidade Pública Empresarial, com a designação EP - Estradas de Portugal, E.P.E..

Em 2007 a EP, E.P.E. é transformada em sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos, com quem é assinado um Contrato de Concessão, a 23 de novembro.

1.1 MISSÃO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A EP tem como Missão a prestação de um serviço público que consiste na conservação, requalificação e exploração das estradas que integram a Rede Rodoviária Nacional, bem como conceber, projetar e construir ou alargar as vias que venham a integrar a Rede Rodoviária Nacional Futura.

Princípios orientadores:

A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão, traduzidas em objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente.

A adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas.

O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económicas, ambiental e social.

Linhas de orientação estratégica:

Assegurar a sustentabilidade financeira da EP no quadro do modelo de financiamento do sistema rodoviário.

Prosseguir os objetivos de redução dos níveis de sinistralidade e de sustentabilidade ambiental fixados no quadro II anexo às Bases da Concessão.

Relativamente à Construção

- *Promover a extensão da rede viária nacional prevista no PRN, num quadro de conectividade nacional e internacional;*
- *Contratualizar a rede viária fundamental de ligação às capitais de distrito e 90% da rede de autoestradas;*
- *Dinamizar a conclusão da rede de IC;*
- *Assegurar o cumprimento de acordo com a calendarização definida pelo Governo para a execução do PRN2000.*

Relativamente à Conservação e Exploração:

- *Prosseguir níveis de eficiência de custos de exploração e manutenção, em linha com as melhores práticas;*
- *Disponibilizar a via aos utentes de acordo com os níveis de serviço estipulados para cada tipo de estrada.*

Com vista à prossecução destes compromissos, a EP mantém um relacionamento estreito com diversas Universidades, com as do Minho, Porto, Coimbra e Évora, com os Institutos Superiores Técnico e de Engenharia de Lisboa, e também com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, mediante a celebração de protocolos de cooperação em investigação, assessoria técnica e científica e desenvolvimento de projetos conjuntos.

Também com outras entidades a EP tem procurado estabelecer parcerias ou apoiado projetos que procurem desenvolver as suas competências nas diversas vertentes da sustentabilidade empresarial.

1.2 PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES

Indicadores de performance financeira	m€	
	2011	2010
Total dos Proveitos	2.071.547	1.666.912
- Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)	546.042	556.324
- Receitas de portagens	132.533	45.189
- Construção	1.153.444	934.371
EBITDA (1)	554.017	390.010
Margem EBITDA (%)	26,7%	23,4%
Resultado Líquido	143.772	102.506
Capital Próprio	778.495	644.974
Passivo	16.818.473	15.076.022
- Subsídios ao investimento (não reembolsáveis)	10.371.714	10.405.046
- Outros	6.446.759	4.670.976
Activo Total Líquido	17.595.968	15.720.996
Rendimento Capital Próprio (ROE)	22,3%	24,9%
Dívida Financeira Líquida	2.630.227	1.978.551
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	4,75	5,07
EBITDA / Encargos Financeiros Bancários	4,79	6,84

Indicadores de performance ambiental

	2011	2010
Nº de semáforos solares instalados na rede	139	139
Energia consumida (GJ)	31.746	34.503
Água consumida (m ³)	30.000	34.300
Combustível consumido (l)	855.694	958.891
Investimento em Ambiente (em obra), m€	3.620	3.365
Investimento em Inovação, m€	1.226	1.203

Indicadores de performance social

	2011	2010
Indicador de Gravidade (em acid.rodoviários) (4)	23.780	29.482
Nº de vítimas mortais (em acid. rodoviários) (4)	285	305
Índice de satisfação dos utentes (entre 1 e 4)	3,5	3,6
Total colaboradores (s/membros da Administração)	1.162	1.185
% Efectivos	96,5%	95,9%
% Mulheres	45,4%	41,5%
Encargos com Pessoal	35.725	41.842
Taxa de sinistralidade no local de trabalho	1,89%	1,51%
Nº de mortos no trabalho	0	0
Taxa de absentismo	5,4%	5,0%
Taxa de Mobilidade Total (2)	6,8%	10,9%
Formação (horas)	25.056	36.371
% colaboradores em formação (3)	162,3%	184,3%

(1) EBITDA = Resultados antes de ganhos e perdas financeiros, impostos, amortizações e subsídios.

(2) Taxa de Mobilidade Total = Entradas + Saídas + Mob.interna / Efectivo Final x 100

(3) % colaboradores em formação = total participações / total colaboradores

(4) Os valores de 2011 ainda são provisórios

1.3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011



janeiro

- A EP subscreve a Carta Europeia de Segurança Rodoviária e assume o compromisso de realização do seu Plano de Segurança Rodoviária.
- A EP lança uma empreitada para a reparação e modernização do sistema semaforizado da RRN, com objetivos não só de manutenção e reparação de equipamentos mas especialmente de redução de consumos de energia e promoção da sustentabilidade ambiental.



fevereiro

- É lançado o concurso para reabilitação/substituição dos pilares das Pontes do Cunhedo sobre o Rio Dão, sobre a Ribeira de Mortágua e sobre o Rio Dão em Santa Comba Dão, no IP3.
- É consignada a reabilitação da Ponte Metática sobre o Rio Douro, na EN2.
- São concluídos os trabalhos de melhoria das condições de circulação e segurança na EN118, para reduzir a sinistralidade no concelho de Benavente.



março

- A Estradas de Portugal disponibiliza online o Portal do Utente da EP. Os utilizadores podem comunicar diretamente com a EP, 24 horas por dia e em qualquer local, através do endereço: <http://gestordoutente.estradas.pt/portalu.php>
- Realizou-se a 21ª Meia Maratona de Lisboa, onde muitas pessoas aproveitaram para disfrutar da vista da Ponte 25 de Abril.



abril

- O novo troço da CRIL entre a Buraca e a Pontinha, foi aberto ao tráfego, são 3,6km de melhoria de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.
- O pedido de renúncia ao mandato dos Presidente e Vce-Presidente, Dr. Almerindo Marques e Eng. Eduardo Gomes é aceite pela tutela, deixando estes de fazer parte dos órgãos sociais a partir do dia 30.



maio

- A EP ganhou 2 Prémios Internacionais Outsystems de Sistemas de Informação pelos projetos Fininvest (reengenharia de processos) e Portal de Fornecedores.
- A EP desenvolve uma parceria com a FDTI para promover o acréscimo de qualificação dos seus colaboradores.
- É assinado um protocolo com a LBP para a reposição das condições de segurança e circulação rodoviária.



junho

- A EP concluiu a empreitada de construção dos acessos ao Novo Hospital de Braga, 1ª Fase da Variante à EN103 em Gualtar, cumprindo os valores e prazos estipulados no contrato.
- A EP criou e desenvolveu um módulo de monitorização dos atropelamentos da fauna selvagem.



julho

- A EP associa-se à Ciência Viva e abre as portas à Comunidade do seu Núcleo de Controlo de Tráfego e o interior da Ponte 25 de Abril.
- A EP participa no evento TED - Projeto Inside Out, que permite a criação de galerias de arte nas ruas, ficando assim disponível a todos. O TEDxLisboa é um projeto de índole social e inovador, e desenvolve-se sob o tema "Um de nós".



agosto

- A EP disponibiliza o seu Portal de Tráfego Estradas.pt numa versão para a plataforma iPad, após o grande sucesso que teve com as suas aplicações Android e iPhone.
- Retoma da cobrança de portagens na Ponte 25 de Abril.



setembro

- A 6ª edição do Caramulo Motor festival conta mais uma vez com o apoio da Estradas de Portugal. Este evento, dedicado aos automóveis e motociclos clássicos e desportivos, é composto por várias provas e por um conjunto de ações lúdicas e turísticas.
- A EP promove um workshop sobre a importância da ginástica laboral, com o tema "Lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho: prevenção", inserido no âmbito da prevenção da saúde no trabalho.



outubro

- A EP patrocina o evento promovido pela Fundação Floresta Unida para reflorestação da Serra de Aires e Candeeiros.
- A EP associa-se à Heidrick & Struggles na realização de 1 inquérito sobre Clima e Cultura Organizacional.
- A obra de reabilitação e reforço estrutural da Ponte Açude e viadutos de acesso no IC2, visa garantir a melhoria das condições de segurança e circulação para os utentes.



novembro

- Dá-se por concluído o alargamento do IC32, entre Casas Velhas e Palhais, numa extensão de 4km.
- O troço do IP2 entre Vale Benfeito e Junqueira, numa distância de 28km, abre ao trânsito, concluindo-se assim a construção deste Itinerário principal que atravessa o interior do país, ligando Bragança a Faro.
- Abrem ao tráfego diversos troços no IC36 entre Leiria e o Nó de Pousos, no IC2 Variante da Batalha, Na A4 entre o Nó de Lamas de Orelhão e o Nó de Mirandela Poente e no IC5 entre Pombal e Nozelos.



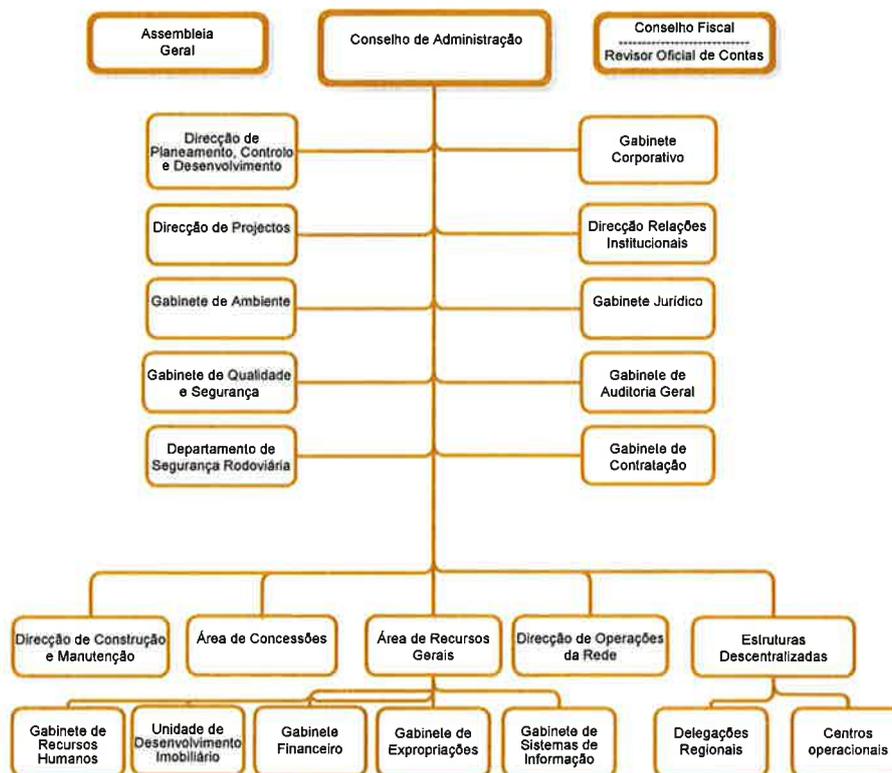
dezembro

- A EP ocupa o 1º lugar do ranking das empresas nacionais no setor dos serviços, segundo o diretório elaborado pela Informa D&B.
- A partir do dia 8 deu-se início à cobrança de portagens nos lanços e sublanços da A22 - Concessão do Algarve, da A23 - Concessão da Beira Interior, da A24 - Concessão Interior Norte e da A25 - Concessão Beiras Litoral e Alta.
- Abre ao tráfego a Variante à EN101 entre Ponte da Barca e Arcos de Valdevez.

1.4 GOVERNÂNCIA E ÉTICA

1.4.1 ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura da empresa é constituída por áreas de negócio, de suporte e estruturas descentralizadas, que se articulam entre si para o desenvolvimento dos processos de negócio, perfeitamente mapeados e descritos. Para além deste sistema de procedimentos, que inclui mecanismos de relacionamento interdepartamental, os Diretores e colaboradores das diferentes Unidades Orgânicas reúnem assiduamente para resolução de problemas conjuntos, existindo ainda projetos interdepartamentais que envolvem assiduamente quadros com competências multidisciplinares.



Durante o ano de 2011 não se verificou qualquer alteração à estrutura acionista da empresa, ao modelo de governo adotado, à missão e atribuições e bem assim à sua estrutura funcional ou operacional.

1.4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de Governo da EP foi estabelecido nos termos do Código das Sociedades Comerciais e é constituído por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por nomeação em Assembleia Geral.

Informação mais detalhada sobre o Modelo de Governo está disponibilizada no Relatório do Governo da Sociedade de 2011 e disponível em www.estradasdeportugal.pt.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é constituído em termos estatutários por cinco membros. Contudo, face à renúncia do presidente e vice-presidente a 30 de abril de 2011, o Conselho de Administração passou a funcionar apenas com três membros, com as seguintes responsabilidades:

Dr. Rui Nelson Ferreira Diniz	Relações Institucionais Recursos Humanos Jurídico Sistemas de Informação Expropriações Centros Operacionais Norte, Grande Porto e Centro Norte Delegações Regionais de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu CRIL
Dr. José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco	Operações de Rede Planeamento Controlo e Desenvolvimento Financeira Contratação e Logística Qualidade e Segurança Corporativo Desenvolvimento Imobiliário Auditoria Geral
Eng ^a . Ana Sofia Côte-Real de Matos Tomaz	Concessões Projectos Construção e Manutenção Ambiente Centros Operacionais Centro Sul, Sul e Grande Lisboa Delegações Regionais de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal Segurança Rodoviária

RELACIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO COM A ESTRUTURA DIRIGENTE

O relacionamento do Conselho de Administração com a estrutura dirigente e quadros da empresa é estreito e diário. Além da Reunião de Quadros que se realiza anualmente para divulgação geral dos compromissos e objetivos para o ano, realizam-se sempre que necessário reuniões conjuntas entre a Administração e os vários Diretores para acompanhamento das atividades e resolução de temas transversais à atividade da EP.

RELACIONAMENTO COM O ACIONISTA

Os direitos do acionista Estado são exercidos através da Direção Geral do Tesouro (DGTF). Sendo uma entidade de controlo das empresas participadas do estado, a comunicação com a DGTF é realizada através de reuniões assíduas, da alimentação regular de bases de dados específicas com toda a informação financeira e do reporte da informação exigida pelos princípios do bom governo do setor empresarial do estado, para além da comunicação escrita e contactos telefónicos sempre que necessário.

1.4.3 CÓDIGO DE ÉTICA E OUTROS CÓDIGOS E PRINCÍPIOS

A EP adotou um Código de Ética, onde instituiu os princípios e normas de conduta a observar pela administração, pelos quadros dirigentes e pelos trabalhadores em geral, no exercício das suas funções e em todas as atividades na empresa. Este código de ética foi divulgado internamente entre os seus colaboradores através da intranet e internet, de acordo com os Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado, a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007.

Todos os colaboradores da Empresa devem pautar a sua atuação por comportamentos éticos, não devendo negligenciar o impacto que as suas decisões e formas de atuação, por ação ou omissão, possam ter no desempenho e imagem da empresa bem como nos seus parceiros, nomeadamente, restantes colaboradores da organização, empresas e fornecedores, na administração pública e, sobretudo, nos utilizadores e cidadãos em geral.

Existem ainda um conjunto de normas legais que consagram os princípios de boa gestão e o papel do gestor público, nomeadamente as que constam do Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008 de 22 de abril, e que a empresa se obriga a cumprir.

A EP implementou um processo de gestão de riscos na organização, alargando o primeiro Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) emitido em 31 de dezembro de 2009 a todos os Riscos de Gestão. Este processo encontra-se mais detalhado no Cap. 7 do Relatório do Governo da Sociedade.

Compete ao Gabinete de Auditoria a deteção e acompanhamento de atos de fraude ou corrupção, bem como a averiguação de denúncias externas.

As ações que forem comprovadamente praticadas ficam sujeitas ao sancionamento disciplinar e são participadas ao Ministério Público, que tomará os procedimentos adequados aos casos relatados.

Relativamente aos princípios de Bom Governo, os seus enunciados podem ser consultados no Cap. 10 do Relatório do Governo da Sociedade, sendo que a EP cumpre integralmente as obrigações deles decorrentes, à exceção do provedor do cliente, por considerar que a obrigação pertence à entidade reguladora.

Os mecanismos para prevenir a existência de conflitos de interesse estão descritos no Relatório de Governo da Sociedade no Cap. 6.3.

1.4.4 PRÉMIOS RECEBIDOS

A EP ganhou 2 Prémios Internacionais Outsystems de Sistemas de Informação pelos projetos:

- Fininvest – reengenharia de processos do Gabinete Financeiro e Plano de Investimento;
- Portal de Fornecedores.

A implementação destas duas aplicações, cuja eficácia foi galardoada em 2011, permite à Estradas de Portugal cumprir o seu principal objetivo que é o de prestar um serviço de elevada qualidade a todos os utentes, institucionais e particulares, com quem se relaciona.

2 ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE

2.1 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A EP assumiu um compromisso com os cidadãos, no sentido de adotar certos princípios orientados para o desenvolvimento sustentável, visando a criação de valor para a empresa mas também para a sociedade.

Essa política de sustentabilidade passa por:

Promover a eficiência ambiental

Reforçar a segurança rodoviária e reduzir os níveis de sinistralidade rodoviária

Investir na excelência da prestação do serviço público ao utente

Adotar elevados padrões de ética e conduta

Fomentar a investigação e a inovação

Adotar uma estratégia de gestão de risco

Promover o desenvolvimento dos seus recursos humanos

Promover e incentivar a segurança no trabalho

Fomentar a eficiência dos serviços

Empenhar-se na promoção do diálogo com todos os parceiros

Promover e colaborar em projectos de âmbito social

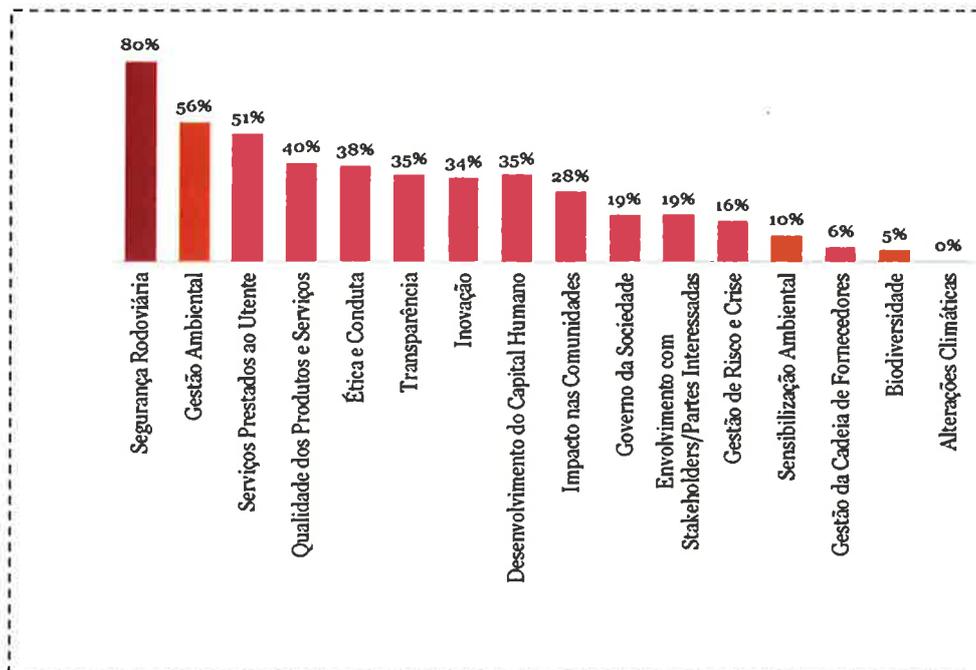
2.2 ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

2.2.1 A MATERIALIDADE

Em 2010 a EP identificou os temas relevantes de Sustentabilidade que a empresa deveria encarar como áreas de atuação prioritárias, contando para isso com a opinião dos seus parceiros.

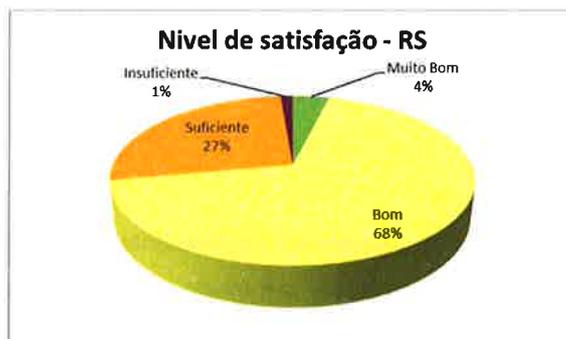
Realizou igualmente uma análise de *benchmarking* das melhores práticas do sector a outras empresas, nacionais e internacionais, no sector das concessões rodoviárias.

Foram assim apurados os seguintes temas como os mais relevantes no setor em que opera e os de maior impacto na sociedade:



Em 2011, a EP confirmou junto dos seus parceiros a pertinência dos temas tratados, alargando o leque de consultas que se traduziu no envio de 361 inquéritos *online*, dos quais obteve 25% de respostas.

As respostas recebidas demonstram a adequação dos temas tratados, o que verificou pelo elevado nível de aprovação no que respeita à questão colocada sobre os conteúdos apresentados no relatório de 2010:



2.2.2 IDENTIFICAÇÃO DE PARCEIROS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Parceiros	Canais de Comunicação
Accionistas	Assembleia Geral Reuniões assíduas
Entidades Reguladoras e Fiscalizadoras	Bases de dados de informação on-line Comunicação escrita Reuniões assíduas
Entidades Governamentais e Oficiais	Comunicação escrita Reuniões assíduas Newsletter Portal de Licenciamentos Bases de dados de informação on-line Contactos directos com diversas áreas da empresa
Clientes/Utentes	Portal do Utente Sistema de reclamações/sugestões online - "Estrada Livre" Centros de atendimento ao utente Callcenter Portal de Licenciamentos Portal Novas Estradas Linhas telefónicas dedicadas a assuntos específicos Catálogo de publicações da EP Carteira de imóveis Leilões Facebook Painéis de informação de trânsito
Entidades financeiras	Reuniões assíduas Comunicação escrita Contactos diretos com a área financeira
Concessionárias	Reuniões assíduas Contactos diretos com a área das Concessões
Comunidade Técnica e Científica	Protocolos em diversos âmbitos da actividade da empresa Estágios curriculares Parcerias em projetos de investigação Parcerias em publicações e edições
Fornecedores	Portal dos Fornecedores Plataforma de Compras Públicas
Parceiros de Responsabilidade Social	Parcerias Contactos diretos com diversas áreas da empresa
Colaboradores	Intranet Inquéritos de Satisfação do Clima Avaliação de desempenho Bolsa de emprego Office Communicator Live Meeting Newsletter Caixas de e-mail
Órgãos de informação	Comunicados Contactos diretos com a área de Relações Institucionais

Sendo o diálogo com os seus parceiros uma preocupação para a empresa, neste último inquérito realizado pela EP foi-lhes pedido que classificassem o seu envolvimento com os vários serviços, tendo-se obtido uma taxa de aprovação positiva, na ordem dos 90%, com cerca de 17% a classificarem esse relacionamento como muito bom.



2.2.3 PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES

A EP mantém relacionamento e participa em várias organizações sem fins lucrativos, quer como associado, através do pagamento de uma quota anual, quer através de patrocínios ou parcerias em ações sociais.



2.3 ESTRATÉGIA E CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS

	Objetivos	Meta 2011	Resultados 2011	
Redução da Sinistralidade	Número de pontos negros na rede sob a responsabilidade da EP	20	20	●
	Índice de gravidade dos acidentes nas travessias urbanas (da RRN)	24.987	23.780	●
	Número de vítimas mortais (na RRN)	366	285	●
Sustentabilidade ambiental	Estabilização da concentração de NO ₂ , nas infraestruturas rodoviárias	40µg/m ³	Cumprido a 100%	●
	Correção das situações em que 80% da população está exposta a níveis sonoros acima de 70dB(A)	60% das situações	Cumprido a 100%	●
	Correção de 80% das situações em que o incumprimento é superior a 5dB(A) face aos valores do Regulamento Geral do Ruído	50% das situações	Não cumprido	●
	Reduzir em 70% a descarga de águas de escorrência sem tratamento prévio sempre que Cu>0,1mg/l, Zn>1mg/l e Pb>0,1mg/l, em zonas hídricas sensíveis aos poluentes rodoviários	50%	Cumprido a 100%	●
	Redução em 50% dos atropelamentos da fauna e aumento em 50% da eficácia das passagens hidráulicas/fauna	35%	Cumprido a 100%	●
Níveis de serviço	Cumprir em 95% da extensão da Rede	Estima-se o incumprimento de 5%		

NÍVEIS DE SERVIÇO DA REDE

O Contrato de Concessão que a EP celebrou com o Estado Português, em novembro de 2007, prevê que as secções de estrada da Rede Rodoviária Nacional cumpram níveis de serviço em conformidade com os preconizados no Plano Rodoviário Nacional, devendo os mesmos ser apurados de acordo com a metodologia do Highway Capacity Manual do Transportation

Research Board da National Academy of Sciences, EUA, sob pena da aplicação de penalidades.

Entre os anos de 2007 e 2010 e de acordo com a metodologia preconizada no Contrato de Concessão da EP, o grau de cumprimento dos níveis de serviço foi aferido por amostragem, por tipo de via, tendo incidido nas secções de estrada amostrais definidas que se mantiveram na jurisdição da empresa.

Uma vez que a partir do ano 2011, inclusive, a aferição do grau de cumprimento do nível de serviço, por tipo de via, passou a ter como domínio todas as vias objeto do contrato de concessão, houve que conceber e implementar os sistemas de informação rodoviária e de monitorização de tráfego, assentes num modelo geográfico da rede. Ultrapassados os diversos constrangimentos ocorridos, decorre de momento a instalação dos primeiros cem novos postos de contagem automática de tráfego, bem como o processo de levantamento e integração de informação relativa à oferta de infraestrutura.

De acordo com a informação que se encontra já disponível, prevê-se que, face à regressão verificada na procura, a percentagem de insuficiência de capacidade na rede observada seja de 5%, valor que assume, contudo e face ao referido, um carácter muito preliminar.

REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE

Os dados de sinistralidade rodoviária apurados para o ano de 2011 têm por base a informação cedida pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária¹, e demonstram que os objetivos definidos foram atingidos e ultrapassados.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quanto aos objetivos ambientais foram cumpridos a 100% os relativos à qualidade do ar, aos recursos hídricos e à fauna. Relativamente ao ruído, os objetivos definidos não foram atingidos.

A monitorização destes objetivos é efetuada nos termos previstos no Contrato de Concessão, em cada secção de estrada nele constante, consoante o troço de estrada em questão, uma vez que a sua distribuição varia.

Em termos metodológicos, a monitorização do ambiente sonoro foi efetuada com meios internos da EP dado existir capacidade técnica para efetuar as medições de ruído em respeito pelas disposições legais e técnicas em vigor, bem como o equipamento necessário. No que

¹ Estes dados, fornecidos pela ANSR em 26 de Março de 2012, ainda são considerados provisórios por esta entidade.



respeita à qualidade do ar e à qualidade da água, foram contratados Laboratórios de Ensaio, acreditados pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), para realização das respetivas determinações das amostras recolhidas por meios internos, sendo depois efetuados os respetivos relatórios de monitorização por meios internos.

A monitorização da fauna foi realizada em conformidade com a metodologia constante do Contrato de Concessão, por firma da especialidade.

2.4 A RESPONSABILIDADE SOCIAL INTEGRADA NA ATIVIDADE

Logo desde a definição da missão da EP bem como das suas linhas de orientação estratégica, a responsabilidade social encontra-se presente, de uma forma transversal, em toda a sua atividade.

O desenvolvimento socioeconómico das regiões e do país, a garantia do direito à circulação com elevados níveis de segurança e qualidade, um melhor serviço para o utente da estrada e todos os que são afetados por ela e uma maior proximidade das famílias, são pensados tendo por base o cumprimento de elevados critérios de respeito pelo ambiente e pelo património público e também pela componente social que surge interligada com o processo construtivo.

Os diversos tipos de intervenções que se efetuam nas infraestruturas rodoviárias podem conter diferentes objetivos operacionais: encurtar distâncias entre as localizadas, concretizar grandes ligações internacionais, eliminar pontos negros onde se verifique um elevado número de acidentes e vítimas, evitar aglomerados de trânsito ou manter o nível de serviço da estrada. Qualquer que seja a tipologia da estrada em questão, a responsabilidade da empresa é contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades onde intervém, em resposta direta às suas necessidades, tendo sempre presente o desenvolvimento potencial das regiões e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Mas paralelamente, talvez com menos visibilidade para a sociedade, mas ainda assim com igual grau de importância, outros aspetos são tomados em consideração durante as várias fases da construção das rodovias.

Desde logo, a compatibilização dessa atividade com a preservação do património cultural arqueológico, contribuindo para algumas escavações marcantes e a divulgação de monumentos e artefactos de elevado valor cultural.

Os impactes sociais também têm sido objeto de estudo e preocupação por parte dos técnicos da EP, que procuram minimizá-los, principalmente junto da população mais carenciada quer em termos financeiros ou mesmo afetivos.

Também ao nível do ambiente a EP tem desenvolvido inúmeros esforços para minimizar os vários tipos de impactes existentes, quer para a fauna e flora, quer diretamente para o Homem.

Assim têm sido implementadas diversas medidas de minimização para evitar a destruição dos habitats e uma maior mortalidade das espécies, como passagens de fauna e vedações, entre outras.

Os níveis de poluição ambiental e de ruído são parâmetros fundamentais na construção sustentável e na preservação da qualidade de vida das comunidades, sendo igualmente alvo de estudos de impactes.

Também os recursos hídricos existentes e os resíduos produzidos na construção de estradas são mensurados e tratados, pela EP ou pelo empreiteiro, para diminuir a pegada ecológica.

Desde os tempos mais longínquos, que as áreas adjacentes à estrada foram espaços alvo de grandes preocupações por parte da equipa técnica que a projeta. É assim possível encontrar estradas magníficas ladeadas de frondosas árvores que proporcionam uma sombra refrescante no verão, e nas estradas mais recentes plantam-se milhares de árvores e arbustos capazes de absorver uma quantidade significativa de toneladas de dióxido de carbono.

Outra preocupação da EP é a de compensar as árvores cortadas no âmbito da sua atividade, através de ações de reflorestação.

A estrada é um património de todos, e como tal a EP tem investido na identificação e valorização desse património construído ao longo das últimas décadas, recuperando percursos emblemáticos, contribuindo para dinamizar a atratividade das regiões.

ABERTURA À COMUNIDADE

PROGRAMA CIÊNCIA VIVA

Em colaboração com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, a EP participou mais uma vez no programa Ciência Viva – Engenharia no Verão, proporcionando diversas visitas acompanhadas à Ponte 25 de Abril. Também o Centro de Controlo e Informação de Tráfego das Estradas de Portugal proporciona visitas abertas ao público. É aqui que são monitorizadas, em tempo real, as condições de circulação rodoviária nos principais eixos rodoviários nacionais. Esta informação é depois distribuída aos utentes das estradas através dos vários canais de comunicação.

CENTRO INTERPRETATIVO DA PONTE 25 DE ABRIL

Prosseguiu-se com o desenvolvimento do projeto do Centro Interpretativo da Ponte 25 de Abril e elevador panorâmico de acesso ao topo e base do pilar norte, que visa dar a conhecer e propiciar o acesso do público em geral àquela que é porventura a mais emblemática obra de engenharia em Portugal.

NÚCLEO MUSEOLÓGICO

Também a memória da estrada é património do país, por isso mereceu igualmente um lugar de destaque dentro dos objetivos da empresa a preservação do espólio museológico.

Além de ter uma área de exposição permanente nas suas instalações na Sede, a EP tem participado em diversas exposições ao longo do país, divulgando o seu espólio, composto por inúmeras peças, máquinas e documentos representativos da evolução da técnica e da estética ao serviço da administração rodoviária nacional.

São exemplo a participação da EP na exposição inserida no âmbito das comemorações do centenário do Instituto Superior Técnico, que se alargou para uma parceria mais institucional relacionada com o projeto de recuperação, tratamento e organização do arquivo pessoal do Eng.º Duarte Pacheco.



BIBLIOTECA

A EP dispõe de uma Biblioteca com cerca de 18.000 exemplares de monografias em vários suportes, muitas editadas pela empresa e suas antecessoras, sendo uma referência pela sua especialização nas áreas de planeamento, construção, conservação e exploração de redes rodoviárias.

Numa perspetiva de difusão do conhecimento, a Biblioteca dispõe de uma sala de leitura que está aberta ao público em geral e é muito procurada por estudantes universitários, no âmbito da elaboração de mestrados e doutoramentos, e por outros investigadores. A Biblioteca dispõe ainda de algumas das edições exclusivas da empresa para venda.



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Igualmente relevante é a cooperação no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, contribuindo para a prevenção de Incêndios Florestais, que resultou no cumprimento da totalidade dos objetivos propostos, nos 4 Distritos de intervenção, correspondendo a cerca de 4.000.000m² de área desmatada.

AÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

A EP incentiva e orgulha-se de ver os seus colaboradores a participarem voluntariamente em numerosos projetos de cariz social, como sejam, a recolha de sangue promovida nas suas instalações de Almada e Porto.

A colaboração com associações sem fins lucrativos, como a Acreditar, são iniciativas já com tradição no seio da empresa, às quais se juntou este ano a Campanha EP Solidária, a que a empresa se associou na recolha e entrega de roupas e brinquedos a entidades que promovem na comunidade o apoio e acolhimento a crianças e jovens.

3 RELACIONAMENTO COM OS PARCEIROS

3.1 PARCEIROS INSTITUCIONAIS

Dada a natureza de empresa do Sector Empresarial do Estado o grupo dos **Acionistas** é constituído pelas entidades que tutelam o sector, o Ministério da Economia e do Emprego, o Ministério das Finanças e a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que gere a participação detida pelo Estado na EP.

As **entidades reguladoras e fiscalizadoras** do Estado e do sector mantém também um relacionamento assíduo com a EP por via do reporte de informação a que está legalmente obrigada.

Em abril de 2010, no âmbito do processo de reorganização interna da Empresa, foi criada uma estrutura com a responsabilidade de assegurar o relacionamento institucional com as Autarquias, com o Regulador, com outros órgãos da Administração Pública, designadamente a Tutela e outros parceiros institucionais, bem como com a imprensa.

A EP relaciona-se também com diversas **entidades governamentais e oficiais**, designadamente com as autarquias locais, incluídas neste grupo de parceiros, que merecem especial atenção, tendo levado à criação de uma área específica que funciona como órgão coordenador e facilitador das relações entre a empresa e as Câmaras Municipais, com mútuos benefícios para o desenvolvimento das infraestruturas e das regiões.

A EP é ainda solicitada para participar a nível institucional, em diversas entidades a nível nacional e regional, designadamente Comissões de Coordenação de Segurança Rodoviária, de Desenvolvimento Regional e de Proteção Civil, destacando-se as Autoridades Nacionais de Proteção Civil (ANPC) e de Segurança Rodoviária (ANSR), entre outras, articulando-se com os diversos organismos através da partilha dos seus conhecimentos técnicos, a partir da conceção, aprovação e implementação de projetos com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável da população.

Destacam-se ainda neste grupo as relações com entidades na área do Ambiente, a APA-Agência portuguesa do Ambiente, o ICNB-Inst.p/Conservação da *Natureza e Biodiversidade* e o IGESPAR-Inst.Gestão Património Arquitectónico e Arqueológico, de relevante importância para a atividade da EP.

É igualmente de realçar a estreita colaboração existente entre a EP, as forças de seguranças de que se realça a permanência de um contingente no Centro de Controlo de Tráfego, em Almada, com o objetivo de visualizar a intensidade de tráfego, bem como as ocorrências que se verifiquem nas vias sob a responsabilidade da EP, coordenando-se com o seu Comando para um rápido envio de profissionais aos locais onde são necessários.

Outro grupo importante de parceiros da EP é formado pelas **Concessionárias** e Subconcessionárias de infraestruturas rodoviárias, que representam áreas de negócio da EP e constituem uma parte significativa da sustentabilidade económico-financeira da empresa.

As **Entidades Financeiras** constituem presentemente um dos grupos de parceiros de relevo, resultado da responsabilidade de financiamento da rede Rodoviária Nacional que lhe foi cometida.

Para além destes, outros grupos de parceiros se destacam de seguida particularmente nos pontos seguintes deste relatório.

3.1.1 RELACIONAMENTO COM O REGULADOR

A principal preocupação no âmbito do relacionamento institucional com INIR - Instituto de Infraestruturas Rodoviárias visa a garantia de respostas atempadas às questões colocadas, assim como assegurar o normal cumprimento do contrato de concessão, o que, em termos gerais, foi conseguido.

Neste domínio, deve ser salientado que foram realizadas 11 reuniões de trabalho com o INIR, nas quais foram tratados assuntos de natureza geral e específica, sempre relacionadas com o cumprimento do Contrato de Concessão da EP e com a execução de atividades e projetos da empresa.

A atividade normativa cometida ao regulador exige a participação ativa de elementos de diferentes áreas de competência da EP em Comissões e Grupos de Trabalho em conjunto com INIR.

3.1.2 RELACIONAMENTO COM AS AUTARQUIAS

O relacionamento com estas entidades é realizado a dois níveis:

- **Ao nível central**, onde existe uma estrutura interlocutora privilegiada que coordena as reuniões de trabalho efetuadas entre estes parceiros e as diversas especialidades da EP (89 reuniões em 2011). Cerca de 70% destas reuniões com as autarquias resultaram de pedidos das mesmas e os restantes 30% resultaram de pedidos de diferentes unidades orgânicas da EP;
- **Ao nível das estruturas descentralizadas**, tendo estas a representação local da EP, o contacto com as Autarquias é assíduo, quer ao nível do acompanhamento de obras nos municípios quer ao nível de comissões de acompanhamento em que a EP tem assento,

como por exemplo para revisão dos PDM's, planos de pormenor, planos de urbanização e outros.

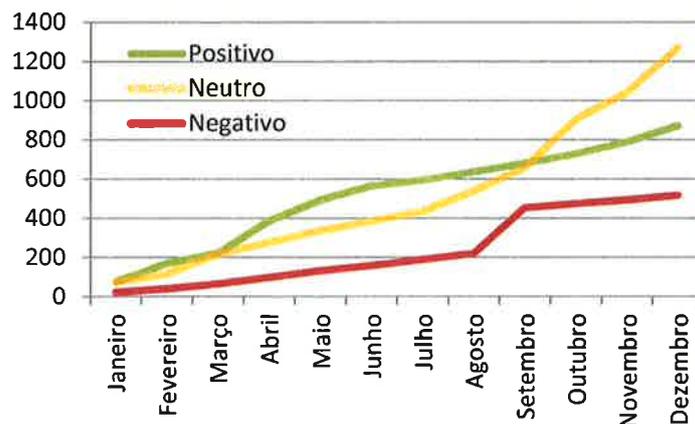
Durante o ano de 2011, a principal preocupação foi assegurar a prestação de uma resposta rápida e consistente às autarquias, na perspetiva da criação e manutenção de um relacionamento institucional construtivo e colaborante.

Da participação ativa na dinamização da resolução de problemas concretos apresentados por algumas autarquias, destacam-se as soluções desenvolvidas para os concelhos de Vinhais, Tomar, Coruche e Beja, em estreita colaboração com as estruturas descentralizadas da empresa

3.1.3 RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

Um grupo relevante na medida da sua contribuição para a divulgação da atividade realizada e para a informação ao utente, tanto no que respeita a obras concluídas, como a cortes de tráfego e ocorrências nas vias, para além da sua vocação incontornável de meio criador de opinião.

Em 2011 foi desenvolvido um esforço para, através de articulação interna, tornar possível a divulgação de informação útil ao dia-a-dia dos utentes das estradas mas também importante à sociedade, destacando-se o lançamento de obras ou a existência de condicionamentos à circulação rodoviária, a introdução de portagens eletrónicas e os respetivos meios de pagamento, etc. A atividade da empresa gerou um total de 2660 notícias publicadas, como se pode verificar no gráfico seguinte:



3.1.4 COMUNIDADE TÉCNICA E CIENTÍFICA NACIONAL

A EP mantém um relacionamento estreito com Universidades, Laboratórios e Institutos, quer no âmbito da investigação, da troca de experiências ou na formação dos seus colaboradores, com as quais a EP se relaciona na procura de novas soluções técnicas, da melhoria nos seus sistemas de acompanhamento e controlo do estado das vias ou do desenvolvimento das competências dos seus colaboradores.

O LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil é por natureza das suas funções de regulação, o parceiro preferencial da EP, no que respeita aos Sistemas de Gestão de Conservação de Obras de Arte.

O IST - Instituto Superior Técnico, constituindo uma escola de referência da Engenharia, esteve associado ao processo de criação do Sistema de Gestão de Pavimentos (SGPav), e continua a dar apoio à EP na melhoria contínua do sistema, visando a otimização das intervenções e das decisões de investimento na conservação de vias.

No âmbito das pontes internacionais, a EP participa em comissões internacionais, de que se salienta a reunião da Comissão Técnica Mista da ponte do Guadiana e Monção, cujo processo de reabilitação se encontra em curso, realizada em 2010 com a *Dirección General de Carreteras* e o InIR, com o objetivo de regular o processo de atribuição de responsabilidades de conservação da ponte internacional.

A EP acolheu 19 estagiários durante o ano de 2010, essencialmente realizados no âmbito de acordos de parceria e protocolos celebrados com instituições de ensino e empresas de formação, contribuindo desta forma para a formação de jovens em contexto de trabalho e para a difusão de conhecimento em domínios de atividade da empresa.

Tipos de Estágios/Áreas de Formação	Estágios curriculares	Estágios Profissionalizantes	Total
Engenharia Civil	2	4	6
Segurança e Higiene no Trabalho	4		4
Direito/ Economia/ Contabilidade	3		3
Informática	3		3
Obras Públicas/Ambiente	2		2
Topografia	1		1
Total	15	4	19

3.2 RELACIONAMENTO COM UTENTES

No que concerne à sustentabilidade empresarial é preocupação da EP a forma como a empresa é percebida pelo público, ou mais rigorosamente, pelo Utente.

A atual estrutura da empresa contempla órgãos vocacionados para o atendimento e relação da empresa com o exterior, procurando fazê-lo de modo célere e fundamentado, imprimindo equidade e coerência às suas opções.

CENTROS DE APOIO AOS UTENTES (CAU)

Os CAU, normalmente localizados nas estruturas descentralizadas, existem para tornar a EP mais próxima dos Utentes e simultaneamente para aumentar a sua capacidade de resposta, quer em tempo quer em qualidade.

A EP afere o nível de satisfação do Utente que se dirige a estas instalações, através de um inquérito, que contribui para se conhecerem melhor as necessidades e assim promover ações de melhoria.

Em 2011 foram recolhidos 1.638 inquéritos.

Indicadores	Avaliação média
Tempo de espera	3,7
Profissionalismo	3,8
Disponibilidade e simpatia	3,8
Qualidade e clareza das informações	3,7
Conforto das instalações	3,5
Capacidade e eficácia na resolução dos pedidos	3,6
Divulgação de informação relevante	3,3
Tratamento dos assuntos	3,3
Tratamento das reclamações	3,3
Proximidade ao Utente	3,4

Os indicadores foram avaliados em 4 graus correspondentes aos níveis de satisfação alcançados e podemos dizer que, globalmente, os colaboradores que estão na linha da frente do contacto com o utente, têm uma avaliação muito positiva por parte destes.

CALL CENTER

Com a introdução das portagens em vias que funcionavam como SCUT, foi criado um *Call Center*, para resposta às dúvidas colocadas pelos Utentes.

PORTAL E FAQ'S

Foi ainda disponibilizada no portal www.estradas.pt uma lista completa de respostas às perguntas mais frequentes, de modo a obviar mais tempo aos utentes. Simultaneamente foi criado um endereço eletrónico, duvidas.novasportagens@estradas.pt, onde se podiam colocar as dúvidas existentes.

SISTEMAS DE RECLAMAÇÕES E SERVIÇOS

Para os contactos remotos com o cidadão em geral, a EP dispõe de três aplicações, o Gestor do Utente (GU), a aplicação Estrada Livre (EL) e o Sistema de Gestão do Licenciamento (SGL) todas com acesso direto no portal da EP. No essencial as aplicações permitem responder às várias tipologias das questões levantadas pelos utentes de uma forma cómoda e rápida, permitindo desta forma melhorar o serviço que a EP presta á comunidade, não tendo registado até ao momento qualquer reclamação relativa a violação de privacidade ou a perda de dados dos utentes.

3.3 RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

A empresa implementou em 2010 a “Plataforma de Gestão de Fornecedores” que tem como âmbito a centralização num só ponto toda a informação respeitante a um fornecedor, possibilitando a transparência de dados relativos ao percurso do fornecedor na EP.

Durante o ano de 2011 desenvolveu-se a 2ª versão do Portal de Fornecedores, com um maior enfoque na área de otimização de processos internos, com ganhos na produtividade deste processo na empresa.



A EP visa a manutenção de relações de longo prazo com os seus fornecedores, pretendendo que exista uma relação simbiótica entre ambos, com ganhos ao nível do produto final, por um lado, e por outro no incremento do capital intelectual dos dois universos e a transposição desse conhecimento para situações futuras, com benefícios mútuos, que vai para além das relações contratuais que com eles estabelece.

Em 2011, e dada a atual conjuntura, assistiu-se a uma forte mudança no mercado, nomeadamente na deslocalização dos técnicos seniores das empresas adjudicatárias para o estrangeiro, obrigando a EP a estabelecer uma dinâmica mais interventiva com os seus fornecedores, nomeadamente os projetistas, no sentido de garantir continuidade e até promover melhorias na vertente técnica dos estudos e projetos a seu cargo.

A EP orgulha-se ainda de liquidar as faturas dos seus fornecedores dentro do prazo acordado para o pagamento das mesmas, conseguindo-se reduzir o prazo médio de pagamentos de 27 dias no 4º trimestre de 2010 para 19 dias no 4º Trimestre de 2011, num período de grandes constrangimentos na tesouraria da empresa.

A contratação dos seus fornecedores é realizada de acordo com o previsto na legislação em vigor, essencialmente através de concurso público nacional e sempre que possível no mercado local.

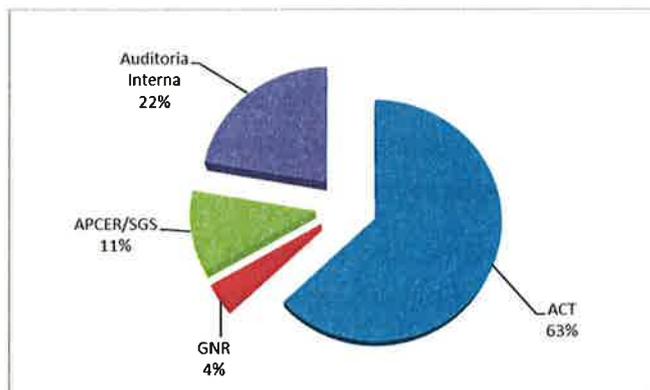
3.3.1 COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

A Coordenação de Segurança tem como objetivo garantir a melhoria contínua das condições de trabalho nas diversas atividades sob a responsabilidade da EP, garantindo o cumprimento estrito da legislação em vigor, nomeadamente o D.L. 273/2003 de 29 de Outubro.

Neste sentido a EP têm vindo a desenvolver e a adotar processos e procedimentos tendo sempre por base as prescrições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, por via de minimizar os riscos da atividade de construção.

São promovidas com regularidade Visitas de Sensibilização, Auditorias Internas e Ações Inspetivas em obra, com intenção de salvaguardar o cumprimento das normas internas e avaliar a sua eficácia, por forma a estabelecer planos de ação como instrumento indutor de inovação e de melhorias da atividade de Coordenação.

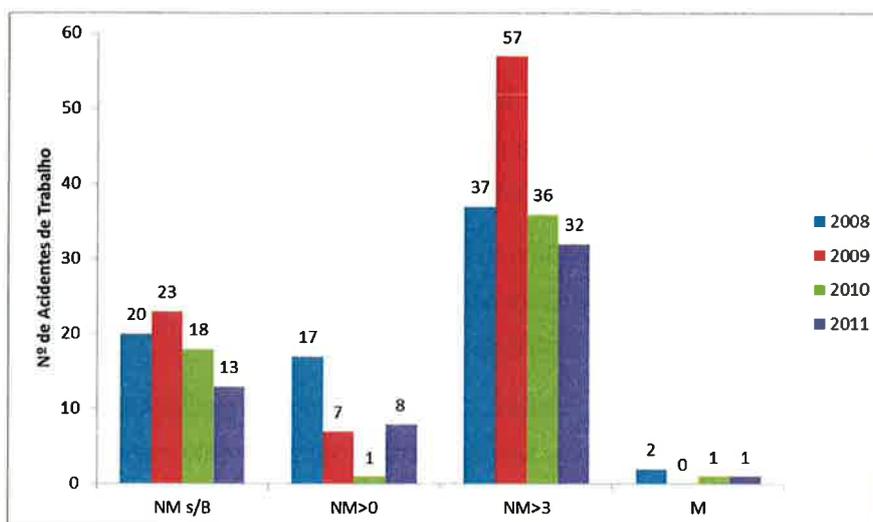
Existe uma cultura de colaboração para com as entidades interessadas no acompanhamento dos trabalhos de empreitada, em particular relacionadas com ações inspetivas, auditorias de 3ª parte a empreiteiros e no âmbito dos respetivos processos de certificação bem como auditorias internas levadas a cabo pelo empreiteiro.



Presença regular de entidades interessadas no acompanhamento de empreitadas

Sendo uma das preocupações da empresa construir minimizando a ocorrência de acidentes graves ou mortais, a concretização das metodologias instituídas pretende levar a cabo uma redução nos índices de sinistralidade nas empreitadas da responsabilidade da EP S.A.

O gráfico seguinte reflete o resultado da concretização de um conjunto de medidas, demonstrando ao longo dos últimos 4 anos alguma estabilização, o que sugere um bom desempenho global nas obras de construção, em matéria de acidentes de trabalho.



Comparação dos Acidentes de Trabalho entre os anos 2008, 2009, 2010 e 2011
NMs/B-Acid.não mortais sem baixa; NM-Acid.não mortais; M-Acid.mortais

3.4 PARCEIROS DE AÇÃO SOCIAL

CASA DO PESSOAL

Em 2011 a EP deu continuidade ao patrocínio de ações de índole cultural e sociais desenvolvidas pela Casa do Pessoal, organização dos trabalhadores dotada de personalidade jurídica, com a natureza de associação se fins lucrativos.

Esta parceria estrutura-se em torno da promoção de atividades que favoreçam o desenvolvimento pessoal, cultural e social dos seus associados e ainda de serviços ou apoios de natureza social, com sujeição à obrigação de prestação de contas perante a empresa.

DONATIVOS

Por iniciativa de um grupo de colaboradores da EP, pais de crianças da Creche e Infantário O NINHO, nasceu o objetivo de desenvolver nos seus filhos a capacidade de partilha através de uma recolha de brinquedos com destino ao Lar de Crianças e Jovens da Santa Casa da Misericórdia de Almada que acolhe crianças dos 4 aos 17 anos e o Centro Paroquial de Bem Estar Social de Cacilhas que na sua creche e infantário recebe crianças até aos 6 anos.

Esta iniciativa a que a empresa se associou, cresceu, dando lugar à campanha EP Solidária, a qual foi desenvolvida num espírito natalício que veio a permitir a entrega ao Centro Paroquial de Bem Estar Social de Cacilhas de 75 brinquedos e ao Lar de Crianças e Jovens da Santa Casa da Misericórdia de Almada de 726 peças de vestuário e de roupa de cama e de 49 brinquedos onde se incluíam 3 bicicletas.

OUTRAS PARCERIAS

A parceria com o Instituto Português do Sangue teve continuidade em 2011, com um largo número de colaboradores da empresa participantes nas campanhas de recolha de sangue realizadas na sede e no Porto.

Em parceria com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO a empresa organizou na EP o *workshop* subordinado ao tema “Gerir € Poupar, Faça Contas à Vida”, que teve como objetivo contribuir para aumentar a literacia financeira dos colaboradores da empresa, facilitar a gestão de orçamentos familiares e contribuir para a adoção de comportamentos de poupança e de combate ao desperdício. Este evento teve transmissão via *LiveMeeting* estando, por isso disponível a todos os colaboradores da empresa.

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, decorreu em parceria com a Workview, empresa prestadora de serviços externos de SST, o Workshop subordinado ao tema “A importância da ginástica laboral na prevenção das doenças músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho”, com enfoque em abordagens de prevenção da saúde dos trabalhadores e que compreendeu uma componente teórica, apresentada pela especialista em Medicina do Trabalho Dra. Odete Figueiredo e outra prática orientada pelo Professor de Ginástica da Casa do Pessoal Diamantino Venido, ambas também com transmissão via *LiveMeeting*.

4 SEGURANÇA RODOVIÁRIA

4.1 PLANEAMENTO E OBJETIVOS

A política de construção de infraestruturas tem evoluído gradualmente para a otimização da operação da rede, a minimização dos impactes desta no meio ambiente, procurando elevados níveis de segurança e satisfação dos utentes, numa perspetiva sustentável e de responsabilidade social. Segundo dados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), ainda provisórios, em 2011 morreram nas estradas portuguesas 689 pessoas e 2.436 ficaram gravemente feridas.

Consciente que estes números constituem um problema de saúde pública de grande dimensão, que exige esforços para que o seu controlo e prevenção sejam eficazes, não obstante os bons resultados alcançados, a EP, em 2011, dando continuidade aos planos anteriores, definiu como uma das suas prioridades a redução dos níveis de sinistralidade, quer através de intervenções na Rede Rodoviária Nacional (RRN), quer através de iniciativas de sensibilização dos condutores.

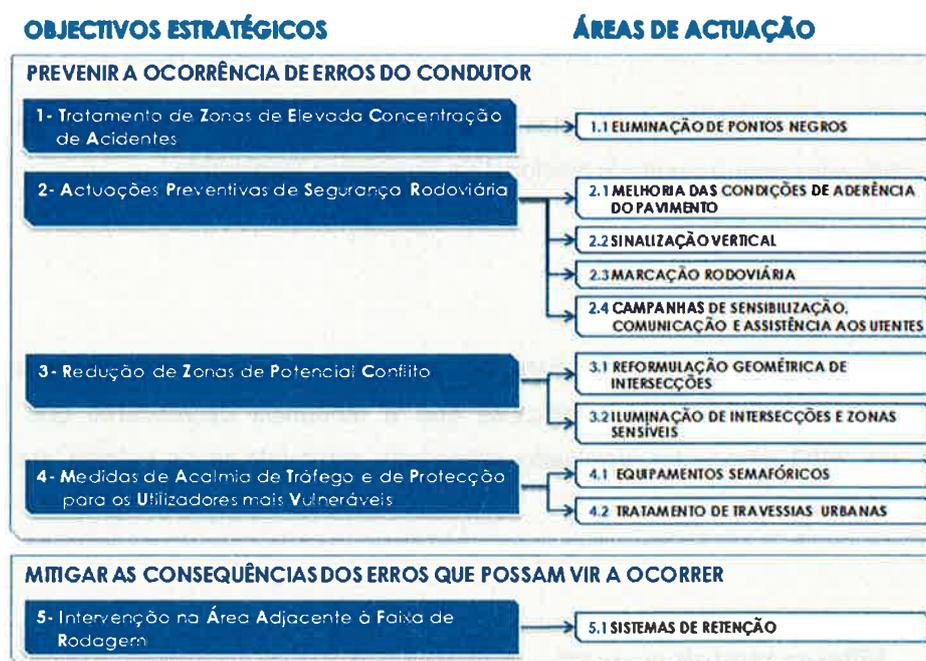
No âmbito da segurança rodoviária destacam-se os seguintes documentos:

- O Plano Rodoviário Nacional determina a elaboração anual do Plano de Segurança Rodoviária, dando especial destaque à correção das zonas de acumulação de acidentes de maior índice de gravidade;
- O Contrato de Concessão releva a importância atribuída à segurança rodoviária definindo objetivos de redução de sinistralidade especificando três indicadores: pontos negros, gravidade dos acidentes e vítimas mortais;
- A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária definiu como principal objetivo qualitativo **“Colocar Portugal entre 10 países da U.E. com mais baixa sinistralidade rodoviária, medida em mortos a 30 dias por milhão de habitantes”**. Para tal, o mesmo documento, estabelece um conjunto de ações que visam os seguintes objetivos quantitativos:
 1. Colocar, até 2011, a sinistralidade rodoviária portuguesa em 78 mortos por milhão de habitantes, equivalente a uma redução de 14,3% (base 2006);
 2. Melhorar esse indicador para alcançar, em 2015, os 62 mortos por milhão de habitantes, equivalente a uma redução de 31,9% (base 2006).

Tendo como base as orientações programáticas destes documentos, os indicadores de sinistralidade rodoviária, nomeadamente a deteção de pontos negros, os objetivos

estabelecidos no contrato de concessão, as deficiências detetadas na rede rodoviária ao nível da segurança quer no âmbito das inspeções realizadas quer as denunciadas pelos utentes e, principalmente, pelas autarquias e outras entidades, a EP prepara anualmente o plano de segurança que, a par das outras intervenções na rede no âmbito da construção de novas vias, de variantes a centros urbanos e na requalificação e conservação da rede existente, tem como principal objetivo a melhoria da segurança rodoviária.

O PSR está estrutura conforme figura seguinte:



Em 2011, tal como nos últimos anos, o investimento da EP na segurança rodoviária incidiu prioritariamente nas atividades de eliminação de pontos negros, marcação rodoviária, reformulação da sinalização vertical e na implementação de equipamentos dirigidos aos utilizadores mais vulneráveis.

Além das intervenções previstas no PSR, pretendendo-se a prazo minimizar as medidas reativas e maximizar as medidas preventivas, em 2011 foram realizadas ações de inspeção de segurança à rede da EP tendo como objetivo aferir, de forma sistemática, as condições de segurança e programar as intervenções necessárias.

Neste âmbito realizaram-se em 2011 inspeções aos 30 Pontos Negros registados em 2010 na rede sob gestão direta da EP e, ainda, a 43 Zonas de Acumulação de Acidentes. Destas inspeções resultaram propostas de intervenção a realizar “de imediato” e “a curto/médio prazo”, sendo que a maioria das primeiras já foram realizadas.

Realizaram-se também inspeções a cerca de 300 km de rede tendo como objetivo a identificação de problemas de segurança rodoviária em estradas que suportam itinerários complementares ainda não construídos.

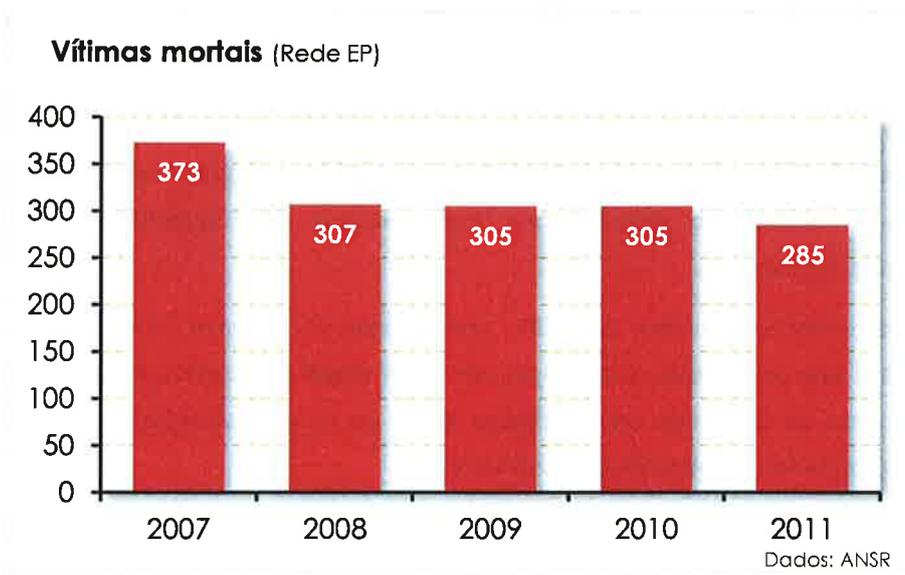
De referir que estas ações de natureza inspetiva estão enquadradas pelo Decreto-Lei nº 138/2010 que transpõe a diretiva 2008/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão da segurança em infraestruturas rodoviárias.

4.2 DESEMPENHO

Os indicadores de sinistralidade referentes a 2011 são, ainda, provisórios, únicos dados até à data disponibilizados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

VÍTIMAS MORTAIS

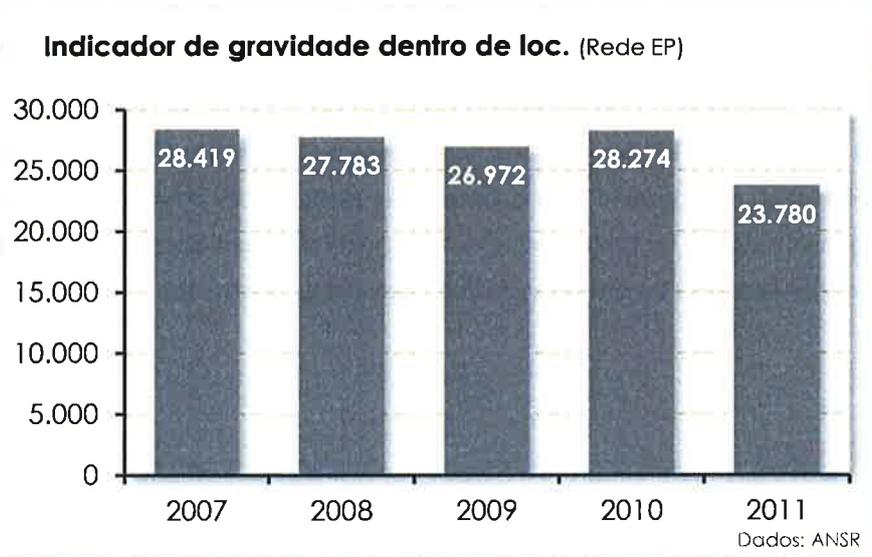
Como se pode verificar no gráfico seguinte, que compara a evolução das vítimas mortais na rede da EP entre 2007 e 2011, verifica-se que a tendência decrescente que se vinha verificando até 2008 parece ter terminado nesse ano mantendo-se os valores praticamente constantes até 2011.



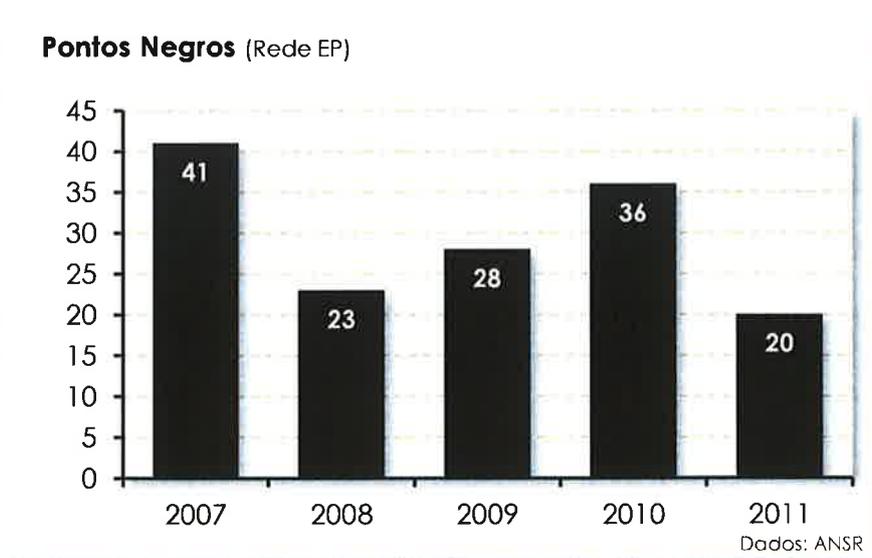
REDUÇÃO DO INDICADOR DE GRAVIDADE

O Indicador de Gravidade (IG) dos acidentes é calculado conforme o estabelecido pela ANSR, de acordo com a seguinte fórmula: $IG = 100 \times VM + 10 \times FG + 3 \times FL$

Como se pode verificar no gráfico seguinte, que compara a evolução deste indicador entre 2007 e 2011, verifica-se que em 2011 se registou um decréscimo significativo.



REDUÇÃO DE PONTOS NEGROS



Relativamente a 2011, foram registados 20PN, representando um decréscimo em cerca de 39,4% (-13PN) em relação a 2010.

Relacionamento com outras entidades

A EP, no âmbito da segurança rodoviária, manteve contactos regulares com diversas entidades do MAI, destacando a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), os Governos Cíveis, a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e entidades relacionadas e, ainda, com as Forças de Segurança.

Relativamente à colaboração com a ANSR refere-se a existência de um protocolo que tem como objeto a partilha de informação e a participação conjunta nas inspeções aos Pontos Negros identificados no ano anterior, realizadas em 2011.

Importa ainda referir que a EP tem interlocutores designados com o Centro de Coordenação Operacional Nacional, responsável pela coordenação institucional de todas as entidades que partilham responsabilidades na proteção civil e pela gestão da participação operacional, e com a Comissão de Planeamento de Emergência dos Transportes Terrestres.

4.3 INICIATIVAS

CARTA EUROPEIA DE SEGURANÇA RODVIÁRIA

A EP-Estradas de Portugal subscreveu em janeiro a **Carta Europeia de Segurança Rodoviária**. Esta iniciativa da Comissão Europeia conta já com mais de 1900 entidades de toda a Europa que se comprometem a promover ações de segurança rodoviária e partilhar conhecimento e experiências de boas práticas no campo de segurança rodoviária.

O compromisso da EP consiste na realização do seu Plano de Segurança Rodoviária tendo definido objetivos para três anos, contribuindo assim para o objetivo definido pela Direção Geral de Energia e Transportes da Comissão Europeia, de reduzir para metade o número vítimas mortais nas estradas europeias.

CAMPANHA "SECUR'ETE 2011"

A EP apoiou mais uma vez a campanha Internacional de segurança rodoviária designada por "SECUR'ETE 2011" realizada pela Associação CAP MAGELLAN, realizada nos meses de julho e agosto.

APOIO AOS PEREGRINOS

Também no âmbito das ações preventivas a EP continuou a apoiar, através das suas Unidades Móveis de Intervenção e Apoio (UMIA), os peregrinos que se deslocaram a Fátima para participar no 13 de maio.

5 GESTÃO AMBIENTAL

5.1 OBJETIVOS

No quadro em que a construção nova perde expressão face ao incremento da importância da conservação das vias e sua eficiente exploração, em termos ambientais pretende-se prosseguir com os procedimentos e boas práticas que visam dar cumprimento, por um lado, à legislação nacional aferindo o correto funcionamento das medidas implementadas e, por outro, que perseguem objetivos de melhoria do desempenho numa ótica do bem-fazer e de uma atitude mais que sustentável - sustentada.

Neste contexto pretende-se incrementar, cada vez mais, atividades que permitam conciliar o crescimento/manutenção da Rede Rodoviária com a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a EP continuou em 2011 a integrar a vertente ambiental em todas as fases do ciclo de vida das infraestruturas rodoviárias, desenvolvendo atividades de carácter estruturante com os seguintes objetivos:

- Cumprimento da legislação ambiental aplicável, nacional e comunitária;
- Promover a aplicação das boas práticas em matéria ambiental e de salvaguarda do património cultural, acautelando a emissão de contraordenações bem como de pareceres negativos na gestão ambiental e do património cultural, durante a fase de planeamento, construção e exploração dos empreendimentos;
- Garantir a incorporação de materiais reciclados/reutilizados, numa percentagem de 5%, em intervenções de estradas, em observância com a legislação e as disposições técnicas regulamentares aplicáveis;
- Executar ações de monitorização ambiental decorrentes da avaliação dos indicadores ambientais, bem como definir e programar as medidas destinadas à correção das situações de incumprimento;
- Prosseguir a implementação do Projeto Estradas Património;
- Elaborar documentos normativos aplicáveis a todas as fases do ciclo de vida do empreendimento rodoviário;
- Promoção de tecnologias e aplicações informáticas em busca da atualização e sistematização de dados ambientais, com vista à sua gestão;
- Prosseguir com os levantamentos necessários em matéria de Gestão Ambiental numa perspetiva de integração futura no Sistema de Gestão da Qualidade da EP;

- Redução dos consumos de energia e das emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020, no âmbito do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (RCM nº 2/2011, de 12 janeiro);
- Fomentar parcerias com outras entidades no âmbito da monitorização de fatores ambientais e da promoção de iniciativas I&D;
- Troca de experiências com organismos externos, nacionais e internacionais, designadamente empresas congéneres.

5.2 DESEMPENHO

O ambiente é uma matéria que se incorpora em toda a atividade da empresa, fazendo com que uma multiplicidade de fatores ambientais seja considerada quando se planeia, projeta, constrói e mantém uma estrada.

No âmbito da sua atividade, a EP desenvolveu novos projetos na área do ambiente, os quais para além da motivação interna de todos os que trabalham na empresa, são também particularmente importantes para a inovação com efeitos na sustentabilidade futura.

Fase de Planeamento

Em 2011, as áreas de intervenção da EP no acompanhamento de Instrumentos de Gestão Territorial, direta e indiretamente (via INIR), designadamente de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs), têm vindo a diversificar-se, tendo em conta as competências desta empresa em matéria de proteção sonora, a sua responsabilidade em termos de Avaliação Ambiental Estratégica, bem como a necessidade de salvaguardar servidões rodoviárias para estradas existentes e previstas face a pressões na ocupação do território.

A EP manteve ainda em 2011 a sua colaboração com o INIR, emitindo pareceres no contexto dos *Estudos de Avaliação da Rede Rodoviária Nacional*, promovidos por aquele Instituto, os quais incluíam avaliações ambientais estratégicas.

Numa outra perspetiva, a EP deu continuidade em 2011 à sua participação nos procedimentos de AIA de projetos (pedreiras, empreendimentos turísticos, linhas elétricas, linhas de caminho de ferro, explorações agrícolas, etc.), por solicitação das Autoridades de AIA (APA ou CCDR),



quer no âmbito da respetiva consulta pública, quer principalmente como entidade externa com competências específicas na matéria.

Fase de Projeto

A conceção das infraestruturas rodoviárias tem, fruto de uma prática já interiorizada, integrado na grande maioria das situações a dimensão ambiental, desde a conceção de Estudos Prévios à elaboração de projetos, à conservação de vias e obras de arte, e até na conceção de áreas de serviço.

Revestindo-se a avaliação ambiental de uma importância crítica à execução dos investimentos, pôr em prática o princípio da prevenção, torna-se muito relevante para o desenvolvimento dos traçados em harmonia e respeito para com o ambiente. A manutenção de um bom relacionamento com todos os organismos que tutelam as diversas matérias é essencial para tornar os processos de aprovação eficientes e eficazes.

No âmbito da gestão da componente ambiental ligada aos projetos rodoviários, dada a relevância dos procedimentos de avaliação de impacte ambiental e pós-avaliação, para a aprovação dos estudos e projetos, o sucesso destes processos é vital para a concretização da rede rodoviária.



FASE DE CONSTRUÇÃO

Desde há muitos anos que esta é uma etapa a que a EP atribui elevada importância, no âmbito da gestão de infraestruturas rodoviárias, abrangendo todo o tipo de empreitadas: construção, conservação e reabilitação.

Este acompanhamento tem vindo a sofrer as alterações decorrentes da evolução nestas matérias, das alterações legislativas e normativas, bem como da própria atuação da EP que tem sido até pioneira em algumas das boas práticas utilizadas, decorrente inclusivamente da



diversidade e quantidade de empreitadas sob a sua responsabilidade, que lhe proporcionam as oportunidades para ser frequentemente inovadora neste domínio.

A adoção de boas práticas em matéria de ambiente, nesta fase do ciclo da infraestrutura rodoviária, ultrapassa largamente o estrito cumprimento da lei, uma vez que a EP generalizou a sua implementação a toda a tipologia de obras, assumindo-se uma atitude pró-ativa e sustentada aquando da concretização dos projetos.

A eficácia comprovada nesta matéria, tem-se refletido tanto na melhoria da imagem da empresa, perante o público, em geral, e a comunidade científica, em particular, como na diminuição dos encargos resultantes da aplicação de coimas decorrentes da violação da legislação ambiental e/ou das paragens das obras em virtude da deteção de elementos arqueológicos no decorrer das mesmas.

Obras Adjudicadas em 2011 com Gestão Ambiental



Obras Adjudicadas em 2011 com Gestão do Património Cultural



FASE DE OPERAÇÃO

Na fase de operação da rede, a responsabilidade da EP passa por monitorizar vários fatores ambientais entre os quais, a qualidade do ar e da água, os níveis de ruído e a componente biológica. Estas monitorizações têm permitido a obtenção de dados para verificar a eficácia das medidas implementadas, possibilitando a sua correção sempre que necessário, bem como para resposta aos objetivos de sustentabilidade ambiental do Contrato de Concessão da EP.

Também no âmbito da operação da rede, a gestão do arvoredo rodoviário continuou em 2011 a ser uma forte aposta da EP, tendo em vista uma melhor gestão deste património, salvaguardando a riqueza paisagística das vias mas também assegurando níveis de segurança para os seus utentes e moradores confinantes. Esta aposta encontra-se refletida não só nos Contratos de Conservação Corrente da EP em vigor, e que refletem as preocupações a este nível, bem como nos diversos procedimentos que têm vindo a ser elaborados neste domínio e que concretizam as práticas e regulam as diretrizes que se têm vindo a cimentar e operar.

Em 2011 a EP deu ainda um impulso à monitorização da mortalidade dos animais nas estradas, consciente da importância que esta temática tem na biodiversidade do país,

atendendo à dimensão e abrangência das estradas sob a responsabilidade da EP, de modo a que esses dados possam permitir ajustar procedimentos e constituintes das próprias estradas.

Os registos das ocorrências verificadas são efetuados pelos operadores de inspeção das estradas, que conjugam esta atividade com as restantes que caracterizam a fiscalização das estradas, contribuindo para a criação de uma base de dados, atual e global, que permite realizar as análises necessárias à verificação do grau de cumprimento dos indicadores ambientais definidos neste domínio, com vista ao cumprimento dos objetivos de sustentabilidade ambiental estabelecidos, nomeadamente a redução da mortalidade da fauna nas estradas e o aumento da utilização das estruturas de passagem nas estradas sob a jurisdição da EP.

Em função da análise dos resultados são identificados os pontos negros da mortalidade da fauna, seguindo-se um processo de análise das respetivas causas, propondo-se consequentemente medidas de atuação que permitam melhorar internamente os procedimentos aplicados até ao momento, numa perspetiva de melhoria contínua do processo.

5.2.1 CONSUMOS

MATERIAIS

Em virtude de a principal atividade da EP ser a construção, na qual são consumidos inúmeros recursos, alguns deles não renováveis, a empresa tem apostado no aproveitamento dos materiais excedentes da própria obra, bem como na introdução de materiais reciclados no processo construtivo. Estas ações têm contribuído para a redução da utilização de novos recursos, preservação da biodiversidade, além de se traduzirem em mais-valias económicas.

Sendo o âmbito de atuação da EP muito diversificado, tal reflete-se nas várias tipologias de materiais utilizados em obra, contudo os mais usados em 2011 foram os seguintes:

MATERIAL	MISTURAS BETUMINOSAS (m ³)	FRESAGEM (m ³)	SOLOS E AGREGADOS (m ³)	BRITA / RACHÃO (m ³)	BETÃO (m ³)	FERRO/AÇO (Ton)
QUANTIDADE	3 533,09	12 897,31	258 598,92	32 162,01	22 716,46	2 626,52

Em 2011 foi também estimada a quantidade de papel consumido nas instalações da EP para impressões, tendo sido estimada uma quantidade total de 13,3 toneladas, assumindo uma densidade média do papel de 80 g/m².

A EP tem apostado na utilização de materiais provenientes da reciclagem e/ou reutilização em empreitadas. Durante a fase de construção foram vários os materiais, que foram reutilizados, ou sujeitos a transformações de modo a viabilizar sua reintrodução na obra, pelo que não foram contabilizados no indicador EN1.

A utilização destes materiais permite diminuir as quantidades de matérias-primas requeridas, sendo que em 2011 foram apuradas as seguintes quantidades:

DESCRIÇÃO	TOTAIS (m ³)
SOLOS DE ESCAVAÇÃO E DECAPAGEM	3 666
BETUMINOSO FRESADO	249
BLOCOS E ROCHA	150

Em virtude de a tipologia e número de empreitadas no período de análise ser bastante variável de ano para ano, tal impossibilita a comparação dos presentes valores, com os obtidos noutros anos.

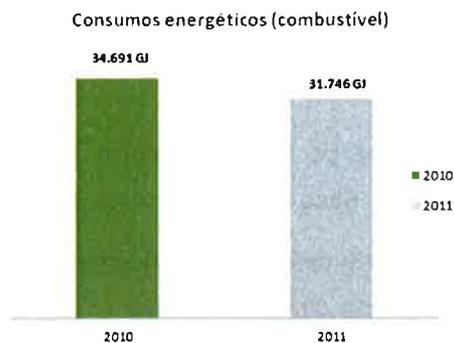
A percentagem de materiais utilizados provenientes da reciclagem é de 66% em relação ao número total de resíduos produzidos pela EP, nas suas obras.

ENERGIA

No ano de 2011 foi contabilizado neste indicador o valor de combustível gasto por viaturas, máquinas e outros equipamentos ao serviço da frota da EP, tendo sido apurado um valor total 855.694 litros, correspondendo a um consumo energético de 31.746 GJ.

Este consumo foi assim reduzido em cerca de 10,7 % face ao ano de 2010 refletindo assim o esforço desenvolvido pela EP, SA na redução e racionalização da sua frota automóvel.

Ano	Consumo (l)
2009	1.174.469
2010	958.891
2011	855.694

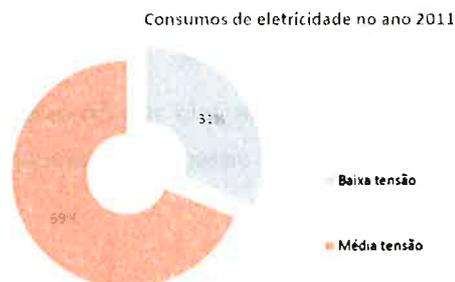


O n.º de viaturas afetas à EP no final do ano de 2011 era 379 unidades, menos 20 do que no ano de 2010.

No ano de 2011 procedeu-se à quantificação dos consumos de eletricidade segmentados pelas seguintes categorias: consumos em baixa tensão e consumos em média tensão tendo-se apurado como valor total, 164.593 GigaJoules.

Verificou-se que no ano de 2011 a maior percentagem de consumos energéticos se deveu a consumos de eletricidade em contratos em média tensão.

Já para o consumo de gás no ano de 2011 foi contabilizado um valor de 19.500 m³.

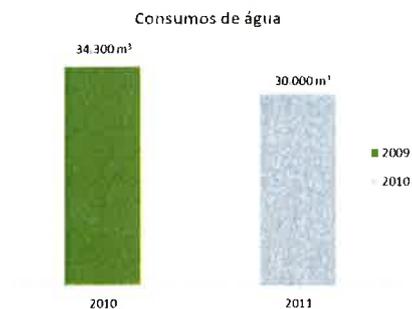


ÁGUA

Fontes e Consumos

Nos edifícios e instalações afetos à EP, a proveniência de água para consumo é essencialmente da rede pública, tendo-se contabilizado em 2011 um valor total de 30.000 m³.

Verifica-se, face ao ano de 2010 uma redução de 14% aproximadamente no seu consumo. No que se refere aos consumos associados à execução das obras, da responsabilidade dos respetivos Adjudicatários estas ocorrem ou por via de captações próprias (subterrâneas e superficiais) ou por abastecimento de rede pública, verificando-se esta última situação



essencialmente nos estaleiros de apoio de obra e a primeira no fornecimento de água para as atividades construtivas propriamente ditas.

Descargas

A descarga de águas residuais nas instalações da EP é efetuada sobretudo nas redes municipais, pese embora coexista por vezes com ligações a fossas sépticas.

O volume de descarga de efluentes provenientes das instalações da EP, no ano de 2011, foi estimado em cerca de 24.000 m³, tendo-se utilizado como pressuposto para este cálculo o princípio de que o volume de água rejeitada corresponderá a cerca de 80 % do consumo de água.

Na execução de obras durante o ano de 2011, as águas residuais de origem doméstica produzidas nos estaleiros de obra foram encaminhadas na sua maioria ou para fossas sépticas implantadas no terreno para esse efeito, ou então para WC's químicos. Estas águas foram posteriormente recolhidas por entidades municipais para Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), no caso das fossas sépticas, e recolhidas por empresas especializadas no caso dos WC's químicos.

As empreitadas que pela sua dimensão implicaram a instalação de estaleiros industriais, foram dotadas ainda de sistemas separadores de hidrocarbonetos, para a gestão dos efluentes de origem industrial.

5.2.1 INICIATIVAS PARA REDUÇÃO DE CONSUMOS

INSTALAÇÕES

No ano de 2011 foi dada continuidade à alienação de património não imprescindível à atividade da EP e a otimização de recursos materiais, com impactes positivos expectáveis na redução de consumos de energia.

No ano de 2011 consolidou-se ainda modernização de equipamento informático iniciada no ano de 2010, destacando-se a redução na sede da EP do nº de impressoras (de 128 para 120) e a continuidade da migração de servidores físico para virtuais, ainda que com menor expressão do que no ano de 2010, contribuindo estas medidas para a promoção da redução de consumos energéticos da EP.

ECO.EP – PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A EP lança em 2011 o programa de eficiência energética ECO.EP, com vista a estabelecer os projetos e medidas tendentes à eficiência energética de equipamentos e instalações geridas pela empresa.

A par das ações a desenvolver nas várias vertentes de poupança, prevê-se para 2012, a realização de campanhas de sensibilização tendo em vista a mudança de comportamentos dos utilizadores e a sua participação na redução de consumos e gestão de resíduos.

No âmbito deste programa foram iniciadas ações de intervenção ao nível de equipamentos, tendo em vista a redução de consumos energéticos. No ano de 2012

destaca-se que serão instalados no edifício sede da EP, condensadores que permitirão reduzir os consumos de energia reativa.



OPERAÇÃO DA REDE

No ano de 2011 entrou em exploração um sistema piloto de telegestão de iluminação, no Nó de Arez do IP2, com perspetivas de vir a ser disseminada a sua utilização por outros locais da rede rodoviária nacional. Este sistema permite regular por controlo remoto, a potência em horas de baixo consumo, controlar individualmente cada ponto de luz através de balastos eletrónicos de baixo consumo. Globalmente será possível alcançar reduções de consumo de energia até cerca de 50%, quando comparados com sistemas de iluminação dotado de balastos eletromagnéticos.

REPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SEMAFÓRICO DA RRN

A EP lança uma empreitada de cerca de 1,9 milhões de euros para a reparação e modernização do **sistema semafórico** da RRN a seu cargo, com objetivos não só de manutenção e reparação de equipamentos mas especialmente de redução de consumos de energia e promoção da sustentabilidade ambiental.

Além da manutenção e reparação dos equipamentos, este concurso contempla a modernização de cerca de 30% dos equipamentos, que consiste, essencialmente na substituição de lâmpadas convencionais de incandescência, por óticas de tecnologia LED, com

elevado rendimento energético; a instalação em passagens de peões de equipamentos acústicos de apoio aos invisuais e a instalação de painéis de melhoria de contraste e legibilidade.

A colocação destes equipamentos enquadra-se nos objetivos da EP no âmbito da promoção da sustentabilidade ambiental e irão permitir uma redução de 20 vezes no consumo de energia. Ainda no sentido de garantir uma maior eficácia e operacionalidade dos equipamentos semaforicos, está também prevista a instalação de componentes eletrónicos que permitem a comunicação remota de avarias entre os sistemas e o respetivo centro operacional e que possibilitam proceder remotamente a alterações ao modo de funcionamento.

Salienta-se ainda que, nos cadernos de encargos para novas intervenções no âmbito de melhoria das condições de segurança (ao nível da gestão de tráfego e controlo de velocidade para passagens de peões) já é exigido como requisito técnico a adoção de iluminação LED.

A iluminação atualmente instalada com tecnologia LED corresponderá a cerca de 2.3% do total, sendo a restante associada a lâmpadas de incandescência. Espera-se por isso que no futuro esta proporção seja significativamente alterada, em benefício da eficiência energética.

A EP, na exploração da sua rede rodoviária em todo o território nacional, possui diversos equipamentos de semaforização para a gestão de tráfego, que recorrem a energia produzida por painéis fotovoltaicos.

A utilização do recurso solar verifica-se com particular incidência nos locais de maior dificuldade na acessibilidade à rede de distribuição energia elétrica.

Embora a potência de fotovoltaico instalada neste tipo de equipamentos seja bastante inferior à potência total instalada associada ao abastecimento elétrico tradicional, espera-se que no futuro esta possa aumentar, com a introdução gradual de equipamentos com tecnologia LED, que promoverá a viabilidade económica do alargamento da utilização do recurso solar a outro tipo de equipamentos.

5.2.2 BIODIVERSIDADE

ÁREAS PROTEGIDAS AFETADAS

Tendo em conta que a rede rodoviária sob gestão direta da EP possui cerca de 13.450km, a percentagem da área possuída e administrada pela EP dentro de áreas protegidas é de cerca de 18%, o que tem uma importância significativa na gestão da atividade da organização. Em termos quantitativos é possível verificar que 6,33km² das estradas subconcessionadas, e que 25,98km² de estradas em jurisdição da EP, se localizam em áreas protegidas, conforme ilustram as figuras constantes do anexo I.

IMPACTES NA BIODIVERSIDADE

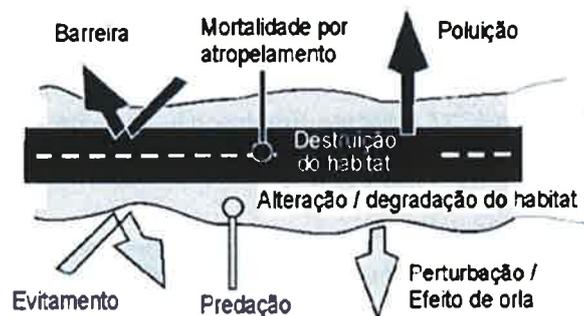
O presente descritor tem como finalidade reportar os impactes sobre a biodiversidade em áreas protegidas, quer aquando das atividades de construção, bem como de exploração.

Em 2011, desenvolveram-se diversos projetos com afetação direta de áreas protegidas ou com elevado índice de biodiversidade, o que implicou o acompanhamento desses projetos com o envolvimento direto do ICNB, uma vez que se trata do Instituto que tutela esta matéria.

Deste modo a EP, desde o início dos seus projetos, opta por uma atitude pró-ativa no sentido de acautelar desde o princípio a minimização dos impactes que possam ocorrer na biodiversidade, aquando da fase de obra, e da fase de exploração. O conhecimento antecipado dos impactes ambientais significativos é fundamental para a otimização do traçado em fase de Projeto de Execução.

Na fase de construção, decorreram oito empreitadas com interferências em áreas protegidas, designadamente Parques Naturais e Sítios de Rede Natura.

Os principais impactes ocorridos durante a fase de exploração, ao nível da biodiversidade, dizem respeito à fragmentação e alteração de habitats, aos atropelamentos e ao aumento da pressão humano.



A EP, ao longo de toda a sua rede viária efetua um registo dos atropelamentos da fauna, tendo sido registados um total de 1.866 atropelamentos, sendo que nos troços que atravessam áreas protegidas se registaram 111 ocorrências, conforme ilustrado no seguinte quadro:

		Peneda/Gerês	Montesinho-Nogueira	Romeu	Morais	Sabor e Maçãs	Douro Internacional	Vale do Coa	Malcata	Serra da Estrela	Nisa/Lage de Prata	São Mamede	Monfurado	Évora	Serra de Montemuro	Serra da Lousã	Serra de Aire e Candeeiros	Gardunha	Cabeçao	Estuário do Tejo	Estuário do Sado	Cabrela	Comporta/Galé	Monchique	Costa Sudoeste	Mourão/Barrancos	Total
Repteis	Cobras	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	8	
	Lagartos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Não Identificados	0	4	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	
Aves	Corujas e Mochos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	7	8	0	0	0	0	17	
	Pássaros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	
	Não Identificados	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	
Mamíferos	Insectívoros	1	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	2	3	5	1	0	0	4	11	
	Camívoros	0	1	0	0	0	1	1	0	1	5	7	4	2	2	0	0	0	2	3	5	1	2	3	5	46	
	Coelhos e Lebres	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2	0	0	1	0	9	
	Cães Domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Não Identificados	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Anfibios	Rãs e Sapos	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	

Verifica-se desta forma que apenas 6% dos atropelamentos ocorrem em áreas protegidas, sendo na sua maioria mamíferos, que apesar de serem um dos grupos mais preocupantes em termos de conservacionistas, são o grupo para o qual existem medidas de minimização de fácil implementação. É igualmente de realçar que a grande maioria dos atropelamentos ocorridos fora das áreas protegidas, ocorrem no grupo dos animais domésticos.

Algumas das estradas localizadas na Rede Natura 2000 apresentam Programas de Monitorização para a fase de exploração, que têm em conta, nomeadamente a Fauna. Dentro destas estradas encontra-se o IC27 – Monte Francisco – Odeleite, e a EN371 – Arronches e Campo Maior.

No IC27 – Monte Francisco – Odeleite, foi implantado um programa de monitorização da fauna e flora. A componente Faunística é monitorizada com base nos registos de atropelamento dos vertebrados, e com base na monitorização de algumas das passagens específicas para a Fauna, e de Passagens Hidráulicas existentes.



A monitorização realizada no período de setembro de 2010 a agosto de 2011 permitiu registar um total de 119 atravessamentos, dos quais 54 foram registados na passagem hidráulica e 65 na passagem para fauna.



Exemplo de 2 espécies de mamíferos selvagens que utilizaram as passagens monitorizadas: Raposa Vulpes vulpes e Sacarrabos *Herpestes ichneumon*, respetivamente

A empreitada de Pavimentação da EN371 e ER371 entre Arronches e Campo Maior e entre Campo Maior e Retiro (Fronteira com Espanha) fica situada no sítio do Caia e na ZPE de Campo Maior. Uma vez que esta empreitada se inseriu em área protegida do ponto de vista da conservação da natureza, foi solicitado parecer ao ICNB, tendo ficado acordado a implantação de um plano de monitorização a três anos.

Deste modo foi efetuada, por uma entidade externa à EP, uma campanha de monitorização nos períodos de Primavera e Outono de 2011, tendo sido registado 171 cadáveres de animais, 140 dos quais identificados. A mortalidade na Primavera (108 cadáveres) foi superior à verificada no Outono (62 cadáveres).

No conjunto das duas épocas, a maior percentagem de cadáveres encontrados pertenceu aos anfíbios (40%), seguida das aves (27%), dos mamíferos (18%) e por último dos répteis (15%).

Com a presente monitorização foi possível definir três zonas principais onde ocorre mortalidade considerada elevada; entre os quilómetros 43 e 44, entre o quilómetro 45 e o primeiro terço do quilómetro 46 e entre o último terço do quilómetro 47 e o quilómetro 48.

Na EN232 – Variante a Gouveia, que se localiza no Sítio da Serra da Estrela, efetua-se a avaliação e impactes sobre a biodiversidade através de campanhas de monitorização que abrangem os recursos hídricos, da qualidade do ar e do ruído até 2013. Os valores obtidos em 2011 encontram-se abaixo dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS

Na fase de construção existe com frequência a afetação direta de áreas, com a ocupação temporária destas, através da instalação de áreas de estaleiro, zonas de depósito e estacionamento de materiais, entre outros. Estes locais são, no âmbito da sua desmobilização, alvo de recuperação paisagística.

Como modo de restauro e proteção de habitats a EP aposta em projetos de integração e recuperação paisagística, na fase final da empreitada. Igualmente, durante a exploração, são adotadas medidas de restauração ou de proteção de habitats.

O estabelecimento de protocolos com parceiros é outra das estratégias usadas pela EP no âmbito da proteção e recuperação da Habitats. Estas consistem na restauração e proteção de habitats, em áreas diferentes das afetadas pela atividade da empresa.

Em 2011 a EP, em parceira com a Fundação Floresta Unida, participou na plantação de 20 milhões de árvores em Porto de Mós.

GESTÃO DE IMPACTES NA BIODIVERSIDADE

A gestão de impactes na biodiversidade é um dos grandes pontos de atuação da EP, sendo que presentemente a empresa apresenta vários protocolos com entidades externas, bem como procedimentos internos específicos.

A EP e a Fundação Floresta Unida possuem um protocolo que tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições para efeitos de cooperação, com vista ao cumprimento, pela EP da obrigação de plantação de árvores, no âmbito da sua responsabilidade social e das medidas compensatórias impostas pelo abate de sobreiros e azinheiras em povoamento, bem como a elaboração e implementação dos projetos de arborização e dos respetivos planos de gestão, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho.

Para além do cumprimento dos requisitos legais, com o presente Protocolo, a EP passou ainda a contribuir para o cumprimento deste objetivo, através da entrega de um donativo anual que financiará a plantação de 2ha de floresta, no âmbito da responsabilidade ambiental e social da Empresa, integrando nos seus objetivos a compensação pelo aumento do teor de CO₂ na atmosfera decorrente do abate de árvores, necessário no âmbito da construção ou beneficiação de infraestruturas rodoviárias.

Foi com base neste protocolo que no ano de 2011 a EP, em parceira com a Fundação Floresta Unida, participou na plantação de 20 milhões de árvores em Porto de Mós. Esta participação

encontra-se inserida no âmbito da política de responsabilidade social da Empresa e teve como principal objetivo contribuir para a preservação da biodiversidade do nosso país.

O protocolo assinado em 2009 com a Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com o intuito de desenvolver o projeto "Monitorização da Mortalidade de Vertebrados por atropelamento nas Estradas de Portugal", permitiu em 2011 a obtenção de dados sobre o atropelamento da fauna nas estradas sob gestão da EP. Com a análise destes dados a EP será capaz de avaliar a necessidade de implementação de medidas de minimização, com vista à sua efetiva adoção.

BIODIVERSIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS E RESPETIVOS HABITATS, AFETADOS PELAS DESCARGAS DE ÁGUA E ESCOAMENTO SUPERFICIAL.

Em algumas redes rodoviárias a EP executou sistemas de retenção e tratamento de águas de escorrência provenientes da plataforma viária, destacando-se os sistemas construídos na EN10-8 estuário do Sado Alto da Guerra/Mitrena – 2º Lanço – Praias do Sado/Mitrena, e no IP6 IP6 – Peniche/(IC1).

Na EN10-8 o sistema visa minimizar os impactes da descarga de águas de escorrência numa zona de sapal integrada na Reserva Natural do Estuário do Sado, sendo dotado de um sistema de retenção, decantação e tratamento por espécies vegetais de meio aquático.

O sistema de controlo de válvulas a instalar permitirá ainda detetar situações de variação bruscas de pH e automaticamente acionar o seu fecho de modo a reter o efluente numa câmara de retenção de elevada capacidade volúmica para a sua posterior remoção. Esta funcionalidade revela-se particularmente eficaz por exemplo em caso de derrames acidentais de substâncias perigosas que sejam drenados para este sistema.

No IP6 e de forma a minimizar possíveis impactes sobre a qualidade da água da albufeira de S. Domingos, construíram-se caleiras semicirculares na berma, associadas a um sistema de coletores, que permitem a descarga de águas provenientes da plataforma para bacias de retenção, onde aí são depuradas antes de serem lançadas no ambiente, mais especificamente na zona de Olho Marinho, onde existem algumas captações.

O sistema de tratamento tem como objetivo remover 60% dos contaminantes presentes nas águas de escorrência, através de duas bacias de decantação. A primeira bacia visa o desengorduramento, tendo 215m³ de capacidade, e é revestida com uma camada de 0,30m de produtos argilosos, reforçada com um "Geonil 350". A segunda bacia, com uma capacidade de 84m³, é constituída por um tanque de betão com o seu interior revestido com tinta à base de resina epoxy. O tanque está dividido por um septo, de modo a reter os hidrocarbonetos de um lado e as lamas de outro.

Todas as bacias dispõem de uma descarga de fundo para se proceder à sua limpeza, em casos normais, de dois em dois anos. Durante a "época seca" deve proceder-se à limpeza da 1ª bacia, e de dez em dez anos à segunda.

5.2.3 EMISSÕES E RESÍDUOS

EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

Como emissões diretas foram contabilizadas as emissões de gases com efeito de estufa geradas pela queima de combustíveis fósseis da frota automóvel da EP, SA. foram contabilizadas como emissões indiretas as resultantes do consumo elétrico.

O valor total apurado de emissões de gases com efeito estufa, para o ano de 2011, foi de 15.108 tonCO₂eq.



Para o cálculo destas emissões foi utilizado o fator de emissão de CO₂eq do gasóleo constante da tabela de fatores de emissão utilizada pelo Inventário Nacional de Gases com efeito de estufa (publicado em 2008, pela Agência Portuguesa do Ambiente).

Já a conversão das emissões indiretas (associada ao consumo de eletricidade) em equivalente de CO₂ foi efetuada a partir dos fatores de emissão constantes do Relatório de Sustentabilidade da EDP de 2011, correspondente a 9 meses de reporte.

Constata-se que no ano de 2011 a maior contribuição de emissões de gases com efeito de estufa, por via indireta, ocorreu por via dos consumos de eletricidade.

Tipo de consumo	Emissões (tonCO ₂ eq)
Combustível	2.352
Eletricidade	12.756
Total	15.108

SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZONO

Atendendo à natureza da sua atividade, a EP não utiliza processos que conduzam à emissão para a atmosfera de substâncias destruidoras da camada do ozono.

No ano de 2010 iniciou-se contudo o levantamento dos equipamentos afetos às instalações da EP que utilizam nos seus circuitos internos o Fluido R-22 (CHClF₂), ou ainda outros do mesmo tipo, tendo em vista a sua gradual substituição por outros fluidos refrigerantes, na aceção do Regulamento CE n.º 1005/2009, de 16 de setembro, que regulamenta a sua utilização.

Do levantamento já efetuado foram identificados 112 equipamentos que utilizam fluidos CFCs e HCFCs, para os quais será equacionada a substituição do fluido (em ações de manutenção) ou até do próprio equipamento (se próximo do seu final de vida).

NO_x, SO_x E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Considera-se que a exploração das instalações da EP, SA, não contribuiu de forma significativa para o aumento deste tipo de emissões atmosféricas, já que a sua atividade não é enquadrável na categoria de indústria transformadora.

As emissões atmosféricas geradas são geradas essencialmente no consumo de combustível da sua frota automóvel, tratando-se emissões do tipo difuso (relatadas nos indicadores anteriores).

MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR

No âmbito da monitorização da fase de exploração dos seus empreendimentos e do previsto no seu contrato de concessão, a EP, SA realizou em 2011 campanhas de monitorização de qualidade do ar na EN 232- Variante a Gouveia.

As campanhas de monitorização foram realizadas por entidades externas e idóneas e compreenderam uma semana de medições para cada ponto de amostragem, tendo sido analisados os vários parâmetros previstos no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, verificando-se o respetivo cumprimento legal em todos os pontos de amostragem monitorizados.

RESÍDUOS

A quantidade de resíduos gerados nas principais obras da EP é que a seguir se descreve:

TIPOLOGIA DE RESÍDUOS	TOTAL(M ³)
Madeira	50
Aço e Ferro	1,5
Misturas Betuminosas	15
Mistura de RCD	28
Betão	350

No ano de 2011 a produção e gestão de resíduos perigosos e não perigosas foi a seguidamente apresentada:

CLASSIFICAÇÃO	Quantidade Produzida (M ³)	Quantidade Valorizada (M ³)
Perigoso	6	0,5
Não Perigoso	445	60

5.2.4 INVESTIMENTO EM ASPETOS AMBIENTAIS

Analisando a distribuição dos diversos fatores ambientais nas obras decorridas em 2011, constata-se que este ano a integração paisagística das vias assume uma representatividade maior, talvez derivado do fato de 2011 ter coincidido com o término de obras de maior dimensão que a EP havia já dado início em anos anteriores.

Despesa em 2011 em aspetos ambientais nas obras



Aspetos Ambientais	2009	2010	2011
Barreiras Acústicas	2.432.541	1.239.026	1.770.906
Integração Paisagística	3.368.096	886.155	1.027.513
Acompanhamento Arqueológico da Obra	910.022	586.050	321.697
Acompanhamento Ambiental da Obra	1.095.500	559.214	500.330
Total (€)	7.806.159	3.270.445	3.620.446,00

5.3 INICIATIVAS

MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES

Desde há muitos anos que a fase da obra é uma etapa a que a EP atribui elevada importância, no âmbito da gestão de infraestruturas rodoviárias, sendo o investimento em diversos aspetos



ambientais nas obras, desde a gestão ambiental, a gestão do património cultural e a implementação de medidas de minimização (integração paisagística, barreiras acústicas, entre outras), uma realidade em todo o tipo de empreitadas: construção, conservação e reabilitação.

A implementação de medidas de minimização passa sobretudo pela construção de **barreiras acústicas**:



e pela execução de **integração paisagística**:



Em 2011 manteve-se a conservação do arvoredo rodoviário como uma forte aposta da EP, tendo em vista uma melhor gestão deste património, salvaguardando a riqueza paisagística das vias mas também assegurando níveis de segurança para os seus utentes e moradores confinantes.

Neste âmbito, foi dado início à elaboração de um Manual ilustrado, contendo as principais espécies de árvores encontradas ao longo das estradas sob a gestão direta da EP, e que se pretende que, por um lado, sirva a todos os que com a EP colaboram na fiscalização diária das estradas bem como, por outro, que constitua uma ferramenta dinâmica que permita efetuar pesquisas multicritério consoante a Estrada em que nos encontramos, de Norte a Sul do país.



REDUÇÃO DE CONSUMOS E RESÍDUOS

Internamente procura-se implementar uma cultura mais conservadora ao nível da gestão dos consumos (iluminação, aquecimento, água, combustíveis e material de escritório) e bem assim da redução dos resíduos produzidos, tendo-se inclusivamente desenvolvido uma aplicação de gestão de resíduos que visa operacionalizar a gestão de resíduos na EP, tendo em vista, por um lado, a redução da sua produção e, por outro, a melhor gestão dos que são efetivamente produzidos.



Classificação (L)	Resíduo	Data de armazenamento	Qtd estimada (Tm)
01000	resíduos metálicos	2011/04/28	2,7
02000	resíduos plásticos e outros materiais de plástico, incluindo a embalagem	2011/08/16	1,2
03000	resíduos de madeira	2011/08/16	1,4

EDIFÍCIOS

Tendo-se constatado que a maior percentagem de consumos energéticos está relacionada com o funcionamento de edifícios, em 2011 foi dada continuidade à alienação de património não imprescindível à atividade da EP e à otimização de recursos materiais, com impactos positivos expectáveis na redução de consumos de energia.

Por outro lado, foram realizados levantamentos mais exaustivos com vista à concretização de medidas efetivas, designadamente a identificação de todas as instalações de serviços existentes, bem como as principais características e respetivas utilizações, visando a otimização e racionalização de consumos, tendo-se procedido desde já à adoção de medidas que visam a otimização da iluminação, bem como à substituição das lâmpadas existentes por lâmpadas de baixo consumo, sem prejuízo de outras medidas mais abrangentes que se espera concretizar em 2012.

Como complemento à preconização de medidas efetivas no âmbito da eficiência energética, concluiu-se em 2011 o Estudo Prévio acerca da Viabilidade Técnico-Financeira da Produção de Energias Renováveis na EP, projeto esse que dá prevalência ao recurso solar e respetiva tecnologia associada. Em 2012 prevê-se analisar-se as conclusões do referido Estudo no âmbito das diversas medidas ao nível da eficiência energética que a EP se propôs em 2011 em perseguir.



A política de modernização do equipamento informático, iniciado em 2010, teve continuidade em 2011, designadamente ao nível dos servidores, bem como à implementação gradual de tecnologias e ferramentas cada vez mais sustentáveis do ponto de vista energético (Migração de Servidores Físicos para Servidores Virtuais, Otimização de



consumos através de recursos energéticos de computadores pessoais e Centralização de Parque de Impressão), atendendo à redução de emissões indiretas de energia que a sua adoção despoleta.

OPERAÇÃO DA REDE

Ao nível de operação da rede destaca-se a uniformização, reparação e manutenção de equipamentos semaforicos em toda a rede nacional sob gestão da EP, prevista implementar nos próximos anos, e cujo processo de contratação em cerca de 30% da rede de estradas da EP decorreu já em 2011.

Com efeito, com a substituição destes equipamentos perspectiva-se uma redução significativa nos consumos de energia elétrica, de cerca de 10 vezes menos, bem como dos custos de manutenção, na ordem das 3,5 vezes.

Foi dada sequência ao Projeto-Piloto de Sistema Integrado de Telegestão de Iluminação Pública (*Computer Craft*), no sistema de iluminação rodoviária de um Nó no IP2 (IP2/EN118), Concelho de Nisa, Distrito de Portalegre. Este projeto-piloto perspectiva uma redução de cerca de 60 % nos custos em energia elétrica e preconiza uma poupança significativa em termos de manutenção da instalação. Caso os resultados deste projeto-piloto confirmem o respetivo estudo técnico-financeiro, será equacionada a utilização deste tipo de sistemas de gestão e regulação de fluxo luminoso em iluminação pública noutras estradas ao longo do país.

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

O estabelecimento de protocolos com parceiros é uma das estratégias usadas pela EP no âmbito da biodiversidade.

Assim, e na sequência do protocolo assinado em 2009 com a Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com o intuito de desenvolver o projeto "Monitorização da Mortalidade de Vertebrados por atropelamento nas Estradas de Portugal", foi este ano que a EP deu um impulso à monitorização da mortalidade dos animais nas estradas, consciente da importância que esta temática tem na biodiversidade do país, atendendo à dimensão e abrangência das estradas sob a responsabilidade da EP, de modo a que esses dados possam permitir ajustar procedimentos e constituintes das próprias estradas.

Os registos das ocorrências verificadas são efetuados pelos operadores de inspeção das estradas, que conjugam esta atividade com as restantes que caracterizam a fiscalização das estradas, contribuindo para a criação de uma base de dados, atual e global, que permite realizar as análises necessárias à verificação do grau de cumprimento dos indicadores

ambientais definidos neste domínio, com vista ao cumprimento dos objetivos de sustentabilidade ambiental estabelecidos, nomeadamente a redução da mortalidade da fauna nas estradas e o aumento da utilização das estruturas de passagem nas estradas sob a jurisdição da EP.

Em função da análise dos resultados são identificados os pontos negros da mortalidade da fauna, seguindo-se um processo de análise das respetivas causas, propondo-se consequentemente medidas de atuação que permitam melhorar internamente os procedimentos aplicados até ao momento, numa perspetiva de melhoria contínua do processo.



Igualmente com o Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, foi dado início em 2012 a uma parceria com a EP, que visa a identificação da utilização das obras de arte integradas na rede rodoviária da EP, por morcegos, no intuito de podermos contribuir para:



Figura 64 - Aproveitamento de estruturas de morcego

- Elaboração de Inventário de Morcegos em Portugal;
- Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas na construção/conservação de obras de arte, em prol da defesa destas espécies.

No âmbito da recuperação e proteção de habitats, em áreas diferentes das afetadas pela atividade da empresa, é de referir a continuação do protocolo entre a EP e a Associação Folha de Gelo, em nome do projeto Floresta Unida, que tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições para efeitos de cooperação, com vista ao cumprimento, pela EP da obrigação de plantação de árvores, no âmbito da sua responsabilidade social e das medidas compensatórias impostas pelo abate de sobreiros e azinheiras em povoamento, bem como a elaboração e implementação dos projetos de arborização e dos respetivos planos de gestão, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho.



Neste âmbito, em 2011, os colaboradores da EP participaram enquanto voluntários na plantação de 400 milhões de árvores em Porto de Mós.

EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

No âmbito da operação das vias, a EP promove a realização de monitorizações ao nível da qualidade do ar, com vista ao controlo das emissões nocivas.

A EP contribui ainda para o cumprimento deste objetivo com um donativo anual que financia a plantação de 2ha de floresta, no âmbito da responsabilidade ambiental e social da Empresa, integrando nos seus objetivos a compensação pelo aumento do teor de CO₂ na atmosfera decorrente do abate de árvores, necessário no âmbito da construção ou beneficiação de infraestruturas rodoviárias.

INTERVENÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A EP aderiu em 2011 ao Projeto INSIDE OUT "Um de Nós", no âmbito do TEDx, materializado através da colagem de fotografias de rostos nos pilares da Ponte 25 de Abril localizados nas Docas de Sto. Amaro.

Com efeito, este evento foi um projeto de arte participativo em larga escala, que transformou mensagens de identidade pessoal em peças de trabalho artístico. Todos foram desafiados a utilizar retratos fotográficos a preto e branco para descobrir, revelar e partilhar histórias não contadas e imagens de pessoas em todo o mundo.

6 QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS

6.1 POLÍTICA DE QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade da EP atua como um dos pilares importantes para a melhoria de desempenho e criação de soluções inovadoras, capazes de alavancarem os níveis de satisfação das entidades intervenientes.

A aplicação desta política, destinada a concretizar a efetiva realização de serviço público, constitui uma responsabilidade individual de cada colaborador da empresa.

A Política de Qualidade assenta:

- No empenho e compromisso dos Órgãos de Gestão na consciencialização, envolvimento e motivação para uma cultura da Qualidade em toda a organização;
- No cumprimento de requisitos e satisfação de expectativas das entidades intervenientes, nomeadamente, o acionista, as autoridades públicas, os organismos públicos e privados, os fornecedores, o utente e o cidadão em geral;
- Na melhoria contínua dos seus processos na ótica de uma gestão eficiente e eficaz;
- Na formação e desenvolvimento do seu quadro de pessoal, sustentados numa conjugação entre formação e prática, contribuindo para aumentos de produtividade em toda a empresa;
- Nas melhores práticas no relacionamento com entidades intervenientes no setor das infraestruturas rodoviárias, através da promoção e dinamização de relações estáveis, duradouras e de mútua confiança;
- Colaboração com os seus fornecedores para a melhoria do desempenho das suas prestações no setor das infraestruturas rodoviárias.

6.2 NORMALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS

A EP como entidade prestadora de serviço público, faz por pautar a sua atividade num justo equilíbrio entre a sustentabilidade económica e a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir a salvaguarda dos interesses e direitos dos utentes da Rede Rodoviária Nacional.

Esta premissa faz com que tenha sempre presente o aspeto da melhoria ao nível dos procedimentos e processos integrantes da sua atividade.

COMISSÕES TÉCNICAS

A Diretiva CNQ 2/99 do Conselho Nacional da Qualidade regula a criação e o funcionamento das Comissões Técnicas Portuguesas de Normalização (CT). As CT são órgãos técnicos que visam a elaboração de normas portuguesas e a emissão de pareceres normativos em determinados domínios e nas quais participam, em regime de voluntariado, entidades interessadas nas matérias em causa, traduzindo, tanto quanto possível, uma representação equilibrada dos interesses socioeconómicos abrangidos.

A EP está representada nas seguintes Comissões Técnicas:

CT 4 – Têxteis;

CT 154 - Agregados;

CT 129 - Materiais para pavimentação;

CT 155 - Equipamentos para estradas;

CT 153 - Ligantes betuminosos;

CT 156 – Geotecnia em Engenharia Civil.

Esta atividade contribui para a aquisição de conhecimentos que são fundamentais para a atualização de documentos internos da EP, como por exemplo o caderno de encargos tipo obra (CETO), e para o acréscimo de competências técnicas dos seus colaboradores.

COMISSÃO TÉCNICA DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS EM OBRAS GEOTÉCNICAS

A Direção de Projetos, em articulação com o Gabinete de Ambiente, participa na CT de Valorização de Resíduos em Obras Geotécnicas, atividade de impacto ao nível da sustentabilidade ambiental, para além de económica.

Tem um membro na sua Comissão Científica, participa em congressos e reuniões de trabalho, é coautor de artigos sobre este tema e colabora ainda na elaboração da publicação de um livro sobre esta matéria.

PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DIRECT-MAT

O projeto DIRECT-MAT (<http://direct-mat.fehrl.org/>) é uma ação de coordenação e apoio no âmbito do programa-quadro CE 7 "Transportes de superfície sustentáveis", com apoio financeiro complementar de Formas e SGI.

O projeto visa disseminar, à escala europeia, informação nacional, facilitando o intercâmbio de experiências em matéria de desmantelamento (demolição) e reciclagem ou eliminação segura dos materiais de pavimentação não ligados, ligados com cimento ou misturas betuminosas. Também se refere a outros materiais relacionados com a estrada, que não são habitualmente reciclados na construção rodoviária, incluindo partículas de pneu, sedimentos de valetas, subprodutos industriais e materiais de reforço.

Isto será alcançado através da construção de um banco de dados da Web Europeia, contendo informações destinadas a facilitar a correta reutilização, na construção rodoviária, de materiais rodoviários e resíduos relacionados com a estrada. A intenção é a de se utilizarem os resultados do projeto para suporte ao trabalho diário dos profissionais, pesquisadores e organismos de normalização. O banco de dados irá fornecer acesso à validação das diretrizes, referências de documentos nacionais, revisões de literatura e estudos harmonizados de aplicação prática.

Serão também produzidos Manuais de Boas Práticas sobre técnicas para a reciclagem de materiais rodoviários e de resíduos relacionados com a estrada, na própria estrada.

PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO PORTUGUESA DE TÚNEIS E OBRAS SUBTERRÂNEAS (CPT)

A Comissão Portuguesa de Túneis e Obras Subterrâneas (CPT) é um agrupamento pertencente à Sociedade Portuguesa de Geotecnia (SPG), constituído pelos membros portugueses da International Tunelling Association (ITA) e que pretende fomentar a criação de grupos de trabalho que desenvolvam atividade de investigação e divulgação em engenharia de Túneis.

A EP participa nesta Comissão na componente de Túneis Rodoviários.

Um dos principais Grupos de Trabalho prende-se com o "Cadastro de Túneis em Portugal", estando a preparar a edição de uma publicação com os túneis e obras subterrâneas mais relevantes em Portugal, onde constarão Túneis Rodoviários.

ATUALIZAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS TIPO OBRA (CETO)

Os Cadernos de Encargos da EP constituem um documento integrante do projeto de execução que detalha todos os materiais de construção a usar e as especificações técnicas a cumprir, a forma de os aplicar (processo construtivo) e o tipo de ensaios a realizar, normativo indexado e frequências de ensaio a implementar.

O objetivo da sua atualização é o de dotar a EP de documentos técnicos essenciais ao desenvolvimento da sua atividade, consonantes com o "estado da arte" e com a legislação Nacional e Europeia em vigor, publicada com uma elevada frequência, tornando assim necessário um maior esforço para o seu acompanhamento e adequação à prática da empresa. Importa ainda salientar que as Normas Europeias, entretanto desenvolvidas e publicadas, são revistas de 5 em 5 anos.

MODELAÇÃO EMPRESARIAL

Em 2011 foi também uma prioridade a modelação de processos da empresa independente da área temática em questão e/ou do referencial normativo adotado cuja caracterização de uma forma ágil e dinâmica é um passo importante na medida em que potencia a definição, controlo e melhoria por parte de quem neles atua e tem papel preponderante na sua gestão.

Neste contexto, a modelação de processos na EP deixa de estar focalizada apenas no cumprimento de requisitos normativos associados às normas ISO 9000 (Qualidade), abrindo novos horizontes para a otimização e oportunidade de melhoria contínua em processos cujo âmbito de intervenção se desenvolve nas áreas de Sistemas de informação (ISO 20000), Segurança e Saúde no trabalho (NP 4357), Ambiente (ISO 14000).

Mapeamento de Processos (Negócio e Suporte)



Foram já vertidos para esta plataforma alguns processos, que se encontram em diferentes momentos de desenvolvimento, como: Gestão de Estudos e Projetos, Gestão ambiental em Projeto, Gestão de expropriações, Contratação e gestão de obra, Gestão de conservação da rede, Contratação pública, Relação com o utente, Gestão da Documentação.

ARQUIVO DIGITAL E GESTÃO DOCUMENTAL - EDOC

Com a entrada em produção da solução de Gestão Documental, a EP beneficia das vantagens associadas à implementação de um sistema de gestão documental transversal a toda a empresa, que suporta a sua atividade integrada com os seus processos de negócio.



Na continuidade de acompanhamento do Gestor Documental a empresa tem vindo a realizar ações de melhoria ao processo documental, através de diversas iniciativas como a modelação do próprio processo e respetiva otimização de etapas e circuitos, a realização de auditoria de diagnóstico ao funcionamento e utilização da ferramenta, criação de suporte eletrónicos de apoio e esclarecimento de questões, entre outros.

6.3 SERVIÇOS PRESTADOS AO UTENTE

CENTRO DE LIMPEZA DE NEVE

A Zona da Serra de Estrela, pelas suas características próprias, constitui um foco de turismo e potenciador de emprego em Portugal, atraindo todos os anos milhares de turistas, tanto pela sua beleza natural, como pelos desportos que permite (prática de ski, montanhismo, passeios



pedestres). Este afluxo de visitantes origina contudo, com frequência, situações problemáticas.

As condições meteorológicas que caracterizam o Outono e o Inverno são ainda um fator de risco acrescido na condução. A chuva, nevoeiro, gelo e neve alteram substancialmente as condições de circulação rodoviária.

Cabe às Estradas de Portugal, disponibilizar e organizar os meios mecânicos e humanos necessários para colmatar ou minimizar as alterações provocadas por estes fenómenos.

O Centro de Limpeza de Neve (CLN) desenvolve todos os esforços para manter as estradas da Serra da Estrela abertas o maior número de horas, só não garantindo o acesso quando se verificam condições climáticas adversas, em que não estejam reunidas as condições mínimas de segurança para a circulação rodoviária, bem como em situações em que neva a baixas altitudes. Em situações de alerta, a EP dá prioridade às ligações às cidades, vilas e aldeias afetadas pela queda de neve, articulando estratégias com as entidades gestoras das redes viárias e com as forças policiais para regulação e controlo do tráfego.

Também Bragança e Vila Real apresentam, em muitos dias no Inverno, cenários completamente bancos de neve, sendo chamados os profissionais da EP para a limpeza das estradas e restabelecimento do trânsito nas vias sob a sua responsabilidade.

BRIGADAS MÓVEIS DE INTERVENÇÃO E APOIO

As UMIA (Unidades Móveis de Intervenção e Apoio) também têm contribuído para uma manifestação de satisfação crescente por parte dos utentes nas redes de estradas dos vários

distritos. A atitude pedagógica demonstrada pelos oficiais de inspeção e apoio para com o utente perante as infrações notadas e o apoio prestado aquando de acidentes ou avarias, tem aumentado a visibilidade da EP e melhorado o seu reconhecimento enquanto empresa que procura melhorar os seus níveis de qualidade nos serviços prestados.



Com uma extensão de rede sob a sua responsabilidade de cerca de 13.450km, as UMIA percorreram em 2011 cerca de um milhão e meio de quilómetros, o equivalente a mais de 100 passagens nas respetivas vias, com o objetivo de assegurarem que estas se encontravam nas devidas condições de circulação para o tráfego, e de reportarem as anomalias detetadas, incluindo as verificadas nas zonas limítrofes das vias.

	Extensão da Rede Km	Km Percorridos em fiscalização	Nº. eventos ocorridos na Rede
Aveiro	698	77.877	3.372
Beja	1.251	89.794	4.117
Braga	752	37.184	4.492
Bragança	963	92.266	2.875
Castelo Branco	597	68.929	3.746
Coimbra	606	38.513	5.271
Évora	927	76.632	4.924
Faro	333	64.693	2.322
Guarda	796	92.064	3.651
Leiria	565	52.642	2.410
Lisboa	782	105.000	4.099
Portalegre	736	83.760	1.171
Porto	765	92.234	9.233
Santarém	895	163.635	6.630
Setúbal	794	59.125	4.537
Viana do Castelo	597	60.170	4.359
Vila Real	613	82.632	1.587
Viseu	777	104.611	2.181

As Unidades Móveis de Intervenção e Apoio (UMIA) asseguram 4 grupos de funções:

- **Inspeção do estado da via** - Controlo, contínuo e sistemático, da rede de estradas, recolhendo, no menor espaço de tempo possível, informação sobre o seu estado geral, a sua qualidade, as condições de circulação e segurança apresentadas e quaisquer deficiências ou acontecimentos notáveis;
- **Policiamento** - Controlo das situações passíveis de licenciamento nas zonas limítrofes à rede; identificação de situações de incumprimento em que possa haver lugar a notificação ou contraordenação, bem como inspeção e apoio de processos de licenciamento em execução;
- **Apoio a Condutores e à Circulação em Geral** – Apoio a condutores e veículos que careçam de ajuda, com os meios disponíveis na unidade móvel, numa base de “melhor

esforço”, ou seja, sem que esse apoio comprometa o cumprimento dos demais objetivos da UMIA;

Outras Atividades de Proximidade da Rede - As UMIA, pela sua proximidade da rede de estradas e pela frequência com que a percorrem, podem prestar um conjunto de “serviços” a outras estruturas da empresa. Estas funções são prestadas pelas UMIA desde que não causem impactos negativos no cumprimento dos objetivos estabelecidos.

	Inspecções do estado da via	Licenciamentos	Policamentos	Apoio ao Utente	Outros
Aveiro	1.268	1.067	554	6	477
Beja	2.701	434	800	31	151
Braga	2.577	547	815	30	523
Bragança	2.050	199	586	34	6
Castelo Branco	2.372	120	931	77	246
Coimbra	2.742	378	1.739	97	315
Évora	3.787	66	1.001	16	54
Faro	1.036	351	353	476	106
Guarda	1.277	569	1.551	24	230
Leiria	742	934	326	99	309
Lisboa	2.819	198	463	54	565
Portalegre	788	183	151	47	2
Porto	5.193	1.793	1.738	203	306
Santarém	4.175	473	1.112	352	518
Setubal	3.186	119	908	92	232
Viana do Castelo	2.228	445	1.653	10	23
Vila Real	1.422	40	117	4	4
Viseu	1.260	205	465	28	223

LICENCIAMENTO

No sentido de ir ao encontro da contínua melhoria dos serviços prestados no âmbito do licenciamento, foram promovidas diversas iniciativas na tramitação dos processos de licenciamento da empresa sendo reflexo disso uma gestão cada vez mais eficiente e simplificada dos mesmos.

Foram promovidas pelo país um conjunto de ações de formação em matérias de licenciamento (Acessos e Valas, Publicidade, PAC e SGL) com o objetivo de esclarecer e dotar os colaboradores que trabalham nesta área do conhecimento necessário para melhorarem o seu desempenho e também promover a unificação de procedimentos.

Verificou-se ainda no decorrer 2011, uma forte adesão dos utentes ao Portal de Licenciamento como forma de submeterem e acompanharem os seus pedidos de Licenciamento via Internet, tendo sido recebidos ao longo do ano 119 pedidos de registo pelos utilizadores, que de uma forma genérica se distribuem igualmente entre entidades estatais, empresas e particulares.

Registaram-se um total de 14.663 processos de licenciamento, correspondendo a uma média mensal de 1.222 processos, verificando-se um crescimento de 23% face aos 11.882 registados em 2010.

O incremento do número de processos foi claramente consequência da crescente melhoria da capacidade de resposta da empresa e da constante harmonização de procedimentos, que incrementou o controlo mais rigoroso na fiscalização da rede, ressaltando-se em particular o empenho dado no ano de 2011 à fiscalização de acessos.

ÁREAS DE SERVIÇO

Destaca-se também a fase avançada em que se encontra a construção da Área Serviço do IC32-Montijo e a adjudicação do concurso da Área de Serviço da IC17-CRIL em Odivelas, à GALP. Estas Áreas de Serviço irão melhorar o apoio prestado aos utentes nestes importantes itinerários que servem a zona da grande Lisboa.

Encontra-se também já em fase avançada de análise o lançamento de mais quatro Áreas de Serviço, nas seguintes localizações:

Aveiro	N235	Km 3,500
Coimbra	IP3	Km 54,000
Porto	N104	Km 23,900
Santarém	IP6/A23	Km 7,200

CANAL TÉCNICO RODOVIÁRIO

Foi ainda dado particular revelo ao canal técnico rodoviário, no sentido de dar um impulso ao desenvolvimento desta rede e incentivar os operadores para a sua utilização.

Na sequência da introdução das portagens eletrónicas nas ex-SCUT, com o objetivo de incrementar a venda de títulos de portagem junto dos utentes estrangeiros que pretendem circular nas novas vias com portagem (MLFF), foi iniciado o processo de disseminação de pontos de venda, tendo sido implementados três quiosques eletrónicos de venda nomeadamente junto às fronteiras de Vila Real de Santo António (A22), Vilar Formoso (A25) e Vila Nova de Cerveira (A28).

PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO UTENTE

Ao nível de do serviço ao utente tem havido uma preocupação variada, nomeadamente ao nível de um trabalho mais próximo junto do utente através da centralização numa única plataforma que é capaz de cada vez mais e de forma cada vez mais integrada dar uma visão única do utente.

Assim, durante o ano de 2011 foram criados serviços adicionais, nomeadamente:

SITE INSTITUCIONAL DA EP

Remodelação gráfica com vista a uma melhor utilização, mas também à implementação de novos canais de comunicação, tais como a criação da bolsa de emprego externa e a integração com o portal do utente.



SIMULADOR DE PORTAGENS NACIONAIS / PORTAL ESTRADAS.PT

Elemento essencial na comunicação da informação de tráfego com o utente e no suporte à entrada da empresa num novo paradigma de operação de rede, o sistema **estradas.pt**, materializado no portal de trânsito (**www.estradas.pt**), foi alvo de vários projetos com vista a melhorar o *design*, estabilidade e funcionalidades com o objetivo de apoiar diretamente o utente. Destaca-se durante o ano de 2011, a disponibilização do **simulador de portagens da rede rodoviária nacional**, o qual permite ao utente simular todos os percursos de interligação de autoestradas de Portugal, garantindo assim ao utente a informação que lhe permite escolher o seu itinerário com base na distância ou no custo de portagens a pagar.

Calculador Portagens Voltar para Início

Selecione a classe do veículo e o local de origem e destino para o qual deseja calcular a taxa

Origem	Destino	Opcões
Estrada A22	Estrada A2	Classe 1
Acesso Castro Marim	Acesso Praça da Portagem	Critério Distância

versão em testes. Os valores apresentados são meramente indicativos e não vinculam a Estradas de Portugal.
Consulte aqui o mapa de Auto-Estradas de Portugal Calcular

Percurso	Km	Preço (EUR)
A22 Castro Marim Monte Gerdo Tavira Moncarapacho Faro Este Faro Oeste Loulé Sotiqueime A2/A22	77,90 km	7,00 EUR
A2 S. B. de Messines Almoçôvar Castro Verde Aljustrel Grândola (Sul) Grândola (Norte) Nácer do Sal A2/A5/A13 Marateca A2/A12 Palmela Coima Fogueteiro Almada Praça da Portagem	234,90 km	19,85 EUR
Total	312,00 km	26,85 EUR

Valores com IVA incluído à Taxa Legal em vigor

QUIOSQUES DE PAGAMENTO DE PORTAGENS ELETRÔNICAS A ESTRANGEIROS

Com o objetivo de apoiar o processo de pagamento de portagens eletrônicas a veículos de matrícula estrangeira, foram disponibilizados 3 quiosques de aquisição de produtos pré-pagos em locais de junto às fronteiras (Vila Real de Santo António, Vilar Formoso e Vila Nova de Cerveira).



EP 1 2 3 Identificação do veículo ☎ ⓘ

O SEU PRODUTO
País: Espanha
Matrícula: 1234DTR

Selecione a classe do veículo

1 

2 

3 

4 

ATRÁS

PORTAL DO UTENTE

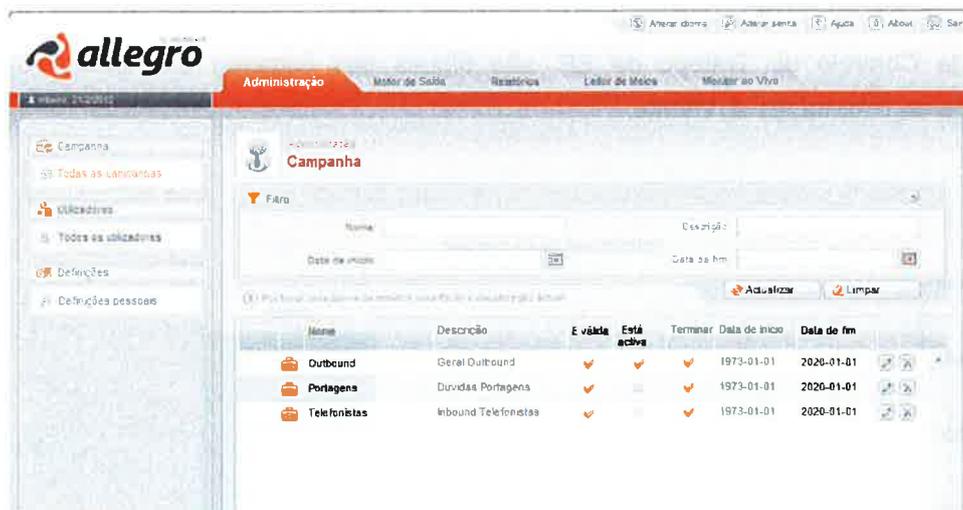
Em janeiro de 2011 foi disponibilizada esta plataforma internet que permite aos utentes interagirem facilmente com a EP, nomeadamente torna-se possível realizar **pedidos de informação**, realizar **sugestões e reclamações**, gerir os seus **processos de licenciamento**, entre outras atividades disponibilizadas através do endereço:

<http://gestordoutente.estradas.pt/portalu.php>.



REFORMULAÇÃO DO CALL CENTER ÚNICO 707 500 501

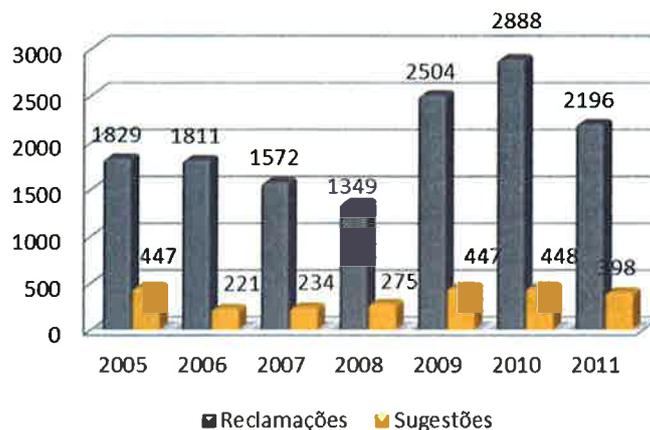
Este número único da EP sofreu uma melhoria no seu nível de serviço com a renovação de plataforma de atendimento de chamadas, bem como no formato de atendimento específico às dúvidas das portagens eletrónicas.



SERVIÇO ESTRADA LIVRE

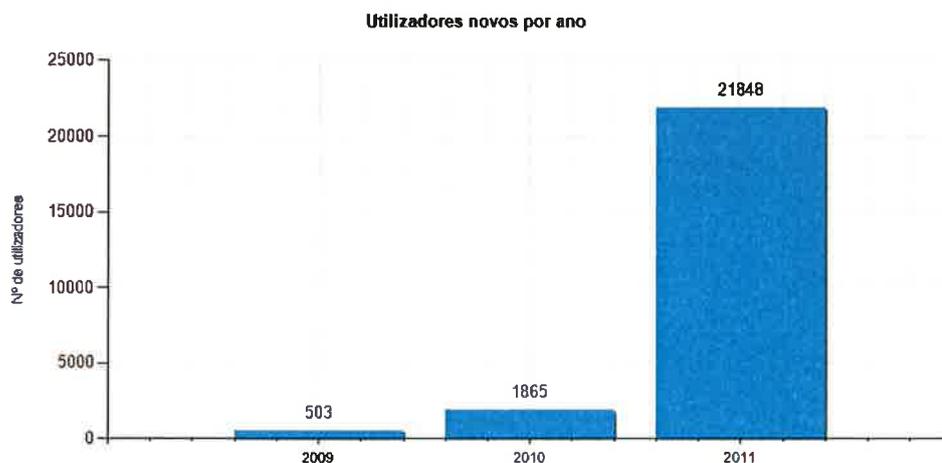
A plataforma interface Estrada Livre ao utente internet mais fácil de usar implementada em 2010 e que manteve o seu nível de sucesso na facilidade de utilização.

Serviço Estrada Livre



PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS DE TRÂNSITO WEB2.0

Disponibilização através de uma única plataforma de serviços de informação de trânsito nacional (boletins de trânsito vídeo, escrito, voz) em vários canais portal Estradas.pt, soluções móveis, rádios, parceiros, entre outros. Mais de 4.270 Amigos no *Facebook*, mais de 24.000 Utentes registados no Portal Estradas.pt, mais de 4.000 chamadas mensais recebidas no Centro de Controlo de Tráfego da EP, são alguns dos números exemplificativos desta plataforma de Informação ao Utente.



PORTAL DE TRÁFEGO ESTRADAS.PT

A Estradas de Portugal disponibiliza o seu **Portal de Tráfego Estradas.pt** numa versão para a plataforma iPad, após o grande sucesso que teve com as suas aplicações Android e iPhone.

Esta primeira versão para iPad permite um simples acesso a várias funcionalidades, entre as quais se destaca:

- Informação sobre condicionamentos de tráfego;
- Boletim de Trânsito em versão escrita e sempre atualizado ao longo do dia;
- Vídeos com Boletins de Trânsito do dia;
- Câmaras e Fotos de trânsito das estradas;
- Entrar em contacto direto com Centro de Controlo de Trânsito da Estradas de Portugal;
- Possibilidade do utente, através de um simples clique, reportar acidentes, congestionamentos de trânsito, etc.

6.4 CAMPANHAS DE INFORMAÇÃO AO UTENTE

Foram realizadas em 2011 duas campanhas de divulgação específica relevantes.

A primeira com o objetivo de divulgar aos utentes da Área Metropolitana de Lisboa a abertura ao tráfego do lanço Buraca / Pontinha da CRIL, infraestrutura fundamental para a melhoria da circulação na área metropolitana, pelo enorme potencial de desvio do tráfego de atravessamento das cidades de Lisboa e Amadora e conseqüente descongestionamento de vias urbanas e semiurbanas como a Segunda Circular ou o Eixo Norte/Sul.

Esta informação foi transmitida ao público através da manutenção em permanência de um *minisite* dedicado (*infocril*), de um filme, folhetos e brochuras.



A segunda campanha pretendeu divulgar de forma ampla toda a informação relevante relacionada com a introdução de portagens nas antigas concessões SCUT, incluindo, naturalmente, a informação gráfica das autoestradas em causa, a localização dos pórticos de cobrança, os meios de pagamento, etc. Esta campanha baseou-se na distribuição maciça de folhetos informativos em cerca de 3 milhões de domicílios e em encartes nos principais jornais nacionais. Foi também produzido um folheto dedicado aos condutores de veículos de matrícula estrangeira, em três línguas, distribuído com o apoio dos postos de turismo. Além disso, foi produzido e divulgado um *spot* de TV e rádio a alertar para as vantagens da adesão atempada a um dispositivo eletrónico para pagamento das portagens e prevenir aglomerações nos últimos dias.

Foi também instalado um *call-center* dedicado à introdução de portagens e mantidas atualizadas na *internet* as “perguntas frequentes”.



7 CAPITAL HUMANO

As políticas de gestão de recursos humanos de 2011 foram decisivamente influenciadas pelas ações orientadas a garantir a boa execução pela empresa do Plano de Redução de Custos Operacionais, traçado para o triénio 2011/2013, enquanto organização inserida no perímetro do SEE.

A par da implementação das medidas de redução das remunerações determinadas na Lei do Orçamento do Estado para 2011, a empresa redobrou esforços no sentido da otimização das formas de organização do trabalho e da racionalização de custos, os quais se refletiram nos efetivos resultados do exercício.

O esforço de redução da despesa veio trazer atualidade ao Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ), tendo sido lançada nova edição em 2011, como medida de diminuição do efetivo incluída no Plano de Redução de Custos da EP, SA para o triénio 2011/2013.

A execução das medidas de redução de custos resultou no exercício de 2011, por comparação com o ano de 2010, na diminuição do efetivo de 1185 para 1162 colaboradores e na redução dos custos com pessoal em 11% (redução que se apura em 13% se não considerados os encargos com indemnizações por cessação da relação laboral).

7.1 DESEMPENHO

ANÁLISE DEMOGRÁFICA E MOBILIDADE

A redução sustentada do efetivo da EP registado no triénio 2007/2009, situando-se em 17% a diminuição média anual da força de trabalho, foi seguida de um ligeiro aumento de 1,4% em 2010, por força do reforço de funções de proximidade ao utente e de operação na via. Em 2011 a empresa regressou a tendência de redução do efetivo, diminuído em 2,1% face ao ano transato, em resultado da execução das políticas de redução de custos.

Em termos globais o ano de 2011 revela redução do efetivo, apresentando um índice de rotação de 0,926, o que se traduziu numa disponibilização efetiva de 97,12% da força de trabalho.

Na distribuição dos colaboradores por vínculo laboral verifica-se o decréscimo expectável do conjunto de colaboradores em RCTFP, por se tratar de um quadro em extinção, passando de uma quota de 66% do efetivo em 2007, para 51% em 2011.

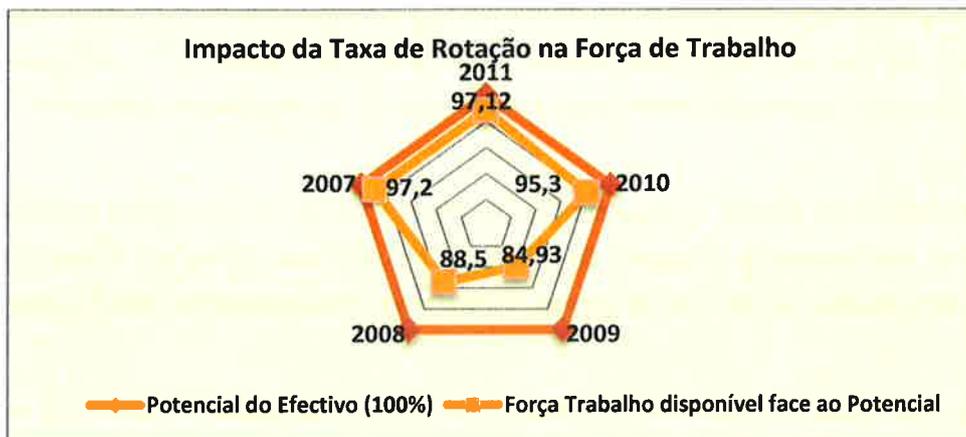
Efetivos em 31 de dezembro		Mandato CA	Dirigente	Quadros Superiores	Quadros Médios	Técnicos Auxiliares	Apoio	Total
Pessoas ao Serviço	H	2	70	181	101	150	173	677
	M	1	40	194	56	111	86	488
	T	3	110	375	157	261	259	1165
Contrato Permanente	H		70	175	99	143	151	638
	M		40	188	56	111	86	481
	T		110	363	155	254	237	1119
Contrato a termo certo	H			5	1	7	22	35
	M			6				6
	T			11	1	7	22	41
Contrato a termo incerto	H			1	1			2
	M							
	T			1	1			2

Na estrutura do efetivo destaca-se, por efeito dos movimentos de entradas e saídas da empresa, o crescimento sustentado do índice de formação superior, o qual apresenta nos últimos 4 anos um aumento de 12.3 pp., tendo passado de 36,5% em 2007, para 48,8% em 2011. Os demais indicadores mantêm-se os níveis de 2010, acrescendo um ano à média de idades e à antiguidade.

Outros indicadores	2007	2008	2009	2010	2011
Evolução do nível etário médio	46,1	45,6	44,1	44,3	45,17
Índice de formação superior	36,5	39,5	46,9	47,6	48,80
Evolução do nível de antiguidade	17,4	17,1	15,2	15,4	16,90

Mobilidade	2007	2008	2009	2010	2011
Índice de rotação de pessoal (efetivo final/ (efetivo inicial + entradas + saídas))	0,952	0,699	0,660	0,925	0,928
Taxa de cobertura (entradas/saídas*100)	68%	7,2%	17%	131%	48,9%
Mobilidade interna (n.º)	85	166	72	19	12
Taxa de mobilidade total (entr+saíd+mob int/efetivo final*100)	10,2%	34,9%	36,9%	10,9%	6,8%

Taxa de Rotação global (considerando efetivo total de 1162)	2,88%
---	--------------



ENCARGOS RELATIVOS A RECURSOS HUMANOS

A execução em 2011 das medidas incluídas no Plano de Redução de Custos Operacionais 2011/2013 saldou-se, em comparação com o ano de 2010, na diminuição do efetivo de 1187 para 1162 colaboradores e na redução dos custos com pessoal em 6% (redução que se apura em 7% se não considerados os encargos com indemnizações por cessação da relação laboral).

O esforço de redução da despesa, para que contribuiu ações destinadas à otimização das formas de organização do trabalho e à racionalização de custos, bem como a implementação das medidas de redução das remunerações determinadas na Lei do Orçamento do Estado para 2011, coexistiu ainda com o desenvolvimento do Plano Social de Racionalização de Quadros (PSRQ), tendo sido lançada nova edição em 2011, como medida de diminuição do efetivo incluída no Plano de Redução de Custos.

O PSRQ da EP, SA foi concebido como medida estruturante destinada a minimizar custos sociais da redução do efetivo, e tem tido a virtualidade de salvaguardar o clima social da empresa na execução do processo por ser desenvolvido numa base de adesão voluntária, em que confluem o interesse manifestado pelo colaborador, face à avaliação das condições em função do seu percurso profissional e opção pessoal, e o interesse da empresa quanto à possibilidade da dispensa, tendo sido orientado, fundamentalmente, para colaboradores de idade superior a 55 anos e como incentivo à aposentação ou reforma.

Na edição de 2011 do PSRQ 127 colaboradores aderiram à iniciativa, reunindo 107 dos processos condições de celebração de acordo de cessação da relação laboral, 84 dos quais transitaram para desenvolvimento em 2012. Por efeito do PSRQ concretizou-se no ano de 2011 a saída de 29 trabalhadores, a que correspondeu o encargo de 1.129m€, referente a compensações pagas pela empresa.

Da análise das remunerações auferidas de acordo com a tabela específica da empresa, resulta a conclusão de que se mantém inalterado o leque salarial de 2009, o que se prende com o cumprimento da orientação governamental para o SEE de não atualização salarial em 2010 e em 2011.

As aposentações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de junho, apresentaram um decréscimo nos respetivos encargos de 60,7%, diminuição que deriva da transferência da empresa para a CGA, por decurso do tempo, do encargo com funcionários aposentados da ex-JAE.

As responsabilidades financeiras da empresa associadas a encargos com as pensões resultam dos regimes legais aplicáveis, designadamente o regime de aposentações antecipadas instituído pelo citado decreto-lei, não tendo sido adotado qualquer plano de pensões, por ponderação da necessidade de reequilíbrio financeiro da empresa.

Custos de Pessoal

Encargos Totais (m€)	2007		2008		2009		2010		2011	
Pessoas ao serviço	48.266	88%	56.243	92%	51.231	93%	39.203	94%	34.672	97%
Aposentados	6.341	12%	5.039	8%	3.941	7%	2.639	6%	1.054	3%
TOTAL	54.607		61.283		55.172		41.842		35.725	

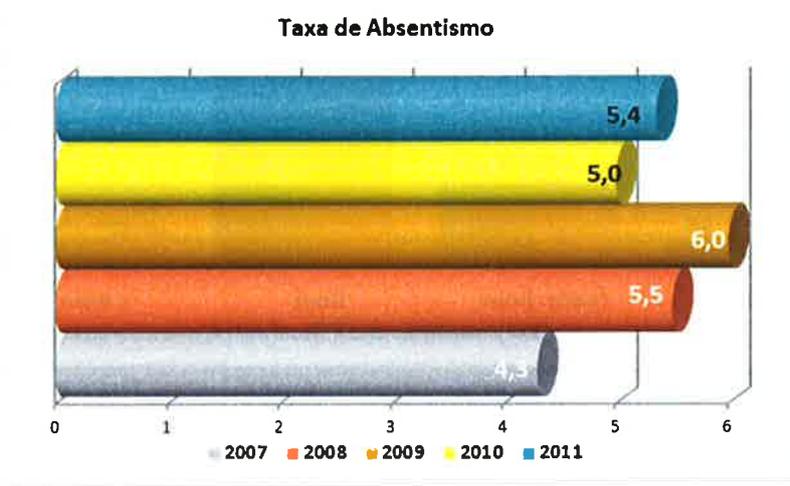
Encargo Médio (pessoas ao serviço)	28.341,59	39.607,83	43.749,90	33.026,64	29.761,37
------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Variação Salarial

	2007	2008	2009	2010	2011
Salário Máximo	4.385,22	4.477,00	4.778,00	4.778,00	4.778,00
Salário Médio	1.482,74	1.507,66	1.669,60	1.683,58	1.691,14
Salário Mínimo	403,00	653,00	673,00	673,00	673,00
Leque Salarial Empresa (rem. individual + elevada/rem. individual bruta + baixa)	10,9	6,9	7,1	7,1	7,1
% Salário Mínimo Empresa/Salário Mínimo Nacional	100%	153%	149%	141%	139%

REALIZAÇÃO DO TRABALHO

A taxa de absentismo em 2011 apresenta relativamente a 2010 um ligeiro aumento, o qual se relaciona principalmente com os direitos associados à proteção da parentalidade. Contribuíram também para esta subida as situações de licença sem retribuição, acidentes de trabalho e o acompanhamento escolar de filhos.



GESTÃO DE DESEMPENHO

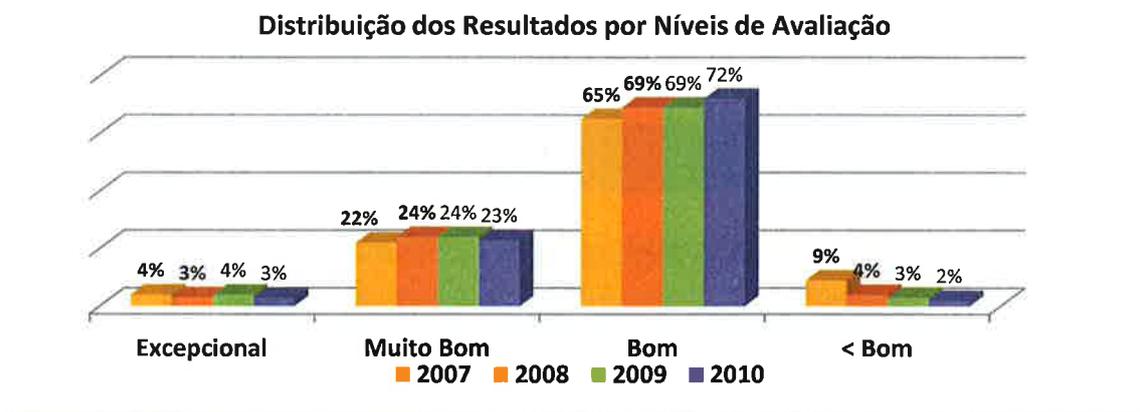
O processo de avaliação de desempenho de 2010 foi desenvolvido de acordo com a metodologia de gestão de objetivos, já utilizada na avaliação respeitante ao ano de 2009, resultante da execução do projeto integrado de gestão de competências e de objetivos, e por aplicação do Modelo de Avaliação de Desempenho que vigora na empresa desde 2004, aplicável aos colaboradores em regime de contrato de trabalho tanto de direito público, como de direito privado, sendo estabelecidas quotas para as classificações mais elevadas (de 5% para Excecional e de 20% para Muito Bom).

O processo de avaliação de desempenho relativo ao trabalho prestado em 2010 envolveu 1040 colaboradores do conjunto em efetividade de funções a avaliar – 1.077, não se encontrando considerado neste universo o grupo de colaboradores em funções de direção (67).

A inexistência de avaliação de 37 colaboradores prende-se, em grande medida, com motivos que inviabilizaram a prestação de trabalho por um período mínimo de 6 meses, sobretudo por motivo de doença, licenças ao abrigo do regime da parentalidade e de situações de mobilidade externa.

As restrições à política retributiva determinada para 2010 e 2011 limitaram a eficiência do processo de avaliação de desempenho já que não foi possível devolver aos colaboradores o exato retorno do contributo individual para os resultados da empresa.

Globalmente os resultados das avaliações de 2010 mantêm os alcançados em 2009, assinalando-se a diminuição de 4 para 3% dos resultados de Excecional e de 3 para 2% dos resultados abaixo de Bom.



DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2011 deu-se início ao Plano de Formação Interna 2011/2012, alicerçado no Diagnostico de Necessidades de Formação (DNF) realizado junto dos Dirigentes da EP entre julho e dezembro de 2010 a que responderam cerca de 90% dos responsáveis das Unidades Orgânicas.

O Plano de Formação Interna sendo uma ferramenta dinâmica de resposta rápida e racional às necessidades da empresa foi alvo de sucessivas atualizações.

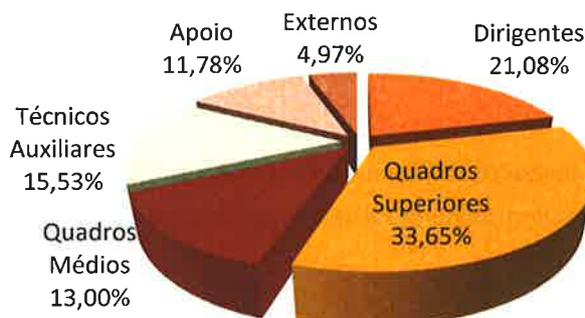
Na logística de realização do Plano de Formação Interna foi dada prioridade a temas fulcrais do negócio da empresa, como sejam:

- a execução do contrato de empreitadas de obras públicas;
- a qualidade em obra;
- licenciamento;
- tecnologias para o desenvolvimento de informação geográfica;
- SST para trabalhadores das Brigadas de Intervenção e das Unidades Móveis de Inspeção e Apoio, bem como para dirigentes na ótica da conformidade legal em matéria de SST relativamente às suas equipas.

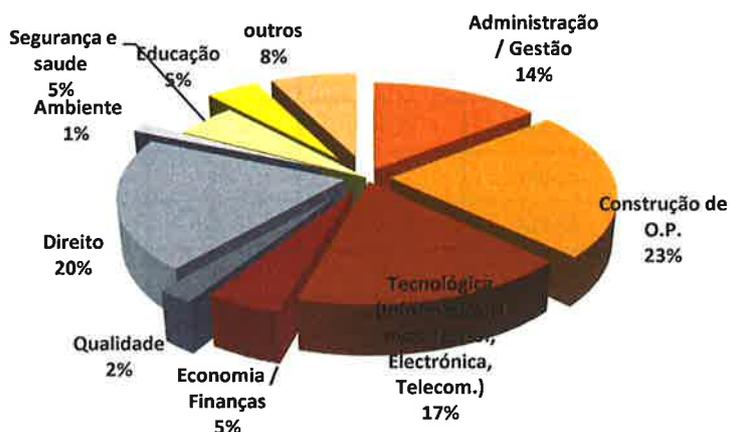
Quadro comparativo da atividade formativa entre 2007 e 2011						
Formação		Interna	Externa	Pós-Graduada	Estrangeiro	Total
2007	N.º de ações	108	86	21	-	215
	Volume de Formação	16.798	3.141	3.181	-	23.120
	Participações	1.490	206	23	-	1.719
	Custos €	57.767	55.765	16.376	-	129.909
2008	N.º de ações	73	97	23	-	93
	Volume de Formação	22.834	7.802	4.402	-	35.039
	Participações	1.938	264	23	-	2.225
	Custos	79.524	90.410	16.076	-	186.071
2009	N.º de ações	148	172	39	5	364
	Volume de Formação	17.581	7.778	2.403	804	28.566
	Participações	2.115	334	40	25	2.514
	Custos €	47.954	73.213	17.175	48.158	185.500
2010	N.º de ações	106	173	38	10	327
	Volume de Formação	18.380	10.287	6.881	823	36.371
	Participações	1697	384	68	35	2.184
	Custos €	150.603	91.873	50.410	26.630	319.516
2011	N.º de ações	84	145	34	5	268
	Volume de Formação	15.133	6492,16	2.760	670	25.056
	Participações	1497	303	64	22	1.886
	Custos €	33.774	24584,31	32.017	49.192	139.566

Nos anos de 2007 e 2008 os valores relativos à formação no estrangeiro não se encontram autonomizados

Distribuição de Participações por Grupo Profissional



Distribuição da Formação por Área



Em 2011 continuou-se o esforço de formação de colaboradores menos qualificados em ações de âmbito transversal de que constitui exemplo a segurança e saúde no trabalho.

Foi notório ainda o esforço de contenção de custos e racionalização de meios, conseguindo-se uma redução de mais de 53% dos custos diretos globais, traduzindo-se ainda em significativo decréscimo dos custos médios unitários de participante, de participação e de hora de formação, recorrendo-se, quando viável, a formadores internos e a formação financiada no âmbito do QREN/POPH.

	2010	2011	Δ %
Custo Direto	319.516,25 €	139.566,48 €	-56,32%
Custo médio participante	372,83 €	154,90 €	-58,45%
Custo médio participação	146,30 €	74,00 €	-49,42%
Custo médio ação	977,11 €	520,77 €	-46,70%
Custo médio hora	8,78 €	5,57 €	-36,59%

Verifica-se ainda um continuado aumento da Taxa de Participação Global que demonstra uma maior abrangência e distribuição da formação pelos ativos da empresa.

Taxa de Participação Global	77,21%
-----------------------------	--------

Distribuição de Participações por Região



Cerca de 30% dos colaboradores estiveram envolvidos em ações de formação nas áreas do Direito e Gestão e Administração de Empresas com impacto em matérias de políticas e procedimentos anticorrupção.

Formação na área de Gestão de Risco em 2011	
Nº Médio de Trabalhadores	1167
Participantes	414
Participações	525
Taxa de Participação	35,48%
Ações	79
Volume	8.641
Custos	35.305,00 €

FORMAÇÃO VERSANDO TEMAS COM INCIDÊNCIA NO RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Em diferentes domínios de formação relacionados com a atividade e operações da empresa, foram abordadas matérias com incidência no respeito pelos Direitos Humanos, inseridas nas seguintes Áreas Temáticas: Ambiente e Recursos Naturais, Ciências da Terra, Ciências Humanas e Sociais, Educação, Segurança e Saúde e Medicina no Trabalho.

Formação com incidência no respeito pelos Direitos Humanos	
Nº Médio de Trabalhadores	1167
Participantes	267
Participações	314
Taxa de Participação	22,88%
Ações	30
Volume	3121
Custos	4.009,00 €

Número de Horas por Região de Origem	
Norte	234
Centro	335
LVT	1823
Sul	729

Número de Horas por Grupo Profissional	
Dirigentes	253
Quadros Superiores/ Téc. Superiores	358
Quadros Médios/ Técnicos	263
Técnicos Auxiliares/ Téc. Prof	940
Apoio/Auxiliares/ Operários	1307

Participações/Tipo Contrato	
CIT	129
CTC	11
CTI	1
QPT	16
CS	40
RS	117

FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA

No domínio da qualificação dos recursos humanos há a destacar o continuado apoio dado à formação pós-graduada, embora com as restrições que a conjuntura tem exigido.

A empresa continua a investir na formação qualificada de executivos, tendo em 2011 estruturado em parceria com o ISEG/IDEFE a 2ª edição do Curso de Gestão Geral, na qual participam mais 30 dirigentes da empresa.

O apoio prestado pela empresa traduziu-se, à semelhança de anos anteriores, nas vertentes de comparticipação financeira e de reconhecimento do estatuto de trabalhador-estudante, o qual engloba a dispensa para frequência de aulas e prestação de provas de avaliação e ainda, a dispensa para preparação da tese de mestrado, em condições semelhantes ao regime instituído no estatuto de trabalhador-estudante.

Formação Pós-graduada					
Valores respeitantes a formações iniciadas em cada ano					
	2007	2008	2009	2010	2011
Participações em Pós-Graduações e Cursos de Especialização	9	5	8	36	37
Valor das comparticipações (€)	€ 8.322	€ 600	€ 5.499	€ 48.287	€ 8.086
N.º de participações em Mestrados, Doutoramentos e MBA	14	18	30	27	27
Valor das comparticipações (€)	€ 43.615	€ 5.494	€ 26.162	€ 7.585	€ 4.650

ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES

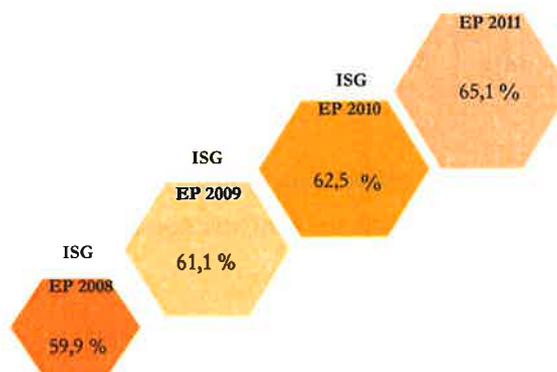
A regulação das relações laborais na empresa deriva do direito privado e do direito público dada a dualidade da natureza do vínculo dos colaboradores da EP - regime do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado e regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Não existe na empresa organização representativa dos trabalhadores, apesar deles poderem exercer livremente o seu direito de associação, verificando-se no final de 2011 que 109 colaboradores se encontravam sindicalizados com conhecimento da empresa.

	F	M	TOTAL
Colaboradores sindicalizados	35	74	109

CLIMA ORGANIZACIONAL

Tal como em 2010 o Diagnóstico de Clima e Cultura Organizacional da EP de 2011 realizou-se através da sua participação na edição do Prémio Excelência no Trabalho 2011/12, promovido pela Heidrick & Struggles, em parceria com o Económico e a ISCTE Business School.

Em 2008 e 2009 este diagnóstico havia sido realizado em conjunto com a Heidrick & Struggles, num projeto de consultoria específico, sendo assim possível estabelecer comparação nos resultados, os quais registam uma progressão nos Índices de Satisfação Geral medidos na empresa no quadriénio de 2008 a 2011, de acordo com o quadro abaixo:




7.2 DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

PROMOÇÃO DA PARIDADE ENTRE GÉNEROS

Os indicadores relativos à distribuição do efetivo por género da EP demonstram que promove a paridade entre géneros, inexistindo quaisquer práticas discriminatórias tanto no acesso ao emprego, como na política remuneratória.

Em 2011 foram mantidos os níveis do ano anterior relativos ao exercício de funções de mulheres na EP da percentagem, apresentando um rácio M/H de 0,71, o que revela estabilização após um crescimento significativo, resultante do processo de reestruturação da empresa.

O rácio de distribuição M/H ao nível dos quadros dirigentes em 2011 situou-se em 0,57 mulheres por cada homem.

Efetivo Geral

	2007		2008		2009		2010		2011	
Dirigentes (não inclui membros do CA)										
F	41	28,1%	45	37,8%	40	36,7%	41	36,3%	40	36,4%
M	105	71,9%	74	62,1%	69	63,3%	72	63,7%	70	63,6%
Sub-Total	146	100%	119	100%	109	100%	113	100%	110 *	100%
Colaboradores										
F	609	35,8%	544	38,3%	488	41,8%	492	41,5%	487	41,91%
M	1093	64,2%	875	61,7%	681	58,2%	693	58,5%	675	58,09%
Total	1702	100%	1419	100%	1169	100%	1185	100%	1162	100%

A distribuição por género e faixa etária, nos grupos de governação, de dirigentes e de colaboradores da empresa é apresentada nos quadros seguintes:

Conselho de Administração

Cargo	Género	<30 Anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 Anos	TOTAL	%	N.º Titulares
CA	F		1			33,33%	3
	M		2			66,66%	

Dos 3 membros do Conselho de Administração, 2 integram o quadro da empresa.

Dirigentes

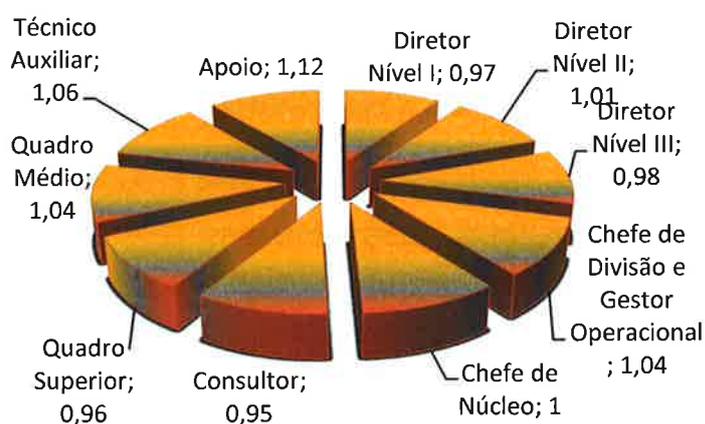
Cargo	Género	<30 Anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 Anos	TOTAL	%
Dirigentes	F		33	7	40	36,4%
	M		54	16	70	63,6%
TOTAL			87	23	110	

Colaboradores

Carreira	Género	<30 Anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 Anos	TOTAL	%	Total Carreira
Consultor	F			3	3	30,0%	10
	M		4	3	7	70,0%	
Quadro Superior	F	3	161	27	191	52,3%	365
	M	1	124	49	174	47,7%	
Quadro Médio	F	4	44	8	56	35,7%	157
	M	3	54	44	101	64,3%	
Técnico Auxiliar	F	1	80	30	111	42,5%	261
	M	2	101	47	150	57,5%	
Apoio	F	1	48	37	86	33,2%	259
	M	4	66	103	173	66,8%	
TOTAL		19	682	351	1052		1052

O gráfico que representa o Leque Salarial por Categoria, em que se comparam as remunerações médias F/M em cada grupo, evidencia a paridade da política remuneratória adotada na da empresa:

Leque salarial por categoria



As entradas e saídas de 2011 apresentam uma predominância do género masculino nas admissões na faixa etária entre os 30 e os 50 anos, circunstância que deriva da abertura de ofertas de emprego para funções operacionais, a que se candidataram fundamentalmente homens, tendência já assinalada em 2010 dado o reforço de funções de proximidade e operação verificado desde então.

Entradas e Saídas de Colaboradores por Escalão Etário e Género

Movimento	<30 Anos		Entre 30 e 50		> 50 Anos		Total
	Anos						
	F	M	F	M	F	M	
Regresso de Mobilidade	1		2	3		1	7
Entradas	1	2	0	12			15
Saídas	3		2	22	4	14	45

Taxa de Rotação por Género (considerando efetivo total de 1162)	F	M
	0,5%	2,3%

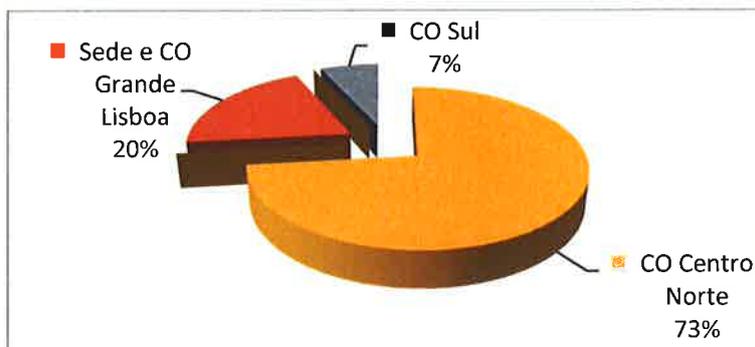
Verifica-se o retorno e a continuada retenção após o gozo das licenças de parentalidade como demonstração do respeito da empresa pelo direito dos colaboradores e do bem-estar das famílias.

Retorno ao trabalho e taxas de retenção após a licença parental, por género	
N.º colaboradoras com direito a licença parental (durante 2011)	25
N.º colaboradores com direito a licença parental (durante 2011)	28
N.º colaboradoras que voltaram ao serviço após licença parental (ainda durante 2011)	19
N.º colaboradores que voltaram ao serviço após licença parental (ainda durante 2011)	28
N.º colaboradoras que ainda trabalham após 12 meses da licença parental (gozada em 2010)	21
N.º colaboradores que ainda trabalham após 12 meses da licença parental (gozada em 2010)	23
Taxa de retorno ao trabalho das colaboradoras após licença parental ($I1=V3/V1$)	76%
Taxa de retorno ao trabalho dos colaboradores após licença parental ($I2=V4/V2$)	100%
Taxa de retenção após licença parental (feminino) ($I3=V5(n)/V3(n-1)$)	100%
Taxa de retenção após licença parental (masculino) ($I4=V6(n)/V4(n-1)$)	100%

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

No âmbito do recrutamento a termo a empresa privilegia a contratação local, opção que favorece a igualdade de oportunidades. Esta contratação encontra-se regra geral associada a picos temporários de atividade de fiscalização da execução de obras ou operação na rede rodoviária, dispersos em todo o território nacional, o que justifica o envolvimento na seleção de candidatos dos Centros de Emprego e Formação Profissional de influência na área do recrutamento.

Criação de Emprego nas Regiões



Sete cidadãos de origem não portuguesa mantêm vínculo permanente com a empresa, o que representam 0,6% do total do efetivo em funções na EP, não se verificando qualquer prática discriminatória, designadamente em função do género e da religião.

Colaboradores não nacionais	F	M	TOTAL
De países da União Europeia		1	1
De países de língua oficial portuguesa	3	2	5
Outros países		1	1

2,15% dos trabalhadores da empresa são portadores de deficiência, com grau de incapacidade atribuído.

N.º colaboradores portadores de deficiência	F	M	TOTAL
	13	12	25

RELAÇÕES LABORAIS TEMPORÁRIAS

15 novos colaboradores foram admitidos a termo em 2011. Tomando por referência a área geográfica de influência da Sede e dos Centros Operacionais, verifica-se que a zona correspondente ao CO Centro Norte absorveu 73,3% destas contratações a termo, tratando-se essencialmente de colaboradores contratados com fundamento na atividade sazonal desenvolvida durante o inverno na Serra da Estrela, devido às condições atmosféricas adversas que aí se verificam, sendo os restantes 26,7% distribuídos pela Sede e CO Grande Lisboa e CO Sul.

Relações laborais	TOTAL
Novos contratos a termo iniciados em 2011	15
Integrações no quadro de colaboradores CT	2

7.3 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

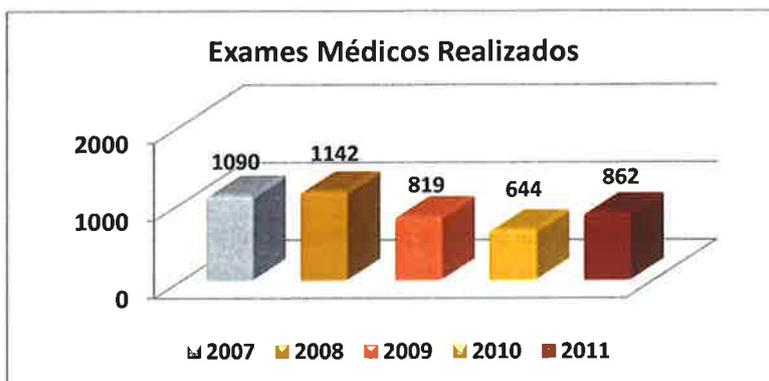
Durante o ano de 2011 foi realizada a **consulta aos trabalhadores sobre Segurança e Saúde no trabalho**, consubstanciada em questionário individual sobre as seguintes temáticas: avaliação de riscos, acidentes de trabalho, informação e formação sobre SST, equipamentos de proteção individual, incêndio, evacuação e primeiros socorros e performance da empresa prestadora dos serviços externos de SST. O universo da consulta abrangeu a totalidade dos trabalhadores da EP (1158) e a dimensão da amostra foi de 469 trabalhadores (40,05 %).

A análise das respostas constituiu um contributo importante para a identificação de ações de melhoria, concretizadas em medidas que vêm sendo adotadas no domínio da prevenção dos riscos profissionais e da promoção da segurança e a saúde dos trabalhadores.

Em 2011 verificou-se um acréscimo de 25,3% dos exames médicos face a 2010, o que resulta do decréscimo do absentismo por via da alteração do local de realização dos exames, os quais na normalidade das situações passaram a efetuar-se nas instalações da sede da EP, relativamente aos colaboradores que aí têm o seu posto de trabalho, e em unidades móveis que se deslocam às estruturas descentralizadas, quer para a recolha de análises clínicas quer para as consultas médicas. Esta dinâmica significou, por um lado, uma redução dos tempos e de custos de deslocação, bem como dos tempos de espera nos serviços de saúde protocolados com a empresa prestadora de SST e por outro, um ganho significativo de tempo de trabalho e produtividade e, de uma forma geral, um aumento da satisfação com as atividades de saúde.



Medicina do trabalho

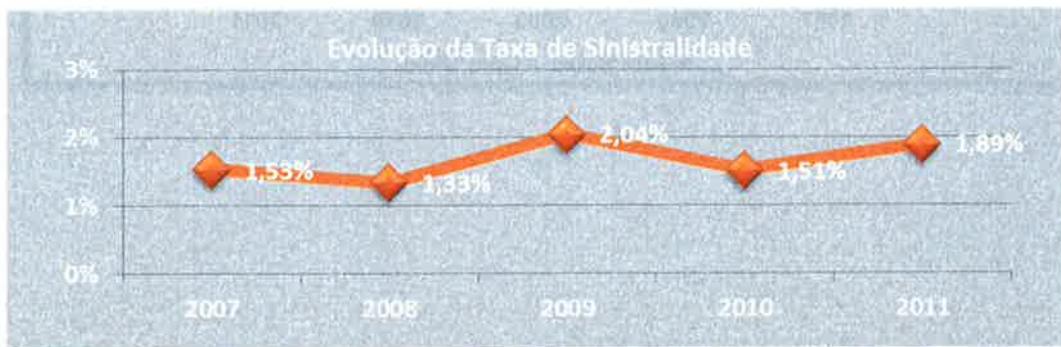


Ano	Tipo de Exame Médico						Total
	Iniciais/ Admissão	Periódicos	Ocasionais				
			Vigilância Médica	A pedido da Empresa	A pedido do Trabalhador	Recuperação Doença/ Acidente	
2007	42	1017	22	3	0	6	1090
2008	18	1077	30	5	0	12	1142
2009	62	733	11	1	0	12	819
2010	69	544	6	5	0	20	644
2011	16	805	6	3	1	31	862

Sinistralidade

Acidentes de Trabalho	2007	2008	2009	2010	2011
N.º de Acidentes	26	19	25	18	22

Total de Acidentes x100 / Efetivo Final



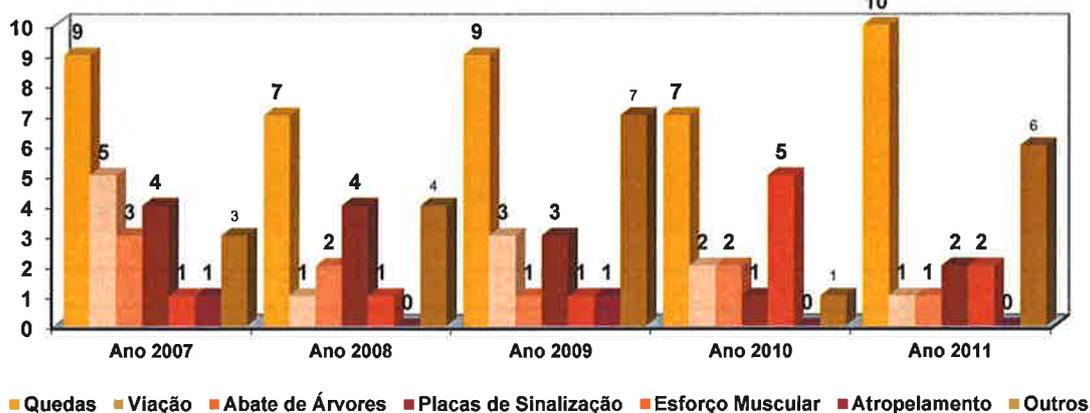
Taxa de Gravidade

	2009	2010	2011
Nº de Dias Perdidos por Acidente	337	753	1.750
Taxa de Gravidade	0,14	0,35	0,82

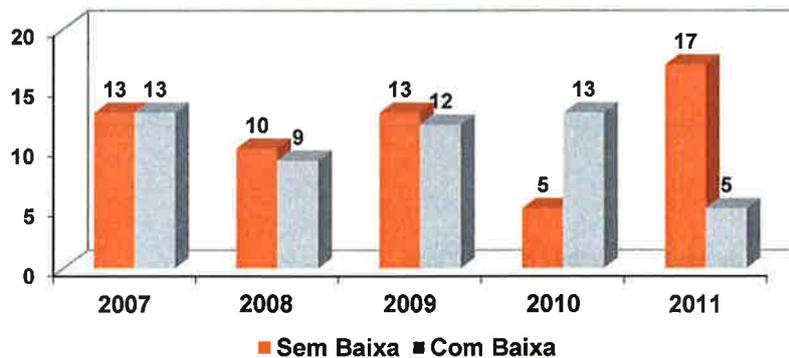
Nº de dias de trabalho perdidos por acidente x 1000 / Nº de horas trabalhadas

Taxa normal: entre os 0,5 a 1 dia/ 1.000 horas trabalhadas

Natureza dos Acidentes



Acidentes Com e Sem Baixa



Evolução da Taxa de Doenças Profissionais

	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Doenças Profissionais confirmadas no ano	2	1	2	1	1
Taxa de Doenças Profissionais/Efetivo	0,12%	0,07%	0,17%	0,08%	0,09%

7.4 APOIO SOCIAL

CRECHE E INFANTÁRIO

O investimento da empresa no apetrechamento e na melhoria das condições pedagógicas da creche e infantário da sede da empresa “O Ninho” teve continuidade em 2011, ano em que foi orientado fundamentalmente para a total recuperação e beneficiação dos espaços de recreio, contribuindo-se dessa forma para a melhoria da segurança e bem-estar das crianças.

“O Ninho” enquanto valência de apoio social inserida na empresa é muito acarinhada na organização e é entendida como medida facilitadora da conciliação das dimensões familiar e profissional dos seus colaboradores.



BARES E REFEITÓRIO

A empresa assegura serviços de restauração no refeitório e bares da sua sede, tendo 2011 registado uma melhoria da qualidade do serviço introduzida por alteração da empresa fornecedora, da otimização da relação contratual e do envolvimento dos interlocutores da empresa, com destaque para a Comissão de Acompanhamento, integrada por colaboradores da EP, comissão que assegura a prévia validação das ementas e a gestão das sugestões e reclamações apresentadas pelos utentes do Refeitório.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Todos os colaboradores têm acesso aos benefícios disponibilizados pela Casa de Pessoal, parceiro social da EP, bastando que a ela se associem, o que sucede na quase totalidade do universo das pessoas da empresa.

No apoio às atividades sociais da Casa de Pessoal destacam-se os benefícios sociais de apoio à infância e à educação e ainda a comparticipação no prémio de seguro de saúde, a disponibilização de consultas médicas de psicologia e de nutrição e o programa de ocupação de tempos livres (OTL), destinado a filhos de colaboradores até 12 anos de idade, durante o período de férias de Verão.

A ação da Casa do Pessoal envolve também atividades de carácter desportivo, recreativo e cultural, como o grupo coral que tem obtido crescente reconhecimento externo.

8 INOVAÇÃO

8.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

As áreas de I&D da EP enquadram-se fundamentalmente dentro das definições identificadas no Plano Estratégico de Sistemas de Informação 2009-2012, o qual tem procurado suportar e dar valor acrescentado ao negócio da empresa. Nessa área foram desenvolvidos e implementados projetos críticos e transversais à organização como:

INÍCIO DE PROJETOS CLOUD COMPUTING NA EP

Com o objetivo de otimização dos recursos internos, foram iniciados os primeiros passos na utilização de novos paradigmas de serviços internet. Assim o primeiro projeto foi o da migração de plataforma de correio eletrónico interna para plataforma Microsoft Office 365. Com esta plataforma os utilizadores disporão de 25Gb de armazenamento disponível, bem como outras funcionalidades adicionais, para além de um nível superior de serviço.

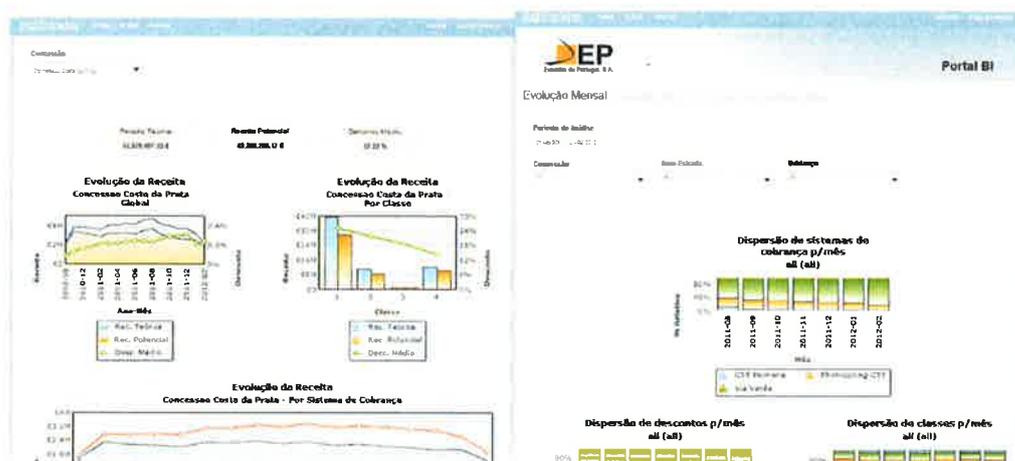


PORTAL DE FORNECEDORES

Disponibilização em janeiro de 2011 da plataforma de interação direta com os fornecedores *online*. Assim, este portal permite a centralização numa única plataforma de toda a interação com os fornecedores, bem como todo o seu processo interno de atividade (concursos, contratos, avaliação de fornecedores, sistema financeiro). Ganhos de processos superiores a 50%;

PLATAFORMA SCRAP (SISTEMA DE CONTROLO, RECEITAS E AUDITORIAS DE PORTAGENS)

Sistema de *reporting*, baseado em tecnologias abertas, que permite às áreas de negócio (financeiro, gestão de concessões e administração) visualizar graficamente todo o processo de gestão de portagens eletrónicas e tradicionais da EP.

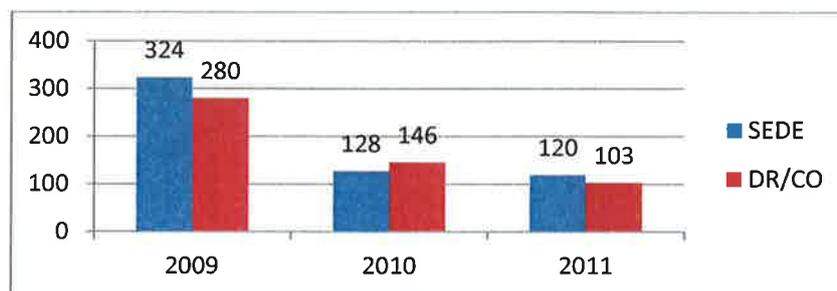


IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS DE SERVIÇOS TI (ITIL)

Definição de processos ITIL aplicados à realidade da EP e na implementação da ferramenta que suportasse os mesmos (EasyVista). Foi realizado um exaustivo levantamento, desenhados todos os processos e carregados na ferramenta de modelação empresarial (MEGA), definidos os mesmos na aplicação EasyVista, dada formação e apoio geral ao funcionamento.

REESTRUTURAÇÃO DO PARQUE DE IMPRESSORAS

Através da otimização do parque de impressão iniciado em 2010, durante o ano de 2011 conseguiram-se melhorias adicionais ao nível da racionalização dos meios disponibilizados na sede, transferindo para as DR/CO algumas impressoras, tendo sido possível cancelar 22 contratos de manutenção e aumentando o nível de serviço.



Adicionalmente, e com vista ao planeamento estratégico futuro em áreas de sistemas de transportes inteligentes (ITS), o Gabinete de Sistemas de Informação continuou a fortificar o envolvimento realizado da empresa em várias áreas como:

- **Programa Europeu Easyway** – no âmbito dos fóruns de reuniões com entidades de outros países deste programa foi desenvolvida a 1ª versão do Protocolo de Procedimentos de Comunicações Transfronteiriços, tendo sido colocado em prática real durante a Festa da Flor de Campo Maior, em setembro, onde houve a necessidade de aplicar o procedimento para desvio de trânsito de pesados na zona da fronteira;
- Envolvimento direto no Grupo de Trabalho de Ecosistema de Transportes da Associação ITS Portugal – desenvolvimento de protótipos de comunicação com entidades externas;
- Início de análises de projetos para arranque em 2012 com a Universidade e Centros de I&D da Universidade Lusófona.

8.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A aposta da EP na gestão do conhecimento traduz-se na dinamização dos processos que lhe estão diretamente ligados e que foram já descritos ao longo deste Relatório:

Internalização de Competências

Em primeiro lugar, a EP procura adquirir o conhecimento adequado ao desenvolvimento das atividades inerentes aos seus processos de negócio, através do recrutamento de recursos humanos com as competências necessárias, o que tem sido limitado pelas restrições impostas ao aumento do número de efetivos, e através do desenvolvimento dos colaboradores, o que tem sido a via com mais expressão.

Neste capítulo, as parcerias desenvolvidas com outros atores do setor como o InIR – Instituto de Infraestruturas Rodoviárias – I.P. e o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em particular com este último na promoção da investigação científica e o desenvolvimento tecnológicos necessários ao progresso, à inovação e à boa prática da engenharia civil no domínio rodoviário, são uma constante na atividade da EP.

A cooperação com estabelecimentos de ensino, na componente do desenvolvimento de trabalhos académicos no âmbito de teses de mestrado e doutoramento, bem como, no acolhimento de estagiários é outra vertente presente no dia-a-dia da empresa.

Através da sua política de desenvolvimento de colaboradores, a EP tenta promover a formação e incremento de competências, na perspetiva de que constitui um driver essencial para o desenvolvimento da própria empresa, incentivando e patrocinando a participação em ações em domínios diretamente relacionados com a sua atividade, dotando-os de ferramentas que lhes permitem uma resposta crescente às exigências que lhe são cometidas ao nível da rapidez, rigor e competência.

Destaca-se no campo das parcerias com a comunidade técnica e científica no âmbito do desenvolvimento das competências internas, o apoio e participação em Seminários e Congressos, como foi exemplo, em 2011 o 2º Congresso ASCP'2011.



Neste Congresso a EP participou com 14 técnicos que promoveram 5 comunicações, além da coordenação da Sessão Especial sobre a Ponte 25 de Abril, que antecedeu o encerramento do Congresso.

Sendo a EP – Estradas de Portugal, S.A. possuidora de infraestruturas em todo o território nacional, promove o envolvimento em ações de investigação e desenvolvimento que tenham

em vista a maximização destes “ativos” em áreas de negócio tradicionalmente não associadas à atividade da empresa mas potencialmente geradoras de benefícios económicos, financeiros, sociais e ambientais.

Organização e arquivo da informação

No âmbito da organização, arquivo e difusão do conhecimento adquirido, foram também relatados os esforços desenvolvidos na modernização das tecnologias de informação, na modelação dos processos de negócio, no investimento realizado em sistemas de informação de suporte à decisão e de gestão dos fluxos de informação, bem como em repositórios da memória organizacional e em ferramentas de pesquisa, recuperação e comunicação, como é exemplo relevante o sistema de informação geográfica.

A adoção de novas tecnologias e métodos é essencial na gestão do conhecimento de uma empresa, potenciando a criação de valor. Estas ferramentas permitem o desenvolvimento das competências técnicas dos seus colaboradores, bem como a transferência e memória do capital intelectual existente na empresa.

Difusão do Conhecimento

Também nesta área as tecnologias de informação têm um papel crucial como meio de acesso e divulgação da informação, fazendo chegar a cada posto de trabalho o conhecimento necessário ao bom desempenho das funções que lhe são inerentes

Por outro lado, é também política da empresa a divulgação interna das competências adquiridas pelos seus colaboradores, quer através de ações de formação ministradas por estes, quer através da divulgação de obras realizadas e de documentação recolhida em ações externas, bem como publicando na Intranet artigos e publicações sobre temáticas diversas.

Destaca-se em 2011, pela sua importância, as **Jornadas Técnicas “Projeto de Conclusão da CRIL”**, que decorreram dia 21 de julho e foram dedicadas essencialmente ao setor da engenharia e construção rodoviária, tendo sido abordados temas relacionados como o tráfego, a definição do traçado, o desenvolvimento dos projetos, a proteção ambiental, o património, a requalificação do território e a telemática rodoviária. Para



estas jornadas foram convidados todos as entidades envolvidas na obra, para além de todos os colaboradores da empresa.

**Ciclo de
Ambiente**
para o biénio
2011-2012



As questões ambientais fazem já parte do quotidiano de todos os cidadãos, refletindo-se nas atitudes e comportamentos da sociedade e despertando frequentemente uma consciência crítica, face a decisões que são tomadas a coberto do paradigma da sustentabilidade ambiental.

Para melhorar a perceção das obrigações ambientais e dos contornos de que estas se revestem na gestão das infraestruturas rodoviárias, a EP deu início à realização de um **Ciclo de Ambiente**, que se prevê decorrer até 2012, com um conjunto de sessões sobre os temas mais atuais e quiçá mais relevantes, de modo a partilhar o conhecimento que se tem adquirido ao longo destas últimas décadas. Estas sessões são ainda acompanhadas com um fórum de discussão que se mantém vivo ao longo de todo o Ciclo por intermédio de um blogue interno criado para o efeito.

Utilização do conhecimento

As ações desenvolvidas pela EP nos últimos anos, para além de constituírem um meio de organização de todo o conhecimento adquirido e de preservar a informação e a memória da administração rodoviária, pretendem também incentivar a utilização desse capital intelectual nas atividades que desenvolve diariamente, acrescentando-lhes valor.

Para este objetivo contribuem todas as plataformas de informação disponibilizadas através da intranet, bem como os vários meios de comunicação instalados em que se incluem, para além do já tradicional email, o office communicator, os blogs internos, as áreas de trabalho partilhadas e outros.

Almada, 6 de junho de 2012

O Conselho de Administração



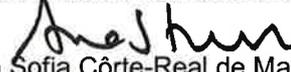
António Manuel Palma Ramalho, Presidente



Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal

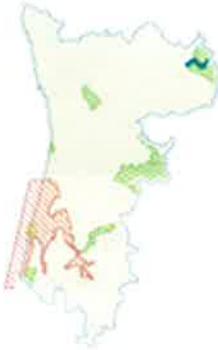
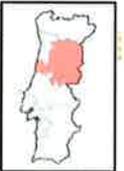
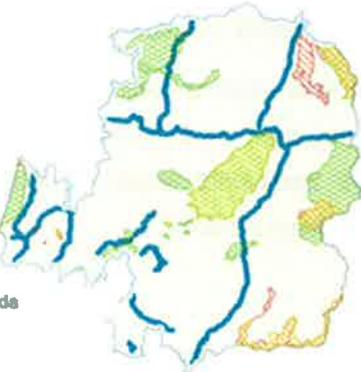


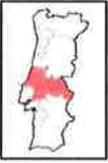
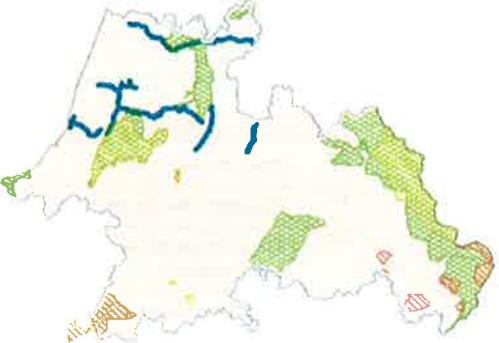
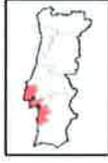
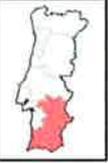
José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal



Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal

ANEXO – Identificação das Áreas Protegidas atravessadas pela RRN

		Gestão Directa da EP	Subconcessionada
Centro Operacional Grande Porto			
Centro Operacional Norte			
Centro Operacional Centro Norte			

		Gestão Directa da EP	Subconcessionada
Centro Operacional Centro Sul			
Centro Operacional da Grande Lisboa			
Centro Operacional Sul			

- AE — EN
- IP — ER Rede Nacional de Áreas Protegidas
- IC — Zonas de Protecção Especial
- concessões — Sítios de Importância Comunitária

9 ÍNDICE GRI

1 Estratégia e Análise		Pag.
1.1	<i>Declaração do Presidente sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.</i>	5
1.2	<i>Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.</i>	20-22
2 Perfil Organizacional		Pag.
2.1	<i>Nome da Organização.</i>	6
2.2	<i>Principais marcas, produtos e/ou serviços.</i>	6-8
2.3	<i>Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures.</i>	12-13
2.4	<i>Localização da sede da organização.</i>	6
2.5	<i>Número de países em que a organização opera e nome dos países em que as suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.</i>	6
2.6	<i>Tipo e natureza jurídica da propriedade.</i>	6
2.7	<i>Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, sectores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).</i>	6-8
2.8	<i>Dimensão da organização relatora, incluindo:-Número de colaboradores; -Vendas líquidas (para organizações do sector privado) ou receita líquida (para organizações do sector público); -Capitalização total discriminada em termos de dívida e património líquido (para organizações do sector privado);- Quantidade de produtos ou serviços oferecidos.</i>	9
2.9	<i>Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a dimensão, estrutura ou participação accionista, incluindo:-Localização ou mudanças nas operações, inclusive abertura, fecho e expansão de unidades operacionais; -Mudanças na estrutura do capital social, manutenção ou alteração nas operações (para organizações do sector privado).</i>	12
2.10	<i>Prémios/reconhecimentos recebidos durante o período de reporte.</i>	15
3 Parâmetros para o Relatório		Pag.
3.1	<i>Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.</i>	3-4
3.2	<i>Data do relatório anterior mais recente.</i>	3-4
3.3	<i>Ciclo de emissão de relatórios.</i>	3-4
3.4	<i>Dados para contacto em caso de perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo.</i>	3-4
3.5	<i>Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo:-Determinação da materialidade; - Priorização de temas dentro do relatório; -Identificação de quais stakeholders a organização espera que usem o relatório.</i>	3-4
3.6	<i>Limite do Relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores).</i>	n.e.
3.7	<i>Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório.</i>	n.e.
3.8	<i>Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.</i>	NA
3.9	<i>Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório.</i>	3-4
3.10	<i>Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição).</i>	n.e.
3.11	<i>Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a âmbito, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.</i>	n.e.
3.12	<i>Tabela que identifica a localização das informações no relatório.</i>	106-114
3.13	<i>Política e prática actual relativa à procura de verificação exeterna para o relatório. Se a verificação não for incluída no Relatório de Sustentabilidade, é preciso explicar o âmbito e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o verificador.</i>	3

4	Governança, Compromissos e Envolvimento	Pag.
4.1	<i>Estrutura de governação da organização, incluindo comités hierarquicamente sob o Conselho de Administração responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.</i>	12-14 RGS2011
4.2	<i>Indicação caso o presidente do Conselho de Administração também seja um director executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).</i>	13
4.3	<i>Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do Conselho de Administração.</i>	13
4.4	<i>Mecanismos para que accionistas e colaboradores façam recomendações ou dêem orientações ao Conselho de Administração</i>	14, 18
4.5	<i>Relação entre remuneração para membros do Conselho de Administração, directores e outros executivos e o desempenho da organização (incluindo desempenho ambiental e social).</i>	13 R&C2011
4.6	<i>Processos em vigor no Conselho de Administração para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.</i>	14-15 RGS2011
4.7	<i>Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas económicos, ambientais e sociais.</i>	12-14 RGS2011
4.8	<i>Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.</i>	6-8, 14-15
4.9	<i>Procedimentos do Conselho de Administração para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.</i>	13-14
4.10	<i>Processos para a auto-avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente com respeito ao desempenho económico, ambiental e social.</i>	14
4.11	<i>Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.</i>	14 RGS2011
4.12	<i>Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.</i>	39
4.13	<i>Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: -Possui assento em órgãos de gestão; -Integra projectos ou comités; - Contribui com recursos de montante além da taxa básica como organização associada; - Considera estratégica a sua actuação como associada.</i>	19
4.14	<i>Relação de grupos de stakeholders da organização.</i>	18
4.15	<i>Base para a identificação e selecção de stakeholders com os quais se relacionar.</i>	18
4.16	<i>Abordagens para o envolvimento dos stakeholders, incluindo a frequência desse envolvimento por tipo e grupo de stakeholder.</i>	16-19
4.17	<i>Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do envolvimento dos stakeholders e que medidas a organização tem adoptado para tratá-los.</i>	16-19

Indicadores de Desempenho Económico

Desempenho Económico		Pag.			
EC1	<i>Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.</i>				108
		m€			
		2011	2010	2009	
Receitas					
Proveitos de exploração	2.098.463	1.693.427	1.170.152		
Resultados de investimentos financeiros	138	157	97		
Vendas de activos	2.919	12.085	1.104		
Valor económico gerado	2.101.521	1.705.668	1.171.353		
Custos Operacionais	1.632.171	1.406.206	962.430		
Custos com o Pessoal	33.543	38.725	39.677		
Dividendos pagos	0	10.251	0		
Juros	229.928	105.032	38.878		
Impostos					
IRC e derrama	59.188	41.126	34.306		
IMI	97	134	9		
IVA	124.344	125.278	113.728		
Imposto de Selo	3.334	4.160	2.655		
Valor económico distribuído	2.082.605	1.730.913	1.191.684		
Valor económico acumulado	18.916	-25.245	-20.331		
Valores auditados no âmbito do Relatório e Contas					
EC2	<i>Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido a mudanças climáticas.</i>				n.r.
EC3	<i>Cobertura das obrigações em matéria de plano de benefícios da organização.</i>				81
EC4	<i>Benefícios financeiros significativos, recebidos pelo governo.</i>				108

	m€		
Esforço Financeiro Público	2011	2010	2009
Subsídios ao Investimento	6.619	27.497	77.680
PIDDAC			
FEDER	68	1.985	21.418
Fundo de Coesão	7.068	25.512	56.384
Outros Comunitários	-517		-122
Outros Nacionais			
Dotações de Capital		130.000	
Empréstimos Diretos do Tesouro			130.000
Suprimentos do Estado	1.705.000		
Esforço Financeiro OE (bruto)	1.705.000	130.000	130.000
Dividendos	10.251		
Esforço Financeiro OE (líquido)	1.694.749	130.000	130.000
Garantia de empréstimos			
Concedidos no ano		0	200.659
Stock de garantias concedidas	200.659	200.659	200.659
Acréscimo líquido no ano			

Presença no mercado		Pag.
EC5*	<i>Varição da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em Unidades Operacionais importantes.</i>	81, 90
EC6	<i>Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.</i>	31
EC7	<i>Procedimentos para contratação local e proporção de gestores recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.</i>	91-92



Impactos Económicos Indirectos		Pag.
EC8	<i>Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de envolvimento comercial, em espécie ou actividade pro bono.</i>	22-25
EC9*	<i>Identificação e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a extensão dos impactos.</i>	110
<p>Antes de se avançar com novos projectos de concessões, são elaborados estudos de impactos globais económicos, que contemplam, não apenas uma análise financeira, mas também uma análise económica da região: os custos e benefícios para um desenvolvimento equilibrado, contemplando, entre outros aspectos, a melhoria dos tempos de deslocação, a diminuição da sinistralidade rodoviária, a diminuição das emissões de gases poluidores e os custos do ruído, criação de emprego, etc.</p>		
Indicadores de Desempenho Ambiental		
Materiais		Pag.
EN1	<i>Materiais usados por peso ou volume.</i>	44
EN2	<i>Percentagem de materiais usados provenientes de resíduos reciclados.</i>	45
Energia		Pag.
EN3	<i>Consumo de energia directa discriminado por fonte de energia primária.</i>	45
EN4	<i>Consumo de energia indirecta discriminado por fonte primária.</i>	46
EN5*	<i>Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.</i>	45-49
EN6*	<i>Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.</i>	47-49
EN7*	<i>Iniciativas para reduzir o consumo de energia indirecta e as reduções obtidas.</i>	45-49
Água		Pag.
EN8	<i>Total de captações de água por fonte.</i>	46
EN9*	<i>Fontes hídricas significativamente afectadas pelas captações de água.</i>	46
EN10*	<i>Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.</i>	109
Na EP não se procede à reutilização de águas captadas.		
Biodiversidade		Pag.
EN11	<i>Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro das áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.</i>	49, 104-105
EN12	<i>Descrição de impactos significativos na biodiversidade de actividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.</i>	50
EN13*	<i>Habitats protegidos ou restaurados.</i>	53
EN14*	<i>Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.</i>	53
EN15*	<i>Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.</i>	n.r.

Emissões, Efluentes e Resíduos		Pag.
EN16	<i>Total de emissões directas e indirectas de gases de efeito de estufa, por peso.</i>	55
EN17	<i>Outras emissões indirectas relevantes de gases de efeito de estufa, por peso.</i>	110
	Visto que a maioria das deslocações de serviço são efectuadas essencialmente por viaturas da EP, estas emissões foram contabilizadas como emissões directas no indicador EN16. As emissões provenientes de deslocações de colaboradores em missões de formação externa, efectuadas por via aérea ou outra, consideram-se como irrelevantes, atendendo à sua pouca expressividade face às restantes deslocações.	
EN18*	<i>Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e as reduções obtidas.</i>	47-49
EN19	<i>Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.</i>	56
EN20	<i>NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.</i>	56
EN21	<i>Descargas totais de água por qualidade e destino.</i>	47
EN22	<i>Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.</i>	56
EN23	<i>Número e volume total de derrames significativos.</i>	n.r.
EN24*	<i>Peso de resíduos transportados, importado, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia - Anexos I, II, III e IV, e percentagem de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.</i>	110
	A EP não trabalha com resíduos considerados perigosos.	
EN25*	<i>Identificação, tamanho, estado de protecção e índice de biodiversidade de fontes de água e habitats relacionados significativamente afectados por descargas de água e escoamento de água realizados pela organização relatora.</i>	54-55
Produtos e Serviços		Pag.
EN26	<i>Iniciativas de mitigação dos impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.</i>	58-64
EN27	<i>Percentagem de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.</i>	110
	Os serviços que a EP presta não são embalados, pelo que a questão não se aplica.	
Conformidade		Pag.
EN28	<i>Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.</i>	110
	A EP foi multada em 15.550,00€ por não ter sujeitado o Estudo de Impacte Ambiental a Avaliação de Impacte ambiental relativo à obra EN109 - Substituição da Ponte da Gala.	
Transporte		Pag.
EN29*	<i>Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.</i>	110
	A EP não faz transporte dos seus trabalhadores e os materiais transportados não podem ser considerados relevantes, para além dos incluídos nos consumos.	
Geral		Pag.
EN30*	<i>Total de investimentos e gastos em protecção ambiental, por tipo.</i>	57-58

Indicadores de Desempenho Social		
Emprego		Pag.
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	79, 89-90
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, género e região.	90
LA3*	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	96
Relações entre os trabalhadores e o Conselho de Administração		Pag.
LA4	Percentagem de empregados abrangidos por acordos de negociação colectiva.	87-88
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação colectiva.	111
Os prazos mínimos de aviso prévio estão previstos na lei e são cumpridos pela EP.		
Saúde e Segurança no Trabalho		Pag.
LA6*	Percentagem de empregados representados em comités formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	n.r.
LA7	Rácios de acidentes, doenças profissionais, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região.	82, 93-96
LA8	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco para dar assistência aos colaboradores, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	83,93-94
LA9*	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	87-88
Formação e educação		Pag.
LA10	Média de horas de formação por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	83-86
LA11*	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e a gestão do final de carreira	83-86
LA12*	Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	82-83
Diversidade e igualdade de oportunidades		Pag.
LA13	Composição dos grupos reponsáveis pela gestão e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	88-93
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	90
LA15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após a licença parental, por género	91

Indicadores de Desempenho Social Referentes a Direitos Humanos

Práticas de investimento e de processos de compra		Pag.
HR1	<i>Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.</i>	112
A EP opera num mercado onde os Direitos Humanos estão salvaguardados na Constituição.		
HR2	<i>Percentagem de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.</i>	112
A Ep actua num mercado onde os Direitos Humanos estão salvaguardados na Constituição. No âmbito da fiscalização da Segurança em Obra que é feita às empreitadas, é verificado se são cumpridas todas as normais legais.		
HR3*	<i>Total de horas de formação para colaboradores em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que recebeu formação.</i>	86-87
Não-discriminação		Pag.
HR4	<i>Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.</i>	92
Liberdade de associação e negociação colectiva		Pag.
HR5	<i>Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação colectiva pode estar a correr risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.</i>	88
Trabalho infantil		Pag.
HR6	<i>Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.</i>	112
A EP opera num mercado onde o trabalho infantil é proibido por lei.		
Trabalho forçado ou análogo ao trabalho escravo		Pag.
HR7	<i>Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao trabalho escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.</i>	112
A EP opera num mercado onde o trabalho forçado ou análogo ao trabalho escravo é proibido por lei.		
Práticas de segurança		Pag.
HR8*	<i>Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.</i>	112
A segurança nas diversas instalações da EP é feita por uma empresa privada.		
Direitos indígenas		Pag.
HR9*	<i>Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.</i>	112
A EP opera num mercado onde não existem povos indígenas.		
HR10	<i>Percentagem e número total de operações em que ocorreram revisões ou avaliações de impactos nos direitos humanos.</i>	112
A EP não fez reavaliações de impactos nos direitos humanos porque opera num mercado onde esses direitos estão salvaguardados na Lei.		
HR11	<i>Número de queixas relacionadas com os direitos humanos, endereçadas e resolvidas através de mecanismos formais de queixas.</i>	112
A EP não recebeu queixas relacionadas com direitos humanos.		

Indicadores de Desempenho Social Referentes à Sociedade

Comunidade		Pag.
SO1	<i>Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.</i>	22-23
Corrupção		Pag.
SO2	<i>Percentagem e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.</i>	14 RGS2011
SO3	<i>Percentagem de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.</i>	86
SO4	<i>Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.</i>	14
Políticas públicas		Pag.
SO5	<i>Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.</i>	26-29
SO6*	<i>Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.</i>	113
A EP não faz contribuições financeiras nem em espécie para partidos políticos ou outras instituições que promovam os lobbies		
Concorrência desleal		Pag.
SO7*	<i>Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio e seus resultados.</i>	113
A EP não teve, em 2010, nenhuma ação judicial por motivo de concorrência desleal, anti-trust, ou outras.		
Conformidade		Pag.
SO8	<i>Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.</i>	113
A EP não foi multada, em 2011, devido a não conformidades.		
SO9	<i>Operações com impacto potencial ou atual nas comunidades.</i>	22-24
SO10	<i>Medidas de prevenção e mitigação implementadas em operações com impacto potencial ou atual nas comunidades locais.</i>	22-24, 41-44

Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

Saude e Segurança do Cliente		Pag.
PR1	<i>Fases do ciclo de vida da produtos e serviços em que os impactos na saude e segurança são avaliados visando melhoria, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.</i>	64-70
PR2*	<i>Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saude e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.</i>	114
A EP, durante 2010, não teve nenhum caso de não conformidade com regulamentos relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saude e segurança.		
Rotulagem de Produtos e Serviços		Pag.
PR3	<i>Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.</i>	114
A EP presta serviços na área das infra-estruturas rodoviárias, facilitando a circulação de pessoas e bens, não produzindo nem vendendo produtos que tenham de obedecer aos procedimentos legais de rotulagem.		
PR4*	<i>Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.</i>	114
Não aplicável à EP.		
PR5*	<i>Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo reultados de pesquisas que medem essa satisfação.</i>	30-31
Comunicações de marketing		Pag.
PR6	<i>Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.</i>	114
A EP cumpre com as suas obrigações de publicitação das suas obras de construção civil, acordo com a legislação em vigor, onde consta a informação obrigatória, como o nome do dono da obra, do adjudicatário, custo da obra, prazo de execução, etc. Mais informação disponível no Cap. 8.10 do Relatório do Governo da Sociedade.		
PR7*	<i>Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.</i>	114
Durante o período do relatório, a EP não reportou nenhum caso de não conformidade de publicidade.		
Conformidade		Pag.
PR8*	<i>Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.</i>	31
Regulação		
PR9	<i>Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.</i>	114
A EP foi multada em 1.000,00€ por falta de limpeza de mato nas margens da EN117, entre Serração e Belas.		